**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

CASSIANO CAON AMORIM

**O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO
E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**São Paulo
2010**

CASSIANO CAON AMORIM

**O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO
E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Adélia Aparecida de Souza

**São Paulo
2010**

AMORIM, C. C. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior.** Tese apresentada ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico à minha mãe,
Maria José Caon Amorim

APRESENTAÇÃO

“Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado [...] eu queria decifrar as coisas que são importantes [...]. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão. Não sei. Ninguém ainda não sabe [...]”

Guimarães Rosa (*Grande sertão veredas*)

Estas palavras de Guimarães Rosa expressam seu olhar frente à geografia do interior das Minas Gerais. Algo que particularmente me remete ao que, na Geografia, aprendi sob a designação de lugar. Terminologia sistematizada ao longo dos anos, numa longa jornada de aprendizagem: primeiros anos, no ensino fundamental e médio; aprofundamento dos estudos, durante a graduação em Geografia, na Universidade Federal de Juiz de Fora; curso de Mestrado em Geografia, na Universidade Federal Fluminense; e agora, o doutorado em Geografia Humana, na Universidade de São Paulo

História que tem origem na Zona da Mata de Minas Gerais, em uma região de relevo acidentado, que os geógrafos franceses, nos anos de 1950, geomorfologicamente, classificaram como “Mares de Morros”. História de movimento, assim como o que aparentemente é dado pelas muitas elevações que ajudam a caracterizar esse recorte de região natural.

História, portanto, de migrante, estudante que sai de uma das inúmeras pequenas cidades do interior das Gerais, em busca de estudo e emprego, suportes de “vida digna”, na linguagem e representação do povo simples do interior, coisas muito distantes da realidade “urbana” da minha origem.

Narrativa histórica que é espaço-tempo aberto materializado pelas ações humanas, ao longo de períodos específicos que, no fazer da vida cotidiana, em cada momento, em cada lugar, cria certa arrumação dos espaços geográficos. Esse jeito de estar do espaço geográfico, ao qual a geografia se dedica a entender por meio de seu estudo: uma arrumação temporária e singular, na medida em que, a cada pessoa que chega ou sai, a cada evento novo, a cada acontecimento aqui, ali ou acolá, nova arrumação se processa. Outro homem se constrói ali, e outro espaço também. Rearranjando os seus espaços em cada tempo, o homem também se refaz.

Acredito que o meio em que vivi favoreceu, desde cedo, quando ainda criança, um contato com um “pequeno mundo”, o que motivou uma incipiente leitura “freiriana” deste mundo.

Isso já sinalizava certa ansiedade para entender a diferenciação entre os lugares. E achava muito interessante conhecer os lugares através de suas diversidades. Ainda criança, em cada cidade que conhecia, gostava de andar entre os desconhecidos, ver como era o comércio, os bares, as lojas de roupas, calçados e, claro, as lojas de brinquedos.

Parafraseando o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (2002), De certa forma, os conteúdos geográficos do espaço vivido, das experiências nos lugares, foram portadores de uma geografia como “veículo de educação”.

Esses conteúdos geográficos foram para mim motivadores da curiosidade pelo conhecimento do território, do lugar, da região, da paisagem, sendo sistematizado, posteriormente, pela geografia acadêmica.

Nos tempos-espacos da escolarização, do antigo Primeiro Grau, conforme orientação dos currículos oficiais das escolas brasileiras, tive contato com os estudos da Geografia. Nos livros didáticos, nos discursos dos professores, nos mapas apresentados em sala ou ainda naqueles que desenhávamos, o conteúdo geográfico ampliava-se. O esforço, empenho e competência da professora Maria do Carmo, que me acompanhou da quinta à oitava série, até a primeira série do então denominado Segundo Grau, foram significativos para a escolha do caminho a seguir, a partir do vestibular para ingresso na Universidade Federal de Juiz de Fora.

No ano de 1994, com 19 anos e tendo terminado o Ensino Médio dois anos antes, aconteceu meu ingresso na vida universitária, na UFJF. Sem me dar conta ainda do que estava acontecendo, começava a se processar uma profunda mudança na minha vida, como um verdadeiro “divisor de águas”. O curso de Geografia trouxe um outro lugar de construção das relações, um outro ciclo de amizades, uma outra forma de ter que lidar com os sentimentos, com a saudade de casa, dos pais, irmãs, tios, primos, amigos. Saudade dos lugares. Apesar de tudo, concluí o curso de graduação em geografia – licenciatura e bacharelado – no final de 1998.

Em 2002, tornei-me mestrando em Geografia, na UFF (Universidade Federal Fluminense), em Niterói. Esse novo passo foi fruto da minha imersão em projetos de pesquisa e extensão universitária, além do contato com os professores nas

monitorias, nos estágios e na iniciação científica, durante a graduação. O gosto pela pesquisa, ensino e extensão foi desenvolvendo-se e construindo o desejo de ingressar na carreira universitária, exigindo, para tanto, o mestrado e, posteriormente, o doutorado.

Em Juiz de Fora, não havia (e ainda não há) mestrado na área de Geografia. Embora, na Faculdade de Educação, onde fui professor substituto, houvesse mestrado em Educação, não havia nenhuma linha de pesquisa que atendesse aos meus interesses de estudo na Geografia.

Durante o mestrado na Universidade Federal Fluminense, cursei disciplinas específicas dos conteúdos geográficos, sendo fundamentais as que tratavam de teoria e método em geografia, por ampliar a discussão conceitual e aspectos metodológicos das abordagens geográficas da realidade. O tema da minha dissertação tratou das questões regionais na Zona da Mata Mineira, tendo como título: Leituras Geográficas da Zona da Mata Mineira. De certa forma, estavam presentes, nas minhas reflexões acadêmicas, os lugares da minha formação.

O ingresso e a conclusão do mestrado abriram-me portas para o trabalho em outras instituições de ensino superior. Tive oportunidade de trabalhar em várias instituições privadas, em Juiz de Fora e região. Durante esse tempo, comecei a observar, mais de perto, o crescimento do número de IES, no país e, particularmente, em Juiz de Fora. A década de 1990 caracterizou-se por uma vigorosa expansão no número de instituições e, com ela, um significativo aumento no número de vagas, matrículas e concluintes em cursos superiores. Esta expansão, naquele momento, era caracterizada por um crescimento do ensino em instituições privadas, em sua grande maioria e, como pude, inicialmente, constatar, não ocorria em todos os lugares.

No ano de 2004, num simpósio de geografia realizado em uma das IES, onde trabalhava, tive a oportunidade de conhecer a Professora Maria Adélia Aparecida de Souza, que esteve em Juiz de Fora, a convite da instituição, para proferir uma palestra sobre o método geográfico de conhecimento do mundo. Nesse evento, através do qual tive contato com a professora, surgiu o convite para participar dos grupos de estudos que ela mantinha com alunos e alguns convidados. No ano de 2005, comecei a frequentar os encontros, que se realizavam sempre às sextas-feiras, uma vez por mês. No segundo semestre de 2005, fiz o pedido de matrícula como aluno especial na disciplina “Região – teoria e prática geográfica”, oferecida

pela professora, e fui aceito. Cursei a disciplina e fui aprovado. No edital de doutorado em Geografia Humana, do ano de 2006, inscrevi-me, participei da seleção, sendo também aprovado.

Desde então, dedico-me a compreender os usos do território brasileiro, considerando a existência das instituições de ensino superior. Nesses anos de dedicação aos estudos, nas viagens de idas e vindas de Juiz de Fora para São Paulo, os deslocamentos foram uma constante. Atributo do território, a fluidez permitiu-me ampliar os horizontes da aprendizagem geográfica e, portanto, humana.

Os encontros fazem parte do enredo desta narrativa. No percurso que, resumidamente, tracei, deparei-me com muitas pessoas que, sem dúvida, permitiram-me a realização deste e de outros trabalhos. São interlocutores acadêmicos, literários, artísticos, amigos, familiares, amores. Cada um, com sua particularidade em mirar o mundo, viver o mundo, expor-se ao mundo. Todos eles, cada um com o seu tempero, foram ajudando-me “a decifrar as coisas que são importantes”: as da pesquisa, as da família, as do coração, as da vida econômica, enfim, coisas da vida, que foram tornando-se menos “difícilosas”, menos “entrançadas”, talvez.

Alguém disse que é possível que não sejamos mais que uma imperiosa necessidade de palavras. Agradecer às pessoas significativas em momentos como este é dobrar-se a essa necessidade, é exercitar a gratidão.

Mesmo correndo o risco de esquecer algumas desses importantes referenciais, arrisco-me a estender meus mais sinceros agradecimentos:

Aos meus pais, Melchiades Amorim, carinhosamente chamado de Quitito, e Maria José Caon Amorim: sempre cuidando para que eu pudesse realizar meus sonhos.

À minha irmã Franciana, como eu, geógrafa e professora de geografia, também sempre cuidando de mim. E ao meu novíssimo cunhado, Márcio Henrique, por cuidar da Fran e de todos nós.

À minha irmã Luciana, ao meu cunhado José Clarét, aos meus amados sobrinhos Karol, Ivan e João Pedro: obrigado pelo interesse e pelo carinho.

Ao Rafael, ou simplesmente Rafa: pela acolhida sempre carinhosa em São Paulo. Obrigado por sua compreensão, carinho e dedicação.

Ao amigo Jader: pelo incentivo, pela presença amiga, pelas oportunidades.

Aos amigos Carlo Frederico e Gláucio: pelas aprendizagens no âmbito da justiça brasileira, pelas boas gargalhadas, pelos resumos em Francês, pelas dicas de concursos públicos.

Aos amigos Marco Aurélio e Ivan: por abrir as portas de suas casas para que encontros, sempre muito divertidos, acontecessem. Obrigado pelo abstract.

À amiga Adriana Oliveira: pela grande amizade e interesse em ajudar-me nas pesquisas, favorecendo o trabalho junto aos arquivos da Biblioteca Central da UFJF.

À amiga Elisângela Mendes: além da amizade, pelas demoradas conversas sobre a tese; pelos livros sobre a história de Juiz de Fora e, claro, por ser grande parceira de dança, nos bailes aonde vamos mundo afora.

À amiga Helena Gonçalves: por debruçar-se com imensa dedicação na correção dos meus textos e, também, por partilhar comigo, momentos de “lucidez poética”.

À amiga Naomi Akazaka: jovem geógrafa, ex-aluna e excelente profissional, que me ajudou na organização da cartografia, tabelas e gráficos. Muito obrigado pela paciência.

Aos amigos do grupo de pesquisas e estudos da USP, coordenado pela professora Maria Adélia, particularmente ao Edmilson, pelas conversas, caronas, dicas e incentivo.

Ao James, pela grande ajuda na cartografia dos dados da pesquisa.

À Virginia Holanda, pelo grande incentivo no início da caminhada do doutorado.

Aos funcionários da Secretaria de Pós Graduação em Geografia, da FFCHL.

À Aninha, pela competência, presteza e simpatia em me receber no Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental.

Aos professores Carlos Fernando e Lola Yasbeck, por me aceitarem como aluno na disciplina História da Educação Brasileira, na UFJF.

Aos amigos: Rodrigo Pitanga, Flavia Calvano, Rosangela Nasser, Liane Castro, Maria Claudia, Roberta Gregório, Andrea Moreira, Daniele Evangelista, Renata Miranda e Carla Evangelista, pela amizade de longa data e por serem grandes incentivadores dos meus projetos.

Aos amigos Luis Henrique (Lula) e Carlos: pela sempre deliciosa acolhida em sua residência, em São Paulo;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: pela bolsa de doutorado que permitiu, neste último ano, dedicação total à pesquisa.

A Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage: pelo acesso ao material publicado sobre a cidade de Juiz de Fora, em especial a Daniel de Souza Carvalho Rodrigues.

A todos professores que aceitaram da participar da banca de defesa da tese.

Por fim, devo dizer que, se uma das mais belas imagens do professor é a de alguém que conduz alguém a si mesmo, agradeço à professora Maria Adélia Aparecida de Souza, minha orientadora. Ela me possibilitou participar das discussões sobre a construção de uma geografia nova, orientando minhas aprendizagens, lendo meus textos, elaborando críticas e sugestões, incentivando a participação de eventos, incitando publicações, instigando a avançar sempre na direção de um conhecimento sólido, pertinente e inovador sobre o mundo.

RESUMO

AMORIM, C. C. **O uso do território brasileiro e as Instituições de Ensino Superior.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

O presente estudo defende o pressuposto de que a localização específica das Instituições de Ensino Superior, no processo de formação territorial brasileira, comprova que a seletividade espacial representa a ação dada em lugares escolhidos pelos agentes sociais. Com formas e conteúdos bastante diferenciados, com variadas densidades humanas, o território brasileiro, no tempo presente, encontra-se inteiramente apropriado. Ainda que de forma bastante desigual quanto à sua distribuição, constata-se, num crescente número de lugares, maior densidade técnica acompanhada de maior densidade informacional. Trata-se de constatações concretas quando comparamos o crescimento de modernizações em parcelas do território que, até recentemente, encontravam-se pouco conectadas a outros subespaços do país. O crescimento do número de instituições de ensino superior, em cidades fora das regiões metropolitanas e com mais de 100 mil habitantes, sinaliza para o fato de uma interiorização desse evento, correspondendo a uma verdadeira “conquista do território”. É importante destacar que, nesse movimento, embora o que se amplia seja uma demanda por qualificações específicas em todo o território, a oferta de vagas em tais instituições acompanha as especializações produtivas dos lugares. Em consonância com as necessidades do período técnico-científico-informacional, o ensino superior desenvolve-se de forma que suas ofertas ajudam a configurar o território. É nesse contexto que compreendemos a realidade de Juiz de Fora/MG: historicamente, a cidade aglutina fixos favorecendo fluxos que, por conseguinte, impulsionaram a atração de investimentos, de pessoas, de instituições, enfim. Ratificando a tese que defendemos, a cidade exhibe, portanto, o processo de seletividade espacial na alocação de instituições de ensino superior.

Palavras chave: território brasileiro, Instituições de Ensino Superior, técnica, meio técnico-científico-informacional, Juiz de Fora.

ABSTRACT

AMORIM, C. C. **The Brazilian territorial's use and Higher Education Institutions.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

This study defends the presupposition that the specific location of Higher Education Institutions, in the process of Brazilian territorial formation, proves that space selectivity represents the action taken in places which were chosen by social agents. With forms and contents and a variety of human densities, the Brazilian territory is entirely appropriated nowadays. Although in a rather unequal way regarding its distribution, it is possible to detect in a growing number of places, higher technical density accompanied by higher informational density. These are concrete perceptions when we compare the growth of modernizations in parts of the territory which until a short time ago, had few connections with other sub-spaces in the country. The increasing number of Higher Educations Institutions, in towns outside metropolitan areas and with more than 100,000 inhabitants, is a sign of this event, which can be considered a true "conquest of territory". It is important to highlight that in this movement, although what is amplified is a demand for specific qualifications in all the territory, the offer of positions in such institutions is accompanied by the productive specializations of the places. In accordance with the necessities of the technical-scientific-informational era, higher education progresses in a way that it offers help to shape the territory. It is in this context that we understand the reality of Juiz de Fora, Minas Gerais. Historically the city incorporates facilities and that is favorable to flows which, therefore, increase the attraction of investments, people and institutions. Confirming the thesis we defend, the city exhibits the process of space selectivity in the allocation of Higher Education Institutions.

Key words: Brazilian territory, Higher Educations Institutions, technical, technical-scientific-informational environment, Juiz de Fora.

RÉSUMÉ

AMORIM, C. C. **Le use de territoire brésilien des l'institutions d'Enseignement Supérieur**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

L'étude ci-joint part de **la supposition de** que la localisation spécifique des Institutions d'Enseignement Supérieur, en ce qui concerne la formation territoriale brésilienne, démontre que la sélectivité spatiale représente l'action des agents sociaux vers des lieux choisis. Actuellement, le territoire brésilien, dans toutes ses formes et contenus différenciés, marqué par ses densités humaines variées, se trouve entièrement occupé. Malgré une inégalité de distribution, on aperçoit, dans une quantité croissante de lieux, plus de densité technique accompagnée de plus de densité informationnelle. Il s'agit d'une constatation concrète, fruit de l'analyse de la croissance d'une modernisation morcelée, dans un territoire dont les unités, jusqu'à récemment, ne se trouvaient pas connectées aux autres sousespaces du pays. La croissance du nombre d'institutions supérieures, hors des régions métropolitaines, dans les villes de plus de 100 mil habitants, indique une intériorisation d'un événement, une « conquête du territoire » légitime, à vrai dire. Dans ce mouvement, il est important de pontifier que l'offre de place dans ces institutions suive la spécialisation productive des lieux, même que l'objet de cette amplification soit uniquement la demande par qualification spécifique dans tout le territoire. En consonance avec les nécessités de la période technique-cientifique-informationnelle, l'enseingment supérieur se développe de manière que ses offres puissent aider à configurer le territoire. Dans ce contexte, on peut comprendre la réalité de Juiz de Fora/MG: historiquement, la ville agglutine les fixes en favorisant les flux. Par conséquent, ceux-ci ont impulsione l'attraction d'investissement, de personnes et d'institutions, enfin. En somme, pour ratifier la thèse déffendue, on peut affirmer que la ville affiche les reflets de la sélectivité spaciale sur le placement des institutions d'enseignement supérieur.

Mots-clés: Territoire brésilien. Institution d'enseignement supérieur. Technique. Période technique-cientifique-informationnelle. Juiz de Fora.

RESUMEN

AMORIM, C. C. **El uso del território brasileño de lãs Instituciones de Enseñanza Superiora**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

El presente estudio defiende el supuesto de que la ubicación específica de las Instituciones de Enseñanza Superiora, en el proceso de formación territorial brasileña, comprueba que la selectividad espacial representa la acción dada en lugares escogidos por los agentes sociales. Con formas y contenidos bastantes diferenciados, con varias densidades humanas, el territorio brasileño, en el tiempo presente, se encuentra enteramente apropiado. Todavía que de forma bastante desigual en cuanto a su distribución, se constata, en un creciente número de lugares, mayor densidad técnica acompañada de mayor densidad informacional. Se trata de constataciones concretas cuando confrontamos el crecimiento de modernizaciones en parcelas del territorio que, aun recién, se encontraban poco conectadas a otros subespacios del país. El crecimiento del número de instituciones de enseñanza superiora, en ciudades fuera de las regiones metropolitanas y con más de 100 mil habitantes, señala para el hecho de una interiorización de ese evento que corresponde a una verdadera “conquista del territorio”. Además, en ese movimiento, aunque lo que se amplía sea una demanda por calificaciones específicas en todo el territorio, el ofrecimiento de vacantes en tales instituciones acompaña las especializaciones productivas de los lugares. En consonancia con las necesidades del período técnico científico informacional, la enseñanza superiora se desarrolla de forma que sus ofertas ayudan a configurar el territorio. Es en ese contexto que comprendemos la realidad de Juiz de Fora / MG: históricamente, la ciudad aglutina fijos favoreciendo flujos que, por consiguiente, impulsaron la atracción de inversiones, de personas, de instituciones. Ratificando la tesis que defendemos, la ciudad exhibe, por lo tanto, el proceso de selectividad espacial en la imputación de instituciones de enseñanza superiora.

Palabras clave: Território brasileño. Instituciones de enseñanza superiora. Técnica. Medio técnico científico informacional. Juiz de Fora.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução da população brasileira nas maiores cidades: final do século XIX.....	118
Tabela 2 –	Evolução da população brasileira: 1872-1960	128
Tabela 3 –	Brasil: PEA por setores da atividade 1940-1960.....	147
Tabela 4 –	Grandes Regiões Fisiográficas: participação na formação da renda interna nacional.....	148
Tabela 5 –	Distribuição setorial dos empréstimos do BIRD ao Brasil	153
Tabela 6 –	Maiores produtores de café da zona da Mata.....	215
Tabela 7 –	Crescimento populacional Zona da Mata.....	216
Tabela 8 –	Principais instalações industriais de Juiz de Fora: 1905	231
Tabela 9 –	Principais instalações industriais de Juiz de Fora: 1914	232
Tabela 10 –	Média anual de graduados nas IES de Juiz de Fora: 1915-1957	265
Tabela 11 –	Evolução do crescimento demográfico em Juiz de Fora: 1950- 2007	276
Tabela 12 –	Evolução do número de alunos matriculados em IES: 2002-2008.....	285
Tabela 13 –	Matrículas entre 2002 e 2008	285
Tabela 14 –	Evolução do número de cursos oferecidos por IES: 2002-2007	286
Tabela 15 –	Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Norte).....	316
Tabela 16 –	Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Nordeste).....	317
Tabela 17 –	Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Centro-Oeste).....	320

Tabela 18 – Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Sudeste).....	321
Tabela 19 – Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Sul).....	328

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais.....	164
Gráfico 2 –	Distribuição do PIB por setor da economia em Juiz de Fora: 1970-2005	280

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 –	Universidade de Paris	85
Ilustração 2 –	Observatório do astrônomo Tycho Brahe	89
Ilustração 3 –	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	239
Ilustração 4 –	Usina Marmelo Zero	241
Ilustração 5 –	Sistema de Bondes em Juiz de Fora	244
Ilustração 6 –	Fluxos: Estrada União-Indústria	250
Ilustração 7 –	Fios e trilhos: Rua Halfeld em 1878	250
Ilustração 8 –	Associação Comercial de Juiz de Fora	252
Ilustração 9 –	Instituto Granbery em 1889	254
Ilustração 10 –	Academia de Comércio	255
Ilustração 11 –	Juiz de Fora: Av. Rio Branco. Anos 1950	269
Ilustração 12 –	Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora	270
Ilustração 13 –	Escola de Engenharia de Juiz de Fora	271
Ilustração 14 –	Terreno preparado para construção da UFJF.....	274
Ilustração 15 –	Campus da UFJF	277
Ilustração 16 –	Instituto Vianna Junior	279
Ilustração 17 –	Faculdade Suprema	289
Ilustração 18 –	FACSUM	289
Ilustração 19 –	Faculdade Estácio de Sá	289
Ilustração 20 –	Região Central de Juiz de Fora	291

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Universidades na Europa Medieval	82
Mapa 2 –	Colégios Jesuítas no Brasil: século XVIII	104
Mapa 3 –	A marcha do povoamento e a urbanização: século XVII	107
Mapa 4 –	Povoamento e urbanização: século XVIII	110
Mapa 5 –	Faculdades isoladas criadas no período de 1891-1914	122
Mapa 6 –	Distribuição de matrículas no território brasileiro: 1908	123
Mapa 7 –	Número absoluto de IES no Brasil: 1955	145
Mapa 8 –	Número absoluto de docentes em IES: 1955	146
Mapa 9 –	Número absoluto de IES: 1991, 1998, 2007	169
Mapa 10 –	Instituições de ensino superior no Brasil: regiões metropolitanas e cidade com mais de 100 mil habitantes.....	175
Mapa 11 –	Número absoluto de vagas em IES no Brasil	179
Mapa 12 –	Inscrições de vestibular para IES no Brasil	181
Mapa 13 –	Número absoluto de matrículas em IES no Brasil	182
Mapa 14 –	Número absoluto de ingressantes em IES no Brasil	184
Mapa 15 –	Número absoluto de concluintes em IES no Brasil	185
Mapa 16 –	Número absoluto de IES no Brasil – Capital/interior	189
Mapa 17 –	Número absoluto de Docentes em IES no Brasil	191
Mapa 18 –	Número absoluto de IES no Brasil – Pública/privada	193
Mapa 19 –	Número absoluto de matrículas em IES no Brasil - Diurno/noturno.....	194
Mapa 20 –	Região Sudeste	204
Mapa 21 –	Grande Região Leste: evolução da rede ferroviária	221
Mapa 22 –	Zona da Mata: Municípios com IES	263

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Plano de modernização de Juiz de Fora	236
Quadro 2 –	Dos cursos secundários ao ensino superior	264

LISTA DE SIGLAS

AGSC	Acordo Geral sobre Comércio e Serviços
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.
CES-JF	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
FACSUM	Faculdade do Sudeste Mineiro
FIES	Financiamento Estudantil
FJF	Faculdades de Juiz de Fora
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	Acordo Geral sobre Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização para o Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SENAI	Serviço Nacional da Indústria

SME	Setor de Mercado Externo
SMI	Setor de Mercado Interno
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura
UNIP	Universidade Paulista
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	25
1ª PARTE	DO MUNDO AO LUGAR: TÉCNICAS, AÇÕES E OBJETOS – UMA COMPREENSÃO GEOGRÁFICA.....	43
1	APROXIMANDO-SE DOS LUGARES DO FAZER DOS HOMENS: A TÉCNICA, AS AÇÕES E OS OBJETOS.....	44
2	OS LUGARES: “A VIRTUALIDADE DO MUNDO”.....	66
2ª PARTE	AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E OS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	77
3	A CONSTITUIÇÃO DE UM EVENTO: AS UNIVERSIDADES E O ENSINO SUPERIOR.....	78
3.1	UNIVERSIDADE E ENSINO SUPERIOR: ORIGENS.....	80
3.2	OUTROS MOMENTOS: RENASCIMENTO, ILUMINISMO E A UNIVERSIDADE ESTATAL.....	87
4	ARAUTOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	95
4.1	O ENSINO SUPERIOR: UM ESFORÇO DE PERIODIZAÇÃO.....	95
4.2	PRIMÓRDIOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	100
4.3	AS PRIMEIRAS FACULDADES ISOLADAS NO BRASIL.....	111
5	NOVAS DEMANDAS DO TERRITÓRIO E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	126
5.1	NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	130
6	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL.....	150
6.1	PRENÚNCIOS DE UM TERRITÓRIO EM ACELARADA MUTAÇÃO	150
6.2	AS REFORMAS NO MUNDO E AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO.....	160

6.3	O ENSINO SUPERIOR E O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	165
3ª PARTE	OS LUGARES DO MUNDO: JUIZ DE FORA E O USO DO TERRITÓRIO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	196
7	CONEXÕES GEOGRÁFICAS: JUIZ DE FORA E A ZONA DA MATA MINEIRA.....	197
7.1	JUIZ DE FORA E AS MODERNIZAÇÕES DO TERRITÓRIO.	205
7.2	PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DA ZONA DA MATA.....	208
7.2.1	Os vetores de ocupação da Zona da Mata de Minas Gerais...	211
7.2.2	Os trilhos do café e as demandas de circulação territorial.....	218
7.3	“EFEITOS DE LUGAR”: AS MODERNIZAÇÕES EM JUIZ DE FORA (MG), NO PERÍODO DA MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TERRITÓRIO.....	227
7.3.1	O sistema bancário.....	237
7.3.2	A energia elétrica.....	240
7.3.3	Os transportes.....	242
7.3.4	A saúde.....	245
7.3.5	A comunicação.....	248
7.3.6	Associação de Classe.....	251
7.3.7	A educação.....	253
8	A CIDADE E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR...	259
8.1	AS FACULDADES ISOLADAS EM JUIZ DE FORA.....	264
8.2	RAZÕES DO MUNDO: O ATUAL USO DO TERRITÓRIO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, EM JUIZ DE FORA.....	274

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	293
REFERÊNCIAS.....	299
APÊNDICE.....	315

INTRODUÇÃO

*Eu ando pelo mundo prestando atenção
Em cores que eu não sei o nome
Cores de Almodóvar
Cores de Frida Kahlo, cores
Passeio pelo escuro,
Eu presto muita atenção no eu meu irmão ouve
E como uma segunda pele, um calo, uma casca,
Uma cápsula protetora
Eu quero chegar antes
Para sinalizar o estar de cada coisa
Filtrar seus graus
Eu ando pelo mundo divertindo gente
Chorando ao telefone
E vendo doer a fome dos meninos que têm fome
(Calcanhoto, Adriana. Esquadros, 1992)*

Sustentando-se no desenvolvimento de uma epistemologia do pensamento geográfico e calcando-se na interpretação do território usado, a partir dos ensinamentos de Santos (1999), segundo os quais é impossível excluir o homem, as reflexões contidas nesta pesquisa tratam de um “território que não exclui ninguém”: pobres, ricos, negros, brancos, cultos, analfabetos, grandes empresas, ambulantes, enfim, todos. Território, inclusive, que cria e recria discursos, que é texto e fala, que é narrativa e possibilita as interpretações e o fazer da política na perspectiva geográfica. Dessa forma, um grande desafio para o geógrafo é compreender como o processo de formação territorial tanto pode influenciar o pensar, o fazer e o agir, quanto igualmente pode servir de expressão para estas ações, inscritas nas relações sociais e preservadas nas formas e conteúdos espaciais.

Obviamente não tendo caráter aleatório, a escolha do título do capítulo que abre as discussões desta tese aconteceu antes mesmo da organização e da sistematização das ideias no papel. Além de expressar um pensamento geográfico, com suas particularidades de teoria e método, pretendo explicitar o caráter de conexão dos conhecimentos apresentados neste texto, de tessitura de reflexões entre o sujeito leitor/escritor com outros sujeitos leitores/escritores. Usando a oportunidade oferecida pela Geografia, já que esta possibilita a leitura do mundo, busco uma forma de “sinalizar o estado de cada coisa”, através da leitura do território usado. Pensadores brasileiros e estrangeiros, com cujas reflexões dialogo, esforçam-se para promover uma interpretação do presente, das realidades

vivenciadas por homens, mulheres, crianças, dos mais diversos e longínquos espaços geográficos.

Paulo Freire (2005, p. 27) enfatiza que “não se lê criticamente, como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadorias por atacado”. Para o autor, a leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e ao qual me dou e de “cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito”. A leitura é uma atividade sociocultural cuja funcionalidade evidencia-se e propaga-se cada vez mais no cotidiano da vida humana¹.

Vinculando-se à ideia do “inacabamento do ser”, tratada por Freire (2005, p. 50-51), para quem onde há vida há inacabamento, do mundo da leitura à leitura do mundo, o trajeto de aprender se cumpre e se refaz indefinidamente, de forma que um mundo inacabado permite constantes e variadas leituras geográficas².

Apesar do alerta de Max Sorre (Apud, SANTOS 1999), a leitura que fazemos do mundo considera as descrições, mas funda-se nas explicações. “Descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema”.

Recordo-me da minha iniciação no mundo da leitura, feita ainda em casa, sob os cuidados dos meus pais. A curiosidade pela decodificação dos símbolos expressos nos jornais, revistas e outros tantos textos, impulsionava-me a indagar aos outros pares todos os significados de tantas palavras, intrigava-me saber o que elas diziam. Somente no espaço-tempo escolar consegui adentrar-me no mundo da leitura e, concomitantemente, na leitura do mundo. A partir do mundo da escola, do universo da leitura dos textos, mapas, gráficos, tabelas, paisagens, estabeleci contato com a geografia do planeta que, aos poucos, foi tornando-se geografia do mundo. Afinal, concordando com Peter Burke (2003, p. 18) “quem quer que argumente que o conhecimento é socialmente situado certamente vê-se obrigado a situar a si mesmo”.

¹ As observações de Regina Tarocco (1999, p. 28) reforçam a ideia de que “ao longo do processo de escolarização, a leitura da palavra e a leitura de mundo devem se processar concomitantemente, pois uma é absolutamente indispensável à outra. O processo de leiturização se dará na medida em que a leitura da palavra se insira na leitura do mundo e continue a estimular sua decifração, através do estímulo, do desafio e da curiosidade, que são fundamentais”.

² No entender de Max Sorre (Apud, SANTOS 1999), “a geografia era uma meditação sobre a vida e não sobre a morte [...] a morte era dada pelas aparências, pelas descrições meramente formais, as estatísticas alinhadas pelo simples prazer de manipular números, as classificações com as quais se pretende aprisionar toda a realidade”.

Podemos dizer que o mundo da leitura está relacionado ao mundo da imprensa, da indústria cultural, do papel, da escola, do livro didático, da literatura infanto-juvenil, dos livros acadêmicos, das teses. Dessa forma, as práticas de leituras com suas várias nuances, bem como suas formas de inserção no sistema cultural, são questões que incidem reflexivamente sobre diferentes aspectos do mundo da leitura. A leitura de mundo consiste na análise para interpretar e interagir com algumas representações que a leitura proporciona em diferentes textos. Para Freire (1994, p. 44), “a leitura do mundo sempre precede a leitura da palavra e a leitura desta implica na continuidade daquele”. A importância do ato de ler implica sempre percepção, interpretação e reescrita do que foi lido³.

Estas observações sobre a constituição do sujeito construtor do texto entram como suporte de uma leitura de um mundo que tem como partes constitutivas tanto a materialidade das coisas e dos objetos, quanto a materialidade da vida particular que o anima, com seus múltiplos agentes e suas ações. Isso possibilita, sob a perspectiva geográfica, captar o movimento contínuo, ininterrupto do processo histórico de totalização. Para Burke (2003, p.14), Mannheim e Weber argumentavam que as ideias são socialmente “situadas” e formadas por visões de mundo ou “estilos de pensamento”. Portanto, na tessitura desta tese, desfaz-se o sujeito leitor que me constituo.

Segundo Freire (1994), ler é acompanhar criticamente o movimento do texto para apreender seu significado mais profundo; ler o mundo é acompanhar o movimento do mundo apreendendo o seu sentido e sua significação: o mundo é o encontro das realidades históricas que se materializam na sociedade humana, em diversas formas de ações e feições: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso. Ecoando esse pensamento, Ortega y Gasset (Sd. p. 12) explicita: “O mundo é o repertório de nossas possibilidades vitais [...] Representa o que podemos ser; portanto, nossa potencialidade vital [...]”. Daí que nos parece o mundo uma coisa tão enorme, e nós, dentro dele, uma coisa tão pequena. “O mundo ou nossa vida possível é sempre mais que nosso destino ou vida efetiva” (idem).

³ Barthes (1977, p. 82-83) considera que “texto quer dizer tecido; mas enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a ideia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia. Se gostássemos de neologismos poderíamos definir a teoria do texto como uma hifologia (hyphos é o tecido e a teia de aranha)”.

Para Hannah Arendt (2008), nossa grande marca na superfície terrestre é que, diferentemente das outras, somos uma espécie condicionada: tudo o que entra em contato conosco vai, aos poucos, constituindo-se como condição de nossa existência. Pierre George (1972) enfatiza que o mundo realiza-se graças à transformação realizada na Terra pela ação humana, efetivando-se materialmente à medida que produzimos coisas e objetos. Ou seja, o homem com sua ação cria suas próprias condições, independente da heterogeneidade da superfície terrestre. Enfim, o mundo se cria pelo contínuo fazer humano. Nesses termos, as palavras de Arendt (2008, p. 210) corroboram esta perspectiva de leitura do mundo: “a ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui”.

Se Santos (2004, p. 40) alerta-nos que é “certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo”, por outro lado, dialogando com Ortega Y Gasset (1984, p.78) “el mundo soy yo, mi vida y mis circunstancias”, permite-me comungar com a ideia de que o mundo é uma construção: uma construção permanente da mundanidade na Terra (ARENDR, 2008), pela qual os homens são responsáveis.

Prescinde-se de aporte acadêmico para perceber que o território tem suas apropriações e usos diferenciados, os quais expressam, pela materialidade das formas e dos seus conteúdos, as diferenças e as desigualdades. Na minha infância, quando atravessava a Zona da Mata Mineira, saindo de Espera Feliz, minha terra natal, em direção a Juiz de Fora, passando por Muriaé, Manhuaçu e outras cidades de maior porte, centralizadoras dos mais diversificados tipos de serviço e comércio, e que, ainda hoje, atendem à demanda da população das pequenas cidades, percebia o quanto um lugar era diferente do outro.

Lembro-me de que, já naquela época, fazia muitas perguntas aos meus pais sobre o tamanho de cada cidade, o total de sua população, as distâncias percorridas, enfim, sobre uma série de aspectos que já sinalizavam certa ansiedade em entender a diversidade dos lugares bem como a desigualdade entre os mesmos. Só hoje, o homem adulto que sou é capaz de entender que, naquela época, a criança que eu era já queria compreender a ação diferenciada dos homens na criação de um mundo por fazer, repleto de “possibilidades”. De certa forma, o meio em que vivi favoreceu, desde cedo, contato com um “pequeno mundo”, motivando uma incipiente leitura “freiriana” deste mundo.

Uma observação elaborada por Saramago, em *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 2007), auxilia-me na construção do texto em que discuto a importância do ato de ler o mundo a partir das lentes geográficas: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. Eis, de certa forma, o que me proponho a fazer: reparar. Reparar o fazer, o agir humano sobre a terra, as histórias e as geografias construídas pelo cotidiano vivido. Enfim, reparar, nos lugares, o mundo. Nestas entrelinhas, esse é um recado implícito que faz emergir em nós, sujeitos viventes deste momento, uma capacidade cada vez mais perdida: a de olhar frontalmente a realidade que nos vem sendo posta. Num mundo que valoriza cada vez mais o virtual e as metáforas e, na mesma medida, nega o próprio gênero humano, fazendo-nos cada vez mais sem nome, nos ditos de Saramago, é preciso fazer emergir, através do olhar geográfico, um sentimento real de que nos alerta Cássio Hissa (1993)⁴.

Se ler o mundo é estudar a sociedade, é investigar o processo de humanização do homem a partir do território usado, do ponto de vista da geografia podemos dizer que ler o mundo é ler o espaço geográfico: construção social e histórica da ação humana. Como instância da sociedade e objeto da geografia, o espaço geográfico deve ser entendido como um mundo datado, na medida em que o caráter histórico da geografia possibilita-nos entender o espaço-mundo como uma história do presente.

O espaço geográfico é definido por Santos (1988, p. 51) como “um conjunto indissociável de sistemas de ações e objetos”. Para adquirirem materialidade, tanto os objetos naturais quanto os elaborados tecnicamente bem como os eventos da vida precisam estar situados no espaço e no tempo. Para este autor, os objetos “são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do indivíduo e se torna instrumental de sua vida [...]”. Pertencendo tanto ao domínio da geografia física quanto ao domínio da geografia humana, estes objetos, através da sua história e da forma como foram produzidos, mudam, de forma que as geografias encontram-se.

Segundo Milton Santos, com a técnica, o indivíduo em sociedade forma um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais realiza sua vida, produz e,

⁴ “O olhar geográfico, constituído através da lente que observa o mundo e apreende a dimensão da realidade que objetiva interpretar. Olhar na direção das formas espaciais e sua dinâmica, invólucro e conteúdo. Olhar no sentido da realidade espacial. Invólucro e conteúdo do ser, do tempo e da história. Olhar, que se detém, crítico, nos processos através dos quais o tempo, que passa imperceptível e silencioso, se faz sólido e torna ‘real’ para o ‘mundo dos sentidos’” (HISSA, 1993, p. 4).

ao mesmo tempo, modifica o espaço. Essa concepção de espaço leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, supondo a coexistência desses objetos como sistemas e não apenas como coleções: a utilidade atual dos objetos, passada ou futura, vem exatamente do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou herdaram das gerações anteriores. Podemos, portanto, dizer que, aliada à sua funcionalidade, está sua carga simbólica. Dessa forma, é de suma relevância para o reconhecimento da dinâmica social e da leitura do espaço geográfico não só a identificação dos objetos, mas também o conhecimento dos seus usos por parte dos homens bem como sua importância para os fluxos das pessoas, ideias e mercadorias.

A racionalidade do espaço, entendida historicamente e fruto da lógica das redes, é expressa por meio do “conteúdo geográfico do cotidiano” (SANTOS, 2005). Esta explicitação pode contribuir para desvendar a (re)produção do sistema através de sua obviedade e concretude. Soja (1993) atenta para o fato de que a globalização fez redescobrir a corporeidade, revelada como uma certeza materialmente sensível, em virtude da fluidez, velocidade e referência a lugares e coisas distantes. Esse processo fez reaparecer, no cenário das análises acadêmicas, as reflexões sobre os lugares, aproximando os verdadeiros significados da realidade social através da consideração do cotidiano.

Tendo uma configuração territorial, o lugar caracteriza-se essencialmente pela sua natureza interna, cuja extensão confunde-se com sua própria existência. Remontando ao cotidiano, sua característica e seus parâmetros estão ligados à co-presença, à vizinhança, à intimidade, à emoção, à cooperação e à socialização. Com base na contiguidade, o lugar reúne, na mesma lógica interna, todos os seus elementos: pessoas, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas, além das formas-conteúdos geográficos. Se, para Santos (2005), o cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação, concordamos com a ideia de que uma análise da dimensão espacial do cotidiano permite não só concretizar as ações e práticas sociais, mas também conduzir ao entendimento diferenciado dos usos do território, das ações e formas-conteúdos geográficos.

Perpassando discussões da contemporaneidade, como globalização, fragmentação, diversidade, diferenciação, planejamento, ordenamento, enfim, discursos espacializáveis, o lugar passa a ocupar, novamente, posição de destaque,

na medida em que, afinal, “as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 2005, p. 28). Tais diferenças instigam o olhar geográfico a buscar algumas respostas para a sua manifestação no uso do território. Partindo dessa constatação, sinto-me, hoje, com uma pesada, porém instigante, tarefa de tentar explicar, a partir do método geográfico, a realidade do mundo presente que me salta aos olhos e me preenche os sentidos. O professor Milton Santos nos ensinou que há uma necessidade de apreender o mundo em sua temporalidade, em seu estado de coisas atuais, decodificando o tempo presente, para concebê-lo como um estado de coisas possíveis (SANTOS, 2002a). Com este trabalho, busco um constante (re)visitar do mundo, apreendendo-o em sua temporalidade, desvelando efeitos de verdade e redescobrimo significados.

Se o fenômeno técnico é um dado central do processo histórico, a história é uma sucessão de um sistema de técnicas que são, ao mesmo tempo, conteúdo e continente da ação humana, possibilitando ao homem escrever a história sem escrever palavras: primeiro, pela técnica e pela ação, o homem escreveu o mundo; depois, pela linguagem, falou o mundo, transformando-o; por último, o homem registrou o mundo, nomeando-o⁵.

Acreditando que a construção de um debate epistemológico, tanto na Geografia quanto nas demais áreas do conhecimento, está preñe de subjetividades, ou seja, está preñe dos lugares de onde se escreve, se vive e se olha, constituindo, nas palavras de Blikstein (1995), *corredores isotópicos* ou formas particularizadas de ver o mundo, assim me vejo no (pelo) mundo. Paulo Freire (1990), para quem nada sobre a sociedade, a língua, a cultura ou a alma humana é simples, porque nada se desenrola de modo “tão natural”, nem nos meios naturais,

⁵ Na abordagem geográfica de Milton Santos, “as técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição do ‘viver bem’. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Na realidade, o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese entre o objetivo e o subjetivo” (SANTOS, 2005, p. 55).

nem no construído historicamente pelos homens, também me ajuda na construção deste texto.

Sujeito circunstanciado por condições espaço-temporais do mundo e nelas submerso, o homem é um ser-em-situação. Como ser situado, ele é desafiado pelas circunstâncias a refletir sobre sua ação. Ao refletir sobre seu contexto, ele constrói seu espaço existencial, produzindo cultura e fazendo história. As “invasões recíprocas” das quais nos alerta Santos (2005) permeiam a construção da tese que defendemos, entrecruzando os dados da objetividade operacional com a subjetividade da realidade percebida.

Características marcantes do meio técnico-científico-informacional do mundo contemporâneo, a velocidade, a instantaneidade e a simultaneidade com que são transmitidas informações entre diferentes lugares, próximos ou distantes, fazem deles lugares mundiais. A comunicação e a circulação de informações – dados, ideias, decisões, normas e ações – ocorrem, instantaneamente, nos mais variados lugares e com intensidades diferenciadas.

A partir da criação deste meio datado na contemporaneidade, criam-se os espaços de hegemonia, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações de interesse global. Dessa forma, criam-se lugares em que se exerce um tempo mundial e onde se instalam as forças reguladoras da ação dos demais lugares. Esses espaços escolhidos instalam-se no decorrer do processo de globalização, como lugar da produção e das trocas de interesse mundiais hegemônicos.

A geografia que hoje produzimos procura entender a construção destas e de outras paisagens, propondo que o façamos através da compreensão do território usado: a construção de “densidades técnicas, de uma tecnosfera⁶, onde ciência e tecnologia se adaptam, produzindo a interação de sistemas distantes, substituindo o meio natural pelo meio técnico, científico e informacional” (SANTOS, 1996, p. 255-256). Nesse sentido, surge um forte argumento para rebater as falsas ideias de homogeneização do espaço pela globalização. A tecnosfera que Santos (1996) salienta é resultante do processo iluminista que, apenas pelo uso das metáforas,

⁶ A tecnosfera é o conjunto de objetos fixos e de fluxos que permitem novas formas de organização social e novas noções de rapidez, de fluidez, de circulação de pessoas, ideias e mercadorias, alterando, assim, a psicosfera, ou seja, o conjunto de ideias, crenças, paixões e o lugar da produção dos sentidos. Segundo Santos (1996, p. 204), o lugar da produção de sentidos “também faz parte do meio ambiente, desse entorno da vida fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário”.

torna-se global, no entanto fixa-se aos lugares, com um dado vindo de fora, uma “prótese”⁷.

Baudrillard (1985), em sua obra *A sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*, esclarece que “antigamente bastava ao capital produzir mercadorias, o consumo sendo mera consequência. Hoje é preciso produzir os consumidores”. Os consumidores, “deficientes cívicos”, deslumbram-se facilmente pela oferta de um mundo mágico, *fast food*, instantâneo.

Eis os paradoxos da contemporaneidade: num mundo cada vez mais comunicante, escópico e veloz, produtor de ciência e tecnologia capazes de interconectar empresas, pessoas, instituições, não são raros os cidadãos incapazes de decodificar mensagens, como o destino do ônibus, ou de lidar com cartão de saque bancário, o “dinheiro de plástico”, através do qual recebem, de uma falida previdência social, suas pensões ou aposentadorias. Essa velocidade contemporânea choca-se com tempos idos: o dos “homens lentos”, dos quais nos fala Santos (2005). Ela pode ser apreendida na leitura de como o território, aos poucos, deixa de ser abrigo e recurso de todos, para transformar-se em recurso para alguns, principalmente para as empresas. Santos (1997)⁸, interpretando uma ideia do Geógrafo Francês Jean Gottmann, assim entende o território como abrigo e como recurso.

Condensando relações de aparência, o espaço geográfico abarca tudo que está sob a égide do olhar: a paisagem, o que o homem constrói e o que, por sua ação, modifica. Dessa maneira, o espaço geográfico é o resultado de racionalidades que sustentam a organização historicamente manifesta da produção de objetos, da

⁷ Maria Adélia de Souza esclarece que “Contrariamente ao que se apregoa, a tecnosfera é geradora de heterogeneidades, de desigualdades, de exclusão. Ela produz paisagens luminosas e espaços tristes. Basta querer enxergá-los. Mas ela alimenta o discurso da felicidade, no mundo da globalização, produtor de consumidores, não de cidadãos. A tecnosfera é produtora de deficientes cívicos, pois diz respeito apenas ao mundo hegemônico, ao mundo do mercado” (SOUZA, 2003, p. 6).

⁸ “No começo da história, o território era os dois, para todos[...] Ele era abrigo e era recurso. As pessoas tiravam dele a sua sobrevivência e eram também protegidas por ele. A história da humanidade é a história da dissociação dessas duas condições, que agora chegou ao seu ápice com a produção das chamadas redes. As redes são formadas por pontos bem tratados, bem equipados no território, facilitando a vida das grandes empresas globais. Essas grandes empresas instalam-se nesses pontos. Isso pode ser visto facilmente, bastando olhar para o mapa de qualquer país, de qualquer continente. Elas tratam o território apenas como recurso, mas são muito pouco numerosas. No caso do Brasil, esse percentual é ínfimo. A maioria esmagadora, a quase totalidade das empresas tem o território como abrigo. Quanto às pessoas, o percentual é parecido. Todavia, o território como abrigo, como aquele que abriga a solidariedade, não é cuidado pelo poder público, pelo poder do Estado, de tal forma que essa disjunção é causa de desordem” (SANTOS, 1997, p. 22).

produção de fixos, da criação dos fluxos (bens, pessoas, ideias, dinheiro) e da constituição de um meio em que se condensam as condições da vida em sociedade (SANTOS, 1996). Manifestação socialmente plena da experiência humana, por isso o espaço pode ser lido em diferentes e significativos períodos de tempos históricos, como propõe Santos (1996), para quem a definição do período constitui um momento nuclear da análise científica do espaço e de que lançamos mão na defesa de nossa tese.

A leitura histórica dos usos do território ajuda a reconhecer, em cada temporalidade, uma forma específica da condensação das relações sociais, configuradas por múltiplos e heterogêneos processos espaciais. Como condensação de relações sociais fundamentais, as quais acontecem de modo distinto em cada formação social, o espaço, na sociedade contemporânea, é muito mais do que um especial sustentáculo da produção econômica, como apregoam os economistas.

Constituída por processos tecnológicos que aproximam o pensamento e fragmentam o fazer, a nova configuração da circulação no território cria especializações dilaceradoras e fragmentadoras do espaço. Dessa forma, no atual período histórico, constatamos, através das relações espaço-temporais, um redesenho das relações do mundo com os lugares, ou por outra, um redesenho do “corpo-mundo”: enquanto, nos países desenvolvidos, encontra-se o “cérebro” das empresas multinacionais, o poder de criar, inventar e mandar, nos territórios dos países pobres e subdesenvolvidos, encontram-se os “braços”, isto é, a esfera do fazer, do obedecer e do reproduzir. A nova organização técnico-financeira da produção se instaura através das transformações na complexa divisão social e territorial do trabalho. Essa nova configuração da sociedade desemboca no expressivo aumento das desigualdades sociais e na consequente agudização da pobreza.

Souza (1995) observa que, num mundo global, as facilidades garantidas para o processo de acumulação ampliaram-se⁹. Para a autora, a técnica amplificou a possibilidade de muitos lugares entrarem em circuitos produtivos jamais sonhados.

⁹ Para Souza (1995, p. 14), trata-se, portanto, “de uma batalha mundial entre os interesses transnacionais, não tanto para a produção, que é flexível, e nem pelos lugares, que são múltiplos e inúmeros. A conexão geográfica possibilitada pela técnica insere qualquer lugar conectado, no circuito global de produção e consumo”.

Partindo da análise do pensamento de Milton Santos¹⁰, entendemos que as diferenças observadas entre os lugares são históricas e que a variação da organização do espaço é fruto de “uma acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2002, p. 3). Indo além, entendemos que as relações sociais praticadas num determinado lugar deixam marcas na sua paisagem na medida em que materializam formas espaciais que se agregam ao solo sendo expressão dos usos do território. Estas formas produzidas para e pelo uso social vão constituindo uma herança geográfica e espacial, de cada lugar, aparecendo com qualidades locais para novas apropriações deste “espaço-fator”, para usar mais uma expressão cunhada por Santos (2005, p. 140).

E mais: existe um contínuo processo de modernizações em curso que não atinge todos os lugares ao mesmo tempo com a mesma intensidade. Obedecendo à lógica racionalista do capital, e não aos interesses reais da vida dos homens, além de ser estimulado pelo Estado, esse contínuo processo é responsável por definir os usos do solo, a incorporação dos recursos naturais à lógica mecânica de reprodução capitalista, as relações entre os homens e os lugares, enfim, é responsável por definir as formações territoriais. Como a história de materialização do capital nos lugares é seletiva, elegendo áreas, o traço geral de tais modernizações é a desigualdade, já que, pelo favorecimento diferenciado do acesso a tecnologias, equipamentos e informações, por exemplo, estabelece-se uma divisão territorial do trabalho, impondo uma hierarquia aos lugares.

A partir dessa perspectiva, entendemos que a análise geográfica deve aprofundar a leitura das contínuas relações das sociedades com o espaço. Nessas relações, são produzidas novas formas/conteúdos espaciais que, em certos casos, realizam, na funcionalidade do presente histórico, a “vivificação” das formas pretéritas. Calcada numa epistemologia geográfica de Santos (1978, 1988, 1996, 2003, 2008), essa perspectiva permite reequacionar o horizonte teórico da geografia, elucidando, de forma mais eficaz, a leitura do mundo presente.

¹⁰ Para o autor “A geografia pretende utilizar como um de seus campos de trabalho ou como uma das geografias possíveis, aquela que se preocupa com a apreensão do contexto dos diferentes momentos, o que faz dela, de alguma maneira, a história de cotidianos sucessivos. O entrosamento entre técnica e história permite o entendimento do que se passou, do que se passa e eventualmente do que vai se passar, quando as técnicas se formam um conjunto unificado e único, movidas por um motor também único, o que permite uma visibilidade do futuro” (SANTOS, 2002, p.1).

Santos (1978) argumenta que o espaço, por ser uma materialidade passível de localização, mensuração e caracterização, dever ser entendido com um “fato”. Ou por outra, cada lugar, sendo dotado de qualidades geográficas singulares e objetivas, tem uma existência material na superfície terrestre. Mas o espaço também deve ser apreendido como um “fator”, na medida em que sua diferenciação atua sobre os processos sociais de apropriação e uso dos lugares. As características presentes em dada localidade influem decisivamente nas relações sociais ali travadas, possibilitando a configuração de certas localizações.

Devido à relação estabelecida entre a sociedade e o espaço e a sobredeterminação assinalada da dimensão espacial dos fenômenos, o espaço pode ser tratado também com uma “instância” (SANTOS, 1978, p. 152), isto é, como um modo específico de avaliar a própria dinâmica social. A dialética contida nesse entendimento fornece-nos uma base teórica densa para discutir, na atualidade, a globalização e a fragmentação do mundo, as totalizações, os processos e os lugares.

Souza (2008), na mesma linha de interpretação da realidade explicitada por Santos (1978, 2005), enfatiza que, no mundo de hoje, os espaços preferidos pelo processo de globalização como conjunto de possibilidades são aqueles caracterizados pela riqueza, ou seja, o espaço das empresas. Para a autora, “os espaços da globalização” “são os territórios usados pelos ricos, pelas empresas que pela sua natureza se constituem em espaços privilegiados para o funcionamento do mundo dito globalizado” (SOUZA, 2008, p. 8).

Diante de todas essas reflexões, ressalto que, através dessa perspectiva de método, revelo minha concepção de mundo e busco uma interpretação do território brasileiro a partir de uma geografia construída pelo uso do território associado à presença das instituições de ensino superior. Entendo que se chega à realidade geográfica dos lugares somente a partir do território usado. Com a globalização, os territórios são conhecidos e, na medida em que uma gama de dados, estatísticas e imagens sobre os lugares e suas possibilidades de usos efetivos são disponibilizados, o território usado passa a ter um papel ativo e motor, sendo compreendido, como “unidade e diversidade”. Trata-se de uma questão central da história humana e de cada país, constituindo o pano de fundo do estudo das diversas etapas do desenvolvimento não só do ensino superior no Brasil, mas principalmente do momento atual.

Santos e Silveira (2000, p. 9) esclarecem que o território, na perspectiva da geografia que se constrói, é visto como “algo já preenchido por pessoas e objetos historicamente constituídos, cuja integração com a natureza, bruta ou trabalhada, constitui o quadro de vida que ninguém escapa”. Através do território e do seu uso, é possível reconhecer, analisar e estudar, pela leitura geográfica, o fenômeno da educação superior. O ensino superior representa, como defendemos em tese, nova variável para a compreensão das remodelações do território brasileiro em técnica, ciência e em informação, sem perder a dimensão geográfica desse imbricado processo. É, pois, na constituição e funcionamento de um espaço impregnado de técnica, ciência e informação que, mirando o mundo do trabalho, torna-se decisiva tanto a crescente demanda pelo ensino quanto a qualificação das pessoas.

O período atual de globalização oferece-nos uma novíssima expressão geográfica. A ciência, hoje associada à técnica e cingida pela informação, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. Daí considerarmos, hoje, o espaço geográfico emergente como um “meio técnico-científico-informacional”.¹¹

Em pesquisa sobre “os sistemas orbitais e o uso do território”¹², Castillo (1999, p. 12) observa que o período histórico contemporâneo é mais do que uma herança das mutações precedentes:

Ele preconiza uma nova era do uso e conhecimento do território, ao mesmo tempo em que são mantidos os princípios básicos da economia de mercado, fazendo-se uso dos meios técnicos novos, cada vez mais sofisticados.

¹¹ Milton Santos (1985, 1994, 1996) explicita que a união entre ciência, técnica e informação gera um novo meio técnico-científico-informacional, que constitui a cara geográfica da globalização. Chegamos ao fim do século XX, e o homem, por intermédio dos avanços da ciência, produz um sistema de técnicas presididas pelas técnicas da informação. Elas passam a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando a presença planetária desse novo sistema técnico.

¹² Em sua tese de doutoramento, o autor defende que “uma nova geopolítica e uma nova geoeconomia se estabelecem, tomando o lugar de antigas estratégias dos Estados e das empresas. As bases do sistema continuam assentadas sobre a mercadoria, a concorrência, o lucro, a propriedade privada, enfim, sobre a produção socializada e apropriação e gestão privada do excedente. Produção de novas técnicas e produção de novas geografias fazem parte de um mesmo processo, inerente ao capitalismo desde os seus primórdios” (CASTILHO, 1999, p. 12).

Espaço de concretização das variadas possibilidades de existência do mundo, ao lugar, hoje, não cabem mais explicações fora do contexto de totalização; cabem explicações somente dentro de uma lógica que envolve as relações globais mediadas por objetos e sistemas técnicos (Santos, 1994b). O movimento do espaço geográfico, sinônimo de território usado, é resultante do movimento dos lugares.

No período atual, os imperativos de um mercado tornado global passam a comandar os acréscimos de ciência e tecnologia que o território brasileiro e seu conjunto de lugares começou a incorporar, nos anos de 1970. Silveira (2005, p. 156) observa que a informação substitui a indústria como variável motora. Cabe ressaltar que não se trata de diminuir em importância os dinâmicos processos industriais, mas de apontar a relevância de um fenômeno novo: a produção, a circulação e o acesso à informação e ao conhecimento.

Adquirindo novas formas-conteúdos, o território exige, portanto, novos comportamentos em virtude das grandes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação de insumos, mercadorias, dinheiro, ideias, informações e conhecimentos, quer seja das ordens quer seja dos homens. Instituído-se processos modernizantes dialéticos, no e do território, e unificando o mercado, produzem-se espaços de fluidez, de forma que o consumo consolida-se em novos espaços territoriais, e a seletividade espacial para os investimentos empresariais mais poderosos ganha novos lugares, novas possibilidades.

Conforme Milton Santos (1977, p. 87), “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”. Daí, na sua determinação geográfica, eles serem seletivos, reforçando, dessa maneira, a especificidade dos lugares. É a partir dessa perspectiva analítica que podemos compreender a localização dos homens, das atividades econômicas, dos serviços, no espaço que responderiam tanto às necessidades externas de reprodução do modo de produção vigente, quanto às internas que corresponderiam às estruturas das sociedades nacionais.

A cada nova divisão internacional do trabalho corresponde uma nova divisão territorial do trabalho responsável pela seletividade nos usos e no poder de “mandar e obedecer” dos lugares. Como já foi afirmado, as diferenças entre os lugares são, portanto, o resultado de arranjo espacial dos modos de produção particularizados. “O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de

produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional” (SANTOS, 1977, p. 88).

Em suas reflexões, Milton Santos ainda sustenta que a sociedade em processo realiza-se sobre uma base material, de forma que a análise do lugar ganha uma atenção especial como categoria de análise. É o lugar que atribui às técnicas o princípio da realidade histórica, relativizando seu uso e integrando-as ao conjunto da vida. Enquanto o lugar permite a co-presença, a convivência, a contiguidade, a vizinhança, a aproximação, a interação, enfim, o estar em comunidade, por outro lado, a categoria lugar ganha uma nova realidade que se vincula à ideia de existência particular. O lugar tem a dimensão da realização de um processo que se configura pela articulação mundo-lugar, como um quadro de referência pragmática do mundo. Já que o mundo aparece como algo que não se concretizou completamente, o “mundo não é apenas um conjunto de possibilidades cuja realização depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 2005, p. 271), o lugar, nessa dinâmica, oferece ao movimento contínuo do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz.

Santos (2008), em sua obra *Técnica, Espaço, Tempo*, explicita, definitivamente, a força da técnica como parte de sua epistemologia do espaço. Nessa obra destaca que, muito embora esteja longe de ser uma explicação da história, a técnica constitui uma condição fundamental para sua explicação. Esse livro traz em seu cerne o fato de considerar o presente período histórico como algo que pode ser definido com um sistema temporal coerente, cuja explicação exige que sejam levadas em conta as características atuais dos sistemas técnicos e suas relações com a realização histórica.

Kahil (1996, p. 73) observa que “desde sempre a existência do homem supõe o meio técnico. A quantidade dos elementos técnicos faz aparecer as formas cujo conteúdo é dado pelas ações humanas”. Assim, o território usado é um híbrido de forma e conteúdo: é a cristalização dos momentos anteriores. Presente nas relações sociais que nele se realizam, é o lugar de encontro entre o passado e o futuro¹³.

¹³ Nas reflexões de Santos (1994), “essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. Assim, empirizamos o tempo tornando-o material e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem materialidade. A técnica entra aqui como um traço-de-união, historicamente e epistemologicamente” (SANTOS, 1994, p. 42).

Em virtude dessa forma particular de leitura do mundo, entender as realidades geográficas do presente exige, por parte do geógrafo, “um profundo entendimento dos objetos técnicos que mobilizam o espaço – uma tecnosfera, e ainda o entendimento do período, como um modo de vida – uma psicosfera” (KAHIL, 1996, p. 75). Juntas, tecnosfera e psicosfera constituem a centralidade do meio técnico-científico-informacional.

Tendo como base estas reflexões, algumas questões são evidenciadas considerando a histórica e atual formação socioespacial brasileira. Como, ao longo dos anos, as Instituições de Ensino Superior (IES)¹⁴ vão constituindo-se materialidades no território nacional? Por que alguns lugares vão apresentar um expressivo adensamento de IES enquanto, em outros, este evento é tido como raridade? Quais fatores e agentes sociais interferem no processo de transformações territoriais no Brasil, considerando as IES como evento neste processo? Como e por que a cidade de Juiz de Fora/MG exhibe o processo de seletividade espacial das IES no Brasil?

Estas perguntas, ao que nos parece, podem ser respondidas a partir da compreensão de que o espaço geográfico é sinônimo de território usado, como já enfatizamos. Do uso do território, também, cria-se o território. Não podemos perder a capacidade de refletir, a todo momento, sobre o fazer humano, sobre as inferências, pelo uso, das formações territoriais.

Expostas estas questões, temos como hipótese que a distribuição das IES pelo território é resultado de uma seletividade espacial rigorosa, engendrando os processos dialéticos de homogeneização e diferenciação espacial. O entendimento de que o mundo se constitui por um conjunto de possibilidades dadas nos lugares viabiliza a compreensão de que o território brasileiro, no atual período histórico, é povoado de maneira desigual por instituições de ensino superior. Esta compreensão dos processos que povoam as relações do mundo e dos lugares estimula e favorece a busca da tese a ser defendida.

Para melhor delinear esta pesquisa, seu percurso está dividido em três partes: na primeira, com dois capítulos, enfatizamos a compreensão do fenômeno técnico expresso nas dinâmicas do funcionamento do mundo do presente.

¹⁴ Esclarecemos que, para praticidade de leitura, no decorrer do texto, será usada a sigla IES quando nos referirmos à expressão Instituição de Ensino Superior.

Encaramos a realidade como uma totalidade em movimento, daí a categoria analítica do uso do território. Os usos, além de serem múltiplos no tempo e no espaço, consistem numa expressão para o entendimento da realidade contemporânea, desdobrada nas outras partes que compõem a pesquisa. Refletimos ainda sobre a difusão das ações e dos objetos técnicos, a qual não se dá de maneira uniforme ou homogênea. A heterogeneidade, portanto, vem da forma como ações e objetos se inserem, desigualmente, na história e no território, no tempo e no espaço. Em suma, discutimos no segundo capítulo que os lugares constituem o mundo, reproduzido de modos particulares, específicos e individuais. Daí a reflexão que fazemos de como os lugares expressam as manifestações da totalidade-mundo, manifestações estas captadas pelos processos de formação territorial, visíveis e perceptíveis nas formas-conteúdos particulares dos lugares.

A segunda parte apresenta as reflexões sobre o território brasileiro e as IES. Para tanto, discutimos, no terceiro capítulo, como as universidades e outras IES constituem-se como materialidade no mundo e no Brasil. Encontramos, nas periodizações apresentadas, uma forma de explicitar a questão do método e da epistemologia que queremos construir. As periodizações constituem uma forma didática de desenvolver a tese, na medida em que consideramos a totalidade em movimento como “pano de fundo”. Buscamos aproximar-nos da realidade tangível através da identificação de três meios geográficos distintos no Brasil, sendo que cada periodização vai corresponder à existência de cada um desses meios. Dessa forma, no quarto capítulo, abordamos o meio geográfico que acolhe e agrega as primeiras ideias e experiências de educação formal no país, constituindo-se nos arautos da educação superior no Brasil. No quinto capítulo, identificamos novas demandas territoriais no Brasil e, com elas, o impulso na construção da primeira universidade brasileira. Enfim, no sexto capítulo, discutimos o atual período, caracterizado não só pela densidade técnica, científica e informacional do meio, mas também por uma verdadeira eclosão de novas IES espalhadas pelo conjunto de lugares do território nacional.

A terceira e última parte compreende as reflexões sobre a formação territorial de Juiz de Fora (MG) que, nesse processo, apresenta as dinâmicas da concentração de IES. Destacamos o tema da especialização produtiva através da intensificação das densidades técnicas e informacionais no território. Enfatizamos que os processos de seletividade espacial não constituem atributos do atual

momento histórico, quando observamos mais claramente sua existência. Defendemos que a seletividade espacial deriva tanto de uma combinação entre atributos das localizações, mutáveis ao longo do tempo, quanto, como no caso que buscamos compreender, das necessidades e possibilidades de as IES atenderem às necessidades e vontades de um conjunto de agentes políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, a última parte da pesquisa está dividida em dois capítulos: o sétimo aborda os processos de formação territorial de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata de Minas Gerais, com ênfase nos aspectos das modernizações que a cidade vivenciou nos períodos analisados; o oitavo e o último capítulo destacam tanto a presença das IES em Juiz de Fora quanto o uso do território, por estas instituições. Trata-se, portanto, das razões do mundo no conjunto dos lugares.

Nesse sentido, a compreensão geográfica que elaboramos da realidade brasileira considera que cada momento histórico dos processos de usos do território nacional tem a marca de suas técnicas. Tais processos, por conseguinte, engendrarão complexos e dinâmicos sistemas técnicos cujos elementos funcionam de modo solidário e eficaz, estando, inclusive, em sincronia com seus precedentes. Sabemos que, nestes tempos acelerados, de intensa criação e difusão de novas IES pelo território brasileiro, o “tropol de eventos desmente verdades estabelecidas e desmancha o saber” (SANTOS, 2005, p. 18). Eis, pois, motivos suficientes para a construção constante de novos e questionadores conhecimentos desse sempre novo território brasileiro. Temos consciência de que esta é apenas uma das muitas compreensões que possam ser elaboradas sobre a nossa realidade.

1ª PARTE

DO MUNDO AO LUGAR: TÉCNICAS, AÇÕES E OBJETOS – UMA COMPREENSÃO GEOGRÁFICA

Nesta parte, como já foi explicitado, damos ênfase à compreensão do fenômeno técnico expresso nas dinâmicas funcionais do mundo do presente. Para a compreensão dos processos, identificamos o território usado como categoria analítica e encaramos a realidade como uma totalidade em movimento. Como os usos são múltiplos no tempo e no espaço, o uso do território é uma expressão para o entendimento da realidade contemporânea. Esta, desdobrada nas outras partes que compõem a pesquisa, caracteriza-se pelos agentes, objetos e eventos, entre os quais a presença das IES. Se, por um lado, a difusão das ações e dos objetos técnicos não acontece uniformemente, ou de modo homogêneo, por outro lado, há que se pensar na heterogeneidade como ações e objetos se inserem na história e no território, no tempo e no espaço. Produtos dessa heterogeneidade, os lugares constituem o mundo, reproduzido de modos particulares, específicos, individuais. Eis, portanto, a reflexão que fazemos nesta parte: nas formas-conteúdos particulares dos lugares, estão expressas manifestações da totalidade-mundo.

1 APROXIMANDO-SE DOS LUGARES DO FAZER DOS HOMENS: A TÉCNICA, AS AÇÕES E OS OBJETOS

Este capítulo, traçando considerações sobre a importância da técnica na interpretação do mundo do presente, parte de uma transcrição de parte de um texto publicado por Pierre George:

É difícil não tirar destas páginas – como de um rápido voo por cima do mundo – a impressão de uma extraordinária disparidade. As diferenças de técnicas, aumentando brutalmente no curso do último século, agravaram as desigualdades entre as coletividades humanas. Os imensos progressos realizados nas técnicas físico-químicas, na instrumentação matemática, aplicados na indústria, que preparam a utilização banal da energia nuclear e, porventura, o turismo interplanetário (...) estão longe de haver acarretado um desenvolvimento global da humanidade. A agricultura de certas regiões africanas ou sul-americanas mal ultrapassou as técnicas do neolítico. Entre os campos e as cidades de muitos países, as diferenças de modos de existência, de rendas, de mentalidades, são ainda sensíveis. E, no entanto, nunca esteve a informação tão presente nem tão insistente em toda a parte. Nunca as distâncias pareceram tão reduzidas pela possibilidade de transpô-las em tempos cada vez mais curtos. Não representa o menor dos interesses nem o menor dos papéis da Geografia a revelação da diversidade da marca deixada pelo homem sobre o planeta, a descontinuidade das formas dessa marca e, também, as contradições entre as tendências uniformizadoras e as crescentes deformações. É assim que a Geografia afirma melhor a sua especificidade em relação a todas as disciplinas que sonham universalizar “modelos” sem ver que, quanto mais se apuram e complicam as técnicas, tanto menos podem elas ser universais. O seu próprio desenvolvimento faz com que surjam e cresçam as diferenças que outrora se consideravam desprezíveis, e renova sem cessar o campo de investigação reservado aos geógrafos (GEORGE, p. 208).

No contexto histórico observado pelo geógrafo francês, as técnicas faziam-se presentes em sua criteriosa análise da realidade. Ao investigar as transformações operadas pela ação do homem sobre uma geografia natural, observa que, pela extensão e aperfeiçoamento das técnicas, dá-se um fenômeno paradoxal: se, por um lado, em virtude das profundas diferenciações, agravam as “desigualdades entre as coletividades humanas”, por outro lado, uniformiza-se um sem-número de coisas. A despeito das brutais disparidades, aproximam-se os mais diversos povos do planeta.

Max Sorre (1967), em meados do século XX, já nos alertava sobre a importância do fenômeno técnico na abordagem geográfica: segundo este geógrafo, a técnica, de modo integrado, passava a interferir profundamente na organização do espaço e, por conseguinte, levava o homem a situar-se “cada vez mais numa atmosfera artificial”. Em certo sentido, as forças hegemônicas da globalização, vieram concretizar, em todos os lugares, essa atmosfera artificializada, prevista por Sorre, numa confluência de tensões: forte tensão entre as relações travadas nos lugares (horizontalidades) com as advindas da ordem global (verticalidades).

Carneiro Leão¹⁵, no artigo “A técnica e o mundo no pensamento da Terra”, argumenta que a Terra é mais antiga do que o homem e a história:

A Terra não pode ter nem lugar nem data nem certidão de nascimento. O homem é mais antigo do que o mundo e a técnica. O mundo e a técnica têm lugar e data marcada, possuem certidão de nascimento. Por isso a técnica pretende submeter o homem com tecnologia, dirigindo a história e substituindo a terra pelo mundo (LEÃO, 2009, p. 18).

Santos (2008, p. 63) salienta que a base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares.

Como propõe Santos (1997), com o período técnico-científico, espaço e tempo fundiram-se, de forma que as ciências sociais não têm como tratá-los separadamente. O espaço é, então, síntese da união dos sistemas de objetos e sistemas de ações. Com as técnicas, que materializam essa união, “não são apenas as ações, como temporalizações práticas, que são Tempo; os objetos, como espacializações práticas, restos de passadas temporalizações, também contêm tempo”.

Surgindo histórica e epistemologicamente como suporte material dessa união, a técnica é como mediadora e reguladora das relações do homem com o seu espaço-tempo. Meio técnico-científico, o espaço é hoje formado por uma tecnoesfera (entendida como a crescente artificialização do meio ambiente) e por uma psicoesfera (entendida como resultado “das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações

¹⁵ Revista Tempo Brasileiro, nº 94. Disponível em: <http://filoinfo.bem vindo.net/filosofia/modules/articles/article.php?id=35> (Acesssdo em 22 de fevereiro de 2009).

interpessoais e a comunhão com o Universo”) (SANTOS, 2008, p. 96). Ao espaço acrescenta-se ainda um novo estrato, fruto da interseção da tecnoesfera e da psicoesfera: a infoesfera. Consoante o crescimento em expansão do universo, a infoesfera cresce continuamente, em escala e complexidade, abrangendo as tecnologias da informação e todo o imaginário social que se forma sobre elas

Mediante as necessidades das forças hegemônicas, no período atual, a ciência e a técnica estão mais presentes do que nunca nos processos de organização e reorganização do território. Dessa forma, os objetos técnicos, os fixos, tornaram-se cada vez mais diversificados e artificiais. Em virtude das mudanças de comportamentos e das novas necessidades sociais, constata-se transformações nas paisagens, impondo novos conteúdos às formas, dotando-as de novas funções ou criando outras, de forma a imprimir, nos lugares, as características desse novo período.

A técnica é, essencialmente, uma modificação *sui generis* do fazer ou do agir, da ação do homem, sobre a qual nos alerta George (s/d). Nas palavras de Heidegger, em *A época da imagem do mundo* (1979, p. 14)¹⁶:

Se pensarmos a técnica a partir da palavra grega *téchne* e de seu contexto, técnica significa: ter conhecimentos na produção. *Téchne* designa uma modalidade de saber. Produzir quer dizer: conduzir à sua manifestação, tornar acessível e disponível algo que, antes disso, ainda não estava aí como presente. Este produzir, vale dizer o elemento próprio da técnica, realiza-se de maneira singular, em meio o Ocidente Europeu, através do desenvolvimento das modernas ciências matemáticas da natureza. Seu traço básico é o elemento técnico, que pela primeira vez apareceu, em sua forma nova e própria, através da física moderna. Pela técnica moderna é descerrada a energia oculta da natureza, o que se descerra é transformado, o que se transforma é reforçado, o que se reforça é armazenado, o que se armazena é distribuído. As maneiras pelas quais a energia da natureza é assegurada são controladas. O controle, por sua vez, também deve ser assegurado.

Na análise do filósofo Franklin Leopoldo e Silva (2007)¹⁷, o poder da técnica esvaziou a política, que se diluiu na esfera econômica, numa tecnocracia economicista: “O triunfo da tecnocracia é a abolição da política”, explica. Entretanto, esse vazio da política pode ser só aparente, pode constar apenas de um projeto maior das ideologias dominantes que comandam a construção das “psicosferas”: a

¹⁶ In *Sendas perdidas*. Trad. Jose Rovira Armegnol. Buenos Aires: Losada.

¹⁷ *Scientiae studia*, sp v. 5, nº3.

despolitização é uma estratégia política utilizada pela tecnocracia, segundo o pensamento de Silva (2007, p. 7): oculto por trás da máscara de objetividade técnica, estaria um projeto político de dominação transnacional. A base desse projeto é negar a política como deliberação, isto é, como exercício das palavras ou da discussão. “A tecnoburocracia, que ocupou o vazio da deliberação política, despreza a palavra, trivializa e degrada a interação política que a palavra deveria proporcionar, no propósito de transformação”, argumenta o autor.

A julgar pelas conclusões expressas pelo filósofo Franklin Leopoldo e Silva e remetendo-nos à perspectiva de um “futuro como âncora”, podemos dizer que o vazio político da ausência de deliberação dificulta as possibilidades de projeção e planejamento do futuro, de forma que ele parece antecipar-se.

Ao contrário do que divulgam os ideólogos e anunciadores do presente amplificado, o acesso à técnica não gerou apenas facilidades e oportunidades de comunicação, informação e deslocamentos. A observação da difusão do meio técnico-científico-informacional, a partir dos instrumentos oferecidos por uma teoria da geografia nova, permite dizer que esta difusão desigual não sustentou (nem sustenta) a emergência de uma autoproclamada sociedade da inteligência ou do conhecimento (RIBEIRO, 2006).

Para desmascarar esse discurso, basta observar, no país, a discrepância entre os investimentos realizados em educação, em particular na educação superior, com o conseqüente título universitário, e a garantia de postos de trabalho. Ou seja, apesar do aumento galopante do número de IES e do crescimento do número de vagas em cursos superiores e profissionalizantes, o desemprego, mesmo entre os que possuem o diploma universitário, ainda é elevado¹⁸.

De forma mais incisiva, Ribeiro (2006) enfatiza que, no Brasil, ao contrário, a expansão do sistema de ensino superior público e privado, ajustado à atual fase do capitalismo, apesar de permitir contínuas inovações técnico-administrativas e a configuração de redes de produção de conhecimento, possibilitou uma difusão altamente excludente de elementos de mais uma “onda modernizadora” que, como

¹⁸ Preparado pelo economista Marcio Pochmann, com base nos dados do Ministério da Educação, um estudo mostra que, dos 3,3 milhões de brasileiros que concluíram o ensino superior, de 1994 a 2004, 26% estavam fora do mercado de trabalho. Outra fratura exposta da vida econômica e intelectual brasileira: quase 10% dos ocupados com nível superior trabalhavam em atividades abaixo de sua qualificação. Fonte: http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=17393. Acessado em 23/09/2009.

as anteriores observadas, é incompleta, subordinada, dependente e, em grande parte, mimética.

As modernizações vivenciadas pelo território explicitam um projeto político, social, de globalidade e totalização que pretendem, com a aceleração de processos, impregnar de racionalidade o cotidiano vivido das populações. Falamos de modernização na medida em que existem espaços geográficos que ainda não vivenciaram a racionalidade desse projeto político, necessitando, por isso, ser ainda analisado.

Os aspectos da difusão de uma racionalidade com base na técnica, na ciência e na informação são analisados por Ribeiro (2006, p. 4):

A difusão do novo meio, comandada internamente pelas metrópoles, obedeceu aos interesses que se associaram na privatização dos sistemas de comunicação e na reestruturação da economia brasileira, o que pode ser constatado tanto pela crise aberta no denominado mundo do trabalho quanto pelos produtos que fazem da imagem e da propaganda, ou seja, da manipulação da psicosfera, o sustento de sua inclusão (por vezes mais idealizada do que real) no mercado globalizado.

Nesse sentido, é inevitável recorrer à interpretação elaborada por Santos que trata a globalização, característica do atual período histórico, como fábula, como perversidade e como possibilidade aberta ao futuro de uma nova civilização planetária. Milton Santos, em *Por uma outra globalização*, obra publicada em 2002, chama a atenção para o caráter perverso e totalitário do processo de globalização em curso: “vivemos numa época de globalitarismo muito mais do que globalização” (SANTOS, 2002, p. 55). De certa forma, ignorando os muitos modismos e depositando suas fichas nessa esperança, Santos aposta na criatividade dos pobres em conduzir-nos ao conhecimento de uma saída alternativa para a alardeada perversidade globalmente instalada:

Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de lutas. Assim eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades. Nessa condição de alerta permanente não têm repouso intelectual (SANTOS, 2002, p. 132).

Analisando-se sob esse viés, Milton Santos questiona a incapacidade dos setores pensantes e vigilantes da sociedade em perceber o potencial da criatividade dos pobres:

A socialidade urbana pode escapar aos seus intérpretes, nas faculdades; ou aos seus vigias, nas delegacias de polícia. Mas não aos atores ativos do drama, sobretudo quando, para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias (SANTOS, 2002, p. 132).

Nas suas entrelinhas, a história narra uma ruptura progressiva entre o homem e seu meio. Hoje, com a tecnociência e com a economia mundializada, as sociedades tendem a adotar a unicidade técnica. Com a fluidez das novas técnicas de circulação, comunicação e controle, globaliza-se o espaço-tempo e derrubam-se os obstáculos à circulação do capital hegemônico, culminando nos espaços e tempos despóticos, nas espacialidades e temporalidades hegemônicas que permeiam o cotidiano da vida nos lugares.

Nesse contexto de globalitarismo, os agentes hegemônicos produtores das múltiplas relações de poder global detêm tanto capacidade técnica quanto capital para reservar, escolher e selecionar as melhores parcelas do território global, relegando aos agentes menos poderosos os fragmentos. Dessa forma, se, por um lado, promove-se a aceleração da riqueza, por outro, dialeticamente, concentra-se a pobreza. Esse movimento da seletividade, das escolhas, das opções por espaços geográficos específicos para o acúmulo da técnica, da ciência e da primazia da produção e densidade da circulação da informação, promove tanto a polarização da riqueza quanto a dilaceração dos mercados, dos circuitos produtivos e da população submetida a essa lógica. Estas características de “um mundo confuso e confusamente percebido” tem entre outras bases materiais “a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta” (SANTOS, 2002 p. 20). É na difusão da base técnica que o grande capital se apoia para construir a globalização como perversidade.

Articulando-se às constatações de Santos (2002), encontramos Prigogine (1996, p. 25), para quem estamos, de certo modo, chegando “ao fim da ciência”, na medida em que não é mais possível continuar falando e defendendo unicamente “leis universais extra-históricas”. É preciso acrescentar o temporal e o local, implicando, conseqüentemente, no afastamento dos ideais da ciência tradicional.

Nesse sentido, é necessário revisar os conceitos sobre as leis da natureza, sobre a sociedade, sobre o significado das instituições de produção de conhecimento, bem como sobre o indivíduo, senão ainda sobre a noção de igualdade e de diferença.

Contrariando os discursos que asseveram a irreversibilidade de um processo de globalização da humanidade, Santos (2002) sugere já haver, graças ao curso da própria globalização, os meios, as técnicas e as ideias para subvertermos a tão propalada “irreversibilidade” do processo global contemporâneo. Basta dotá-lo de características efetivamente mais globalizadas, mais sintonizadas com desejos, vontades, sonhos que permitam o constructo de espaços de vida decentes para todos, sendo, portanto, características menos “globalitárias”:

É muito difundida a ideia segundo a qual o processo e a forma atuais da globalização seriam irreversíveis [...] No entanto, essa visão repetitiva do mundo confunde o que já foi realizado com as perspectivas de realização. [...] O mundo de hoje também autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas a seu uso. A dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e para a esperança. [...] Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem ao território e ao cotidiano. De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso, uma outra significação. A globalização atual não é irreversível (SANTOS, 2002, pp. 160, 168, 173, 174).

Se, por um lado, a técnica permite a conquista do mundo pelo capital, por outro lado, a sua apropriação e o seu uso produzem desigualdades, heterogeneidades, diversidades e complementaridades dos lugares. Dessa forma, Santos (2002) considera a técnica e seus usos e apropriações como fator central no processo de construção de um outro mundo possível. Essa concepção vincula-se ao pensamento de que a técnica permite-nos refletir, de modo mais amplo, sobre o fazer humano, isto é, sobre o pensar e o fazer cotidiano das populações, possibilitando, inclusive, que encaremos o seu uso como possibilidade de alavancar outros projetos com fundamentos sociais e políticos distintos.

Analisando-se a evolução histórica do capitalismo, entenderemos que ela se caracteriza por consecutivas tentativas de aniquilar o espaço. Todavia, a diminuição das barreiras espaciais não implica, como já nos alertou Vallaux (1914), a negação do território, muito menos sua homogeneização, sob pena de estarmos cometendo um grande equívoco: o de reduzir o espaço geográfico à noção de distância física.

O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do meio associado asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização (SANTOS, 1996, p. 37).

Para Ribeiro (2004), no atual período histórico,¹⁹ “têm sido fortemente alteradas as relações entre produzir conhecimentos e fazer política”. Da mesma forma que muitos agentes estão empenhados em compreender e explicar as situações, os acontecimentos e as rupturas, bem como as relações, os processos e as estruturas que se formam e transformam-se com a sociedade global, nessa mesma sociedade global subjazem as sociedades nacionais, em seus segmentos locais e arranjos regionais.

Compreendendo o lugar como inserido no contexto global, percebemos que as interconexões desses espaços com tantos outros variam consoante sua capacidade de acumulação da técnica, da ciência e da informação. Trata-se de aspectos, segundo Milton Santos, reveladores tanto da produção histórica da sociedade quanto da inserção na produção e acúmulo da riqueza, em resposta aos ditames do capitalismo:

Os lugares são reveladores, basta atingi-los. Essa ruptura manifesta nos lugares pela alegria que, apesar de tudo, eles irradiam, deve ser também compreendida não como visão forjada pelo mundo (o da globalização), de incerteza e caos: nos lugares busca-se furiosamente a liberdade (SOUZA, 1997).

¹⁹ “A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são também, antecidos e sucedidos por crises [...]. Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo, até recentemente. O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração de tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações” (SANTOS, 2000, p. 33).

Nos lugares, pode ocorrer a resistência aos impositivos de uma cultura de massa, a “resistência ao localismo que destina aos pobres a cidadania restrita e limitada” (RIBEIRO, 2004, p. 44). Neles, também é possível reconhecer rugosidades²⁰ que impedem as localizações desejadas pela ação hegemônica, alimentando a noção de território que deverá substituir a que orienta essa ação.

Com o intuito de entender a universalização (totalidade) em tempos e espaços diferenciados do território (singularidade e simultaneidade), a Professora Maria Adélia de Souza (1993) desenvolve o conceito de conexões geográficas. Para ela, “as conexões geográficas são conexões de lugares do espaço, totais, singulares”. As conexões geográficas são atributos do espaço, neste período da história (SOUZA, 1993, p. 125) e conhecê-las torna-se preponderante ao conhecimento geográfico.

Essas construções teóricas são também de cunho metodológico nesta pesquisa e nos auxiliam na análise de nosso objeto de investigação, uma vez que consideramos o espaço uma totalidade, e todos nós, sujeitos, empresas, governo, instituições, somos responsáveis por esse movimento da totalidade. Apreender a totalidade, ou melhor, buscar conhecer a realidade intangível, expressa pela totalidade, é o grande desafio da geografia hoje. Daí o uso do território configurar uma categoria analítica para o entendimento da realidade contemporânea.

Ao se dedicar à elaboração de um conhecimento do mundo e do conjunto dos seus lugares, Ribeiro (2004, p. 45) salienta que “é nos lugares, cujos limites desobedecem à escala da ação do Estado ou das firmas, que a horizontalidade

²⁰ A ideia de ‘rugosidades espaciais’ expressada de diferentes modos desde o século XIX por Marx, Bachelard, Hegel e outros autores, foi relida por Milton Santos (1980) a partir do método geográfico com o objetivo de fundamentar o importante papel das heranças espaciais nas periodizações. A noção de ‘rugosidades’ complementa a concepção de que as formações sócio-espaciais são, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço não refere-se apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo. Para Santos (1980, p. 138): “as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de um a divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (...) O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”. As ‘rugosidades’ são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características sócio-culturais específicas. Santos (2005, p.140) ainda saliente que “chamemos rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

costurada por práticas de cooperação anula, ou refrata, vetores da verticalidade dominante”. Isso corrobora o pensamento de Santos (1996, p. 206-207) quando este destaca que

Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual.

Se é no território que se concretizam as ações dos homens, é pela técnica que o conhecimento humano se historiciza. A técnica sempre se dá de forma sistêmica: “Cada momento histórico tem a marca de suas técnicas” (FIGHERA, 2003, p. 99). Eis porque cada época produzirá sistemas técnicos cujos elementos funcionam de modo solidário e eficaz, estando, inclusive, em sincronia com seus precedentes e podendo, ainda, ser definida pela técnica.

Presenciando a convergência dos momentos, presenciando o meio técnico-científico-informacional como nova feição do espaço e do tempo, presenciando a ciência, a tecnologia e a informação como base técnica da sociedade atual e a substância do meio geográfico, podemos dizer que vivenciamos um episódio ímpar da história.

Buscando interpretações sobre a realidade que construímos e que, dialeticamente, nos produz, Jacques Perrin (1996 p. 107) enfatiza que nossas sociedades valorizam as ciências e as técnicas. No entanto, da mesma forma que reconhecemos facilmente, na vida diária, nossa extrema dependência das técnicas, também identificamos um déficit no que diz respeito à reflexão pedagógica, histórica e filosófica sobre as mesmas.

A análise da realidade geográfica advinda das transformações promovidas pela imersão técnica possibilita destacar muitas questões entre as quais Santos (2002, p. 332) menciona três, no contexto da temática que abordamos, envolvendo uma reflexão sobre o papel das técnicas no espaço geográfico:

O espaço geográfico assim remodelado é considerado como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.

No plano global, as ações, mesmo “desterritorializadas”, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações.

A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas, também, o confronto, graças à sua própria ordem.

Esses destaques de Milton Santos reforçam o pensamento de que uma das grandes contradições do mundo contemporâneo é aquela que opõe, de um lado, o acelerado desenvolvimento técnico e, de outro, o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e territoriais, já destacado. Este e outros processos fazem parte, como já mencionamos, da lógica de acumulação capitalista que, a um só tempo, cria a abundância e a escassez, divide e especializa o trabalho na unidade de produção, na sociedade e no território, com base no desenvolvimento geograficamente desigual e combinado.

Vivemos em um mundo em que ciências e técnicas interferem constantemente nos fatos ou nos discursos que dão conta dos mesmos, e nos quais o termo “tecnociências” é cada vez mais frequente. Dominique Janicaud (1996 p, 205), interpretando o pensamento de Heidegger sobre a técnica, explicita que

A técnica é, na verdade, um dispositivo [...], uma nova disposição em relação às coisas e às maneiras de organizá-las. Ela é, portanto, decisiva para todos os aspectos da vida – e, de certo modo, totalitária, pois decide nossa atitude em relação às coisas –, ela é, em suma, do destino, pois ninguém pode realmente escapar dela.

A técnica, compreendida como um “híbrido” de materialidade e intencionalidade, revela-se como mediação necessária na constituição do espaço geográfico. Se, através dela, podemos dar conta, por um lado, do global, do geral, isto é, do abstrato que caracteriza o mundo, por outro lado, podemos abarcar o local, o particular, ou seja, aquilo que existe concretamente e materializa-se num ponto da superfície terrestre. Partindo desse raciocínio, chegou-se a definir a geografia como uma “filosofia das técnicas” (SANTOS, 1988). Hoje, não podendo mais ser explicado por si mesmo, somente a partir de uma lógica que envolve as relações globais

mediadas por objetos e sistemas técnicos, o lugar tornou-se espaço da concretização das possibilidades do mundo (SANTOS, 2002).

Antigamente, na ausência de sistemas técnicos complexos e integrados, os limites físicos e sensíveis do homem e dos grupos sociais, providos apenas de ferramentas simples, impunham um relativo isolamento e certa independência aos lugares e, conseqüentemente, aos grupos sociais. A complexificação das relações sociais e de troca bem como o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho são acompanhados por um desenvolvimento técnico que aumenta gradativamente a escala espacial de atuação social, com implicações na política, no campo jurídico, na cultura, na ideologia, na economia e, em particular, na geografia. Hoje, esse desenvolvimento mostra-se tão acelerado, que os sistemas técnicos, sofisticados pelo acúmulo da ciência, especialmente aqueles de produção e transmissão de informações, tornaram-se imprescindíveis tanto para a ação, agora organizada, pensada, quanto para a explicação dos fenômenos socioespaciais. Trata-se de objetos que nos rodeiam em todos os lugares, produtos de técnicas impregnadas de pensamento científico.

Jacques Perrin (1996), ao escrever sobre a cultura técnica, apresenta uma explicação a respeito dos inúmeros significados do termo 'técnica', esclarecendo que, para ele, esse conceito ora remete a conhecimentos e procedimentos específicos, ora a objetos, e até mesmo a organizações. O autor elabora um breve histórico das técnicas para evidenciar sua percepção:

Uma volta às fontes parece se impor: para os gregos, a *teckné* designava 'o método, a maneira de fazer eficaz' para atingir um objetivo, e a técnica da palavra, do discurso, foi durante um período da civilização grega, a técnica suprema. Hoje, porém, em nossas civilizações técnicas, as técnicas de produção é que ocupam o primeiro lugar na hierarquia das técnicas. Retomando o sentido original da *teckné*, definir-se-ão as técnicas de produção como o conjunto de meios necessários para atingir determinados objetivos de produção (quer se trate de produções industriais, como automóveis, ou agrícolas, como o trigo); esses conjuntos de meios são muito diversos, pois vão dos conhecimentos e das habilidades às ferramentas e máquinas, passando pelas organizações (as empresas, por exemplo), as instituições (que fixam regras e as normas), sem esquecer as representações simbólicas que usamos a propósito das técnicas, que lhes conferem, a nossos olhos certo valor (PERRIN, 1996, p. 104-105).

Colaborando para nossa leitura da técnica, outro autor (ORTEGA Y GASSET, 1998, p. 17) esclarece que o homem desenvolve a técnica para resolver os problemas da sua vida cotidiana. No entanto, a técnica é convertida, pela sua complexidade, num gigantesco problema moderno para a humanidade. Para ele, a técnica é o que o homem executa para satisfazer suas necessidades. É a reforma da natureza, por força do seu trabalho e dos seus atos. É uma imposição paulatina da vontade humana à natureza. E quantas são as vontades dos homens hoje? Os problemas da vida cotidiana, no início do desenvolvimento das técnicas, não são mais os problemas da vida contemporânea, apesar de o cerne da existência da técnica ser o mesmo: a manutenção da vida humana.

Face a um meio geográfico constituído por parcelas crescentes de ciência e tecnologia, e cuja energia provém, sobretudo, da informação, uma proposta de método alicerçada nas técnicas e no território usado poderia contribuir tanto para o entendimento do mundo atual quanto para o entendimento deste mundo manifestado no lugar. Na formulação teórica elaborada por Milton Santos (2002), o espaço geográfico, dessa forma, é visto como território usado, e este é progressivamente densificado em técnicas e tecnologias. Tendo como fundamento material a aplicação de técnicas, os espaços em reorganização, construção, destruição são designados como meio-técnico-científico-informacional.

Ferrara (2002, p. 166) escreve sobre uma nova civilização imposta pelos ditames da globalização da informação, capaz de apresentar um modelo único de cultura que é imposto para todos os povos e terras. Para a autora, trata-se

Da construção de um meio técnico científico, isto é, momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dá com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas (...). Isso traz, em consequência, mudanças importantes, de um lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética e às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica.

Ao acúmulo de técnica na produção das coisas, do homem, do mundo, enfim, soma-se um aumento significativo da produção do conhecimento. Lyotard (1988) alerta para a tendência da transformação do conhecimento em valor de troca. Para ele “o saber é e será produzido para ser vendido e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos para ser trocado”. Perdendo seu valor de uso, o conhecimento deixa de ser para si seu próprio fim.

Na contemporaneidade, observamos que,

Enquanto o capital tangível (equipamento territorial) foi um dos fundamentos do desenvolvimento para sociedade industrial, o intangível (conhecimento e informação) o é para a sociedade informacional” (FIGHERA, 2003, p. 422).

Gertel (2002, p. 188) alerta-nos que, sem espaço, não há informação. Silva (1978, p. 7) defende que “o espaço é (...) o maior lugar possível. O lugar manifesta-se como área, região, território”. A informação transformada em produto, conhecimento, territorializa-se no espaço geográfico, modificando a forma e o conteúdo dos lugares. Altera os recortes de análise do concreto, do real e pede uma metodologia do movimento para captação da sua força transformadora.

A questão da fluidez do espaço agora se coloca presente no âmbito da informação e do conhecimento. Pierre Levy (2002, p. 19) lembra-nos que “vivemos num mundo que se movimenta em várias velocidades”. Finanças e informação, em tempos de globalização e fragmentação, passam a ser dados importantes, senão fundamentais, na arquitetura da vida social, no uso do território, na organização dos lugares.

É fundamental mergulhar na essência e na natureza do funcionamento do presente [...]; deixar o século XIX, com seu tempo social lento, e mergulhar no século XXI, com seu tempo acelerado que junta o aqui e ali. Esta é a possibilidade de empiricização do mundo que, sem dúvida, exige mudança epistemológica na geografia. [...] Neste período histórico, finalmente o futuro é âncora, não apenas o passado [...] (SOUZA, 2004, p. 77).

Santos (2002) destacou que a nova geografia, ao buscar entender o funcionamento do território usado, parte de um não-conformismo com o presente, investiga-o, buscando na história os elementos que possam ajudar a esclarecê-lo, voltando os olhos para o futuro, a fim de torná-lo mais justo:

O espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá a vida a estes objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade, num dado momento (SANTOS, 2002a, p. 42).

Milton Santos explicita seu método de investigação da realidade destacando que os processos, resolvidos em funções, vão se realizar através das formas geográficas, que podem ter expressões territoriais. “Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria” (SANTOS, 1997, p. 2). Assim é evidenciado porque o espaço contém as demais instâncias de análise da realidade: “Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico” (SANTOS, 1997).

Nesse sentido, as circunstâncias que cercam o tema são marcadas, portanto, pela heterogeneidade no território usado, com o aprofundamento dos níveis de concentração de renda e com o conseqüente aumento da exclusão social e da diferenciação entre os lugares.

Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas (SANTOS, 1997, p. 2-3).

Esta é uma explicitação de método que nos leva à compreensão de que cada lugar, na sua particularidade, é o próprio mundo. Ou melhor, como enfatiza Maria Adélia de Souza (1995, p. 65) “todos os lugares são virtualmente mundiais”. Apesar de o mundo ser um só, como bem nos ensinou o professor Milton Santos, os problemas resultantes das diversas funcionalizações do mundo, dadas nos lugares, conduzem a ênfases diversas no processo de análise da realidade. Da visão de mundo extraímos o método de conhecimento deste mundo, sendo o meu “trabalho reflexo da minha existência” (ORTEGA Y GASSET, 1984).

Para Marx (1974), conhecer é um processo e não um simples ato, num momento, num lugar; enfim, conhecer não é apenas uma intuição. Enquanto permanecer na impressão genérica e ampla é ficar na aparência, desenvolver o raciocínio dialético é buscar a essência dos fenômenos. Isso exige um esforço de identificação das “contradições concretas e das mediações específicas que constituem o tecido de cada totalidade, que dão vida a cada totalidade” (KONDER, 1987, p. 45).

De certa forma, podemos dizer que a mundialização dos lugares é resultado da funcionalização dos eventos que, na leitura de Santos (2008, p. 170), consiste em oportunidades ou fatos gerados por uma dinâmica histórica que encontra sua vez em um lugar definido, através de formas que, hoje, são extremamente variadas, sendo, portanto, mediações específicas. A professora Maria Laura Silveira contribuiu para esta discussão enfatizando em seu trabalho que, “essa função é, primeiro, limitada num lugar, no qual o evento se materializa” (SILVEIRA, 2002, p. 205):

Se considerarmos o mundo com um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. [...] o lugar é o depositário final, obrigatório, do evento.

Este simples tocar dos eventos do mundo nos lugares cria o que Benko (1990, p. 65) denominou de “glocalidade”, quando chama a atenção para a dificuldade do tratamento teórico desta realidade:

Embora os eventos, pela sua materialização nos lugares, estejam ligados a uma estrutura única, eles não perdem sua individualidade – *uniqueness* –, pelo contrário contêm cada vez mais raridade porque têm sua própria totalização parcial (SILVEIRA, 2002 p. 205).

As profundas mudanças no mundo contemporâneo, oriundas da aceleração dos modos de produção dos objetos e das ações, promovem, nos lugares, determinada multiplicação dos eventos, gerando, ao mesmo tempo, a homogeneização e a diferenciação. De acordo com muitos cientistas sociais, com a mídia e com o senso comum, a globalização, ao acelerar as trocas comerciais, os diversos intercâmbios econômicos, a circulação de pessoas, de moedas e de

informações, apenas gera a homogeneização do espaço. Esses agentes não levam em consideração a força do lugar, que responde ao mundo de acordo com suas possibilidades. O lugar responde, com suas possibilidades, aos agentes históricos, à força do capital, à linguagem, entre outros.

Santos (2002a, p. 314), ao discorrer sobre o método de investigação dessa realidade, esclarece que

Para entender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. Também devemos evitar o risco de nos perder em uma simplificação cega, a partir de uma noção de particularidade que apenas leve em conta os fenômenos gerais dominados pelas forças sociais globais.

Daí a curiosidade de buscar entender como um lugar dá sentido ao fazer e ao pensar humano, criando uma diversidade de lugares, cada um à sua maneira, materializando o mundo. Como nos lembra Maria Adélia de Souza, “o mundo se dá nos lugares”; isso constitui um problema para o geógrafo preocupado em entender as novas facetas espaciais trazidas pela globalização.

A funcionalização do mundo nos lugares é dinâmica. O caminho para entender o lugar é pensá-lo a partir dos processos que o engendram, num cruzamento do tempo cronológico com o tempo do acontecer e manifestar dos eventos. O entendimento das composições técnicas de cada momento histórico é significativo, e é nesse sentido que a periodização aparece então como envergadura metodológica deste trabalho.

Santos e Silveira (2001, p. 20) esclarecem sobre a necessidade de elaboração da periodização nos estudos sobre o território usado:

[...] uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação [...] que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças.

As forças sociais globais sobre as quais nos alerta Milton Santos, manifestam-se no processo da globalização que, em tese, tenderia à maior homogeneização

entre os países, por meio do intercâmbio de conhecimentos, ideias e bens. Entretanto, na prática, acontece, essencialmente, uma homogeneização de padrões de consumo capazes de sustentar o modelo produtivo global determinado pelos países centrais, detentores de capital e de tecnologia. Por outro lado, apesar dessa força homogeneizadora, os lugares, com suas dinâmicas, promovem um remexer, criando, então, suas particularidades. A periodização, nesse intuito, induz-me a pensar o processo, ou a dinâmica do mundo que se impões nos lugares, ou ainda, como os lugares redimensionam, (re)ordenam, aceleram ou freiam, acrescentando novos agentes, novas normas, novas ações e novos objetos à totalidade. A periodização é, pois, um recurso de método na leitura e análise das relações mundo-lugar.

Partindo do modo como a informação, resultante da produção de conhecimentos, um dos sustentáculos da globalidade, é oferecida à humanidade, Santos (2002a) caracteriza essa globalização como “perversa”:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõem totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2002a, p. 36).

Lyotard (1988) também chama a atenção para esta característica do mundo contemporâneo. Para ele, é razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação de conhecimentos do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e das imagens o fez.

Segundo Vallaux (1914, p. 46), na teoria geral da circulação, a noção de movimento está subordinada à de troca, mas sua análise não se restringe a este dado econômico. Para o autor, a circulação deve ser entendida também quanto ao seu caráter político:

Desde sempre os homens não trocam apenas produtos, trocam também pensamentos; a circulação não é somente econômica e externa à intervenção do Estado [...] é nessa circulação interespiritual que, geralmente, transmite a energia ativa das diferentes formas sociais [...].

Sempre vinculando a questão econômica à questão política, o mercado acaba por usar a dimensão territorial para escolher os lugares onde alocar investimentos. Com novíssimas velocidades na circulação das pessoas, capitais, insumos, produtos, dinheiro, ideias, informações e normas, o território ganha novos contornos, novas formas, novos conteúdos. Dessa forma, agora sob a égide do mercado, um outro território usado se (re)desenha, como demonstram Santos & Silveira (2000, p. 31-32):

Distinguem-se, no Brasil, áreas onde a informação e a finança têm mais ou menos influência, da mesma maneira que antes a questão se colocava quanto aos produtos e à mão-de-obra. Definem-se, assim, densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez [...] Há, certamente, seletividade na expansão desse meio técnico-científico-informacional, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras.

Nesse sentido, observa-se que a divisão social e territorial do trabalho amplia-se, tornando-se mais complexa. Em todo o caso, a demanda por qualificações específicas aumenta em todo território, enquanto a oferta parece acompanhar as especializações produtivas dos lugares. Por isso entendemos haver uma relação entre o território e o crescimento do número de IES no Brasil. Primeiro, pelo fato de a educação superior, de maneira específica, ter entrado para o quadro dos serviços explorados sistematicamente pela iniciativa privada, promovendo, nesse segmento educacional, uma concorrência estilo “feira-livre”, lançando, a cada dia, novos “produtos”; segundo, porque acontece nos lugares onde se dão as demandas por oferta de mão-de-obra qualificada, treinada para exercer os novos apelos profissionais exigidos pela modernização da produção tanto no mundo quanto no Brasil.

A professora Catia Antonia da Silva (1999), em uma pesquisa por ela desenvolvida, alerta que, para entender a relação entre espaço, técnica, trabalho e objetos, é importante identificar a força social que se expressa por meio do saber e

do conhecimento. Ela destaca que “o saber é o elo entre o sistema técnico e o uso desse sistema pela sociedade. Não há trabalho (processo produtivo) sem saber, não há técnica sem transmissão de ideias processuais” (SILVA, 1999, p. 301).

Nesse espaço-tempo, sobrepondo-se a divisões pretéritas do trabalho, moldadas por outras empresas e pelo próprio Estado, observam-se grandes, médias e pequenas empresas, globais ou nacionais, usando o território nacional segundo suas aptidões, determinando, assim, uma nova divisão territorial do trabalho, relacionada aos seus circuitos de produção e distribuição.

Em trabalho desenvolvido sobre as reformas na educação superior, nos Governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luis Inácio Lula da Silva, Katia Lima (2007, p. 30-31) destaca que:

Na sociedade pós-capitalista ou capitalismo da informação, a categoria trabalho perde sua centralidade, substituída pelo conhecimento-informação. Os trabalhadores, possuidores deste meio de produção, deverão dominar a utilização das TIC (Tecnologias da Informação e comunicação) para conseguirem manter-se no mercado, que permanece como o centro da sociabilidade da sociedade pós-capitalista. Nesta sociedade, a lógica empresarial ordena todas as organizações, [...] e a educação escolar é considerada como a área de maior crescimento e investimento econômico das últimas décadas e de formação do trabalhador do conhecimento.

Podemos dizer que o saber tornou-se, nos últimos anos, uma das principais forças produtivas, trazendo significativas transformações para o mundo do trabalho e para os lugares. Ao adquirir a forma de mercadoria informacional, o saber tem papel fundamental no processo produtivo geral, principalmente no que concerne à competição dada pela aceleração da produtividade e, por conseguinte, à possibilidade de aumento da acumulação de capital.

Lyotard (1988) chama a atenção para o fato de que, na contemporaneidade, pode-se esperar uma explosiva exteriorização do saber em relação ao sujeito que sabe, em qualquer ponto que se encontra no processo de conhecimento:

[...] O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação do espírito ou mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estes últimos, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos para ser trocado. Ele deixa de ser para si seu próprio fim; perde o seu valor de uso (LYOTARD, 1988, p. 4-5).

Diante disso, acreditamos que, consoante o crescimento de IES do país, um novo uso do território passa a ser verificado, uma vez que esse crescimento acompanha essa lógica de mercado. Com o intuito de fornecer mão-de-obra treinada e qualificada à expansão dos circuitos produtivos – mas tendo como objetivo final a obtenção do lucro – expandem-se pelo país novos espaços de aprendizagem técnica e superior. Novas porções do território especializam-se e, com elas, as cidades.

É importante ressaltar que a compreensão do espaço geográfico como meio técnico-científico-informacional, por meio da construção analítica de conceitos-chave, como técnica, conhecimento-informação, trabalho e lugar, permite-nos chegar mais próximos ao conhecimento das alterações profundas do conteúdo (essência) e da forma (existência) do território usado.

As observações a respeito dos impactos da globalização indicam-nos que as mudanças trazidas pela técnica, ciência e informação, incidem com diferente intensidade em certos lugares, regiões ou cidades. A busca da construção de uma fluidez material e normativa no território nacional e urbano faz com que as empresas e o estado imprimam no território velocidades de transformações diferenciadas.

Maria Laura Silveira, em artigo sobre o trabalho, a globalização e seus impactos nas cidades médias, observa que, nesse aspecto, estas cidades apresentam uma especialização do saber e do fazer:

Embora a especialização intraurbana possa ser ainda mais ou menos difusa, a funcionalização do trabalho global nelas é pragmática. Tornam-se hipertéticas por seu excesso de finalidade e, assim, mais vulneráveis às transformações das políticas das empresas globais e de um Estado dócil à globalização. Suas funções são rígidas e isto se explica, em parte, porque o mandar é teleplanejado e telecomandado. As cidades médias são nós de uma divisão do trabalho à escala mundial, e o estudo de suas especializações pode ser uma pista para entender a atual organização do espaço (SILVEIRA, 2002, p. 15).

Dessa forma, esta pesquisa remete-me ao tema da especialização produtiva percebida a partir da intensificação das densidades técnicas e informacionais no território, especificamente em cidades médias, como constatamos em tese, ao interpretar as contradições do território usado pelas IES no Brasil, tendo como foco a cidade de Juiz de Fora.

Enfim, enfatizamos que, mesmo preservando a distribuição geográfica irregular e o uso social hierárquico da técnica, os atuais sistemas técnicos tornaram-se mundiais. Fato inédito na história humana: podemos constatar a existência de um sistema técnico hegemônico único, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, cultura e política, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes.

No próximo capítulo, discutimos como os lugares são qualificados pelos usos dados pelos seres e pelas coisas. Da articulação contraditória e complementar entre o mundo que se expõe e a especificidade histórica do particular, tem-se a produção do lugar. Os lugares absorvem e rebatem, dialeticamente, o mundo. É o espaço do acontecer, do fazer dos homens, das empresas, das instituições, do governo, de todos. Por isso é fundamental buscar respostas para a dúvida de como o lugar dá sentido ao pensar e ao fazer humanos.

2 OS LUGARES: “A VIRTUALIDADE DO MUNDO”

“Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que tem certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.”
 Riobaldo – Personagem de *Grande sertão: veredas*.

A fala de Riobaldo, personagem mineiro de Guimarães Rosa, auxilia-me na elaboração metodológica que sustenta a tese apresentada. “O balancê, o remexer dos lugares” pede um olhar amplo, porém preso às especificidades, por parte do investigador sobre o espaço geográfico. Um olhar das relações, das correlações, das tramas, dos processos, das formas, estruturas e funções. Um olhar que capta o movimento das formas e as mudanças dos conteúdos dos territórios. Um olhar sisudo e atento ao passado, fixado no presente e lançado ao futuro. Um olhar que mira a totalidade e enxerga o lugar.

Na atual fase histórica, os novos objetos técnicos trazem também novos signos. Testemunhamos a multinacionalização das empresas, a internacionalização da produção e do produto, a mundialização da economia, os novos papéis do Estado e a revolução da informação que, com o progresso da informática, passa a conectar instantaneamente os lugares.

No contexto de novas realidades espaciais e frente aos processos globalizantes que ocorrem concomitantemente às múltiplas fragmentações socioespaciais, a particularidade do lugar bem como a sua interpretação a partir do método dialético, são encaradas como possibilidade teórica para tentar explicar as materialidades dadas pelos objetos e ações no movimento do mundo. O lugar, nesse sentido, passa a ser a realidade em movimento. “O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através dos eventos, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global” (SILVEIRA, 2002, p. 205).

A partir das formas particularizadas do olhar geográfico, propõe-se entender, dialeticamente, a funcionalização do mundo no lugar, sob a perspectiva de encará-lo como depósito final dos eventos. Nas palavras de Sobral (2005, p. 18) “Evento é um ato abarcador que inclui vários atos da atividade do homem ao longo desse diálogo permanente que é a vida [...]”

O conceito evento, para Bakhtin (2003), perpassa “a filosofia do ato”, podendo ser definido, no plano histórico concreto, como processo de irrupção de entidades ou

objetos, “como a presentificação, ou apresentação dos seres à consciência viva”, isto é, situada no concreto. Assim, como não há objetos que não ocorram, ou seja, que não se tornam eventos, não há eventos que ocorram sem a presença de objetos, ou entidades, sem a possibilidade de estarem num lugar.

Na interpretação elaborada por Adail Sobral, tendo como base o pensamento de Bakhtin, assim distingue-se evento de fato²¹:

O evento ocorre num dado lugar e num dado espaço; os fatos por ele gerados permanecem no tempo e no espaço. Se os eventos são individualizáveis, as propriedades que nele se repetem são universalizáveis, o que não implica necessariamente abstração. Por outro lado, embora a noção de evento sugira um dinamismo e uma singularidade, e a de objeto sugira estaticidade e universalidade, nada impede de generalizar tanto sobre uns como sobre os outros, dado que nem o evento nem o objeto contêm apenas um ou outro desses aspectos, pois evento e objeto se pressupõem mutuamente (SOBRAL, 2005, p. 15).

A partir de uma concepção geográfica da leitura do mundo, os eventos representam um instante do tempo e um ponto no espaço, sendo, portanto, portadores das ações do presente. Ações estas que, carregadas de intenções, modificam os espaços. Pelos eventos, a todo momento, normas e ações diversificam o mundo, possibilitando o fazer da geografia.

“O evento se inscreve na totalidade característica de um determinado momento, mas o faz como parte do todo” (SANTOS, 2005, p. 160). O destino do evento é permitir a realização da totalidade na particularidade, e assim contribuir com o fazer da totalidade, permitindo-lhe renascer com novas características.

Interpretado dessa forma, podemos dizer que um evento é uma causa de outro evento. “De fato, só a totalidade em movimento cria novos eventos” (SANTOS, 2005, p. 161). Mas a totalidade em movimento também inclui as ações tornadas possíveis em um lugar particular, a partir do qual acabam por influenciar outros lugares. Os homens estão em distintas realidades geográficas, na superfície

²¹ Uma perspectiva mais proveitosa com relação ao evento é reconhecidamente a fenomenológica, que vê tanto o aspecto singular quanto o aspecto universal de cada evento ou objeto. O evento do ser de que fala Bakhtin, no âmbito de sua proposta fenomenológica peculiar, é, nesse sentido, o ato concreto e dinâmico de instauração do ser no mundo, de apresentação do ser à consciência dos sujeitos. Deve-se destacar, nessa formulação, que a consciência apreende o ser como evento, a ação do ser, como postulado, e não de modo essencialista, ou teórico, como conteúdo, como dado, e que a consciência se orienta com relação ao ser tomando-se como evento, não como substância. Essa formulação lembra o ato pelo qual o *desein* (o ser-no-mundo) é instaurado, ou melhor, é lançado no mundo, desenvolvido por Heidegger em *O ser e o tempo* (1962) (SOBRAL, 2005).

terrestre, e suas ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pelas estruturas dos lugares.

Nesse sentido, vemos, na possibilidade da pesquisa geográfica, um pensar dialético do espaço, na medida em que significa pensá-lo através da complexidade; uma complexidade que incorpora a unidade heterogênea do saber e do existir humanos, numa totalidade una, ao mesmo tempo tão contraditória e heterogênea, diversa, desigual, portanto múltipla: a unidade das diferenças no movimento que se faz vida. O espaço é construção, é resultante do acontecer humano e “ser resultante não é ser teatro da história, mas sim a própria história territorializada (SANTOS, 2002^a, p. 33).

O mundo de hoje é marcado por este sempre novo meio-técnico-científico-informacional, cujos maiores elementos explicativos denominam-se cultura e técnica. “Hoje, graças aos progressos técnicos e à mundialização da economia, a existência, ainda que incompleta de uma comunidade humana universal, permite reconhecer, em cada acontecer, uma fagulha do mundo” (SANTOS, 2005, p. 162). A produção do conhecimento, como elemento racional do e para o uso das técnicas, ocupa lugar central neste debate, introduzindo algumas particularidades a aspectos como crescimento e espacialização dos estabelecimentos de ensino superior no Brasil: lugar privilegiado da (re)produção do conhecimento, revelador de novas técnicas de produção/informação a cada dia.

A interpretação que elaboramos do território brasileiro, a partir da emergência e da consolidação das IES no país, tem base na leitura do território usado por esta atividade. Isso significa dizer que a interpretação do território usado, incorporado e transformado por estas instituições deve ser pautada pela epistemologia da “dialética do concreto”, do movimento, da necessidade de ter esta análise incluída sob o método do movimento da totalidade, aquele a que Jean-Paul Sartre (1979) referia-se como totalização.

Porção do espaço de história territorializada, como um “ser-em-situação”, o município de Juiz de Fora, assim como outras cidades do território brasileiro, exhibe os processos socioespaciais de difusão e concentração de IES, elucidando, portanto, a tese que defendemos.

Partindo de uma concepção de leitura do mundo, tento chegar a uma compreensão da totalidade deste mundo possibilitado nos lugares, remetendo-me ao pensamento de Silveira (2002, p. 11):

À busca de entender o mundo a partir das coisas específicas, a partir dos fragmentos, poderíamos opor uma vocação mais universalista centrada no descobrimento das lógicas contraditórias de um território feito de objetos e ações. A unidade dessa compreensão provém da teoria e de seus esquemas para apreender a realidade, que corresponde à unidade do mundo refazendo-se, a cada dia, nos lugares.

Assim, explicitamos a “grande teoria” que sustenta a elaboração de um modo geográfico do nosso posicionamento dentro e, ao mesmo tempo, perante o mundo: o lugar é uma forma como enxergamos as diferenças espaciais do território usado. O lugar não existe por si só, ele é, na verdade, uma interpretação dos usos do território.

Partindo desse princípio, a escolha por compreender o uso do território brasileiro e, em especial, a cidade de Juiz de Fora, está vinculada à advertência de Blikstein (1995): as subjetividades dos lugares de onde se escreve, se vive e se olha. Numa tentativa de compreender as conexões dos lugares com o mundo, sentimos não só vontade, mas principalmente necessidade de compreender essas relações presentes a partir do lugar de onde escrevemos, vivemos, lemos, olhamos, enfim, onde estamos imersos e de onde estamos emergindo.

A leitura que fazemos do espaço geográfico, a partir da geografia nova, reconhece e afirma o sentido da vida na sua constituição, na medida em que enxerga, na interação entre a vida (ação) dos seres humanos e seu meio físico e propriamente humano, a matriz onde, continuamente, são produzidos, transformados e gerados espaços heterogêneos, porém entrelaçados, entremeados, conectados. Estes espaços plásticos, que se tecem mutuamente em suas interações, compreendem, por sua vez, signos que os sustentam, representações que os evocam, pessoas que os conduzem, enfim, toda a situação em seu conjunto.

Santos (2002, p. 112) salienta que “os lugares realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado”. Como já destacamos, o mundo, como um conjunto de essências e possibilidades, não existe para ele próprio; apenas o faz para os outros.

Com a consolidação da globalização, os sujeitos têm a possibilidade, pelo meio técnico-científico-informacional, de estar no mundo e no lugar ao mesmo tempo. No entanto, o mundo não pode ser encarado como uma justaposição de

partes, já que ele é uma totalidade, uma complexidade. A evolução técnica dos objetos, cada vez mais acelerada no atual período histórico, acaba por impor novas possibilidades de ações nos lugares. Podemos constatar que, dadas as possibilidades técnicas e de ações que o mundo oferece e permite, há um processo conjunto e rápido de mudanças nos diversos usos.

As “situações geográficas” (SILVEIRA, 1999) significam “uma posição em relação a”. Isso quer dizer que a situação é uma ideia sobre a mediação dos lugares em relação aos eventos, explicitando o momento do mundo que se particulariza nos lugares²².

Entendo que os lugares tornados mundiais passam a abrigar as densidades técnicas, científicas e informacionais, as quais aderem, como “próteses”, ao território usado, realizando as funções demandadas pelo grande capital hegemônico. Dessa forma, os lugares vão caracterizando-se pelas densidades e usos que abrigam: passam a se diferenciar porque o fenômeno técnico e seus possíveis desdobramentos espacializam-se desigualmente, assim como as contrarracionalidades também podem se impor.

Os lugares são, pois, o mundo, reproduzido de modos particulares, específicos e individuais. São, ao mesmo tempo, únicos, singulares, mas também globais, “manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, 2002, p. 112).

Souza (2008) explicita que “felizmente o mundo é uma complexidade e é ela que devemos tocar com nossas metodologias, para tentar chegar bem perto do impossível: a realidade”. Esta realidade é intocável exatamente porque é dinâmica, complexa e, no mundo de hoje, excessivamente acelerada.

Cada vez mais complexo e mais estranho às lógicas dos lugares, o uso do sistema técnico está relacionado ao fato da aceleração do tempo que amplia a sucessão dos eventos, provocando a ampliação da diferenciação dos lugares. Esta

²² De acordo com o dicionário de filosofia organizado por Nicola Abbagnano, o conceito de situação se refere à “relação do homem com o mundo, na medida em que limita, condiciona e, ao mesmo tempo, fundamenta e determina as possibilidades humanas como tais [...] Heidegger notou que esse termo também tem significado espacial, mas designa, sobretudo, a determinação pela qual a existência, como ser no mundo, decide acerca de seu próprio lugar [...] E Sartre disse: ‘Se o para-si (a consciência do homem) nada mais é que sua situação, decorre que o ser em situação define a realidade humana, dando conta ao mesmo tempo de seu estar aí e de seu estar além. Com efeito, a realidade humana é o ser que está sempre além de seu ser-aí. E a situação é a totalidade organizada do ser-aí, interpretado e vivido por e para o ser, além deste mesmo ser’ (L'être et l'être néant, 1943, p. 634).

constatação remete-nos ao pensamento de Whitehead (1971), quando diz que “uma grande parte do mundo escorregou por entre as malhas da rede científica”.

Santos (1996, p. 8) alerta para o fato de que o valor do homem depende do lugar onde está:

A totalidade do mundo é formada das possibilidades que jamais estão em todas as partes e, em nenhum momento, dão-se de maneira total. E é isto que faz a diferença entre os homens, que também são a sede destas possibilidades realizadas, e é isto que faz a diferença entre os lugares, que são a sede destas diferentes possibilidades realizadas. Cada homem realiza um feixe de possibilidades num dado momento. A totalidade das possibilidades existentes somente se dá de forma parcial, nunca de forma total, e é por isso que não há espaço total. E se dá como função, como função do todo, sobretudo nesta fase da globalização (SANTOS, 1996, p. 13).

Apesar de identificarmos outras vertentes de análise das realidades a partir do lugar, como geografia humanística e perspectiva pós-moderna, por exemplo, tratamos aqui de analisar a relação do mundo nos lugares, concebendo este conceito a partir de uma perspectiva dialética, nos pressuposto da Geografia Nova. Assim, o lugar pode ser considerado, no contexto da globalização, como já destacamos anteriormente: a globalização indica uma tensão contraditória entre a homogeneização das várias esferas da vida social e a fragmentação, diferenciação e os antagonismos sociais. Por encarmos a análise dessa forma, a compreensão da globalização requer a análise das particularidades dos lugares, que permanecem, mas não podem ser entendidas nelas mesmas. O que há de específico nas particularidades deve ser encarado na totalidade, ou seja, os lugares e seus fazeres, são, pois, fazeres do mundo.

O lugar, possibilidade de manifestação dos acontecimentos da globalização, sofreria, a partir desse entendimento, os impactos das transformações produzidas e provocadas em outros lugares, conforme suas particularidades e em função das suas múltiplas possibilidades. “O lugar é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global” (SILVEIRA, 1993, p. 205). A eficácia das ações em nível global estaria, assim, na dependência da possibilidade de sua materialidade nos lugares. Do mesmo modo, no lugar é que se observam as resistências ao movimento do mundo, ao chegar dos eventos, à imposição da globalização e às suas consequências, pois é no lugar

que se constroem as identidades, o coletivo, o subjetivo, o questionamento, a subversão. Para Santos (2002, p. 42) o evento é a própria “flecha do tempo” sartreana, ao se encontrar com um pedaço do território, com o lugar: “O evento é a trazida do tempo possível a um ponto da superfície da terra para tornar esse tempo possível um tempo efetivo, existente, eficaz historicamente, eficaz geograficamente”.

Em 1985, Milton Santos escreve que “lugar é o objeto ou conjunto de objetos” e que “cada lugar constitui na verdade uma fração do espaço total”. Em 1994, define-o como “encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas”. Em 1996, acrescenta que a “divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares” e que “o lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo”. Mais tarde, ao falar de lugar como território usado, complementa argumentando que o lugar é uma “manifestação da divisão territorial do trabalho”.

Na interpretação geográfica, ao partir das especificidades locais – da totalização histórica dada nos lugares –, essas conceituações remetem-me à necessidade de também levar em consideração os processos mais gerais que incidem sobre elas: processos provenientes das escalas regionais, nacionais ou mundiais. “Por isso a importância das relações: o lugar determina as relações e estas o lugar. Daí, a decorrência ontológica: o lugar e a relação entre os lugares, assim como entre a população e esta e o lugar. Uma trama de relações e lugares” (SILVA, 1978, p. 7).

Nessa acepção de lugar, é inevitável entender esse conceito como sendo tanto produto de uma dinâmica que lhe é própria, única, ou seja, resultante de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação, quanto como uma expressão do que é de fora, daquilo que lhe é externo, de uma certa globalidade.

Podemos dizer que a origem dessa percepção encontra-se vinculada ao processo de expansão do modo de produção capitalista que, através da diluição territorial dos sistemas técnicos de engenharia, conseguiu incorporar os pontos mais longínquos da superfície da terra, capturando a lógica de reprodução ampliada e desigual do capital. A incorporação histórica de novos territórios e os dados usos imperialistas verificados após as expansões marítimas europeias dos séculos XVI e XVII, por exemplo, ampliou o conhecimento do mundo, de suas terras, de seus povos, de seus recursos, de suas possibilidades, e isso indicou, concomitantemente, que o mundo era finito e potencialmente apreensível.

Essas constatações levam-nos a entender que, à medida que a dimensão do espaço foi tornando-se cada vez mais finita, inclusive “cabendo” nos novos mapas, na nova cartografia do mundo que surge desse contexto, a dimensão do tempo, controlado e racionalizado, foi aos poucos sendo reduzida. Esta foi uma consequência direta do aprimoramento das técnicas ou dos sistemas técnicos que passam a povoar e compor a superfície terrestre.

Isnard (1982, p. 231) observa que a comunidade mundial, durante muito tempo, uma justaposição de unidades independentes, transformou-se num sistema mundial cuja “coerência se baseia na interação das partes constitutivas num sistema complexo que apóia o seu dinamismo nas contradições resultantes da desigualdade das relações entre seus componentes”. A concretude advinda desse processo dá-se somente agora, no final do século XX e no início do XXI, com níveis de universalidade e desenvolvimento pouco imaginados, permitindo avançar na reflexão sobre a construção do lugar (SANTOS, 1988). Entendendo que as contradições internas consistem na principal razão de existência do capitalismo, o lugar, segundo essa perspectiva interpretativa, teria também, em sua constituição, a presença das contradições, das relações dialéticas entre o mundo e o local, entre totalidade e parte, entre globalização e fragmentação.

A partir dessas observações, entendemos o lugar tanto como uma expressão do processo imposto pela homogeneização das relações, dos fazeres e aconteceres do/no espaço, em virtude das dinâmicas globalizantes, quanto como uma expressão da singularidade, da particularidade, na medida em que cada subespaço, cada porção da superfície terrestre, ou cada lugar, adquire uma forma-conteúdo que lhe é própria. Além disso, exerce uma função imposta pela divisão internacional do trabalho. O “acontecer” alia-se, dessa forma, ao uso do território e define o lugar como tal: “como acontecer”.

Contudo, apesar de compreendermos as particularidades dos processos, das funções, das formas e da estrutura na constituição dos lugares, afirmamos que estes encontram-se profundamente interconectados, dadas pelas variadas “conexões geográficas”. De acordo com Santos (1988, p. 34), ao mesmo tempo em que a singularidade garante configurações únicas, os lugares estão em interação, graças à atuação das forças motrizes do modo de acumulação hegemônico.

Leite (1998, p. 18) enfatiza que, na atualidade, o que se verifica é o prescrito pela Lei da Interconexão Universal, proposta por Marquit (1981): “todas as coisas

estão ligadas às demais por uma infinidade de conexões”. De fato, esta é uma realidade do mundo contemporâneo, onde uma intensa rede de fluxos (mercadorias, capital, energia, dinheiro, informações, entre outras) marca a conexão entre os lugares:

As novas redes de telecomunicação – como no passado o telégrafo e o telefone – constituíram a resposta técnica contemporânea à necessidade de tornar mais veloz e mais fluido o processo de circulação de fluxos financeiros, ordens, mensagens, dados (DIAS, 2004, p.67).

As desigualdades, heterogeneidades, diversidades e complementaridades do lugar podem ser entendidas como linhas de convergências que poderiam nos conduzir ao entendimento solidário do mundo e seus lugares. Assim entendidos, os lugares, na interpretação de Souza (2006), são reveladores, basta atingi-los. O entendimento do lugar como presença e como coexistência permite a compreensão das contradições do mundo: das mazelas e riquezas, das acelerações e lentidões, da abundância e escassez, do que aglutina e do que separa, da competição e da cooperação, da dispersão e da concentração.

Uma questão que se coloca frente a esta proposição de entender a manifestação do mundo nos lugares é saber o significado da divisão internacional (territorial) do trabalho e seus desdobramentos na construção deste novíssimo mundo e seus respectivos lugares:

Dependendo da maneira através da qual se compreende a especialização, pode-se tanto dizer que a divisão do trabalho destrói a unidade da pessoa ou que ela realiza a sua personalidade; que ela implica em um mundo parcelado, fragmentado, monótono, alienante ou, ao contrário, que a divisão do trabalho cria o mundo da variedade (SOUZA, 2006, p. 174).

Na atualidade, com o advento de novas formas de se produzir, circular e acumular, o sentido do trabalho mudou, trazendo danosas implicações, passíveis de serem reveladas nos lugares. Aliás, um aspecto essencial para a compreensão dos lugares na contemporaneidade: “Como atributo essencial do mundo moderno, a modificação do sentido do trabalho irá revolucionar o mundo e os lugares” (SOUZA, 2006, 175).

Milton Santos (1996), ao estudar a relação da divisão do trabalho com o tempo histórico, reconhece a existência de várias escalas de tempo: o tempo do mundo, o tempo das organizações regionais supranacionais, o tempo dos Estados-Nação e o tempo dos subespaços nacionais, ou seja, o tempo das regiões e dos lugares. Mostra que a importância deste último está no fato de que a divisão do trabalho é “um processo pelo qual os recursos disponíveis no mundo ou no país se distribuem social e geograficamente” (SANTOS, 1996, p. 106), mas somente adquirem valor real quando participam de um lugar. Isto é, “seu efetivo valor só é dado pelo lugar em que se manifesta”. Assim, para ele, a divisão do trabalho é o vetor que permite a funcionalidade dos recursos dos lugares, porém estes “passam a condicionar a própria divisão do trabalho”.

Em decorrência dessa dialética, considera que o espaço como uma totalidade reúne as diferentes funcionalidades individuais que se manifestam nos lugares, pois o movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares. Nessa mesma publicação, destaca duas acepções do estudo da divisão do trabalho sob o enfoque do tempo: “as divisões do trabalho sucessivas ao longo do tempo histórico” e as “divisões do trabalho sobrepostas num mesmo momento histórico”. Essas acepções, segundo ele, equivalem a aceitar a presença, em um dado subespaço, de diversas escalas de tempo simultâneas, pois cada lugar é um “teatro de tempos”²³:

Cada lugar, cada subespaço assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho, [...] a cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores [...] uma combinação específica de temporalidades diversas [...] cada divisão do trabalho cria um tempo seu próprio (SANTOS, 1996, p. 106-111).

²³ Em reflexão elaborada sobre “O tempo nas cidades”, Milton Santos expõe sua maneira de incorporar o tempo na interpretação do espaço geográfico: “O tempo pode ser encarado das mais diversas maneiras: eu, como não sou filósofo, repito, apenas vou tomar alguns filósofos como ponto de partida, como ajuda na minha conversa. Eu lembraria, por exemplo, o que li em Baillard, quando ele divide o tempo em três tipos: o tempo cósmico, o tempo histórico e o tempo existencial. O tempo cósmico, da natureza, objetivado, sujeito ao cálculo matemático; o tempo histórico, objetivado, pois a história o testemunha, mas no qual há cesuras, em vista de sua profunda carga humana; e o tempo existencial, tempo íntimo, da subjetividade e não da objetividade. Mas, esses tempos todos se comunicam entre eles, na medida em que o tempo é social. Parafraseando Heidegger, para quem sem o homem não há tempo, é desse tempo do homem, do tempo social contínuo e descontínuo, que não flui de maneira uniforme, que temos de tratar. E é aí que se vê que esses diversos tipos de tempo convergem e divergem. Convergem na experiência humana e divergem na análise” (SANTOS, 2002, p. 1)

A partir desses recortes do pensamento de Milton Santos, compreendemos que os lugares são sinônimos de subespaços ou frações do espaço, frações articuladas, como acumuladores de escalas de tempos múltiplos. Esses recortes favorecem, ainda, a compreensão de que as formas, funções e conteúdos, associados aos lugares representam a geografização da sociedade, isto é, a face espaço-temporal da divisão do trabalho. Por fim, possibilitam o pensamento geográfico ao ampliar a compreensão de que a divisão do trabalho dá conteúdo próprio às formas e imprime funções aos lugares em cada tempo.

Tomo emprestadas as palavras de Guimarães Rosa, refletindo sobre as dinâmicas dos lugares numa das possíveis interpretações do mundo em que vivemos: nos tempos da globalização e de seus discursos, o “balancê dos lugares” do qual nos fala o escritor mineiro é a força do cotidiano que constrói o lugar, e do lugar que constrói o cotidiano.

Com suas lógicas produzidas em contextos de espaços e tempos específicos, as IES trazem para os lugares onde se instalam o funcionamento do mundo, impulsionando o “balancê” das formas, dos conteúdos, gerando dinâmicas peculiares às estruturas, dinamizando os processos. É por essa compreensão da relação entre o mundo e o lugar que a tese que defendemos também se fundamenta. Entendemos que, sem buscar uma interpretação do mundo, a partir do lugar, que modificaria, também, a interpretação do próprio lugar, não contribuiremos validamente para o conhecimento do mundo.

Nos últimos anos, o território brasileiro vivencia um amplificado processo seletivo de modernizações territoriais. Entre essas modernizações, podemos dizer que o crescimento do número de IES reflete novas lógicas de funcionamento do mundo no conjunto dos lugares do território nacional. Assim, nos próximos capítulos apresentaremos nossa reflexão sobre os usos do território brasileiro, considerando a presença das IES.

2ª PARTE

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E OS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

*Tudo passa, mas os territórios, espaços
efetivamente usados, permanecem.*
Maria Adélia Aparecida de Souza

Consequência da alta demanda de acesso ao ensino superior, o expressivo número de IES torna-se objeto de investigação de pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento, que buscam compreender as causas e os impactos desse fenômeno socioespacial. No entanto, pela perspectiva geográfica, elaboramos a interpretação da expansão das IES a partir dos elementos que passam a constituir e engendrar o funcionamento do território brasileiro: a ciência, a técnica e a informação que, paulatinamente, vão compondo, como atributos, os usos do território nacional.

Para a compreensão de como as IES manifestam-se como eventos constituintes do cotidiano dos lugares que compõem o território brasileiro, remetemo-nos ao passado em busca da origem destas instituições, dos seus lugares, das suas ideias e concepções, enfim, dos agentes preponderantes no processo de seletividade espacial, das suas contradições e das suas geografias. Assim, identificamos as origens das IES em outros países para, em seguida, focarmos sua manifestação no Brasil. Como eixo estruturador da tese, usamos uma periodização em cujos três meios geográficos materializam-se as IES: os movimentos precursores do ensino superior no território, em um meio geográfico pouco denso quanto aos sistemas de engenharia e suas respectivas técnicas que favoreçam os fluxos e os fixos; um meio onde as densidades técnicas e científicas vão fixando-se ao território como próteses, provocando sua mecanização; por fim, um meio no qual o conhecimento, a pesquisa, a técnica e o ensino, povoam, diversa e desigualmente, o território brasileiro.

3 A CONSTITUIÇÃO DE UM EVENTO: AS UNIVERSIDADES E O ENSINO SUPERIOR

Na cultura ocidental, a universidade é a instituição que pretende ser o lugar privilegiado para a elaboração e a divulgação das mais altas formas do saber em seus aspectos puros e aplicados. Contudo, em sua longa história, nem sempre a universidade e outras IES, estiveram à altura dessa missão e, muitas vezes, outras instituições suplantaram-nas nessa tarefa de criar e difundir novos conhecimentos. Tanto que, em algumas épocas, a universidade teve seus pilares contestados não só quanto à sua função criadora, mas até mesmo em sua razão de ser. Entretanto, produto original do pensamento do Ocidente, apesar de suas vicissitudes, a universidade tem sido consubstancial à sua civilização e continua sendo poderoso espaço de desenvolvimento da cultura intelectual. A experiência mostra-nos que o mundo, como o concebemos hoje, não pode prescindir da instituição universitária.

Como em outros lugares do mundo, o início da produção científica brasileira não se atrela somente aos laboratórios das universidades. Enquanto, nos países europeus, em especial na Universidade Germânica de Berlim, essa vinculação começa a desenvolver-se no início do século XIX, no Brasil, somente a partir de 1876, o espírito científico instala-se como prática, em escolas isoladas: Escola de Minas, de Ouro Preto; institutos isolados, como Adolfo Lutz, em São Paulo, desde 1893, com alguns poucos pesquisadores; Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, a partir de 1901 (SCHWARTZMAN, 2001).

Segundo as observações elaboradas por Luckesi (1986), inspirado-se, inicialmente, no modelo francês napoleônico, com escolas profissionais isoladas, a universidade brasileira e outros modelos de educação superior instalam seu primeiro curso superior em 1808: a Faculdade de Medicina na Bahia, com significativo atraso em relação a outros países sul-americanos de colonização espanhola, como o Peru (1551), Argentina (1613), Colômbia (1622) e Chile (1783).

Apesar de a origem da universidade brasileira ser relativamente recente, datada no início do século XX, nos últimos anos, o que se observa é a sua rápida multiplicação no território nacional. Constatamos que, ao longo desse tempo, o ensino superior brasileiro apresenta rápidas e profundas transformações tanto na oferta do número de vagas, nos setores público e privado, quanto no que se refere às finalidades às quais a educação superior se presta.

De fato, os números do MEC (Ministério da Educação e Cultura) comprovam o crescimento quantitativo de universidades e IES no território brasileiro: 67 universidades, em 1984; 127, em 1994; 155, em 1999. No ano de 2008, os dados do MEC apontam o total de 183 universidades no país. Da mesma forma, o total de outras IES também cresceu exponencialmente: 882, em 1980; 918, em 1990; 1097, em 1999; 2488, em 2008. Como se pode perceber, um crescimento muito significativo, em termos absolutos, para apenas uma década.

Essa expansão suscita estudos de diversos pesquisadores cujo objetivo é perscrutar as causas e os impactos desse fenômeno socioespacial manifestado de maneira ampliada, mas diversa e desigual, em todas as regiões do país. Buscando entender esse mesmo fenômeno, trilhamos uma interpretação a partir dos elementos que constitutivos do funcionamento do território brasileiro no período atual: a ciência, a técnica e a informação, como propõem Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001).

Nos últimos anos, o território nacional tem aderido mais facilmente aos processos de modernizações de forma que a inserção das ideias de cunho liberalizantes, enraizadas nas políticas públicas da educação, marca a expansão da rede de ensino superior no Brasil. Como se explicitou previamente, a maior expansão desta rede material no território acontece pelo fato de as instituições privadas de ensino, na avidez da reprodução ampliada do capital, verem, no setor educacional, mais um filão de mercado a ser explorado. No entanto, a base do território brasileiro sobre a qual essa expansão orienta-se é a dos seus lugares previamente selecionados para receberem investimentos em infraestruturas capazes de alocar uma série de elementos materiais bem como uma gama de serviços de suporte para o funcionamento mínimo dessas instituições.

Para compreender a consolidação da universidade, senão ainda de outras formas de IES, como eventos constituintes do cotidiano dos lugares do território brasileiro, trilhamos um caminho longo, tanto na sua espacialidade quanto na sua temporalidade: fomos ao passado em busca das suas origens, dos seus lugares, das suas ideias e concepções, das suas contradições e geografias. Por isso, seguindo a teoria de Santos (1994, p. 257), concebemos o território usado como categoria analítica nesta tese:

O território usado, visto como uma totalidade é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

Parto, portanto, do princípio de que, no Brasil, e em outros lugares, em virtude do fato de nossa formação socioespacial ser historicamente organizada e reorganizada em função dos grandes agentes hegemônicos (econômicos e políticos) nacionais e internacionais, os usos do território revelam-nos profundas desigualdades sociais e regionais.

3.1 UNIVERSIDADE E ENSINO SUPERIOR: ORIGENS

“Filha do tempo, a verdade também o é do espaço geográfico. As cidades são placas giratórias da circulação dos homens, responsáveis tanto pelas ideias como pelas mercadorias, são os pontos de troca, os mercados e as encruzilhadas do comércio intelectual”.

Jacques Le Goff

Nas cidades do século XII, período do renascimento urbano europeu, desenvolveram-se tanto a figura do intelectual – da forma como a concebemos na modernidade – quanto o conceito de universidade:

Um homem cujo ofício é escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente, tem uma atividade de professor e erudito, em resumo, um intelectual – esse homem só aparecerá com as cidades (LE GOFF, 2003, p. 30).

No início do reconhecimento do trabalho do homem intelectual, caracterizado por uma divisão do trabalho na cidade, o saber é tido como uma mercadoria, daí os intelectuais, nesse momento, serem considerados como “homens de ofício”:

No início foram as cidades. Os intelectuais da Idade Média – no Ocidente – nasceu com elas. Foi com o desenvolvimento urbano ligado às funções comercial e industrial – digamos modestamente artesanal – que ele apareceu, como um desses homens de ofício que se instalavam nas cidades nas quais se impôs a divisão do trabalho (Idem, ibidem, p. 29).

Avançando na perspectiva de uma sociologia e de uma história do conhecimento, Peter Burke (2000) baseia-se em Mannheim (1936) para quem “os intelectuais têm a tarefa especial de formular uma interpretação do mundo para essa sociedade”. Burke chama de “letrados” os grupos sociais cujos membros consideravam-se “homens de saber” ou “homens de letras”. Esclarece que, “neste contexto, *lettres* quer dizer cultura e não literatura”. Para a construção de uma história social do conhecimento, empreitada a que se dedica na obra supracitada, o autor apresenta uma diferenciação estrutural observada entre os letrados europeus, a partir do início do século XVI: os escritores, os professores universitários e os letrados.

Burke (2000) esclarece que, a partir do século XII, os letrados europeus tornaram-se visíveis no mundo, saindo dos mosteiros, pela primeira vez, desde a antiguidade tardia. Para ele, “esse desenvolvimento, como o das universidades, resultou da crescente divisão do trabalho associada ao surgimento das cidades”.

Nas cidades europeias, portanto, instalar-se-ão as primeiras universidades e seus intelectuais, os homens da elaboração do pensamento sobre o mundo:

A universidade encontrou na cidade o húmus e as instituições. Isto é, de um lado, os mestres e os estudantes, e, de outro, as formas corporativas, que lhe permitiram existir, funcionar e adquirir poder e prestígio (LE GOFF, 1997, p. 60).

O pioneirismo do modelo universitário deve-se a países como a Itália (com a universidade de Bolonha, considerada a mais antiga das IES), a França e a Inglaterra. Diga-se, modelo universitário entendido aqui como Charles e Verger (1996, p. 7) destacam em seu trabalho: uma “comunidade autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em nível superior”.

O surgimento de cidades, e nelas as universidades, foi simultâneo em praticamente toda a Europa, a partir do século XII. As instituições-modelo de Bolonha (1108) e Paris (1211) foram seguidas por Oxford, Salamanca (1219), Pádua (1222), Nápoles (1224), Cambridge (1284), Coimbra (1290), Praga (1347), Pavia (1361), Cracóvia (1364), Viena (1365), Louvain (1425), entre outras. Essas universidades eram consideradas corporações, detinham o monopólio da educação

superior em suas regiões e privilégios legais, inclusive certa autonomia, além de cada uma reconhecer os graus conferidos pelas demais (BURKE, 2000).

Mapa 1: Universidades na Europa Medieval.

Fonte: <http://images.google.com.br/>. Acesso em 10/03/2009.

Jacques Le Goff (1997), em sua obra *Por amor às cidades*, contextualiza o surgimento das universidades como espaços de uma educação superior, centradas no universo citadino que se constrói na Europa da Idade Média:

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro. É assim que se delineiam, ao mesmo tempo, um ideal de igualdade e uma divisão social da cidade, na qual os judeus são as primeiras vítimas. Mas a cidade concentra também os prazeres, os da festa, os dos diálogos da rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios. Uma concentração de criatividade de que é testemunha a jovem universidade que adquire rapidamente poder e prestígio, na falta de uma plena autonomia (LE GOFF, 1997, p. 25).

O autor chega a propor uma divisão territorial da cidade de Paris desse contexto, a partir dos usos do espaço, suas formas e funções, de modo que, na Paris medieval de Le Goff, distinguem-se três espaços: o econômico, o político e o universitário. “Na margem esquerda concentram-se a cidade universitária, escolar e intelectual. Essa tripartição ainda marca fortemente a fisionomia de Paris [...]”. Na interpretação elaborada por Paula (2006), as cidades e as universidades, apesar de todas as mazelas, crises e distorções que têm acometido a modernidade, “continuam a alimentar o melhor do que somos capazes no sentido da realização da humanidade autenticamente humana”. Assim, a cidade e a universidade podem ser consideradas como “complexos interligados por determinações e fecundações recíprocas” (PAULA, 2006, p. 35).

Em sua fase de maior expansão e visibilidade, a universidade medieval sustentava-se com base no modelo corporativo (*universitas scholarium et magistrorum*), em torno de uma catedral (*alma mater*), concentrando vários domínios do saber, como direito romano e canônico, artes e, principalmente, teologia. Trindade (1999) observa que a origem das universidades medievais é marcada, sucessivamente, por três campos de formação: Teologia (Paris), Direito (Bolonha) e Medicina (Montpellier, sob a influência de Salerno e da cultura árabe). Diante de tudo isso, pode-se dizer que a universidade, na medida em que se consolidou como espaço do livre pensar, é uma criação da cidade, ou seja, um resultado do conjunto de liberdades que as cidades reclamavam e construíam.

No contexto de sua constituição e consolidação, a universidade vai afirmar-se a partir do enfrentamento com as três grandes instituições que controlavam o ensino

na Europa: “as escolas palatinas, submetidas ao escrutínio das cortes; as escolas episcopais, submetidas ao poder dos bispos; e as escolas monacais, submetidas ao poder dos mosteiros” (PAULA, 2006, p. 37).

Le Goff (1997, pp. 61-62) também esclarece que uma universidade completa constituía-se de quatro faculdades (bem próximo do que conhecemos até um passado recente: “as artes, que chamaríamos de letras e ciências; a medicina; o direito ou mais exatamente os dois direitos – civil e canônico –, e a teologia”.

As observações de Steenberghen (1980) permitem dizer que Paris foi, até o fim da Idade Média, uma grande concentração universitária da cristandade. Como centro principal dos estudos filosóficos e teológicos, comandou as grandes correntes doutrinárias, enquanto os estudos do direito civil e canônico concentraram-se, principalmente, em Bolonha. Pela expressividade da sua organização, a Universidade de Paris serviu de modelo a outras universidades que surgiram, a partir do século XIII.

Esses pressupostos remetem à concepção de Steemberghen acerca das origens dessa instituição: do mesmo modo incipiente como outras profissões estavam organizando-se, as universidades surgiram, como já se destacou, a partir das escolas (*studia generalia*), dos séculos XII e XIII, e organizaram-se sob a forma de corporações de ofício, originalmente aplicadas às sociedades corporativas escolásticas²⁴. Segundo o autor, nas universidades nascentes, os profissionais do saber precisaram organizar-se de acordo com as relações que estavam estabelecendo-se na sociedade. Era, portanto, necessário criar locais próprios do e para o conhecimento, os quais deveriam ser protegidos por leis e regulamentos que norteavam as relações feudais. Dessa forma, tornavam-se novas instituições à procura de privilégios e proteções, elementos fundamentais para sua existência.

Embora o recorte de pesquisa de Verger (1990) seja específico, buscando dar foco na origem das instituições universitárias, em sua obra *As universidades na Idade Média*, esclarece que a pesquisa em torno do ensino superior, no contexto de surgimento das universidades do século XIII, não se dava somente nesta instituição.

²⁴ Em sentido próprio, a filosofia cristã da Idade Média era chamada de *scholasticus*; o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade. Portanto, literalmente, Escolástica, significa filosofia da escola. Como as formas de ensino da Idade Média eram duas (*lectio*, que consistia no comentário de um texto, e *disputatio*, que consistia no exame de um problema através da discussão dos argumentos favoráveis e contrários), na Escolástica, a atividade literária assumiu predominantemente a forma de comentários ou de coletâneas de questões. ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Martins Fontes: 2000.

Ela também acontecia nos monastérios e em outros tipos de escolas que não integravam as universidades, entre elas as “pequenas escolas” de gramática, as preceptoras privadas, escolas de notários de direito, de mercadores, entre outros.

Ilustração 1: Universidade de Paris.

Fonte: <http://images.google.com.br/> Acesso em 14/03/2009

De acordo com Verger (Ibidem), podemos identificar as origens dessas corporações de ensino a partir de suas relações com o poder, de suas relações com as escolas anteriores e em função das lutas entre as “gentes de saberes” com a sociedade local onde estavam situadas. Nesse sentido, do ponto de vista de Verger (Ibidem), não se podem entender as origens da universidade sem considerar os acontecimentos sociais que marcaram o ocidente medieval do século XIII. Exatamente por isso, em toda sua obra, vincula sua origem aos principais aspectos da vida política, econômica e social desse período. Por isso, agrupa as universidades que surgem no contexto medieval europeu em três distintas

categorias: as universidades de surgimento “espontâneo”; as universidades impulsionadas por migração (mestres e alunos); e as universidades “criadas”.

As universidades de surgimento espontâneo são assim conhecidas em virtude de o seu desenvolvimento vincular-se às escolas pré-existentes, como as Universidades de Paris e Bolonha, por exemplo, além da Universidade de Oxford. Para o pesquisador, as universidades surgem da demanda estabelecida pelo desenvolvimento das relações sociais, dadas nos lugares das escolas, agregando um número cada vez mais significativo de mestres e estudantes, com interesses diversos.

Com relação às universidades nascidas por migração de mestres e estudantes, os exemplos de Paris e Bolonha evidenciam que a secessão foi uma das principais articulações das incipientes universidades em luta contra as autoridades locais, as quais buscavam centralizar os estudos superiores nas universidades já existentes. As universidades por secessão teriam sua origem vinculada às disputas entre as autoridades locais e os homens de saberes. Estes, muitas vezes, saíam de um local onde já se encontravam há mais tempo e iam para outros lugares onde tivessem mais proteção e aval das autoridades e da população em geral. Verger (Ibidem) salienta que, como as universidades espontâneas, não raro, as universidades nascidas por migração também funcionavam, por muito tempo, sem seus primeiros estatutos oficiais e sem o consentimento dado pelas “bulas” de fundação. Na esteira dos exemplos de universidades espontâneas, há, na Inglaterra, a Universidade de Cambridge, desvinculada da Universidade de Oxford. Na França, a grande secessão parisiense, de 1229-1231, dispersou mestres e estudantes em numerosas cidades da metade norte do país. Angers e Orléans são exemplos de universidades advindas de migrações a partir de Paris.

As universidades criadas são assim denominadas por Verger em função das relações políticas existentes entre os homens de saberes, entre os mestres ou mesmo entre os intelectuais da época e o poder, do rei ou da Igreja. São as universidades criadas pelo Papa, pelo imperador ou pelo rei: “Tais universidades recebiam, pois, desde sua origem, uma bula ou uma carta de fundação que definia *a priori* seus estatutos e privilégios”. Sua criação revela o descontentamento dos Papas e soberanos em relação ao desenvolvimento espontâneo desses lugares do conhecimento e, de forma autônoma, empreendem a criação de universidades. Obviamente, essa decisão parte da tomada de consciência a respeito do papel que

elas desempenhariam, ao colocar à disposição da Igreja ou do Estado um pessoal intelectualmente qualificado. Segundo as observações de Oliveira (2009) significava reconhecer, na formação universitária, além de seu valor cultural e de seu prestígio, uma utilidade prática e um alcance político. Esses governantes procuravam, nas universidades, não só quadros administrativos, mas, efetivamente, verdadeiros defensores de seu governo.

Uma leitura geográfica do fenômeno de surgimento das universidades europeias, no contexto da Idade Média, permite-nos enfatizar a importância dos agentes políticos (mestres, alunos, Papa, rei) e das características dos lugares onde elas surgiram ou se instalaram.

Trindade (1998) salienta que o que se pode resgatar do modelo universitário do contexto medieval é uma concepção de instituição com três elementos básicos: centralmente voltada para uma formação teológico-jurídica que responde às necessidades de uma sociedade dominada por uma cosmovisão católica; com uma organização corporativa em seu significado originário medieval; e preservação da sua autonomia em face do poder político e da Igreja local institucionalizada.

3.2 OUTROS MOMENTOS: RENASCIMENTO, ILUMINISMO E A UNIVERSIDADE ESTATAL

Outros momentos de evolução da universidade foram identificados por Trindade (1998). O autor destaca que a ideia de universidade, assim como sua organização institucional e sua disseminação pelo espaço geográfico, vinculam-se a três distintos contextos: a universidade no renascimento; a universidade e a ciência; a universidade estatal.

Podemos dizer que o epicentro da Renascença é a Itália, tendo como espaço propulsor as repúblicas de Veneza, de Florença dos Médicis e dos Papas. O desenvolvimento das Universidades de Florença, Roma e Nápoles e da Academia Neo-Platônica é central para o fim da hegemonia teológica e do advento do humanismo antropocêntrico (TRINDADE, 1998, p. 8). A Reforma Protestante e a Contrarreforma introduziram um corte religioso radical entre as universidades: “A reforma protestante luterana, com seus desdobramentos calvinistas e anglicanos, rompe com a hegemonia tradicional da igreja e provoca uma reação contrária através da contra-reforma”. A vida intelectual do século XVI será marcada por esses

dois vastos movimentos que influenciam o futuro do continente europeu, continua o autor:

Para além do humanismo renascentista, da Reforma e da Contrarreforma, o último elemento é a nova relação entre universidade e ciência, que terá um novo impacto transformador na estruturação da vida universitária (TRINDADE, 1998, p. 9).

O século XVII foi marcado, sobretudo, pelas descobertas da física, da astronomia e da matemática, enquanto, no século XVIII, o avanço foi predominante no campo da química e das ciências naturais. Na transição entre os dois séculos, fundam-se as primeiras cátedras científicas e surgem os primeiros observatórios, jardins botânicos, museus e laboratórios científicos. Burke (2000) especifica que algumas dessas instituições foram criadas pelas próprias universidades; outras foram “criadas de baixo para cima”, por grupos de pessoas afins que formavam uma sociedade, como os filósofos naturais ou “lincei”, na Roma do século XVII, ou ainda por indivíduos que transformavam parte de sua casa em museus ou “gabinetes de curiosidades”; outras instituições foram “criadas de cima para baixo” pelos governos cujos recursos eram necessários para projetos de larga escala e equipamentos caros. O observatório do astrônomo Tycho Brahe, na ilha de Hveen (figura 2), foi fundado em 1576, com fundos do rei da Dinamarca (BURKE, 2000, p. 44).

Com o advento das academias e outras formas de produção, armazenagem e difusão do conhecimento, há uma intensificação da profissionalização da ciência, fato que vai permitir sua inserção nas universidades, por meio da pesquisa. De fato, até o século XVII, o cientista não tem um papel especializado na sociedade, mas, a partir daí, desencadeia-se uma mudança profunda no sistema de valores e normas universitárias, reconhecendo-se, não sem conflitos, a legitimidade de uma atividade relacionada com as ciências em geral.

Apesar de outros modelos não universitários constituírem realidades distintas nos mais diversos países, as universidades e as novas formas de instituições, bem como a forma de produção do conhecimento, difundiram-se pelos lugares, a partir dos cursos superiores, como eventos do mundo. Burke (Ibidem), remetendo-se ao pensamento de Bacon, denomina esses espaços como “lugares e bases de cultura” (ou “bases de conhecimento”, nas palavras do baconiano Thomas Sprat, historiador da Royal Society), cuja característica era a possibilidade de ofertar oportunidades

para a inovação – novas ideias, novas abordagens, novos tópicos. Para o autor, o incentivo à discussão nesses lugares também merece destaque.

Ilustração 2: Observatório do astrônomo Tycho Brahe.

Fontes: <http://ceticismo.net/wp-content/uploads/brahe.jpg>. Acesso em 14/03/2009.

Em todos os casos de surgimento de universidades e outros espaços do conhecimento, no contexto europeu, um conjunto de normas, regras, autorizações e intenções estão articuladas ao processo de criação destas instituições. Para entender essa realidade, partimos da concepção do espaço geográfico como constituído por objetos e ações, conjuntos de objetos em sistemas indissociáveis de conjuntos de ações em sistemas (SANTOS, 1994). Há, dessa forma, na interação

entre objetos e ações, a presença de densidades normativas variadas, conforme a quantidade e qualidade como esses dois elementos distribuem-se pela superfície terrestre. Antas Junior (2005) salienta que as instituições são, por excelência, produtoras de normas que, em muitos casos, geografizam-se, isto é, ganham formas geográficas.

O desenvolvimento da universidade a partir das bases renascentistas resulta de uma grande transformação, a partir do século XV, decorrente da expansão do poder real, da afirmação do Estado nacional e da expansão ultramarina europeia. A universidade, como instituição social, haveria de se transformar, abandonando, mesmo nas que se alinham na Contrarreforma, seu padrão tradicional teológico-jurídico-filosófico. A universidade que surge, a partir do Renascimento, abre-se ao Humanismo²⁵ e às ciências, realizando a transição para os diferentes padrões da universidade dita moderna do século XIX.

Para Trindade (1998), o contexto societário que engendra a universidade moderna faz-se sob forte impulso do desenvolvimento das ciências, do Iluminismo e do Enciclopedismo que, no plano político e social, encontrará seu leito nos efeitos radicais da Revolução de 1789, dentro e fora da França. Observa-se que as universidades que surgem desse contexto não seguem um padrão único, sendo que a história da universidade, a partir do século XVII e, principalmente, do século XVIII, confunde-se, em grande medida, com as vicissitudes das relações entre ciência, universidade e Estado:

As novas tendências da universidade caminham em direção a sua nacionalização, estatização (França e Alemanha) e abolição do monopólio corporativo dos professores, iniciando-se o que se pode denominar papel social das universidades (TRINDADE, 1998, p.9).

²⁵ Movimento literário e filosófico que nasceu na Itália, na segunda metade do século XIV, difundindo-se para os demais países da Europa e constituindo a origem da cultura moderna. Em seu aspecto histórico, o Humanismo é a referência do Renascimento, mas precisamente o aspecto em virtude do qual o Renascimento é o reconhecimento do valor do homem em sua totalidade e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo, que é o da natureza e da história. As bases fundamentais do Humanismo podem ser expostas: reconhecimento da totalidade do homem como ser formado de alma e corpo e destinado a viver no mundo e dominá-lo [...]; reconhecimento da historicidade do homem, dos vínculos do homem com seu passado, que, por um lado, servem para uni-lo a esse passado e, por outro, para distingui-lo dele [...]; reconhecimento do valor humano das letras clássicas [...]; reconhecimento da naturalidade do homem, do fato de o homem ser um ser natural, para o qual o conhecimento da natureza não é uma distração imperdoável ou um pecado, mas um elemento indispensável de vida e de sucesso (ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes: 2000).

No âmbito das transformações vividas com a ascensão de Napoleão ao poder, na França, encontra-se a reforma das instituições de ensino do país. Cunha (1988) afirma que a universidade era muito mal vista pelos revolucionários franceses, devido ao espírito corporativo prevalecente, quase medieval, e à utilização da cultura clássica para barrar a entrada das ciências experimentais e do enciclopedismo:

A universidade era vista como um aparelho ideológico do *Ancien Regime*. Sucessivos decretos revolucionários, aos quais se juntou o decreto napoleônico de março de 1808 [esse decreto criava a Universidade da França, a que estavam subordinadas todas as instituições de ensino superior, assim como as escolas primárias e os liceus de todo o país], produziram profundas mudanças no panorama do ensino superior. Foram criadas a escola politécnica, a faculdade de ciências e a faculdade de letras; as escolas de medicina e de direito foram promovidas a faculdades. Essas, mais a de farmácia, foram articuladas a uma rígida regulamentação profissional (CUNHA, 1988, p. 13).

Esses fatos justificam-se pela perspectiva positivista enraizada na burguesia francesa: esta acreditava que a fragmentação da universidade em instituições de ensino profissional, mesmo que formalmente vinculadas à universidade, resolvia, concomitantemente, dois problemas: a ruína de um dos aparelhos de formação dos intelectuais da antiga classe dominante e a preparação dos novos intelectuais para a consolidação do bloco histórico ora em formação.

O modelo de universidade proveniente desse contexto tinha por objetivo geral formar profissionais dos quais necessitava o Estado-Nação burocrático, recém organizado pela França napoleônica. As universidades convertem-se em parte da administração do Estado para formar a mão-de-obra necessária ao aparato burocrático. Podemos dizer que, enquanto os professores transformam-se em funcionários do Estado, as instituições estão mais a serviço do Estado do que da sociedade. De certa forma, esse modelo que se expande para outras partes do Sul da Europa também tem êxito na consolidação do Estado liberal.

Por questões de disputa territorial entre a França e a Alemanha, o Estado Prussiano articula a formação de uma outra universidade, em um lugar distante do conflito. Esse fato tem uma explicação: a ocupação francesa das terras alemãs, localizadas na margem esquerda do Reno, provoca o fechamento de várias universidades germânicas: Colônia, Mayence e Trier, além de outras 17 que deixam

de existir posteriormente (VERGER, op. cit.). Aos poucos, a Prússia perde toda sua base de produção intelectual, seus “lugares do saber” sendo, com isso, impulsionada a procurar um lugar para uma nova universidade.

Dessa forma, criou-se, em Berlim, no ano de 1810, uma nova universidade, com base em concepções filosóficas trazidas para um debate induzido pelo próprio Estado. Cunha (1988, p. 14) salienta que

De 1802 a 1816, os maiores filósofos do idealismo alemão escreveram sobre a ideia de universidade e sua realização. Hegel, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt, produziram em poucos anos o que é, talvez, a mais densa reflexão sobre a instituição universitária, desde sua criação no século XIII até os dias de hoje. Três desses filósofos intervieram na própria gestão da nova universidade: Humboldt foi o primeiro Reitor e Fichte, diretor da Faculdade de filosofia, o segundo; Schleiermacher dirigiu a faculdade de teologia.

Embora os ideólogos da Universidade de Berlim tivessem em comum a ideia de universidade, não havia sintonia nas suas concepções. Divergiam sobre “a ideia de uma universidade que implicasse na manifestação do saber uno” ou da universidade que concebesse a “totalização sistemática do saber diverso”. Conforme abraçassem uma ou outra vertente da concepção ideal de universidade, as propostas para a universidade real brotavam com marcas liberais ou autoritárias (Idem, ibidem). Diante dessa divergência, entre 1810 e 1820, o movimento iniciado com a Universidade de Berlim produz a recuperação progressiva das universidades alemãs, assumindo uma concepção de universidade que se estrutura pela indivisibilidade do saber e do ensino e pesquisa, contra a ideia das escolas profissionais napoleônicas (WEBER, 1989).

As bases da Universidade de Berlim assentam-se na busca da verdade, na cultura geral e, por fim, na formação profissional, constituindo-se como centro de investigação e pesquisa, e não mais unicamente como centro de reprodução de conhecimentos exemplares, como nas suas antecessoras europeias.

Somente no século XIX, a universidade desperta de seu torpor intelectual para retomar, pela condução de Humboldt e seus colegas filósofos, a liderança do pensamento e tornar-se o grande centro da pesquisa científica. A universidade moderna, como instituição de pesquisa, é, portanto, uma criação germânica. Por outro lado, como observa autores como Cunha (1988), Trindade (1999), Verger

(1990), entre outros, por força da estratificação social, rigidamente hierárquica, e por responder aos interesses de uma elite capitalista que consolida seu papel, a universidade permanecerá altamente seletiva. Essa seletividade dar-se-á tanto do ponto de vista intelectual quanto social, apenas reservada a uma elite restrita e ocupando-se tão somente da pura e das clássicas profissões denominadas liberais, e, acrescentamos, historicamente a seletividade do caráter territorial na escolha para fundação da universidade.

Enfim, a ideia de universidade e, vinculada a ela, a ideia fundamental de ensino superior que seguimos neste trabalho, é a de que esta instituição é uma criação específica do mundo ocidental. Nesta tese, entendemos essencial a articulação histórica do que atualmente se concebe como ensino superior à instituição universitária, por esta ser a referência para as demais formas de organização desse nível de escolarização. Com o intuito de fundamentar esse posicionamento, uso as observações elaboradas por Christophe Charles e Jacques Verger, ao introduzirem seu clássico estudo sobre a história das universidades:

As universidades sempre representaram apenas uma parte do que poderíamos denominar, de modo amplo, ensino superior [...] Ao decidirmos partir das universidades propriamente ditas – sem por isso limitarmo-nos estritamente a elas – adotamos uma perspectiva particular. Se aceitarmos atribuir à palavra universidade o sentido preciso de ‘comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior’, parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra, no início do século XIII. Esse modelo pelas vicissitudes múltiplas, perdurou até hoje (apesar da resistência não menos duradoura, de formas de ensino superior diferentes ou alternativas) e disseminou-se mesmo por toda a Europa e, a partir do século XVI, sobretudo dos séculos XIX e XX, por todos os continentes. Ele tornou-se o elemento central dos sistemas de ensino superior e mesmo as instituições não-universitárias situam-se, em certa medida, em relação a ele, em situação de complementaridade ou de concorrência mais ou menos notória (CHARLES E VERGER, 1996, p. 7-8).

Acreditamos que a universidade teve, nas suas origens, um importante papel unificador da cultura medieval e que, posteriormente, ao longo do século XIX, principalmente, redefinida em suas funções, atribuições e em seu escopo, exerceu, também, papel significativo no processo de consolidação dos Estados nacionais e da moderna cultura científica ocidental. Destarte, entendemos a universidade como

espaço central do ensino superior. No entanto, não desconsideramos, para a análise do território nacional, as outras instituições não-universitárias dotadas de atributos normativos legais que, no Brasil, executam o papel de formação no nível dos estudos superiores.

Se, na Europa, as universidades ou outras IES materializam-se no espaço e contam sua história ao longo dos séculos, no Brasil, estas instituições, concebidas como espaço da aglutinação dos ensinos superiores, só se configurarão como elemento da paisagem, a partir do início do século XX. No período colonial, os jovens das elites brasileiras e portuguesas que habitavam o Brasil eram enviados para estudar nas universidades europeias, principalmente as portuguesas de Coimbra e Évora (AZEVEDO, 1971). O Brasil, como território português “de além mar” e configurando-se com mero empório fornecedor de riquezas tropicais à economia da metrópole, não teve a sorte das Américas espanhola e inglesa, que viram surgir o ensino superior, mesmo que para elites abastadas, ainda nos albores do período colonial. Na América portuguesa, foi tardio o nascimento dos cursos superiores, os quais já pontilhavam, no século XVII, os territórios de fala castelhana.

Nos próximos capítulos, dedicamo-nos à compreensão do uso do território brasileiro a partir da presença das IES e das universidades. O espaço geográfico é um fato histórico cuja compreensão deve fundamentar-se nos processos sociais globais aliados aos das sociedades locais. Daí nosso esforço para buscar as origens e a evolução do ensino superior e da sua organização nas universidades. Santos (1982) chama atenção para o fato de que o “espaço geográfico não é o teatro das ações humanas”, de modo que não são apenas suas formas que interessam ao estudo, mas sua formação, as dinâmicas sociais que as criam e as transformam. Esta é a proposta que seguimos como teoria e método.

4 ARAUTOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

4.1 O ENSINO SUPERIOR: UM ESFORÇO DE PERIODIZAÇÃO

No capítulo anterior, analisamos o surgimento e o desenvolvimento da universidade como o lugar privilegiado da concentração do ensino superior, os “espaços do saber”, usando uma expressão cunhada por Peter Burke (2003). Independente do lugar e do contexto sociopolítico, estas instituições materializaram-se na paisagem e passaram a constituir-se como elemento significativo nas formações territoriais urbanas da Europa e de todos os outros continentes.

A instituição universitária e as demais IES, como as concebemos atualmente, consistem nas mais duradouras e universais construções da sociedade. Geridas por processos organizacionais, a partir do século XIII, como corporação de professores e de estudantes, desenvolveu historicamente uma das suas características mais centrais e específicas: a produção e a aprendizagem do saber.

Desde seus primórdios, quer seja em Bolonha, Paris, Oxford, Palencia, Salamanca, quer seja em outro centro universitário medieval, a formação das elites culturais e políticas, mediante o acesso aos mais elevados conhecimentos, coincidia, em grande medida, com a produção do saber de alto nível. Produção e transmissão do conhecimento não se dissolviam. Podemos dizer que conhecer, produzir conhecimentos e formar-se era um único processo. Aprendia-se em instituições corporativas para formar o que Ortega y Gasset chamava “repertório de soluções para a vida” (1973).

Alguns autores defendem que, no território brasileiro, a educação superior tem suas raízes no movimento de fundação dos colégios Jesuítas e de outras ordens religiosas, assim como nos seminários, ainda nos séculos XVI e XVII. O ensino verificado nesses lugares teria certa “equivalência” às universidades presentes em outros contextos, principalmente as que se observavam nas colônias espanholas da América. Esse é o argumento defendido, por exemplo, por Cunha (1980), em *a Universidade Temporã*, em que, de certa forma, questiona o discurso de ausência de instituições universitárias no Brasil, comparando-o aos vizinhos colonizados pela Espanha.

No sentido de elaborar uma interpretação dos usos do território brasileiro pelas IES, consideraremos que estas e a universidade são criações do mundo

ocidental, oriundas do continente europeu, não marcando presença no Brasil, antes do século XIX, havendo, para o ensino superior, apenas instituições isoladas; só no século XX, aconteceu a formação da primeira universidade.

Mendonça (2000) salienta que existiram movimentos internos no país que buscaram, junto à metrópole portuguesa, a criação de uma universidade no Brasil. Oliven (1990) está entre os autores que citam o movimento da Inconfidência Mineira como portador de uma idealização de universidade para o Brasil. Todavia, algumas tentativas, sistematicamente frustradas, de estender aos colégios Jesuítas, principalmente, as mesmas características normativas e pedagógicas das universidades demonstram a intencionalidade da Coroa Portuguesa de manter a dependência com relação à Universidade de Coimbra ou à de Évora.

Enquanto os conquistadores espanhóis, desde o século XVI, implantaram universidades em suas colônias na América, o Brasil, vinculado ao poder colonizador de Portugal, somente a partir do século XIX, optou pelo ensino superior profissional. Em menos de um século da chegada dos colonizadores europeus à América, cinco universidades já tinham sido fundadas nas possessões espanholas. A implantação de universidades na América hispânica seguia o modelo da Universidade de Salamanca, compreendendo as quatro faculdades tradicionais: Teologia, Direito, Artes e Medicina (OLIVEN, 1990).

No território brasileiro, assim se distribuiu o conjunto de escolas e faculdades isoladas, de natureza estatal: Salvador (Medicina), Rio de Janeiro (Medicina e Politécnica), Olinda (Direito), São Paulo (Direito), Ouro Preto (Faculdade de Farmácia e de Minas). Todas evidenciavam a política de formação isolada das elites que administrariam o país sob o julgo do colonizador. Como estas faculdades encontravam-se territorialmente dispersas, podemos dizer que, em sua gênese e características, não se configuravam como instituições universitárias.

Observamos que o controle do acesso ao conhecimento, no território brasileiro, é objeto que se configura como uma estratégia central da corte portuguesa, nos primórdios da colonização. Isso nos remete ao entendimento do território como unidade e diversidade, como espaço dos conflitos entre normas e usos. Além disso, constitui-se objeto de centralidade não só na história humana, mas também na história de cada país, cada lugar, podendo ser o pano de fundo do estudo dos seus diversos momentos até o período atual. Santos (2002), ao explicar a ampliação da conectividade entre os lugares, escreve sobre o “alargamento dos

contextos”. De fato, o período que retratamos neste capítulo, quando buscamos entender as relações entre políticas educacionais e o território, trata de um alargamento dos contextos da coroa portuguesa no Brasil.

Ao definirmos o território usado como categoria analítica, não temos intenção nem condições de estabelecer cortes rígidos na periodização sobre os usos elaborados pelo ensino superior, em território brasileiro. Santos & Silveira (2001) esclarecem que, na perspectiva de interpretação geográfica, os “períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”.

Como perspectiva metodológica, estamos vinculando a interpretação do território brasileiro, do território usado, compreendido como acúmulo de tempos correlacionados à indissociabilidade entre formas e conteúdos, fixos e fluxos, objetos e ações. É fundamental pensar o país a partir da noção de território usado porque é necessário ter bases territoriais explícitas para preparar os diferentes tipos de produção, que não se processam igualmente em todos os lugares. É salutar “dar voz ao território” para compreender o cotidiano dos lugares e, por conseguinte, dos conjuntos de lugares, que formam o território:

A busca de uma periodização do território brasileiro é um partido essencial para um projeto ambicioso: fazer falar a nação pelo território. Assim como a economia foi considerada como a fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como a fala privilegiada da nação” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 27).

Remetendo-nos às pesquisas de Santos e Silveira (2001), encontramos um esforço para apresentar uma sucessão de meios geográficos no Brasil, ao longo da história da organização do território nacional. De forma geral, pode-se falar em três grandes momentos da formação socioespacial brasileira que constituem os meios geográficos distintos: os meios naturais, de parcas inferências humanas no território; os meios técnicos, marcados pelo início de um conjunto de ações intermediadas por técnicas que mudam aos poucos a “cara” do território; e o meio técnico-científico-informacional, que marca o período contemporâneo.

Da evolução histórica dos fenômenos nos lugares resultam saberes novos, saberes renovados ou em vias de transformação e cuja definição é, por isso

mesmo, significativamente complicada. O reconhecimento dessa evolução histórica é essencial, como no caso das IES, em território brasileiro: “É sempre temerário trabalhar unicamente com o presente e somente a partir dele. Mais adequado é buscar compreender o seu processo formativo” (SANTOS, 2002).

Compreendemos que os eventos não se dão isoladamente, estão interconectados num amplo acontecer de outros eventos. Hannah Arendt (2007) ensina-nos que a história é uma série de eventos e não de forças ou ideias de curso previsível.

Como os conteúdos históricos mudam com uma temporalidade não exatamente coincidente com as mudanças nas relações das formas, dos conteúdos e das funções espaciais, “[...] uma empiricização efetiva, útil, eficaz só se pode fazer à medida que uma periodização é alcançada. É essa que permite definir, ou melhor, redefinir as coisas” (SANTOS, 1991, p. 83). Entendemos que a periodização é uma ferramenta teórico-metodológica que permite uma compreensão tanto das descontinuidades temporais quanto dos usos do território, e, por conseguinte, da empiricização das relações socioespaciais.

A partir do levantamento de dados sobre a presença, em território brasileiro, das IES, entre elas a universidade, ousamos trabalhar com uma periodização, destacando três momentos, em outras palavras, três meios geográficos onde o evento estudado materializa-se. A periodização se faz necessária ao identificarmos que os usos são diferentes nos diversos momentos históricos²⁶.

Como considera Silveira (1999a, p. 24), o período é um “conjunto de possibilidades do mundo, num dado momento, que dá significado às oportunidades diversas dos lugares”. Todavia, para a autora, na análise espaço-temporal, é importante considerar as diferenças no interior de um período, vendo-o como uma grande *bricolage* e substituindo a ideia de fluxo laminar da história no espaço pela de fluxo turbulento e instável. Sobre os períodos, também Santos & Silveira (2001, p. 24) afirmam que:

²⁶ Ao estabelecer uma periodização para a interpretação do território brasileiro, Santos & Silveira (2000, p. 20) explicitam que “[...] cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação [...] que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças”.

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período.

O primeiro período que destacamos, refere-se aos movimentos precursores do ensino superior no território, quando se tem um meio geográfico parcamente transformado pela ação humana e que, aos poucos, vai sendo dotado de intencionalidades pela força da exploração e do uso, impregnando-se, paulatinamente, por técnicas. Estas características territoriais povoam o Brasil desde a chegada dos portugueses até o início do século XX.

O segundo refere-se ao meio que vai ser mecanizado, dotado de variadas e ampliadas técnicas de transformação dos recursos naturais em bens mercadológicos. Essa transformação possibilita a organização e a difusão dos sistemas técnicos de engenharia pelo território. Observa-se a criação da instituição universitária no país e adicionam-se ao território outras inúmeras IES isoladas.

O terceiro momento diz respeito ao meio técnico-científico-informacional, através do qual o conhecimento, a pesquisa e o ensino povoam o território nacional a partir de lugares selecionados por uma lógica reprodutivista da divisão internacional do trabalho. Além disso, são materializados nas universidades, nos centros universitários e nas faculdades isoladas, para usar a classificação oficial do Ministério da Educação.

Nas periodizações, a busca pela evolução da sociedade se dá nos contextos que, a partir de variáveis escolhidas, não só demonstram situações datadas no tempo e materializadas no espaço, mas também nos contextos que variam suas escalas de influência em cada período analisado. Além disso, em cada momento histórico é demonstrada a importância de se verificar o peso das novidades e das heranças no estágio do recorte espacial analisado. Dessa forma, com esta periodização, acreditamos estar próximos da realidade tangível, uma vez que compreendemos que um conjunto de eventos forma um período e que, juntamente com suas possibilidades, compõe uma ideia de totalidade.

4.2 PRIMÓRDIOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

*“A natureza é atroz, o homem é atroz, mas
parecem entender-se.”
Michelet (Tableau de La France)*

O entendimento de que os processos vinculados à educação, em território brasileiro, fazem parte de uma estratégia posta a serviço da exploração da colônia pela metrópole, reforçam a importância da leitura do uso do território pelas IES neste país. Nesses termos, diversos autores dão ênfase à tardia organização das universidades em território brasileiro. Teixeira (1999) é um dos autores que defende esta ideia:

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência –, Portugal, fora dos colégios reais dos Jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora (TEIXEIRA, 1999, p. 29).

E ainda, na perspectiva apontada por Azevedo (1971, p. 532):

Não havia, pois, na colônia estudos superiores universitários, a não ser para o clero regular ou secular [...] para os que não se destinavam ao sacerdócio, mas a outras carreiras, abria-se, nesse ponto de bifurcação, o único, longo e penoso caminho que levava às universidades ultramarinas, à de Coimbra [...] e à de Montpellier [...].

Conscientes de que, no contexto da colonização do espaço brasileiro, não existiam instituições que se dedicavam à formação de quadros humanos em escolas superiores, elaboramos uma breve apresentação dos movimentos precursores que incitaram a organização e a autorização destas instituições no Brasil.

Pensar em uma história da educação superior no Brasil remete-nos ao estudo da evolução da sua educação em geral: do ensino, da instrução e das práticas pedagógicas. Como um processo sistematizado de transmissão de conhecimentos, evolui em rupturas marcantes e possíveis de ser observadas. De início, a história da educação brasileira é indissociável da presença da Companhia de Jesus, os Jesuítas.

Os referenciais, em território brasileiro, da sistematização dos processos educativos iniciam-se no período colonial, quando começam as primeiras relações entre Estado e educação, por meio dos Jesuítas, que chegaram em 1549, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega. Em 1759, com as reformas pombalinas, houve a expulsão dos mesmos, passando a ser instituído o ensino laico e público, quando os conteúdos passaram a basear-se nas Cartas Régias. Muitas mudanças ocorreram até que se chegasse à pedagogia dos dias de hoje. Em detalhada pesquisa sobre a universidade brasileira, Cunha (1980) elabora uma reflexão sobre este e outros momentos dos avanços e retrocessos da educação superior.

O início da formação socioespacial²⁷ brasileira, a partir das lógicas colonizadoras, acontece sobre um meio geográfico natural ou mesmo denominado “pré-técnico”. Santos e Silveira (2001) afirmam que os primeiros indícios dos assentamentos humanos no Brasil baseavam-se nas ofertas da natureza, e as localizações econômicas resultavam da combinação entre as necessidades de cada produto e as condições naturais preexistentes.

Partimos da compreensão de que a formação socioespacial brasileira tem sua constituição engendrada no amplo processo de expansão marítima resultante do desenvolvimento das empresas comerciais europeias. A colonização brasileira acontece como uma variante para intensificar a acumulação primitiva de capital que, na leitura de Cunha (1980), acabaria por acelerar o processo de formação dos Estados nacionais centralizados. Ainda vinculada ao sistema colonial, há a emergência da economia capitalista, tendo nos processos industriais o seu motor de aceleração e desenvolvimento.

De modo geral, ser colônia era ser um território dependente, sem autonomia política e econômica para decidir e encaminhar os seus próprios destinos. Tudo passa a existir em função dos objetivos e necessidades da metrópole, país colonizador, na medida em que é exatamente essa relação de dependência entre colonizado e colonizador que caracteriza um sistema colonial.

Esse sistema é parte integrante das ações da acumulação primitiva de capital e da política mercantilista europeia, entre os séculos XV e XVIII. A essência desse

²⁷ Inspirado nos conceitos clássicos de formação econômica e social, formulados por Caio Prado Junior (1945) e Celso Furtado (1984), entre outros autores, Milton Santos propõe o estudo de formação socioespacial, na busca de incorporar o espaço como instância da realidade social, de sua formação e transformações. PRADO, Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1945 (2ed). FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1984 (19ed).

sistema de submissão e exploração da colônia pela metrópole era o monopólio do comércio imposto pelo Estado colonizador. Dessa forma, a economia dependente transformava-se em periférica, tendo a função de gerar riquezas para a economia central metropolitana. Esse era o papel histórico da colônia: por meio dela, a burguesia mercantil apropriava-se de lucros extraordinários, lucros estes respaldados pelo direito exclusivo de comercializar os produtos gerados na colônia. E mais, eram os únicos vendedores de produtos manufaturados no território brasileiro e, além de oferecerem a produção a custo irrisório, a colônia ainda era obrigada a consumir os caros produtos vendidos pela burguesia comercial portuguesa.

Após a chegada dos Jesuítas ao Brasil, em 1549, juntamente com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, despontará, na colônia, um esforço educacional sistemático, formal, escolarizado. Castanho (2009) lembra que esta sistematização da educação, nos movimentos incipientes da sua organização, ocorrerá especialmente depois das primeiras versões, de 1586 e 1591, e da edição definitiva, em 1599, de seu guia de estudos, a *Ratio Studiorum*²⁸.

Este documento estabelece um currículo único para os estudos escolares, dividido em dois graus, supondo o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo: os *studia inferiora*, correspondentes, grosso modo, ao que se concebe como escola básica, e os *studia superiora*, correspondendo à formação universitária.

Cunha (1980) assim explica o conteúdo desta normatização: os *studia inferiora* eram desenvolvidos em cinco classes, desdobradas em até sete séries anuais; Já os *studia superiora*, que compreendiam os cursos de filosofia e teologia, tinham duração de três anos para o curso de filosofia e quatro anos para o de teologia.

Após a instituição da norma jesuíta de educação, estruturaram, no país, quatro grades de ensino sucessivas e propedêuticas: curso elementar, curso de humanidades, curso de artes e curso de teologia. O curso elementar ensinava as primeiras letras, o que significa ler, escrever e contar, além de introduzir a doutrina

²⁸ Luis Antonio Cunha (1980, p. 25) explica que a pedagogia dos Jesuítas inspirou-se nas *Institutio Oratória*, de Quintiliano, “redescoberto” pelos educadores no Renascimento para o ensino de humanidades. Inspirou-se, também na Universidade de Paris, centro de uma rigorosa restauração tomista, nos princípios do século XVI. A *Ratio Studiorum* foi alterada em 1751, introduzindo novas disciplinas nos *curriculums*, com o estudo das línguas vernáculas e das ciências naturais, ocupando parte do tempo até então dedicado às humanidades.

católica. O curso de humanidades, ministrado em latim, com dois anos de duração, abrangia o ensino de gramática, retórica e humanidades, sendo que o ensino das línguas grega e hebraica foi substituído pelo tupi-guarani, facilitando a ação das missões. O curso de artes, formando bacharéis e licenciados, centrado nos estudos das ciências naturais ou filosofia, durava três anos, quando se ensinava lógica, física, matemática, ética e metafísica. Este curso era propedêutico aos cursos universitários de Coimbra: direito, medicina, cânones. Por fim, o curso de teologia, com quatro anos de duração, conferia o grau de doutor e ministrava a teologia moral e a teologia especulativa, fundamentada nos dogmas católicos (CUNHA, 1980).

No Brasil, a presença dos Jesuítas significou mais do que o preparo para os quadros administrativos da colônia ou para o ingresso das elites na Universidade de Coimbra²⁹. Fausto (2002, p. 49), ao analisar a concepção evangelizadora da Companhia de Jesus, mostra-nos que a concepção missionária significou o esforço de transformar os índios, através do ensino, em “bons cristãos”. Além disso, significava impor-lhes os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores flexível às necessidades da colônia.

O mapa 2 mostra a distribuição dos Colégios Jesuítas no Brasil, no contexto do século XVIII, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal.

²⁹ Em obra sobre a história da Universidade de Coimbra, encontramos os seguintes dados sobre matrículas de brasileiros na instituição: até o final dos anos de 1500, apenas 13 matriculados, com destaque ao fato de que uma pesquisa detalhada desta natureza foi iniciada somente a partir dos anos de 1573/74. Ao final do século XVII, totalizam 353 matrículas. O ritmo acelera mais, ao longo do século XVIII: as duas primeiras décadas somam 104 estudantes brasileiros, mas o movimento marcadamente ascendente que a matrícula coimbrã assinala, a partir de 1720, é acompanhado pelo incremento da presença destes na Universidade: 436, entre 1721 e 1740; 429 nas duas décadas seguintes. O período de 1760 a 1770, depois da expulsão dos Jesuítas – embora ainda marcado pela sua ação – e da reforma dos estudos menores, conta ainda com 288 matrículas de brasileiros, com uma média anual superior ao período antecedente (FONSECA, 1997).

ESPACIALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS JESUÍTAS NO BRASIL

Legenda

Localização dos Colégios Jesuítas

- Belém
- João Pessoa
- Olinda
- Recife
- Rio de Janeiro
- Salvador
- Santos
- São Luís
- São Paulo
- Vitória

Fonte: IBGE. Autores: Cassiano Caon Amorim e Rodolfo
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009

Escala 1:25.000.000
500 250 0 500 Km

Tendo como base as observações de Santos & Silveira (2000), esclarecemos que a combinação de dois fatores principais ajuda a entender o desenvolvimento da instrução escolar nesse período: a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas no território, ambos atributos da incipiente seletividade no uso do território.

Para a interpretação geográfica desse período inicial dos processos de desenvolvimento do ensino superior no país, é fundamental destacar que, do conjunto de fatores e de normas que regem a relação metrópole-colônia, os espaços das primeiras vilas e cidades presentes no território brasileiro vão sintetizar toda a lógica de dependência. As maiores cidades cooptam a economia de produção voltada para o exterior, ficando subjugadas por um conjunto de regras ditadas a partir de Lisboa. “É a explicação desse urbanismo de fachada que reflete a condição de dependência da economia nacional” (SANTOS E SILVEIRA, 2000, p. 15).

Roberta Marx Delson (1979), ao estudar o planejamento espacial e social no território brasileiro, no século XVIII, defende a tese de que o governo português empenhou-se fortemente para desenvolver, no interior da colônia, uma política de planificação de vilas e cidades. Embora essa estratégia tenha garantido, segundo a autora, o controle do território e suas populações, no entanto, necessitavam de funcionários e engenheiros capacitados para executar as obras de planificação de forma que a qualificação e a formação de engenheiros tornaram-se uma urgência. Sobre este aspecto escreve a autora:

As origens da engenharia militar no Brasil remontam ao século XVI. [...] Porém o fato é que, até o começo do século XVIII, as oportunidades de brasileiros natos se instruírem nessa ciência eram extremamente limitadas. Os candidatos qualificados eram mandados a Portugal, onde aprendiam os fundamentos da arte da fortificação. Esse ensino compreendia uma instrução elementar em projeto e construção militar (DELSON, 1979, 42-43).

O que se produzia no Brasil, nos três primeiros séculos de presença portuguesa, era resultado do esforço de um trabalho pouco mecanizado e de mão-de-obra capacitada fora dos limites territoriais da colônia. Todo o esforço de treinamento, capacitação, formação de intelectualidade, de postos de comando, era feito na metrópole, nas Universidades de Coimbra e Évora, entre outras, como o

caso já citado de Montpellier. Nesse contexto, assim como o uso de técnicas era bastante limitado, as condições naturais eram respostas a uma ação humana tanto local quanto forânea. Segundo Silveira (2005), no desafio às condições naturais e no enfrentamento das distâncias, o corpo do homem era o principal instrumento:

[...] criavam-se, em virtude do tipo de produção, áreas de densidade ou de rarefação. Homens, plantas e animais de três continentes, sob o império dos europeus, encontraram-se em pontos privilegiados da terra brasileira e, no seu convívio, tornado obrigatório pelo trabalho, criaram uma nova geografia nesta porção do planeta (SILVEIRA, 2005, p. 143).

Scarlato (1996) acredita que as condições naturais foram fundamentais para a escolha das áreas onde se desenvolveram as atividades produtivas da agricultura e a implantação das cidades, sendo estas um prolongamento do mundo rural. Na colônia, o trabalho inicia-se a partir da exploração dos recursos naturais dados pela densa floresta tropical úmida do litoral, consolidado na exploração do pau-brasil. Posteriormente, após os primeiros desmatamentos, estendeu-se para o cultivo da cana-de-açúcar, produto valorizado nas trocas comerciais internacionais. Nesse sentido, o trabalho uniu o europeu, o índio e o negro escravo, vindo da África.

A partir das observações elaboradas por Furtado (1959), podemos concluir que, em função da natureza do produto cultivado ou explorado, observava-se determinada organização do território, sobretudo quando se tratava de um produto de exportação. O mapa 3 auxilia no entendimento de que um conjunto desarticulado de cidades prolifera no Brasil em resposta a uma incipiente seletividade espacial da produção.

Até meados do século XVIII, a base material do território passou por transformações lentas, praticamente não se criando fluxos verdadeiramente nacionais no domínio da economia. Na interpretação de Silveira (2005), a máquina do Estado servia para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da Igreja, unificar a língua. O mesmo defende Cunha (1980) quando enfatiza que era visível um grande e complexo aparelho repressor, imposto por Portugal, através da forte presença de “forças armadas”. No entanto, este autor alia à concepção nítida do poderio português, um significativo e complexo aparelho ideológico, coincidente com a Igreja Católica, cuja burocracia estava integrada ao funcionamento estatal.

A MARCHA DO POVOAMENTO E A URBANIZAÇÃO DO BRASIL NO SÉCULO XVII

Legenda

- Cidades
- Vilas
- Brasil - 1822
- Áreas provavelmente sob a influência das cidades e vilas
- Áreas conhecidas e povoadas de maneira mais ou menos estável, mas sem nenhuma vila ou cidade

Fonte: AZEVEDO, Aroldo (1977).

Autores: Rodolfo Vilela & Cassiano Caon Amorim

Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 30/10/09

Escala 1:30.000.000

500 250 0 500 Km

Nota: O número à direita do nome das cidades e vilas indicam o ano de sua fundação.

Desde o início do século XVII, os Estados entram em processos competitivos: mercados, territórios, influências. Da mesma forma que é salutar o conhecimento político, entendendo-o como o conhecimento dos indivíduos, de suas inclinações, habilidades e capacidades para serem utilizados, também é criticamente importante a utilização dos indivíduos, do seu trabalho, para preservar, senão reforçar, o Estado.

Dessa maneira, concluímos que os indivíduos, a partir dessa perspectiva, tornam-se instrumentais aos fins do Estado. A justiça, o bem-estar, a saúde e a educação, por exemplo, são importantes para os indivíduos, não pelo seu grau de importância para as pessoas, mas pelo quanto intensificam a força e o poder do Estado. Os investimentos na saúde e educação, portanto, são entendidos como investimentos instrumentais no indivíduo, a serem sacados mais tarde pela crescente força do Estado (MARSHALL, 1994).

Ao estudar as relações de poder e o espaço geográfico, Claude Raffestin (1980) distingue algumas variáveis importantes nessa relação, entre as quais destacam-se a linguagem e a religião. Afirma este autor que “a linguagem ou as linguagens são meios para mediatizar relações políticas, econômicas, sociais e/ou culturais num dado lugar e por uma duração específica” (RAFFESTIN, 1980, p. 100). Também apresenta a religião como um sistema semântico cuja função é assegurar uma mediação, de forma que, nesse caso, o que é significativo em relação ao poder advindo das religiões é o que se expressa pelas relações Igreja – Estado, no território Brasileiro: “A religião é marcada por relações de poder cujos trunfos são exatamente o controle da energia e da informação, sob a forma de homens, de recursos e de espaços” (Idem, p. 127).

Essas observações remetem-nos à estratégia portuguesa de uso das ordens religiosas, entre elas a Companhia de Jesus, como portadoras dos discursos, das vontades e da geopolítica do Estado colonizador. Segundo Cunha (1980), ao catequizar os índios e ao promover a instrução dos brasileiros, os Jesuítas construíam as possibilidades de domínio efetivo do território, abarcando seus recursos, suas possibilidades e suas populações:

A burocracia desse aparelho ideológico era constituída pelo clero secular e pelos religiosos de diversas ordens, destacando-se, dentre estas, pelo seu número, organização e relevância, a Companhia de Jesus. Sua atividade educacional principal era a catequese dos índios, enquanto que os padres seculares dedicavam-se, quase que exclusivamente, aos serviços religiosos nos latifúndios, como capelães residentes, e nos centros urbanos, como párocos. Na retaguarda da atividade missionária, os Jesuítas mantinham, nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea, colégios para o ensino das primeiras letras, para o ensino secundário e superior. Eles se destinavam a cumprir tripla função: de um lado, formar padres para a atividade missionária; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais da justiça, da fazenda e da administração); de outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local, fossem os filhos dos proprietários de terra e de minas, fossem os filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes (CUNHA, 1980, p. 24).

Silveira (2005, p. 144), por sua vez, acredita que a unidade política e linguística era contemporânea à vinculação quase direta entre as diversas regiões e o mercado externo. A falta de intermediários produziu uma evolução espacial e econômica caracterizada por “ilhas de produção”. Daí “a imagem de um vasto arquipélago, formado, na verdade, por um conjunto de penínsulas da Europa”. No mapa 4, está cartografada parte desses processos.

No final do século XVIII, com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus do território brasileiro, o Estado português desorganizou todo o sistema escolar existente, inclusive a incipiente experiência dos ensinos superiores organizada pelos padres Jesuítas. Cunha (1980) enfatiza que a montagem de um novo sistema escolar estatal e secularizado não foi, entretanto, resultado de uma política anticlerical. Ao contrário, excetuando os Jesuítas, os portugueses continuavam a ter, com as ordens religiosas, o discurso da religião como “esteio da ordem civil, o tribunal que, ao resguardar a pureza da fé, resguardava ao mesmo tempo, os interesses mais legítimos do poder secular” (CARVALHO, 1978, p. 48).

A partir das observações dos autores supracitados, com destaque ao que Santos e Silveira (2000) observam, podemos dizer que o país de fachada urbana determinou, outrossim, extrema seletividade geográfica do ensino, cuja tendência à difusão vai concretizar-se muito posteriormente à sua organização. Somente no século XIX, depois de longos séculos de limitada oferta de ensino primário e secundário centralizada pelos Jesuítas, em escolas isoladas, como já se destacou, o ensino superior passou a ser oficialmente ministrado no Brasil.

A MARCHA DO POVOAMENTO E A URBANIZAÇÃO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII

Legenda

- Brasil -1822
- Cidades
- Área provavelmente sob a influência das cidades e vilas
- Áreas conhecidas e povoadas de maneira mais ou menos estável, mas sem nenhuma vila ou cidade

Fonte: AZEVEDO, Aroldo (1977).
 Autores: Rodolfo Vilela & Cassiano Caon Amorim
 Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 30/10/2009

Escala 1:30.000.000

500 250 0 500
 Km

4.3 AS PRIMEIRAS FACULDADES ISOLADAS NO BRASIL

A compreensão dos usos do território por IES, no Brasil, passa pela necessidade de identificação dos momentos decisivos das principais mudanças administrativas, políticas e econômicas que inferiram alterações no curso da formação territorial brasileira. Nesse termo, é relevante destacar as principais alterações vividas no Brasil, a partir da transferência da Corte portuguesa para terras brasileiras e, por conseguinte, da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808.

Gomes (2007) descreve a situação da colônia que, às vésperas da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, não se constituía como um país integrado, consistindo num amontoado de regiões mais ou menos autônomas, com poucos comércios e frágeis conexões geográficas com o restante do território. Segundo o autor, esses pontos isolados do território nacional só tinham como referência o idioma português e a Coroa portuguesa, sediada em Lisboa, do outro lado do Atlântico.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, a situação do Brasil foi profundamente marcada por dois fatos relevantes e vinculados: a transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro e a posição de Portugal nas correlações de forças dos conflitos europeus. A chegada da família real portuguesa ao Brasil significou a transferência do Estado luso para uma colônia (situada, portanto, na periferia do sistema colonial). Com isso, alteraram-se os papéis tradicionais de metrópole e colônia, dando origem à chamada “Inversão Brasileira”, encaminhando o Brasil em direção à sua emancipação política.

Com efeito, a vinda da família real para o Rio de Janeiro representou o início de um período de grandes transformações na sociedade brasileira, especialmente, por incutir uma série de modificações na vida política, administrativa, econômica e social do país. Tais mudanças estavam associadas à criação de uma série de instituições e estruturas de poder, sendo as IES uma das mais importantes.

Pedro Vicente (1993), em artigo sobre a Política Exterior de Dom João VI para o Brasil, traça um perfil, a partir da leitura portuguesa, do que a corte imperial encontrou em território brasileiro. O autor esclarece que, de acordo com Bartolomé Bennassar, o Brasil teve um crescimento discreto, acompanhando o ritmo da ocupação territorial que, até finais do século XVII, não tinha o seu interior ocupado. A sua evolução demográfica mostrava-se díspar da das colônias espanholas: “Até

ao descobrimento de Minas Gerais era pouco povoado e possuía um nível cultural que não lhe permitia uma rendosa exploração econômica”. Nesse campo, impõe-se considerar os ciclos anteriores da madeira, do açúcar e do ouro. Surge, então, o tempo das plantações, que levou a um novo ciclo de agricultura diversificada: o tabaco, o algodão, o cacau e o gado passaram a representar importante papel na conjuntura econômica brasileira, até os primeiros anos do século XIX.

A fixação da família real portuguesa no Brasil alterou, em certa medida, a situação deste território: de simples colônia passava à condição de sede da monarquia lusitana. Essa nova realidade implicava implantação de modificações na organização administrativa: transferência, para o Rio de Janeiro, das repartições e dos tribunais de Lisboa, como explicita Pedro Vicente (1993 p. 201):

As secretarias de Estado funcionavam na nova capital, ali se estabelecendo os órgãos de administração pública e da justiça. Entre outros, o Conselho de Estado, as Mesas do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, o Conselho Supremo Militar e o Conselho de Fazenda. O Tribunal de Relação do Rio de Janeiro foi elevado à condição de Casa da Suplicação a qual, como órgão superior da justiça, julgava em última instância. Muitas outras medidas administrativas foram tomadas no vice-reino. Essa transformação, estendida a todo o Brasil, através de reformas administrativas nas capitanias, da concessão de certo tipo de autonomia a grandes extensões do território e do aumento da população, levaram o Brasil a uma nova situação. Preparava-se a proclamação, feita pelo príncipe em 1815, do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves.

Marco do desenvolvimento das ciências e das técnicas no Brasil, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro criou um espaço público letrado, de circulação de ideias e formação de opinião.

Nos anos seguintes, muitas transformações ocorreram na vida econômica e política do país. Paulatinamente, a escravidão foi sendo substituída pelo trabalho remunerado. Com a vinda da família real e com o que isso significou em termos de mudanças decorrentes do deslocamento do eixo de dependência do Brasil diretamente de Portugal para o âmbito da Inglaterra industrializada, a política industrial-manufatureira do Reino altera-se. Diga-se, de passagem, que a dependência da Inglaterra tinha mediação portuguesa até, pelo menos, a declaração da independência.

Além dos avanços que serão verificados no ensino superior brasileiro, Castanho (2009) alerta para a educação profissional, destinada a atender às novas demandas. Observa o autor que, já no alvará assinado por D. João VI, em 1 de abril de 1808, há a permissão para o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, tanto que, em documento datado de 1785, fica derogada a proibição total de fábricas. Como decorrência, no âmbito educacional, principalmente voltado para a profissionalização de quadros técnico-administrativos, cria-se, em 1809, o Colégio das Fábricas, primeiro estabelecimento do poder público no Brasil voltado à educação dos artistas e aprendizes.

Em detalhada pesquisa sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro, Abreu (2008) salienta que, no decorrer do século XIX, ocorreram modificações substanciais tanto na aparência quanto no conteúdo da cidade, capital do Império:

A vinda da família real impõe ao Rio uma classe social até então praticamente inexistente. Impõe também novas necessidades materiais que atendam não só aos anseios desta classe, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas, ideológicas que a cidade passa a exercer. A independência política e o início do reinado do café regam, por sua vez, uma nova fase de expansão econômica, resultando daí a atração – no decorrer do século e em progressão crescente – de grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. A partir de meados do século a cidade passa a atrair também numerosos capitais internacionais, cada vez mais disponíveis e à procura de novas formas de reprodução. Grande parte deles é utilizada no setor de serviços públicos (transportes, esgoto, gás, etc.), via concessões obtidas do Estado (ABREU, 2008, p. 35).

A partir desse momento, o que se observa é a difusão lenta e desigualmente distribuída do meio técnico no território. Delineiam-se, a partir dos recursos e em lugares mais diversos do território, os contornos de novas geografias urbanas e de usos de exploração. Não somente a cidade do Rio de Janeiro, como minuciosamente pesquisado por Mauricio Abreu, mas também outros lugares do território brasileiro vão adquirindo conteúdos técnicos, a partir do momento que emerge um espaço mecanizado, como afirma Silveira (2005, p. 145): “são as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza com a emergência de sucessivos meios técnicos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos”. O limiar do século XIX vê surgirem, enfim, as primeiras manifestações formais do ensino superior no país.

É significativo destacar que, transferida a Corte para o Rio de Janeiro, as incipientes IES criadas por D. João VI estavam diretamente articuladas à preocupação com a defesa militar do território, tornado então sede do governo português. Em detalhado trabalho onde se evidencia a data de criação de alguns estabelecimentos de ensino superior no país, Mendonça (2000) apresenta argumentos que comprovam essa observação:

No ano de 1808, cria-se no Rio de Janeiro, a Academia de Marinha, e, em 1810, a Academia Real Militar, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Também em 1808, criaram-se os cursos de anatomia e cirurgia, para a formação de cirurgiões militares, que se instalaram, significativamente, no Hospital Militar (como também era o caso do curso da Bahia). A esses cursos, de início simples aulas ou cadeiras, acrescentaram-se, em 1809, os de medicina e, em 1813, constituiu-se, a partir desses cursos, a Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (MENDONÇA, 2000, p. 134).

O fato de a centralidade político-administrativa do território situar-se na cidade do Rio de Janeiro permitiu não só o funcionamento de outros cursos superiores, senão ainda a alocação de aparatos de pesquisa e produção científica. A criação do laboratório de química, em 1812, e a autorização para o funcionamento do curso de agricultura, em 1814, ilustram essa tendência centralizadora do Rio de Janeiro.

No entanto, outros cursos criados na Bahia, todos eles marcados pela mesma preocupação pragmática de criar uma infraestrutura que garantisse a sobrevivência da Corte em território brasileiro, neste contexto tornado Reino-Unido, mostram uma “dispersão-concentrada” dos cursos superiores em áreas específicas do território.

Alguns cursos avulsos foram ainda criados em lugares distintos do Brasil, nos quais a importância econômica e a singularidade política dos agentes locais traduzem-se na seletividade espacial dessa expansão, como ilustram os dados retirados da pesquisa de Mendonça (2000): em 1809, foi criado, em Pernambuco, o curso superior de Matemática; em 1817, foram criados os cursos de desenho e história, na cidade mineradora de Vila Rica, localizada em Minas Gerais; em Paracatu, mais uma cidade mineira, o ano de 1821 marcou o início das atividades dos cursos superiores de retórica e filosofia.

Ao longo de todo século XIX, o desenvolvimento do ensino superior principia-se como cadeiras, as quais sucederam-se em forma de cursos para, posteriormente, tornarem-se escolas e faculdades de Medicina, Direito, Engenharia, Farmácia, Música e Agronomia. Como em outras “modernizações” do território brasileiro, mais uma vez, as áreas litorâneas e de mineração foram privilegiadas nessa convocação: Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Olinda e Recife, Ouro Preto, Porto Alegre, entre outros lugares isolados do território. Nas observações de Santos & Silveira (2000, p. 16) era, certamente, uma época de saberes universais: Direito, Medicina, Farmácia, Filosofia, Artes, Engenharia e Agronomia “constituíam os caminhos de uma maior vida de relações nas cidades e de aprofundamento das elites nacionais, no território”.

Mendonça (2000) esclarece que a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada no Rio de Janeiro, em 1816, na sua concepção originária também estava marcada pela preocupação com a formação técnica. Para esta pesquisadora, além do caráter pragmático que marcava a quase totalidade das iniciativas de criação das cadeiras, cursos, faculdades, cumpre destacar também o caráter laico e estatal desses empreendimentos. De fato, essas instituições foram criadas por iniciativa da Corte portuguesa, e foram por ela mantidas, continuando a sê-lo pelos governos imperiais, após nossa independência política.

São relevantes as observações advindas de Cunha (1980, p. 112) sobre a localização das primeiras cadeiras, cursos e faculdades, que ministrariam o ensino superior no Brasil. O referido autor remete-se ao acirrado debate que se travou no Parlamento a respeito da localização desses cursos, destacando que, ao final, prevaleceu “a corrente que defendia a localização das academias fora do Rio de Janeiro e naquelas províncias onde foi mais forte o movimento pela independência”. O critério político de caráter nacionalista teria sido, portanto, mais um aspecto determinante no que se refere à seletividade dos lugares de instalação desses cursos.

Os movimentos ideológicos que apregoam a transformação da colônia em Estado independente trazem consigo reivindicações de ampliação do número de IES e da criação de uma universidade, inclusive como espaço para o controle da instrução geral no país. É relevante destacar que, apesar das ideologias políticas liberais, a Igreja católica continuava como religião oficial do Estado e ditava, em certo sentido, os desenhos curriculares de cursos de ensino superior, no Brasil, a

partir de um sistema dito secularizado e estatal (CUNHA, 1980). A universidade almejada não saiu dos muitos projetos de intenção de sua criação, prevalecendo, no país, as IES fundadas por D. João VI e outras que foram criadas no decorrer do período imperial.

Ainda nesse contexto, é interessante atentar-se para a divisão que começa a se vislumbrar entre dois setores dominantes na educação brasileira, de maneira geral: o ensino estatal (secular) e o ensino particular (religioso e secular). Desde a formação do novo Estado Nacional, advindo da Proclamação da Independência, temos uma política de livre ação voltada à educação praticada pela iniciativa privada. Cunha (1980, p. 79) esclarece que “o novo Estado propunha-se a ditar normas para o ensino por ele ministrado e deixar o ensino particular funcionando em regime de *laissez-faire*”. O ensino superior ficaria a cargo do controle do Estado, conforme o ato adicional de 1834, atribuindo a outorga ao governo central em relação às províncias.

A extensão da liberdade de ensino ao grau superior, ainda sob a tutela do Estado, vinha sendo defendida, desde a década de 1860 (CUNHA, 1980, p. 82): de um lado estavam os liberais, conservadores e positivistas, como agentes defensores da liberdade no ensino superior; de outro, estava a Igreja Católica, francamente contrária a essa liberdade, na medida em que não admitia a validade de ensinar uma doutrina que considerava falsa. Somente a partir do último quartel do século XIX, por enxergar possibilidades competitivas vantajosas entre a iniciativa particular, confessionais ou não, a Igreja passa a aceitar tal liberdade.

Apesar das pressões dos grupos interessados na liberação do ensino superior aos interesses das instituições privadas, o Estado mantém o monopólio desse segmento, contrariando os esforços de diversos grupos. Buscando entender os sentidos para uma série de demarcações estatais do avanço do ensino superior no país e restrições estatais a esse avanço, Luiz Antonio Cunha enfatiza que:

O Estado detinha o monopólio da formação da força de trabalho habilitada para o desempenho de certas profissões, conforme certas doutrinas e práticas [...], e garantia os interesses de poder, remuneração e prestígio de certos grupos corporativos. Essa era a razão porque o Estado não liberava o Ensino Superior (capaz de distribuir privilégios) aos particulares. Mesmo que não se professassem doutrinas estranhas e adotassem práticas ilegítimas ou menos valorizadas, o aumento do número de diplomados poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração, para os grupos corporativos compostos por indivíduos oriundos das classes dominantes ou cooptados por elas e interligados com os níveis mais elevados da burocracia do Estado (CUNHA, 1980, p. 85).

Remetendo-nos a uma leitura do território brasileiro desse momento, ou seja, a partir de meados do século XIX, observa-se que, paulatinamente, vão promovendo a mecanização da produção de bens materiais e, concomitantemente, a mecanização do território. Vincula-se a isso o impulso dado pela instalação de usinas açucareiras, em pontos específicos do território nacional e, mais tarde, dos avanços na fluidez material e imaterial favorecidos pela navegação a vapor e pela implementação das ferrovias. A força de trabalho mais qualificada, formada por cursos superiores, continuava restrita aos centros urbanos litorâneos ou àqueles em que a urbanização foi impulsionada pela riqueza da mineração. De resto, iniciava-se no país o processo de ampliação técnica da produção por meio de um trabalho ainda pouco qualificado e, muitas vezes, gerido a distância, a partir dos lugares selecionados para formação no ensino superior.

Os novos objetos e sistemas técnicos que vão compondo a materialidade do espaço geográfico vão dando sentido à existência do território, caracterizando-o pelo seu uso. Encarado como o agir humano na apropriação e transformação do meio natural, o trabalho, como técnica impregnada de intencionalidade, transforma o território. Para Silva (1998), o trabalho, que é a energia de transformação do território, tornou-se elemento processual de realização das forças produtivas.

Os primeiros sistemas técnicos de engenharia são traçados e implementados, promovendo uma integração parcial do território nacional. São favorecidas as interdependências entre os navios, os portos, as ferrovias, as primeiras estradas de rodagem, e as usinas geradoras de eletricidade, constituem-se o embrião da difusão dos sistemas de infraestruturas. O território brasileiro podia ser encarado como um arquipélago do qual um subsistema seria o arquipélago mecanizado, constatado pelo conjunto de manchas ou pontos do território onde se

realizavam uma produção e uma circulação de incipiente mecanização. Todavia, em enormes manchas do território brasileiro, ainda imperava o meio natural, impondo, como na região amazônica, significativos estorvos à exploração e à posse dos europeus.

Os conteúdos e formas do território vão se constituindo por uma materialidade de objetos e fluxos, impulsionados pelas ações, dirigidos pela mecânica e por um complexo social e econômico em que a força de trabalho é fundamental. A lógica do capital de expansão do seu valor tem uma dimensão espacial, apresentando cada fase do desenvolvimento capitalista uma geografia específica das condições técnico-científicas naquele momento.

As dinâmicas que principiam um processo de conexão das “ilhas de produção”, no território brasileiro, impulsionam a urbanização no Brasil. Dados apresentados por Santos (2005) mostram que, em 1872, apenas três capitais brasileiras contavam com mais de 100 mil habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Somente Belém (61.997) contava mais de 50 mil residentes. São Paulo, nesse momento, apresentava uma população de 31.385 habitantes. A tabela 1 mostra a evolução da população urbana no final do século XIX.

Cidade	1872	1890	1900
Rio de Janeiro	242.972	522.651	691.565
Salvador	129.109	174.412	205.813
Recife	116.671	111.556	113.106
Belém	61.997	50.064	96.560
São Paulo	31.385	64.934	239.820

Tabela 1: Evolução da população, nas maiores cidades brasileiras, no final do século XIX.

Fonte: Santos, Milton. A urbanização Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2005.

Apesar de um crescimento ainda lento no total da população brasileira residente em vilas e cidades, a população, assim chamada urbana, tem um acréscimo, saltando de 5,9%, em 1872, para 9,4%, em 1900. Até então, esse crescimento é verificado nos lugares onde se concentram as dinâmicas das modernizações do território.

As significativas mudanças ocorridas tanto na política, com a queda do Império e a ascensão da República, quanto no sistema socioeconômico brasileiro,

com o advento do trabalho livre e assalariado, a partir do final do século XIX, permitiram a constituição de um novo território usado.

Quantitativamente, as principais cidades do país passaram a receber significativas melhorias técnicas, desde a implantação de sistema hidráulico e de iluminação, passando por transportes coletivos com tração animal e por rede de esgotos, até a implantação ou atualização de planos urbanísticos de logradouros públicos, praças e vias arborizadas.

Scarlatto (1996) acrescenta que, atrelando-se ao crescimento demográfico das mais importantes cidades brasileiras, a segunda metade do século XIX é marcada por um verdadeiro surto de fundação de novas vilas e cidades, no interior das diferentes regiões. Esse processo resultou não só do avanço da produção, em diferentes direções do território, mas também das dinâmicas que foram sendo criadas pelos sistemas de movimento no território, impulsionadas por demandas externas, oriundas da Europa e América do Norte, em amplo processo de industrialização. “A exploração da borracha estabelecendo-se na Amazônia, a lavoura do café avançando pelo Centro-Sul e a colonização europeia expandindo-se no Sul do país marcaram o surgimento de importantes cidades nessas regiões” (SCARLATO, 1996, p. 423).

A observação de que, nesse período, o território brasileiro ainda se caracterizava por apresentar espaços muito específicos de produção permite-nos dizer que a vida cotidiana dava-se num contexto circunscrito às regiões, muito embora os produtos advindos do trabalho, nesses lugares, eram destinados a atender à demanda que vinha de fora. Santos & Silveira (2000) salientam que, embora as especializações regionais em matérias-primas de exportação garantissem sua vinculação aos portos e ao mundo, a busca da integração nacional não era ainda um imperativo da construção dessas redes. Dessa forma, o aparelhamento dos portos e a construção de linhas telegráficas contribuíram para tornar mais complexos os sistemas técnicos de engenharia, permitindo às cidades beneficiárias expandir seu comando sobre o espaço regional. Esse fato pode ser notado em capitais como Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo, com a cadeia produtiva do café.

Outros dados levantados por Santos & Silveira (2001) ajudam a entender as dinâmicas que se instalam no território brasileiro, no momento de organização das primeiras IES. Segundo estes autores, em 1881, existiam, no Brasil, 44

estabelecimentos industriais têxteis, cuja maior concentração situava-se na região da Bahia, embora os maiores índices de produção correspondessem ao Rio de Janeiro. Verificavam-se também estabelecimentos têxteis em São Paulo e Minas Gerais, com produções menores do que os outros dois estados anteriormente citados.

O crescimento, em importância, de uma agricultura voltada à exportação, bem como a mecanização das áreas de exploração de recursos minerais são processos condutores de uma progressiva tecnificação do território. Essas modernizações confluíram para ampliar a demanda por conhecimentos técnicos e especializados, principalmente de engenharia. Aos saberes universais acrescentam-se, desse modo, os saberes técnicos que passaram a povoar não somente o litoral, mas, sobretudo, as áreas interioranas especializadas e voltadas para um mercado exterior. Nessa esteira, por exemplo, cria-se, em 1875, a Escola de Minas.

A pesquisa de Cunha (1988) indica que o artigo 72 da Constituição de 1891, o qual trata da declaração de direitos, determinava ser leigo o ensino ministrado nas escolas estatais. O artigo 34 dizia ser competência exclusiva do Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior na capital federal, ou seja, no Rio de Janeiro. O Congresso Nacional poderia criar, mas não privativamente, IES nos estados. Assim, fora da capital da república, tanto o Congresso Nacional quanto as assembleias legislativas estaduais, poderiam criar escolas superiores.

Aproveitando-se desta prerrogativa, são criadas, em 1896, as duas primeiras faculdades isoladas privadas, que ministrariam cursos superiores: a Escola de Engenharia do *Mackenzie College* e a Escola de Engenharia de Porto Alegre (CUNHA, 1980).

Segundo historiadores da educação e da cultura brasileira, entre eles Fernando Azevedo (1971), o pensamento liberal republicano era nitidamente positivista: a educação competia à sociedade e ao indivíduo, não ao Estado. Por isso, a partir daquela época, a função pública nesse campo limitava-se a promover e regular a atividade privada, reforçando a tradição, cultivada no império, dos colégios e liceus.

A Constituição de 1891, republicana e positivista, consiste no marco normativo que permite a instalação de IES. Até a proclamação da República, em 1889, havia apenas 14 instituições públicas ministrando o ensino superior no Brasil. Nos vinte anos seguintes, até a primeira década do século XX, porém, foram

criadas 27, na sua maioria privadas. As particulares surgidas nessa época eram confessionais católicas ou laicas, fundadas por senhores da elite agroexportadora ou da burguesia industrial nascente.

Cunha (1980) faz um levantamento das 27 instituições criadas no período que vai da reforma Benjamin Constant³⁰, em 1891, a 1910, ano imediatamente anterior ao da reforma Rivadávia Corrêa³¹, além de ampliar sua pesquisa, até 1914, demonstrando os efeitos da política liberalizante da “Reforma Rivadávia”. A seguir, no mapa 5, estão organizadas as faculdades e os lugares de sua fundação.

São tempos de acelerado crescimento populacional no país: em 1872, somavam-se 9,9 milhões de brasileiros; em 1890, esse total atingia 14,3 milhões; em 1920, a cifra era de 30,6 milhões (SANTOS, 2005). Concomitante ao crescimento demográfico brasileiro, acontece a diversificação de cursos pelo território nacional, além de um crescimento exponencial do número de matrículas. Segundo Santos & Silveira (2000), em 1908, das 6.735 matrículas no ensino superior no país, 45,61% concentravam-se no Rio de Janeiro. O mapa 6 evidencia a distribuição de matrículas em território brasileiro.

A interpretação desses dados explicitados permite-nos dizer que, desde cedo, há uma forte concentração do ensino superior na região Sudeste. Trabalhando com dados a respeito do número de professores e a relação destes com o número de alunos, concluímos que o número de professores, no ensino superior brasileiro, cresceu significativamente, ao longo dos anos, ainda que nem sempre tenha acompanhado os acelerados movimentos de expansão das matrículas. Em 1908, eram 693 professores, correspondendo a 9,72 docentes por aluno. Em 1935, a título de comparação, existiam 5135 professores, e a relação atingia 6,69 alunos/docentes (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

³⁰ A Reforma Benjamin Constant, com base nos princípios positivistas, criava o conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais e das que lhe fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal os regulamentos para a inspeção das faculdades livres; de criar novos estabelecimentos de ensino. Além dessas providências, dentro da reforma Benjamin Constant, observa-se o alargamento dos canais de acesso ao ensino superior, criando condições legais para que escolas superiores particulares viessem a conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas escolas federais.

³¹ O Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, promulgou, em 1891, por decreto, a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, redigida pelo ministro do interior, o deputado gaúcho Rivadávia da Cunha Corrêa. Entre os principais pontos da lei orgânica de 1911, está o que deixa explícito que as escolas superiores, criadas pelos estados e por particulares, deixavam de sofrer qualquer fiscalização da parte do governo federal, tendo seus currículos organizados conforme as determinações do seu próprio corpo docente, independentemente de paradigmas oficiais. A partir destas e outras regulamentações normativas, aumentou consideravelmente a oferta de ensino superior.

FACULDADES ISOLADAS CRIADAS NO PERÍODO DE 1891 A 1914

Fonte: CUNHA, Luiz Antonio. A Universidade Temporã - O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980. Autores: Rodolfo Vilela & Cassiano Caon Amorim
 Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 30/11/09

Legenda

Concentração de Instituições:

Rio de Janeiro - 7 Instituições

- 1891 - Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro
- 1891 - Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro
- 1905 - Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro
- 1905 - Escola Livre de Odontologia do Rio de Janeiro
- 1910 - Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro
- 1911 - Faculdade de Direito de Niterói
- 1912 - Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro

Minas Gerais - 6 Instituições

- 1904 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora
- 1905 - Esc. de Farmácia e Odontologia do Instituto Granbery em Juiz de Fora
- 1908 - Faculdade de Odontologia de Minas Gerais
- 1908 - Escola Superior de Agricultura de Lavras
- 1911 - Faculdade de Medicina do Estado de Minas Gerais
- 1914 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas

Pernambuco - 5 Instituições

- 1902 - Faculdade de Farmácia de Pernambuco
- 1905 - Escola Livre de Engenharia de Pernambuco
- 1912 - Escola Politécnica de Pernambuco
- 1914 - Escola Superior de Agricultura de Pernambuco
- 1915 - Faculdade de Odontologia de Pernambuco

São Paulo - 4 Instituições

- 1900 - Escola Politécnica de São Paulo
- 1900 - Escola Superior de Agricultura de Piracicaba
- 1905 - Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo.
- 1912 - Faculdade de Medicina de São Paulo

Rio Grande do Sul - 3 Instituições

- 1889 - Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre
- 1896 - Escola de Engenharia de Porto Alegre
- 1910 - Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul

Pará - 2 Instituições

- 1904 - Faculdade de Farmácia do Pará
- 1914 - Faculdade de Odontologia do Pará

Bahia - 2 Instituições

- 1891 - Faculdade Livre de Direito da Bahia
- 1896 - Escola Politécnica da Bahia

Goiás - 1 Instituição

- 1891 - Faculdade de Direito de Goiás

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO EM 1908

Legenda

% de Matrículas em 1908

Fonte: CUNHA, Luiz Antonio. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 30/10/09

Escala 1:25.000.000
500 250 0 500
Km

Observando-se os dados da tabela e os dados dos mapas sobre o território brasileiro e as IES, pode-se afirmar que, atreladas às demandas pelos saberes técnicos, próprias de um contexto de construção das bases materiais da produção geral no território, associavam-se outras demandas, com gênese em uma nova vida de relações nas cidades: era a necessidade de formação de professores, com a interiorização da urbanização; expansão da área da saúde, impregnadas do discurso higienista; além da força que, nesse período, ganhava o comércio exterior e interior, confluindo para a criação de novos cursos superiores, em lugares distintos do território.

É interessante notar que, até as primeiras décadas do século XX, não foi criada nenhuma universidade no Brasil. A educação superior, segundo a visão dos ‘universalistas’, deveria tender não somente à formação profissional e técnica, mas também promover a formação dos pesquisadores, dos ‘homens dos saberes’, em todos os ramos do conhecimento. No entanto, ao longo do Império e das primeiras décadas da jovem República, os positivistas – ideólogos do projeto de nação republicana – consideravam a universidade uma instituição ‘metafísica’ e ‘obscura’ e conspiraram decisivamente contra sua inclusão no processo de formação da educação superior.

No entanto, Cunha (1980, 177) esclarece que

A proclamação da República criou uma ordem jurídica que, liberando antigos anseios federativos, propiciou iniciativas de criação de instituições de ensino superior em diversos estados. Em três deles surgiram universidades fora e à revelia do poder central, no Amazonas, em São Paulo e no Paraná, embora tivessem existência curta, só vingando décadas mais tarde.

De fato, apesar do combate sistemático dos positivistas, a universidade tem origem, no Brasil, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Cunha (1980) acredita que, embora as universidades criadas em Manaus (1909), em São Paulo (1911) e em Curitiba (1912), não tenham obtido sucesso e logo tenham sido extintas, elas serviram para provocar uma reação no governo da União de forma a assumir, controlando a iniciativa de fundar uma universidade: a Universidade do Rio de Janeiro.

Esta reação por parte do Estado brasileiro marca um momento de transição na oferta do ensino superior. As primeiras décadas do século XX trazem com elas

as demandas de novas formações de mão-de-obra para o capitalismo que vai inserindo-se no território. Caminhamos em direção à integração do mercado e, com ele, à interconexão do território.

5 NOVAS DEMANDAS DO TERRITÓRIO E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

As transformações observadas no território brasileiro, a partir das primeiras décadas do século XX, estão associadas às complexas transformações nas interações espaciais, resultantes da significativa invasão tecnológica gerada no âmbito dessa complexa teia de intercasualidades, que foi a Revolução Industrial. O navio a vapor, a ferrovia e o telégrafo foram as primeiras dessas modernizações correlatas às alterações também cruciais observadas no âmbito da agricultura, nas atividades industriais, no setor terciário, na organização social e política, na urbanização e no cotidiano da população, entre outros, como apontam Santos & Silveira (2001) e Hobsbawn (1977).

De acordo com Ribeiro (2002), as redes e equipamentos constituem a face material mais imediata dos impulsos à modernização seletiva da vida social nos espaços. A transformação do meio geográfico de aderência técnica vai, aos poucos, transformando-se pela incorporação do pensamento sobre a técnica, ou seja, pela incorporação da ciência. É o meio técnico transformando-se em meio técnico-científico, consolidando-se o processo de modernização em grande parte do mundo. Esse processo terá como sustentáculos o surgimento e a disseminação das técnicas de comunicação, informação e transportes, os quais, pela sua intensa capacidade de circulação de mensagens, fazem com que as conexões entre os lugares se deem em ritmo cada vez mais intenso.

No intuito de compreender “as conexões de lugares do espaço, totais, singulares”, Souza (1993) trabalha com o conceito de conexões geográficas. Nesse período em que se observa a organização das primeiras universidades brasileiras, o território brasileiro vai sendo preenchido tanto por diferentes e desiguais densidades técnicas quanto por atividades científicas. Os lugares ‘selecionados’ para ampliação da rede de ensino superior no país participam mais intensamente da lógica de funcionamento do mundo onde técnica e ciência começam a fazer parte da vida cotidiana de um número maior de cidadãos.

Concomitantemente à expansão do mercado, são desenvolvidas novas tarefas, novas sequências e especializações. Essa expansão, que é também geográfica, implica nova divisão do trabalho: “especialização de funções, aumento de produtividade, controle do processo de trabalho e, o que é importante também para a compreensão da urbanização, a reposição do trabalhador nesse processo”

(SOUZA, 1993, p. 10). As observações de Corrêa (1997) permitem dizer que, no mundo, intensificam-se e ampliam-se as interações espaciais que, adicionalmente, tornaram-se mais rápidas e mais complexas:

Rompem-se as amarras de horizontes espaciais limitados e fortemente fechados, submetidos a uma economia preponderantemente autárquica. Estabelece-se uma crescente divisão territorial do trabalho que leva a uma necessária articulação entre áreas e cidades através de uma rede urbana cada vez mais importante e fortemente articulada (CORREA, 1997, p. 282).

A sobreposição dos tempos sociais aos tempos da natureza faz-se presente em parcelas crescentes do território brasileiro. Santos (1996) esclarece que o componente internacional da divisão do trabalho tende a aumentar exponencialmente no Brasil. Isso impulsiona a aderência de sistemas técnicos muitas vezes estranhos às lógicas locais e mesmo nacionais. Podemos afirmar que a expansão do sistema de circulação e das áreas de produção agrícola para exportação reforçou o crescimento do número de emprego.

Contel (2001), ao elaborar detalhada investigação sobre os sistemas de movimento no território brasileiro, afirma que, até os anos de 1940, havia dois principais tipos de sistema de movimentos no Brasil: o ferroviário, que cuidava dos deslocamentos 'latitudinais', conectando áreas produtoras aos portos; e o hidroviário, responsável pelo transporte 'longitudinal' de pessoas e mercadorias, conectando os diversos portos da ampla costa brasileira, pelo transporte de cabotagem. O crescimento do transporte rodoviário dá-se somente a partir dos anos de 1920, com o avanço das 'frentes pioneiras', no Estado de São Paulo, e depois para o norte do Paraná:

Em função da intensificação de sua base produtiva e do consequente aumento da divisão territorial do trabalho, a vida do território vai-se pautando por um aumento considerável na quantidade e na qualidade dos respectivos fluxos (CONTEL, 2001, p. 364).

Ao pesquisar sobre a nova divisão territorial do trabalho no Brasil, Bernardes (2001) baseia-se na proposição de uma modernização seletiva do território nacional. A pesquisadora enfatiza que os planos de desenvolvimento implementados, a partir do início do século XX, integraram a economia e o território, provocando a expansão do meio técnico, até então restrito a São Paulo e sua área de influência, além de

espaços desarticulados no território, principalmente algumas capitais localizadas no litoral. A transformação do meio técnico em técnico-científico expandiu-se para o Sul e para o restante do Sudeste brasileiro.

No Brasil, após a Revolução de 1930, período favorável, em face da queda do poder de pressão dos países industrializados que, na ocasião, passavam por problemas com os desdobramentos da crise de 1929, o Estado passou a ter uma intervenção mais ostensiva na vida econômica. A política brasileira procurou não só garantir as atividades agroexportadoras tradicionais – café, cacau, cana-de-açúcar, fumo, algodão, entre outros – mas também desenvolver indústrias de bens de consumo. Além disso, o Estado intensificou a sua intervenção na economia, criando empresas estatais para atuar nos setores vitais, como a siderurgia, procurando, assim, adquirir maior independência em face dos grandes *trustes* internacionais.

Nas primeiras décadas do século XX, a população brasileira aumentou continuamente, e uma relativa melhoria nas condições de vida da população fez os números da demografia brasileira crescerem. Desde o início do século até a segunda década, a população saltou de 17,4 milhões para 30,6 milhões, como se pode perceber, na tabela 2, abaixo, com a sequência histórica da contagem da população brasileira e os respectivos dados demográficos desse período:

ANO	POPULAÇÃO	% CRESCIMENTO
1872	9930478	-
1890	14333915	44,3
1900	17438434	21,6
1920	30635605	75,6
1940	41236315	34,6
1950	51944397	25,9
1960	70119071	35,1

Tabela 2: A evolução da população brasileira: 1872 – 1960.

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1990.

O aumento populacional teve como consequência não somente um aumento das densidades demográficas em cada região, mas também a sua redistribuição. Se as populações do Nordeste, do Sudeste e do Sul dobraram nesses anos, o aumento foi ainda mais significativo na Amazônia. Essa redistribuição manifestou-se por um novo equilíbrio demográfico regional, principalmente com o início do abandono do campo, aumentando o número de cidades e de sua população.

Em 1940, aproximadamente um terço da população brasileira era urbana. Grande parte dos brasileiros que viviam no Norte e Nordeste abandonou essas regiões e dirigiu-se para as cidades do Sul. Para efeitos de melhor análise, basta lembrar que, no final do século XIX, as duas regiões representavam mais de um terço da população nacional, e, em 1960, ainda que seus índices de natalidade fossem os mais altos do país, correspondiam, segundo dados do IBGE, a apenas um quarto da população total.

A região Sudeste, alavancada pelo crescimento econômico do estado de São Paulo, passa a concentrar os principais sistemas de engenharia do território. A implantação de estradas de ferro e de rodovias, a melhoria dos portos, a criação de novos meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território. Santos (2005) observa que é exatamente nesses pontos que se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, os quais vão tornar efetiva a fluidez.

A partir de 1930, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel crescente, que se mostrará uma lógica econômica e territorial no país.

Milton Santos, ao estudar a urbanização brasileira, elabora uma leitura a partir do avanço das transformações advindas do crescimento da população urbana e das novas dinâmicas do território:

A partir dos anos 1940-1950, é a lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto incluiu a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida das relações (leia-se terceirização) e ativo o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estado (SANTOS, 2005, p. 30).

Do seio dessas transformações, entre os anos de 1940 e 1960, observa-se um aumento de 2,2 vezes no total das matrículas de alunos do ensino fundamental.

Embora se trate de um significativo crescimento, com expansão nas diferentes regiões do país, não é suficiente para atender a toda demanda educacional desse momento da escolarização. Comparando com o crescimento do que hoje denominamos Ensino Médio, embora haja evidências de aumento, o número de alunos ainda é consideravelmente baixo. As IES, que somavam, em 1908, 28, aumentaram para mais de 50, em 1912, e para 248, em 1935 (CUNHA, 1980). O Sudeste, o Nordeste e, mais tarde, o Sul, foram as regiões que apresentaram maior número de instituições, tanto públicas quanto particulares. Paralelamente, verifica-se um acelerado aumento do número de matrículas. O principal centro universitário, reunindo cerca da metade dos alunos do país, nas primeiras décadas do século, era o Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, São Paulo despontou como um centro educacional importante, sobretudo quando se generalizou a demanda da cultura industrial orientada para a transformação material do território.

Nesse primeiro momento de um longo processo de integração nacional, com o crescimento industrial do país, com a formação de um esboço de mercado territorial no Centro-Sul, dando-se o início da hegemonia de São Paulo, vão ser criadas as primeiras universidades no país. O período cuja análise esboçamos tem como marco inicial, portanto, a segunda década do século XX, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, estendendo-se até a década de 1960, quando um conjunto de fatores promovem significativas mudanças tanto na base material do território quanto na estrutura, organização e localização das IES.

5.1 NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Por entender o caráter ordenador do território brasileiro, verificado no decreto 11.530, cujo texto foi organizado por Carlos Maximiliano (CUNHA, 1980), Ministro da Justiça e do Interior, do Governo de Venceslau Brás, daremos especial destaque a atributos normativos que antecedem essa época, apesar de as primeiras universidades no Brasil surgirem a partir dos anos de 1920. Em virtude da proliferação de escolas superiores no território brasileiro, o decreto supracitado procurava controlar, em certo sentido, a expansão de tais escolas e, dessa forma, resguardar os direitos e o status dos detentores de cursos superiores no Brasil, segundo Cunha (1980, p. 168):

Foram colocadas barreiras à multiplicação das escolas que postulavam equiparação. Essa possibilidade seria negada às que funcionassem em cidades com menos de 100 mil habitantes, a não ser no caso de serem capitais de estados de mais de um milhão de habitantes. Não podiam ser equiparadas às federais mais de duas escolas de direito, engenharia ou medicina, em cada unidade da Federação. Onde houvesse uma escola oficial, apenas uma particular podia a ela ser equiparada, na mesma área de ensino.

Observamos que o Estado, a partir da edição de um decreto, passa, através da norma, a promover intervenções diretas na localização dos cursos superiores no território brasileiro, privilegiando alguns espaços em detrimento de outros. Do mesmo decreto também surge, no Brasil, a figura do Professor Catedrático, cargo vitalício e promovido por concurso, cuja concorrência se dava pela redação de uma tese e cuja posterior nomeação era feita pelo governo. O vestibular também é instituído como forma de seleção ao ensino superior, além dos certificados de aprovação das matérias do curso ginasial.

Nesse contexto de seguidas edições de decretos que visavam à normatização e, por conseguinte, o controle do ensino superior, funda-se a primeira universidade a funcionar efetivamente: a universidade do Rio de Janeiro. Embora, anteriormente a essa época, a adoção do sistema federativo tenha propiciado algumas iniciativas de criação de universidades, em alguns estados, como a Universidade de Manaus (1909), a Universidade de São Paulo (1911) e a Universidade do Paraná (1912), estas tiveram vida efêmera, de modo que a primeira instituição a assumir essa denominação, de forma duradoura, foi a Universidade do Rio de Janeiro.

A primeira universidade brasileira, instituída pelo decreto 13.343, de sete de setembro de 1920, regulamenta a união de algumas faculdades isoladas pré-existentes no Rio de Janeiro: a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito, resultando da junção de duas escolas livres já anteriormente constituídas.

Medonça (2000), entretanto, argumenta que a reunião dessas instituições em universidade não foi significativa, de forma que elas continuaram a funcionar de maneira isolada, como um mero conglomerado de escolas, sem nenhuma articulação entre si e sem qualquer alteração tanto nos seus currículos quanto nas práticas desenvolvidas no seu interior.

Não passou muito tempo e, em 7 de setembro de 1927, sob os moldes da Universidade do Rio de Janeiro, ou seja, aglutinando-se as faculdades de engenharia, direito, medicina, odontologia e farmácia, já existentes em Belo Horizonte, outra universidade foi criada: a Universidade de Minas Gerais.

Como já destacamos anteriormente, a criação da Universidade do Rio de Janeiro vincula-se à intenção de controle do governo federal sobre a autonomia dos estados para criação das suas universidades. Dessa forma, a criação da Universidade de Minas Gerais demonstrou a necessidade de uma regulamentação maior, por parte do governo central, como estratégia de lhes impor certas condições de funcionamento e, por essa via, controlar seu 'produto'.

Exatamente dessa época, surge a política de controle federal sobre a instalação de cursos superiores, sobre a criação de faculdades, de centros universitários e de universidades em território brasileiro. Em dezembro de 1928, segundo Cunha (1980), embora o decreto 5.616 promulgasse que as universidades criadas nos estados gozariam de "perfeita autonomia administrativa, econômica e didática", contraditoriamente, por um conjunto explícito de normas, estabelecia-se que a admissão dos alunos deveria estar sujeita aos mesmos requisitos legais exigidos nos estabelecimentos federais de ensino, determinando ainda que a fiscalização das universidades seria efetuada pelo Departamento Nacional de Ensino, por meio de um inspetor para cada escola constituinte das universidades. Além dessas normas, outras foram impostas, sendo a mais significativa a que proibia a criação de universidades particulares.

Um aspecto relevante na criação das universidades no território brasileiro é a inserção da pesquisa, do desenvolvimento científico no país. Apesar de Fernando de Azevedo não reconhecer a Escola de Engenharia de Porto Alegre como universidade, nesta instituição a pesquisa tecnológica foi desenvolvida em âmbito universitário.

Isso não significa a inexistência da pesquisa no Brasil, tanto que Stepan (1976) apresenta um histórico do desenvolvimento científico brasileiro, atrelando o desenvolvimento da pesquisa aplicada em estabelecimentos criados para fazer frente a problemas concretos e imediatos, entre os quais destacam-se: Estação Experimental de Campinas, em 1887; Instituto Bacteriológico de São Paulo, em 1892; o Instituto Butantã, em 1899; o Instituto Soroterápico Federal, depois Instituto Manguinhos, em 1901, entre outros. Esses centros de pesquisas surgiram de

necessidades imediatas, geralmente vinculadas a algum apelo econômico, estando no centro dessa dinâmica, como se observa pelo citado o Estado de São Paulo.

Transcorre, no contexto da criação das primeiras universidades, um amplo debate quanto aos objetivos da criação de tais instituições. De acordo com Nagle (1976), no âmbito da sociedade civil, os grupos que lideravam essa discussão, atribuíam diferentes tarefas à universidade, entre as quais o preparo das classes dirigentes, a formação do professorado secundário e superior e o desenvolvimento de uma obra nacionalizadora da mocidade. Essas preocupações, no entender de Mendonça (2000), refletem as mudanças que ocorriam, no período, no tocante à economia, à política e à sociedade em geral.

O período que vai de meados dos anos de 1920 até 1945 constitui um momento bastante complexo da vida brasileira, marcado principalmente pela crise do sistema oligárquico tradicional, resultando na transferência do foco de poder dos governos estaduais para o âmbito nacional.

Podemos dizer que, a partir dos anos de 1930, houve um fortalecimento do governo central e, em 1931, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, entendido aqui como parte fundamental do processo de consolidação do Estado Nacional, tendo, como marca desse período, a experimentação no ensino superior (OLIVEN, 1990). Na luta para estabelecer a quem caberia a hegemonia quanto à definição do modelo de universidade brasileira, debatem-se vários grupos: católicos e liberais, governo federal e governos estaduais, entre outros.

Na cena política, esse momento pode ainda ser caracterizado pela emergência das massas urbanas que se expandem e se diferenciam de forma acelerada. Essa expansão resulta tanto da industrialização e da urbanização (produto indireto da própria dinâmica da economia exportadora) quanto do processo de burocratização, decorrência, por um lado, da própria ampliação das funções do Estado, e, por outro, da incipiente industrialização do país.

Apesar de darmos ênfase, no período atual, às influências de paradigmas educacionais estrangeiros no sistema de ensino do Brasil, é de longa data este tipo de manifestação. O prestígio gozado pelos Estados Unidos, na mente dos construtores do regime republicano no Brasil, e a separação entre a Igreja Católica e o Estado, em 1889, propiciaram a vinda de numerosos missionários protestantes, daquele país. Eles abriram colégios para ensino secundário, os quais imediatamente ganharam prestígio pela qualidade e modernidade da educação

neles desenvolvida. Cunha discute, por exemplo, a influência dos filmes, das empresas de comunicação de massa e das empresas multinacionais como produtoras do que o país importava. No campo educacional, cabe destaque à criação da Escola de Enfermagem Ana Nery, no Rio de Janeiro, com auxílio da Fundação Ford e com a contratação de 11 professores norte-americanos (CUNHA, 1980, p. 198).

Podemos dizer que nenhuma lei anterior a 1930 havia previsto e definido situações objetivas para a atividade de pesquisa no Brasil em relação ao espaço das IES. A Reforma Francisco Campos, de 1931, tampouco enveredou-se por esse aspecto, pelo menos não explicitamente. Em termos administrativos, porém, buscou-se detalhamento. A reforma dispunha sobre reitorias, conselhos universitários, assembleias universitárias e diretorias de escolas ou faculdades. O corpo docente foi categorizado em catedráticos, livres-docentes e auxiliares de ensino.

O estatuto das universidades brasileiras traçado no Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, foi adotado como regra de organização do ensino superior da República: para a fundação de qualquer universidade no país, exigia-se a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior, incluindo-se o de Direito, o de Medicina e o de Engenharia, ou ainda a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Esta última é destacada por Francisco Campos como essencial à nova organização da Universidade do Rio de Janeiro, pela alta função que exerce na vida cultural, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional. Não se instalou a Faculdade de Ciências, Letras e Educação como espinha dorsal da Universidade do Rio de Janeiro, ficando limitada ao ensino do Direito, Medicina e Engenharia (AZEVEDO, 1958, p. 656).

Caracterizando as ideologias educacionais da época, Luiz Antonio Cunha (1980, 1988) identifica a emergência de duas correntes políticas divergentes em relação ao pensamento educacional brasileiro e, particularmente, em relação ao sistema de ensino superior que se desenha no Brasil, na era Vargas: a liberal e a autoritária.

O liberalismo foi submetido, no Brasil, a toda sorte de arranjos ideológicos, correspondendo a um conjunto de ideias e práticas, em várias situações políticas: conviveu com as concepções que defendiam a monarquia e a escravidão, associou-se ao positivismo e, na primeira República, serviu admiravelmente bem para

legitimar a ditadura das oligarquias e a repressão aos trabalhadores. No campo educacional, o liberalismo foi evocado, no tempo do Império, quer seja para legitimar a igualdade das escolas particulares às escolas estatais, quer seja para justificar a frequência livre dos estudantes das escolas superiores, quer seja para a introdução da livre-docência. Enfim, em todos os tempos, o liberalismo foi evocado para fundamentar a necessidade de se estender a instrução elementar a todos os cidadãos (CUNHA, 1988).

No período em que Getúlio Vargas presidiu a República, as ideias de Fernando de Azevedo e outros liberais forneceram a mais importante referência da vertente liberal: a elitista. Suas propostas legitimavam a preocupação com a formação escolar das classes médias e das classes dirigentes:

Estaria intimamente articulado com o secundário, por duas vias. A primeira via [...] era a formação, no ensino secundário, da cultura geral e da disciplina intelectual, ambos indispensáveis ao superior. A outra via a da formação, em escolas superiores, de professores para as escolas secundárias, condição para que a primeira fosse cumprida (CUNHA, 1980, p. 231).

O saber produzido e transmitido no ensino superior deveria ser o de

uma cultura verdadeiramente superior, livre e desinteressada, desenvolvida em todas as direções e capaz de contribuir, pela sua força orientadora e pelo seu poder criador, não só para o progresso da nacionalidade em formação, como para o enriquecimento do ser humano (AZEVEDO, 1971, p. 268).

Dessa forma, era necessária a organização do ensino superior em universidades. Não em modelos como a Universidade do Rio de Janeiro ou a Universidade de Minas Gerais, ‘universidades de fachada’, simples aglomeração de escolas profissionais. Na perspectiva de Azevedo, as universidades perfiladas deveriam ter “uma rigorosa articulação entre as instituições de ensino”, que promovessem a “mútua comunicação entre os professores”, formassem docentes para o ensino secundário e, principalmente, contivessem institutos onde se desenvolvesse a “cultura livre e desinteressada”.

De acordo com Schwartzman (2001), embora o debate sobre as mudanças na educação geral no Brasil, em particular sobre a educação superior, ocorresse desde os anos de 1920, articulados, principalmente, pela Academia Brasileira de

Ciências e pela Associação Brasileira de Educação, somente em 1931 é formulada a primeira legislação federal, delineando as características específicas de uma instituição universitária.

Visivelmente elaborada com o intuito de obter legitimidade para o governo de Getúlio Vargas, a legislação foi apresentada como resultado de amplo debate entre as diversas correntes de pensamento, polarizadas pelo grupo identificado como “os pioneiros da educação nova”³². Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, entre outros, e um grupo de intelectuais católicos, liderados por Alceu Amoroso Lima.

Em 1931, o movimento pela Escola Nova publicaria o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, que ajudaria a redefinir o papel do Estado na educação. Os escolanovistas, como ficaram conhecidos, inspiravam-se principalmente nas ideias do professor e filósofo norte-americano John Dewey, do *Teachers College*, da Universidade de Columbia, o qual chamava a atenção para a ligação imanente entre democracia e educação na prática da cidadania.

O manifesto propôs a unificação de toda a estrutura nacional, da pré-escola à universidade, para acabar com a duplicidade do sistema de ensino, que dividia o ensino primário e profissional para os pobres, e o ensino secundário e superior para os ricos. Os ideais da Escola Nova ganham campo somente a partir da década de 1930, com os novos ares na política e na economia do país.

Na perspectiva apontada por Azevedo (1958, p. 74-75), a universidade que desponha do manifesto dos escolanovistas é concebida numa tríplice função de “criadora de ciências (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes”. Defende-se a centralidade da pesquisa, como “sistema nervoso da Universidade, que estimula e domina qualquer outra

³² O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, datado de 1932, consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O movimento reformador foi alvo da crítica forte e continuada da Igreja Católica, que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população, e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.

função” (Idem, p. 75), assumindo a crítica às IES existentes no Brasil, que nunca teriam ultrapassado os limites e as ambições da formação das elites para a atuação meramente profissional.

Mendonça (2000, p. 138) complementa enfatizando que

À Universidade assim concebida competiria o estudo científico dos grandes problemas nacionais, gerando um estado de ânimo nacional capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens, independentemente das suas divergências e diversidades de pontos de vista. Nessa instituição seriam formadas as elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e os educadores – aí entendidos os professores para todos os graus de ensino.

Essa função cultural da universidade permitiria o desempenho, concomitante, de uma função ainda mais relevante para a sociedade: a formação, nessa cultura livre e desinteressada, das elites intelectuais, ou seja, das classes dirigentes:

Instituição essencialmente cultural e educativa, os centros universitários não servem apenas às mais altas necessidades espirituais da nação. Se considerarmos, de um lado, a influência cada vez mais pronunciada das ciências na direção das sociedades modernas e, por outro lado, a complexidade crescente de que se revestem os problemas técnicos que os governos são obrigados a enfrentar, compreende-se a função política que desempenham os institutos de cultura superior, onde se terão de formar as nossas classes dirigentes (AZEVEDO, 1958, p. 270).

Quanto às políticas educacionais autoritárias vigentes, a partir de 1930, o que chama a atenção é o caráter controlador adquirido a partir da Reforma de 1931: o Estado centralizador pretendia controlar rigidamente a função político-ideológica do ensino superior. Por outro lado, essa mesma política autoritária permite a fundação de Faculdades Católicas, no Rio de Janeiro, conscientes de que a instituição era portadora de ideologias que integravam o vasto repertório autoritário estatal.

Não reformando as bases do que seria um verdadeiro sistema universitário, o Decreto que instituiu o regime universitário no Brasil e se constituiu no Estatuto das Universidades Brasileiras fixou os fins do ensino universitário e permitiu que “o velho sobrevivesse no novo” (ROMANELLI, 2003, p. 134).

Ao contrário do que acontecia nas duas últimas décadas da Primeira República, quando o Governo Federal era resistente à criação de universidades pelos governos estaduais e por particulares, no período de Governo de Getúlio

Vargas, houve decidido apoio para a criação da Universidade Católica, uma instituição particular, segundo Cunha:

Para esse apoio concorreu, certamente, o pacto informal de 'colaboração recíproca', proclamada do lado do Estado pelos discursos de Francisco Campos e Capanema; pela política favorável ao ensino religioso, isto é, da religião católica, nas escolas estatais; pelo favorecimento do ensino secundário particular, que passou a ser predominantemente ministrado por colégios católicos; pela distinção de líderes católicos no aparelho educacional escolar estatal, como a nomeação de Alceu de Amoroso Lima para reitor da Universidade do Distrito Federal, após a saída de Anísio Teixeira. Do lado da Igreja, a difusão da ideologia da ordem, na versão corporativa, reforçava a doutrina do Estado Novo, contribuindo para a produção de sua legitimidade (CUNHA, 1980, p. 279).

Podemos dizer que, no período Vargas, houve significativo aumento das IES privadas no território brasileiro, instituindo, inclusive, imunidade fiscal para esta categoria. No que se refere ao setor público do ensino superior, a atuação varguista foi predominantemente de caráter controlador. Centralista ao extremo, transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, com a pretensão de torná-la parâmetro para as iniciativas federalistas que despontavam em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no próprio Distrito Federal, com a criação da Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira, então Secretário da Educação da cidade do Rio de Janeiro (CUNHA, 2004).

Quanto à organização da USP (Universidade de São Paulo), em 1934, imbuída de ideais liberais da Escola Nova, é o resultado de um projeto educacional elaborado pela burguesia agroexportadora paulista, concebido desde os primeiros anos da República (NADAI, 1987). Após discussões travadas ao longo da década de 1920, envolvendo diferentes correntes de opinião, a proposta de criação de uma universidade é concluída e abraçada pelo governo do Estado. Sua concretização, porém, só é possível em 1934, quando a burguesia paulistana, vencida pelas armas, vê-se diante da urgência de preparar uma elite intelectual em condições de reconquistar a hegemonia paulista na vida pública do país, através da 'ciência' em lugar das armas (MENDONÇA, 1993).

Como já enfatizamos, a USP surge como um projeto de formação de elites intelectuais e de dirigentes modernos para assegurar a hegemonia paulista no plano nacional. Embora o modelo da nova universidade tenha sido gestado por

intelectuais e políticos paulistas, boa parte do seu desenvolvimento coube aos intelectuais franceses. Isso atendia a interesses de ambas as partes, como afirma Paula (2002, p. 43):

A criação da USP com a contribuição das missões francesas atende a um duplo objetivo: por um lado, o interesse francês na ‘conquista da América’ (e do Brasil), e por outro lado, a demanda da elite local brasileira no sentido de modernizar-se, de formar quadros.

A concepção humboldtiana estava presente na forma e nas ideias: tratava-se de uma instituição que objetivava “promover, pela pesquisa, o progresso da ciência”, como condição fundamental da construção de uma nação moderna. A pesquisa tem valor central, como professado no Decreto 6283, de 25 de Janeiro de 1934, que funda a USP: “somente por seus institutos de investigação científica de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos”.

Paula (Ibidem) ainda destaca o papel central que exerceu, nesse projeto de criação da USP, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na formação crítica e reflexiva, como “área própria de autonomia intelectual”, segundo expressão de Florestan Fernandes.

Como a centralidade da filosofia e das humanidades em geral inspira-se na concepção humboldtiana, na Universidade de São Paulo, ela não teve uma tranquila convivência com as faculdades profissionais: o equilíbrio entre a valorização das ciências básicas e da pesquisa, dominante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e uma concepção profissionalizante, centrada no prestígio das escolas tradicionais foi instável, observa a autora. Mesmo assim, a área de humanidade teve relevante presença cultural, “povoando o cenário acadêmico com nomes de peso em todas as áreas do conhecimento e provocando um surto cultural sem paralelos na história intelectual do país” (Idem, ibidem).

Constatamos que a Universidade do Distrito Federal (UDF) também planejava ser uma instituição integrada, e não uma simples agregação de escolas. Ela incorporava as ideias dos pioneiros da Educação Nova, para os quais a universidade deveria ser um instrumento capaz de impulsionar a investigação científica. Para cumprir tal intenção, concebe-se uma estrutura constituída por cinco faculdades: de Filosofia, de Ciências, de Economia, de Direito e de Educação, além

do Instituto de Artes (YAZBECK, 1999). Ou seja, não se trata mais de escolas profissionais tradicionais formando a base das demais universidades, mas sim as faculdades. Segundo Mendonça, as diretrizes da nova universidade, determinadas por seu mentor Anísio Teixeira, valorizam o desenvolvimento de uma cultura e de uma ciência brasileira:

A proposta da UDF é a que leva à sua maior radicalidade e a ideia de uma universidade voltada para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento técnico e científico tão cara ao grupo da seção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação e incorporada ao ideário dos renovadores, e isso se expressa na sua própria estrutura de organização (MENDONÇA, 1993, p. 29).

Swartzman (1981) enfatiza que tanto a USP quanto a UDF não conseguem implementar um projeto de universidade a partir de uma perspectiva integrada. A primeira, de caráter inovador e progressista, é dominada pelo conservadorismo em relação aos novos cursos de ciências, mantendo-se a opção pelas carreiras tradicionais e inviabilizando a sua imediata expansão como um centro de pesquisa científica e tecnológica. Já a UDF sofre os reflexos das mudanças ocorridas na política nacional, que resultam no golpe de Estado, de 1937, e que a colocam sob intervenção, culminando na sua incorporação à Universidade do Brasil, em 1939, constituindo o núcleo original da Faculdade Nacional de Filosofia (YAZBECK, 1999).

Reproduzindo um modelo que vem do período colonial, as características da política nacional que se estendem até 1945 legaram um modelo de universidade organizado com base em faculdades tradicionais que ofereciam cursos profissionalizantes, altamente seletivos, para a formação da elite dirigente. Algumas das recém-criadas universidades tentaram promover a integração entre suas unidades, num nível mais acadêmico do que simplesmente administrativo, sem, contudo, atingir os objetivos desejados. Na arena em que se enfrentavam vários grupos, impôs-se, em toda a nação, a tendência centralizadora de um padrão rígido de universidade e a influência nova, porém crescente, da Igreja Católica (OLIVEN, 1990).

Anísio Teixeira (1976) expõe sua crítica perante as “reformas não reformadoras” que o sistema de ensino superior vivenciava:

A reforma do ensino superior brasileiro, reforma que o país está a solicitar desde 1920, é a dessa introdução do espírito do método e do programa de pesquisa, graças ao qual a universidade se irá fazer o centro de estudos do professor, tanto quanto para os alunos e não, simples centro de ensino para transmissão do saber existente (TEIXEIRA, 1976, p. 240).

Mesmo depois da transformação da Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, na década de 1930, cujas finalidades proclamadas incluíam o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística, a ênfase era dada tanto à formação profissional quanto à formação de quadros para o exercício de funções públicas. Recrutados para ministrar cursos na Universidade do Rio de Janeiro, os franceses implantaram o modelo organizacional napoleônico: escolas profissionalizantes, valorização dos estudos denominados ‘úteis’, ausência de uma área de humanidades como centro integrador, dissociação entre ensino e pesquisa, fraca preocupação com a produção de conhecimentos, centralização estatal e vínculos com os interesses governamentais.

Por outro lado, destacados por Cunha (1980), apontam para um crescimento da oferta do número de cursos superiores pelas IES. Observamos que, nesse período, as IES iniciam um processo de descentralização da oferta de cursos em direção a áreas selecionadas do interior do território nacional. Alguns municípios do interior começam a dotar-se de infraestrutura básica para o funcionamento das forças produtivas. Os sistemas técnicos de engenharia passam a fixar-se em pedaços maiores e mais contínuos do território brasileiro, expandindo as áreas de influência das tradicionais capitais centralizadoras do comércio, serviço e indústria nascente. Outra dinâmica territorial percebida nesse período é a formação dos espaços regionais e a consolidação e expansão de influência de outros. As décadas de 1940 e de 1950 marcam o início da centralidade econômica fabril de São Paulo, impulsionando várias dinâmicas territoriais.

Sampaio (2000) chama a atenção para a ampliação do sistema de ensino superior no Brasil, entre os anos de 1945 a 1960, abordando o representativo mapeamento de um incipiente processo de interiorização das IES, alavancado pelas instituições privadas. A autora menciona que “a partir de 1945 nota-se o início de uma desconcentração regional” das IES particulares, que passaram a se instalar em cidades do interior da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná e de Goiás. Além disso, as instituições interiorizavam-se nas áreas de maior concentração de cursos, de

forma que Sampaio (1991) observou a instalação de cursos no interior de São Paulo (Marília, Sorocaba e Bauru), Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em levantamento feito pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), indica a criação de 26 IES em São Paulo, no período de 1924 a 1960.

Outra observação relevante de Sampaio (1991) diz respeito aos lugares de origem dos cursos superiores em território brasileiro. A pesquisadora constatou que a década de 1950 pode ser dividida em dois momentos em relação aos cursos autorizados a funcionar e à sua localização. Na primeira metade da década, os cursos que fundam as instituições, principalmente as privadas, tendem a ser voltados para a formação de profissões liberais (medicina, direito, odontologia) e para a área de ciências econômicas. Estes, por sua vez, têm sua concentração nas capitais e, a partir de então, são criados no interior. Nos anos de 1955 a 1960, “os cursos são fundamentalmente voltados para a formação de professores, em faculdades de filosofia, ciência, letras, em geral, essas faculdades tendem a se instalar no interior dos Estados”, estando em maior número de instituições do que nas capitais. Nesse contexto, Fernando de Azevedo (1958a), interpretando o seu tempo, escreve sobre o perigo da “inflação de faculdades”, que mais se assemelha àquilo que, contemporaneamente, ocorre com as “universidades e faculdades de ensino”, que se multiplicam em território nacional:

[...] Não ignoramos os perigos que por várias vezes ameaçaram a nossa Faculdade de Filosofia e as duras situações que teve que enfrentar, quer pelas hostilidades resultantes da incompreensão do seu verdadeiro papel que dela constitui a base e a cúpula da Universidade, quer em face de dificuldades perturbadoras, nascidas de mudanças bruscas e frequentes na administração pública do Estado. Mas nenhum perigo se anos afigura maior nem mais grave do que esse a que a expõe a alarmante inflação de Faculdades de Filosofia que, multiplicando-se por toda parte, sem critério e sem recursos de qualquer ordem (orçam já por cerca de 30 no país, das quais sete no Estado de São Paulo) só poderão concorrer, salvo honrosas exceções, para degradar a instituição ao nível de simples escolas normais, para formação de professores de ensino secundário, ou mesmo de modestos liceus, substituindo a pesquisa e a criação pela ciência feita, a solidez de estudos pela superficialidade, a disciplina pela improvisação, a seriedade pelo diletantismo, e a formação de espíritos abertos mas refratários à dispersão intelectual, pela de mentalidades primárias e fechadas (AZEVEDO, 1958a, p 122-123).

No início da década de 1950, existiam 10 universidades funcionando no território Brasileiro. Só em 1955, Potsch (1956) afirma existir um total de 344 estabelecimentos de ensino superior. O crescimento econômico do país e a necessidade de novos quadros técnicos administrativos impulsionam a abertura de novas instituições (mapa 7), de modo que, nos primeiros anos da década de 1960, já eram 20 universidades em território brasileiro (MORHY, 2004). Amplia-se, também, nesse momento, o número de docentes nas instituições (mapa 8). Tomava corpo um movimento de intelectuais e pesquisadores das mais variadas instituições de pesquisa do país, ao qual se somava o movimento estudantil, que se organizava em associações. Esse movimento, iniciado nos últimos anos de 1950, reivindicava mudanças na educação, principalmente a universitária.

Como observou Clark Kerr (1982, p. 24), na Idade Média, a universidade desenvolveu muitas das características que ainda hoje prevalecem em quase todas as universidades mundo afora, e que são observadas nas jovens universidades brasileiras: “um nome e uma localização centralizada, mestres com certo grau de autonomia, estudantes, um sistema de conferências, um procedimento para exames e outorga de diplomas e até uma estrutura administrativa com as suas faculdades”. Em relação à localização centralizada das universidades brasileiras, as capitais dos Estados, detentoras do poder político e com algum desenvolvimento econômico, são os primeiros lugares a terem o privilégio de receberem as universidades no Brasil.

No momento em que observamos pelo mapa a centralidade das IES nas capitais brasileiras, constatamos que as indústrias de bens de consumo, sobretudo as de beneficiamento de produtos alimentícios e a têxtil, começaram a se desenvolver muito pontualmente no território. Esse desenvolvimento teve grande estímulo do governo que não só criou tarifas promocionais, como nas observadas pela Lei Alves Branco, como também deu garantias de lucros a empresas estrangeiras que aqui criassem engenhos centrais (ANDRADE, 1965). Essas indústrias cresceram e dissiparam-se pelo território com franco desenvolvimento, durante a Primeira Guerra Mundial, quando os nossos fornecedores de bens de consumo ficaram impedidos de atender à demanda do nosso mercado, por estarem envolvidos no conflito.

A indústria pesada, empregadora de grande mão-de-obra tecnicamente qualificada, porém, começaria a se desenvolver durante a Segunda Grande Guerra,

apresentando maior dinamismo, após a conclusão do armistício. São notáveis, no desenvolvimento da indústria pesada brasileira, duas criações: a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, graças a empréstimos obtidos durante o conflito; a Petrobras, com uma série de refinarias, nos anos de 1950-60, ampliando a rede de distribuição de combustíveis, suporte à vindoura indústria automobilística. Ressalta-se ainda a instalação de grandes usinas hidrelétricas – Paulo Afonso, Furnas, Peixoto, Três Marias, Boa Esperança, Urubupungá, entre outras, – aproveitando o potencial subutilizado da vazão dos rios brasileiros e aumentando a densidade de redes distribuidoras de energia elétrica; e como a instalação da indústria petroquímica e pesada, automobilística e naval, entre outras.

A Segunda Guerra Mundial serve como referência para expor os problemas relacionados a uma maior fluidez nos territórios. No Brasil, revelam-se as carências do sistema de transportes e, com isso, a necessidade de um planejamento nacional que se preocupasse com os sistemas infraestruturais. Nesse caso, é a demanda de mão-de-obra que impulsiona a oferta de vagas no ensino superior, verificada no significativo crescimento do número de estudantes de engenharia no país que carece de engenheiros e técnicos para um território em integração.

Fatores fundamentais impulsionaram o desenvolvimento de São Paulo: a riqueza gerada pelo sistema cafeicultor; o aporte de força de trabalho e alguma apropriação técnica difundida pelos imigrantes europeus e japoneses; o fortalecimento de uma rede de cidades no interior do Estado com maior concentração populacional; a indústria que se firma no território, a partir da Primeira Guerra Mundial; a ampliação no sistema público de instrução básica.

As necessidades de abastecimento das indústrias paulistas e outras localizadas no Sul do país e em outras áreas do Sudeste, com equipamentos e matérias-primas, e o fornecimento de alimentação e outros gêneros para uma população crescente intensificaram as trocas pelo território nacional, impulsionando e dinamizando a circulação territorial. Os intercâmbios foram favorecidos pela nova base material que se constituiu e por políticas públicas específicas, tendo no mercado o elemento que ditava o ritmo de integração do espaço nacional. O País constituído até o início do século XX, por 'ilhas' de povoamento e produção, vai sendo transformado pela força da fluidez, das interconexões e das necessidades.

NÚMERO ABSOLUTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1955

Legenda

Instituições em 1955

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

500 250 0 500 Km

NÚMERO ABSOLUTO DE DOCENTES EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1955

Legenda

Docentes em 1955

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000
500 250 0 500 Km

A população brasileira, que era de aproximadamente 30 milhões, em 1920, chega próximo aos 80 milhões, na década de 1960. A população cresce em ritmo acelerado, provocando um forte adensamento em áreas de povoamento tradicional, como as capitais litorâneas. No entanto, nesse período, constata-se a redistribuição territorial do efetivo demográfico, com novas fronteiras de povoamento consolidando-se numa intensa dinâmica urbana. Pela tabela abaixo, observa-se um decréscimo contínuo do percentual relativo ao número de pessoas ocupadas no setor primário, enquanto se constata o crescimento dos outros dois setores, principalmente o terciário, manifestadamente concentrado em áreas urbanizadas.

SETORES	1940	1950	1960
PRIMÁRIO	65,9%	59,9%	53,7%
SECUNDÁRIO	10,3%	13,1%	13,7%
TERCIÁRIO	23,8%	26,4%	33,2%

Tabela 3: Brasil: população economicamente ativa por setores de atividade – 1940 a 1960
 Fonte: Fundação IBGE – VIII Recenseamento Geral – Tabulações avançadas do censo demográfico – 1970.

A redistribuição da população no território brasileiro manifestou-se por um novo equilíbrio demográfico regional e pelo abandono progressivo do campo, com o aumento do número de cidades e da respectiva população. O Nordeste e o Norte representavam mais de um terço, cerca de 34,4% da população, em 1872 (SANTOS & SILVEIRA, 2000). Em 1960, essas regiões concentravam apenas 25,8% da população, mesmo com as taxas de natalidade mais elevadas do país. Esse fato ilustra o fenômeno referido acima: grande parte desses brasileiros que se deslocaram do Nordeste e Norte foram incorporados como força de trabalho às lavouras e às indústrias em expansão, em áreas mais ao Sul do território nacional.

A modernização do país facilitaria a concentração econômica e espacial no território. A rápida expansão da indústria no 'centro' passava a exigir mais mercados, não apenas exteriores, mas também dentro do país:

Em 1950, registravam-se mais de 70 mil estabelecimentos industriais e cerca de 1,3 milhão de pessoas ocupadas. Era uma época em que as micro e pequenas empresas representavam 96,7% dos estabelecimentos e eram responsáveis por 42,3% dos empregos do setor. Com 3 milhões de habitantes, São Paulo concentrava mais de um terço dos estabelecimentos industriais e do emprego industrial do país, o que evidencia também o crescimento da região do ABC (SILVEIRA, 2006, p. 149).

A tabela 4, a seguir, evidencia a formação da ‘Região Concentrada’ (SANTOS & SILVEIRA, 2001), permitindo concluir que a região Sudeste lidera de maneira absoluta o cenário nacional da formação da renda interna. A partir de dados apontados por Cassimiro (1974), constatamos que, no Sudeste, sobressai o Estado de São Paulo, que participava com 56,02% da renda interna regional e com 35,23% da nacional, no ano de 1965.

REGIÕES	PARTICIPAÇÃO
SUDESTE	68,89%
SUL	17,34%
NORDESTE	14,43%
CENTRO-OESTE	3,27%
NORTE	2,07%
BRASIL	100%

Tabela 4: Grandes regiões fisiográficas: participação na formação da renda interna nacional, 1965.

Fontes: Fundação IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1971 / FGV – IBE.

A conformação de um mercado nacional promove a ruptura da estrutura do território em ‘arquipélago’ herdada do passado agrário-exportador em que parte expressiva da demanda por produtos industrializados era atendida pela importação. Os novos usos do território nacional acompanharam as modificações substanciais do modo de inserção do país nas dinâmicas econômicas mundiais. É a força das verticalidades que atinge o Brasil como resultado da expansão do sistema capitalista mundial no pós-guerra. Nesse contexto, o país não é mais somente exportador de matérias-primas agrícolas, pelo contrário, devido à marcante presença do Estado na oferta de infraestruturas, como proprietário de meios de produção e como financiador de projetos empresariais nacionais e multinacionais, inicia-se um processo de exportação de alguns produtos já industrializados.

O território foi tanto um instrumento quanto um produto do capitalismo nacional, através das estratégias espaciais implícitas e explícitas do Estado (BECKER & EGLER, 1993). A ideologia e as práticas do planejamento regional são desenvolvidas pelo governo federal, alterando as formas e os conteúdos dos lugares. Nesse sentido, o desenvolvimentismo reforçou o papel da urbanização como base para a industrialização, favorecendo a concentração econômica no Sudeste. Enquanto, no Rio de Janeiro, observa-se uma estagnação da produção, em São Paulo, a centralidade metropolitana é adquirida à medida que ocorre um processo de diversificação industrial na capital. A criação de uma indústria

automobilística e a construção de Brasília confluíram, também, para favorecer São Paulo e aumentar o desequilíbrio econômico. Forma-se um parque industrial diverso e com grandes indústrias de base nessa cidade cujo enorme mercado é constituído pelo esforço de equipamentos de todo o território e mesmo pelo abastecimento normal da população brasileira. Maria Laura Silveira (2006, p. 150) salienta que:

Pouco a pouco, Brasília vai retirando do Rio de Janeiro a centralidade do poder, isto é, das ordens de natureza pública com as quais o território deveria ser regulado. São Paulo, por sua vez, vai subtraindo ao Rio de Janeiro o comando da economia, atribuindo-se, por meio de uma indústria capaz de abastecer e equipar um Brasil relativamente unificado pelos transportes, a produção das ordens econômicas e da regulação econômica do território.

São inegáveis a importância da industrialização de São Paulo e a construção de Brasília no contexto de ampliação do espaço de produção e do consumo no Brasil. Cada uma dessas dinâmicas reforça as demais, enquanto as bases econômicas e a própria sociedade se renovam, conduzindo o país a sucessivas crises políticas. As bases materiais também modificam-se, mediante a possibilidade da circulação mais intensa e veloz por um território que vai sendo expandido à medida que é integrado ao restante do país pelas lógicas da apropriação e do uso: “Apropriar-se do território e utilizá-lo efetivamente implica construir um sistema de comunicações e transportes que permita à sociedade o livre movimento das idéias e das coisas” (LEITE, 2001). A possibilidade de ‘solidariedades’ entre os elementos das diversas parcelas do território nacional favorece a constituição de um meio que, aos poucos, amplia a densidade em técnica, ciência e informação.

O ritmo acelerado da urbanização da sociedade, que se inicia no momento de ampliação da rede de ensino superior no Brasil, é resultado das modernizações seletivas do território. A intensificação dos fluxos de mercadorias, bens, pessoas, dinheiro e informações é resultado de transformações dialéticas que se concentram e dispersam, contraditoriamente, no território brasileiro.

Os acréscimos de novas ações e novos objetos ao território brasileiro são prenúncios de um outro meio que se formata: nesse outro meio em que a aderência da técnica, da ciência e da informação são portadoras do movimento totalizante, as universidades e outras IES constituem-se eventos das dinâmicas do mundo, agora mais intensamente verificados no conjunto dos lugares do território nacional.

6 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

*A novidade é que o Brasil não é só litoral
É muito mais e muito mais que qualquer Zona Sul
Tem gente boa espalhada por este Brasil
Que vai fazer deste lugar um bom país.
Milton Nascimento*

6.1 PRENÚNCIOS DE UM TERRITÓRIO EM ACELARADA MUTAÇÃO

A difusão do meio técnico-científico-informacional caracteriza a globalização no período presente: este presente do qual olhamos o mundo, ao mesmo tempo que miramos os lugares, na cautelosa busca de entender o território usado, ‘imanência’ das ações humanas. Souza (2003) lembra-nos que o território, modernamente, é entendimento não apenas como limite político-administrativo, senão ainda como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas.

A consciência de que o espaço geográfico, entendido como sinônimo de território usado, passa por constantes transformações move-nos na direção do passado, no momento em que identificamos e reconhecemos eventos que, em nossa interpretação, caracterizam um outro conjunto de ações e objetos, um outro território brasileiro.

Os acontecimentos da esfera político-administrativa e do mundo da produção econômica que marcaram a década de 1960 foram fundamentais na definição dessa mudança para a qual chamamos a atenção. Os efeitos das “densidades e das rarefações”³³, assim como os da “fluidez e da viscosidade”³⁴, são mais percebidos na medida em que um conjunto de ações e objetos passam a constituir o cotidiano de um crescente conjunto de lugares.

O espaço geográfico brasileiro constitui-se em possibilidades de expansão da esfera produtiva global, agora sob a égide do grande capital multinacional que aqui

³³ Densidades e rarefações: “As densidades sempre são vistas de formas simples e relacionadas com a ocupação do território pela população. Fala-se em densidade populacional. É um dado histórico e que diz respeito também ao processo de ocupação. Assim, pode-se expandir o conceito e falar de densidade ou rarefação da população, da riqueza [...] das densidades técnicas e informacionais” (SOUZA, 2003, p. 19).

³⁴ Fluidez e viscosidade: de acordo com Silveira (1996, 1999B) são estas características do território que distinguem os países. Tratam-se dos sistemas de engenharia que produzem os movimentos, interessando diretamente a divisão territorial do trabalho. Nos países continentais, como o Brasil, esses processos de implantação dos sistemas de engenharia (infra-estruturas, sistemas viários,) são seletivos e portanto segregadores. (SOUZA, 2002)

vai encontrar um conjunto de recursos e normas que prontamente atenderão aos seus anseios. Os espaços requalificados passam a atender, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados, paulatinamente, aos novos circuitos mundiais. Santos (2002, p. 240) salienta que “quanto mais tecnicamente contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais”. No período em que identificamos os avanços dos sistemas técnicos no território nacional, assim como a incorporação da ciência nos modos de fazer e agir e na fluidez controlada da informação, observamos que se torna mais nítida a associação entre objetos modernos e agentes hegemônicos.

A subordinação da ciência à técnica e à produção, como orienta Edgar Morin (1996), possibilita a manipulação do mundo e, por conseguinte, dos lugares. Difundem-se, pelo território brasileiro, os “grandes sistemas técnicos” fornecedores das condições para que outras técnicas possam funcionar. Trata-se das grandes barragens e usinas geradoras de energia elétrica, das vias rápidas de transportes, dos aeroportos, dos centros de logística de cargas e encomendas, das refinarias, enfim, dos suportes de diversas espécies. Esses suportes são “responsáveis pela criação de situações nas quais há uma solidariedade entre técnicas de telecomunicações, teledetecção³⁵, informática e burótica³⁶, entre outras que povoam o território, através de redes materiais e imateriais” (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Entendemos que as modernizações do território brasileiro, nas últimas décadas do século XX, exprimem as novas relações entre o mundo e os lugares, sendo, a um só tempo, causa e consequência desse meio técnico-científico-informacional. A ampliação da rede de rodovias, pelos diversos espaços do território nacional, a expansão da rede bancária, maior interconectividade pelas redes telefônicas, acréscimos de velocidade na entrega de encomendas diversas, expansão da rede de ensino básico e superior, entre outros eventos, são expressões materiais que resultam em outras na dimensão da imaterialidade que, no seu conjunto, imprimem nova ‘cara’ ao território. Trata-se de eventos de um

³⁵ Teledetecção é uma técnica de obtenção de informações sobre um objeto, uma área, uma feição ou um fenômeno no Planeta Terra.

³⁶ Burótica: Provém da palavra *bureau*, que em francês significa escritório. Faz estudo de todas as componentes de um escritório eletrônico. Trata-se de conceber, adaptar e utilizar meios informáticos, devidamente articulados, em escritórios de instituições ou empresas. Atua no tratamento da informação com que essas instituições necessitam de trabalhar; para tal, podem necessitar de montar redes de computadores, instalar e articular o *software* necessário para a manipulação da informação em questão, utilizar modems, faxes ou modem para trocar informação com o exterior. Disponível em: <http://ruisalema.tripod.com/burotica.html>

mundo em mutações rápidas, agressivas, dilaceradoras, eventos que se funcionalizam no conjunto dos lugares que formam a unidade nacional, agora captados pela lente da leitura geográfica, eventos que oferecem um painel das novas solidariedades manifestadas nas relações de uma razão global que se confronta com outras: as razões dos lugares.

A razão técnica global (SANTOS, 2002), portadora de uma racionalidade única, presente nas funcionalizações do mundo, não deve ser considerada isoladamente na geografia. Com base nas afirmações de Castillo (1996, p. 237), acrescentamos que

Da mesma forma que a cognoscibilidade do planeta, possibilitada pelos novos meios técnicos, não é capaz, por si só, de caracterizar o espaço geográfico, a ordem global somente adquire sentido em geografia quando confrontada com as racionalidades locais. A unicidade técnica é, por assim dizer, única na sua intencionalidade (produção e apropriação da mais-valia mundial) e, ao mesmo tempo, múltipla na sua interação com cada lugar.

Essa “história territorial diferente” (FIGHERA, 1994, p. 109) que se elucida no Brasil, é oriunda da atuação de agentes sociais, econômicos, culturais, ao longo do tempo, num espaço maior, totalizador, que tem sua concretização, agora, nos lugares da formação socioespacial brasileira. Se Giddens (1991) nos escreve sobre o “aumento do ritmo” das mudanças como características da modernidade, por outro lado, pela leitura geográfica, cremos na existência de temporalidades hegemônicas e temporalidades não-hegemônicas:

As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemonzados pelos primeiros, devem contentar-se de tempos mais lentos (SANTOS, 1994, p. 32).

No Brasil, as relações aprofundadas com organizações econômicas internacionais (empresas, FMI, Banco Mundial, entre outros) fabricaram objetos que tecnificaram o seu território. Essa materialização acontece com base nas ações políticas, econômicas e normativas, tanto em âmbito interno quanto externo ao território nacional. Furquim Junior (1996) acredita que a configuração da infraestrutura básica do território brasileiro, no início do período caracterizado, dá-se mediante a intensificação das relações dos sucessivos governos brasileiros com

organizações internacionais que, concomitantemente, buscavam o mesmo padrão de desenvolvimento do capital. A título de ilustração, apresentamos uma tabela com dados relativos à distribuição dos empréstimos do BIRD ao Brasil, de 1966 a 1988. Percebe-se que, desde esse momento, o setor da educação já entra na pauta dos empréstimos, apesar da concentração de recursos em outras áreas técnicas “mais estratégicas”, como energia, transportes e agricultura.

SETOR	PERÍODOS		
	1966/75	1976/83	1984/88
Agricultura	9,2	22,1	43,4
Água e esgoto	3,0	13,1	1,4
Desenvolvimento urbano	-	9,0	8,7
Educação	1,6	1,6	2,8
Energia	32,6	18,7	21,4
Indústria	19,7	13,0	-
Transportes	33,0	12,6	9,3
Outros	0,8	9,8	12,5
Total	100	100	100

Tabela 5: Distribuição setorial dos empréstimos do BIRD ao Brasil - %.

Fonte: Banco Mundial. Relatório anual. Diversos anos.

É fundamental destacar o movimento do mundo nesse contexto. Vivia-se no auge das disputas ideológicas de um mundo cindido por duas concepções antagônicas: o socialismo e o capitalismo. Essas organizações mundiais, assim como as empresas, tinham um papel fundamental de cooptar países como o Brasil para a esfera de influência e dominação capitalista, e nada melhor do que criar vínculos, ditar comportamentos e normas, a partir de um crescente endividamento externo.

Ao esboçar uma interpretação desse momento, Frigotto (2001) observa que, na década de 1960, com o governo de J. F. Kennedy, nos Estados Unidos, a ideia desenvolvimentista é mais forte como estratégia de melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos. Essa ideia, esclarece o autor, tem como escopo o surgimento da “Aliança para o progresso”, assinada em Punta del Leste, em 1961 (FRIGOTTO, 2001, p. 91). O próprio conceito de progresso, expresso no documento, sinaliza a concepção de desenvolvimento. Os instrumentos desse ‘cuidado’ foram sendo construídos no período pós Segunda Guerra – ONU, OTAN, FMI, BID, UNESCO, OIT. Trata-se de organismos supranacionais que, como aponta Noam Chomsky (1993), são os “novos senhores do mundo ou o poder no mundo de fato”. Com base nessas novas formas de poder a serviço do Estado hegemônico e

do capital, expressas na Carta de Punta del Leste, por exemplo, “explicitamente se assenta a ideia de recursos humanos, de investimentos em educação e treinamento – em capital humano – como fator chave de desenvolvimento” (FRIGOTTO, 2001, p, 10). Além disso, essas novas formas de poder conduzem os empréstimos e, por conseguinte, uma série de modernizações seletivas que atingem o território brasileiro.

A difusão das técnicas, da ciência e da informação que estrutura o mundo contemporâneo criou as bases de um sempre novo espaço geográfico, renovado permanentemente pelas formas do agir e pensar. As sociedades que controlam esses mecanismos de evolução do pensamento e da ação humana imprimem no mundo e nos seus lugares a sua marca, as suas vontades, suas maneiras de ser e viver. No Brasil, a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os “grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, em consequência, da política” (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 26).

Ribeiro (2005, p. 265), ao discutir as variações do capital financeiro no período atual da globalização, enfatiza que

o mapa do mundo tem sido reconstruído [...] como um único território aberto à ação hegemônica, sem fronteiras e sem barreiras. Trata-se de um extraordinário alargamento do tabuleiro da política, simultâneo à arena da produção.

Esse processo desigual de formação de um mundo contraditoriamente articulado e cindido, fluido e viscoso, que só se manifesta para alguns agentes em seus lugares seletos, revela toda a questão política que habita na compreensão das conexões mundo-lugar; revela as suas configurações, os seus usos, as suas normas, enfim, o “alargamento dos contextos”.

As dissonâncias que marcam o atual período histórico, sobretudo a partir do último quartel do século XX, trazem consigo uma complexidade maior, sobrepondo as lógicas do fazer, do viver e do usar o território. No Brasil, a evolução dos sistemas técnicos de engenharia, entre eles o que se vincula ao setor de transportes, estende-se, a partir dos anos de 1970, a um conjunto de lugares, conectando-os mais intensamente aos anseios de uma lógica de caráter

reprodutivista. Outras modernizações vinculadas aos aspectos das “conexões geográficas”, das relações entre os lugares vão sendo incorporadas ao território, como observam Gomes (2003), Toledo Junior (2003) e Castillo (2003).

Esse novo meio geográfico manifesta-se de forma densa em uma porção contígua do território brasileiro que inclui as regiões Sudeste, Sul e parcelas consideráveis do Centro-Oeste, formando o que Santos e Ribeiro (1993) considera como “Região Concentrada”. O que podemos perceber em sua formação é que esta porção do território brasileiro vai densificando-se em técnica, ciência e informação, cujas dinâmicas aceleram a concentração dos objetos e ações, ao mesmo tempo em que geram a dispersão e a escassez em outros lugares. Os outros contínuos do território brasileiro passam a ser densificadas nos entornos das capitais dos Estados, conectadas pelos sistemas técnicos à Região concentrada e a outros lugares externos ao território nacional.

A racionalidade instrumental que preside os discursos e ações desse período é impregnada por aspectos de modernizações seletivas “inacabadas” ou incompletas. Essas modernizações atingem a produção industrial e disseminam-se por outras áreas, como o agronegócio, a manipulação crescente e intensa da mídia (ANTOGIOVANNI, 2003), chegando até as organizações universitárias e escolares e influenciando nos desenhos curriculares do ensino, nas relações e formas do trabalho.

Quando o território é um meio técnico-científico, posso usar melhor a ciência, a técnica e a informação, por conseguinte seleciono os atores que comandam, facilito a concentração do capital, e portanto a concentração do mando, da regulação, a indicação das ações que devem ser feitas e daquelas que não devem, rapidamente instruo a respeito de que ações desejo que sejam feitas ali, naquele lugar, naquela hora, naquela circunstância, e crio todo o universo racional, facilitando pela constituição do território, que tem um efeito sobre a ação dos homens e de alguma maneira o refaz à imagem da racionalidade dos objetos do território e das ações que são possíveis de se realizar ali (SANTOS, 2007, p. 93).

Logo,

O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças a enorme possibilidade de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informação, das ordens e dos homens (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 31).

Corolário desses nexos impostos nos lugares, a cada dia, a sociedade especializa-se ou busca capacitações motivadas quer seja pela exigência do mercado de trabalho quer seja pelos discursos de ampliação do mercado e da necessidade de mão-de-obra qualificada, cada vez também mais seletiva e competitiva. Bernardes (1999) esclarece que, no tocante às necessidades de qualificação da força de trabalho, na área de estudo, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a especificidade do trabalho consiste na incorporação de pessoal de nível técnico e científico em maior proporção. Ou seja, consiste na necessidade de ter acesso a um mercado de trabalho mais qualificado, indicando que a dinâmica das modernizações é mais a de exclusão do que a de integração. Isso porque, como defendemos, no atual período histórico, o crescimento do número de IES, no Brasil, não se verifica em todos os lugares do território nacional, exprimindo a lógica da seletividade espacial mercantil.

Um conjunto de mudanças de diversas lógicas afirma-se no território brasileiro. Silva (1999) defende que, em parte, essas mudanças estão ligadas aos novos patamares da modernização na base técnica e socioeconômica, uma vez que se constata complexos processos ligados ao trabalho e ao ensino, os quais foram sendo instalados, constituindo um novo contexto de profissionalizações cujo rebatimento interage com a reestruturação da educação:

Neste sentido, o ensino e o trabalho passaram a estar ligados ao tempo rítmico da globalização que se reflete em mudanças ocorridas no espaço geográfico [...] Este meio é constituído por sistema de ação, por técnicas e por objetos orientados por ideários e pela racionalidade dominante que alteram as relações entre cultura e economia e entre cultura e novas tecnologias. No processo produtivo altera-se a organização do trabalho, sobretudo no que se refere às questões entre saber e fazer. Assim, no campo da qualificação do trabalho, estas mudanças têm forçado a imposição de um novo perfil de trabalhador (SILVA, 1999, p. 304-305).

As transformações das bases materiais e sociais do território brasileiro, graças aos acréscimos de ciência e técnica, explicitam, dessa forma, a exigência de novas qualificações profissionais (SILVEIRA, 2005). O incremento de mais de 220% na matrícula universitária e o surgimento de mais de 160 novas IES, entre 1970 e 1980, é talvez a melhor evidência da necessidade e do desejo de apropriar-se de uma qualificação que atenda aos interesses do mercado de trabalho. Como a maior parte do crescimento de IES, nas últimas décadas do século XX, foi das instituições de capital privado, estaríamos autorizados a falar, ao mesmo tempo, de uma difusão geográfica do ensino superior simultânea a uma difusão social, agora orientada pelas leis do mercado.

Como assevera Cunha (2004), durante a consolidação das lógicas que constituem esse período, as afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares abriram caminho para sua representação majoritária nos conselhos estaduais e federais de educação. Tornando-se maioria, os mais novos empresários da educação brasileira passaram a legislar em causa própria. Os resultados são expressos nas cifras estatísticas supracitadas e em outros movimentos de capital, com altos investimentos na fundação de novas instituições.

Impulsionados pela demanda de vagas, pelo freio na velocidade de expansão das redes públicas de ensino e, especialmente, pelas normas facilitadoras, as instituições privadas de ensino multiplicaram-se em número e cresceram em tamanho. Em qualquer capital de Estado e até mesmo nas cidades médias do interior, pequenos ginásios e cursinhos pré-vestibulares acumularam capital, alunos pagantes e nível de ensino. Alguns ganharam até o status de universidade. Mais recentemente, as instituições privadas de ensino ingressaram no lucrativo esquema de multiplicação espacial – as universidades multicampus, dentro das áreas metropolitanas e em mais de um estado (CUNHA, 2004, p. 803).

Encarada como um “processo pelo qual uma divisão de trabalho conduziria as pessoas a uma certa tipologia de atividades, realizada num certo tipo de centro” (SANTOS, 2007, p. 89), a urbanização avança conduzida pela necessidade de incorporar, cada vez mais, o meio geográfico apropriado às atividades hegemônicas, ou seja, o meio técnico-científico-informacional. Podemos dizer que, nesse período, a urbanização brasileira está necessariamente referenciada a aspectos que integram o movimento contemporâneo de novos usos do território

brasileiro, com a chegada da racionalização da produção agora ligada ao território, “porque o meio técnico-científico-informacional é o conjunto de lugares propícios ao uso racional dos atores da economia, da sociedade, da política e da cultura” (idem, p. 92).

Assistimos ao crescimento das cidades que acumulam cada vez mais capital e, com ele, os acréscimos em ciência e tecnologia. As cidades médias, com participação crescente na composição da população urbana, difundem-se em quantidade pelo território, numa evidente desmetropolização (SANTOS, 1994). Xavier (2003) observa que as cidades com mais de 20 mil habitantes, que totalizavam 60, 33% dos residentes urbanos, em 1960, passam a reunir 78,38%, em 1996. Entre elas, aumenta o número daquelas com mais de 100 mil habitantes, que passam de 101, em 1980, para 213 em 2000. Essa concentração se destaca no Estado de São Paulo, onde, no ano de 2000, havia 54 cidades com mais de 100 mil habitantes. Entretanto esse fenômeno também difunde-se para os estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, principalmente. Essas cidades passaram a incorporar um novo perfil de profissionais vinculados à esfera dos serviços, das indústrias e da agricultura que se moderniza rapidamente. Configura-se, assim, uma nova relação interurbana e intraurbana do trabalho, dada a concentração concomitante à diversificação da produção.

Ajara (1999) observa que a reestruturação da economia nacional e dos seus espaços de produção, a integração mais acelerada à economia mundial, a remodelagem da ação do Estado e de seus mecanismos de intervenção e controle na vida nacional são alguns dos elementos do contexto mais recente que, embora redefinam mais intensamente as áreas de economia mais avançada, ou a região concentrada, englobam, de forma seletiva, todo o território nacional. No atual período, vivenciamos o que Souza (1999, p. 363) asseverou: “Face às conexões geográficas podemos constatar, inclusive empiricamente, verdadeiras explosões (fragmentação) de territórios e lugares”.

Milton Santos, quando questionado sobre a racionalização hegemônica seletiva no uso do território no Estado de São Paulo, explicou:

Eu creio que, porque é o território da racionalidade, é o meio técnico-científico: toda essa produção de laranja, de cana, é feita cientificamente, exigindo não só grandes autopistas como uma enorme rede de caminhos capilares. Se compararmos São Paulo a outras cidades, veremos que a densidade de redes de sinais e caminhos é muito grande. A telefonia, a eletricidade, a presença do telex, a grande quantidade de automóveis, tudo isso é fundido a uma fluidez enorme do território e a uma possibilidade de envio imediato de ordens partindo do centro racionalizador. Os centros racionalizadores são as redes das grandes empresas (SANTOS, 2007, p. 93).

Toda essa fluidez e integração, mesmo que incompletas e seletivas, postas para o funcionamento racional do território brasileiro geram novas especializações dos lugares e novas divisões territoriais do trabalho. A consolidação de novas áreas agrícolas no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, confirmam o avanço da agricultura de precisão por lugares ainda pouco acessados nos circuitos produtivos. O uso intenso de ciência e técnica promove uma alteração na paisagem do sertão baiano e pernambucano, ao incorporar novos usos ao território com os sistemas de engenharia da irrigação, plantio, colheita, transporte dos diversos produtos agrícolas, cultivados às margens do Rio São Francisco. Ibañez (2003, p. 565) salienta que a ideia de profissionais especializados para o trato com essas tecnologias remete-nos ao perfil dos “novos” trabalhadores deste setor

O que antes era feito por trabalhadores agrícolas tradicionais depende hoje de trabalhadores técnicos altamente especializados não só no conhecimento da tecnologia mas também no domínio da agricultura e das modernizações agrícolas.

Podemos dizer que a “flexibilidade” da ação, unida à rigidez da norma, conquista o território brasileiro. A modernização e os conteúdos técnicos do território, nos seus vínculos com a distribuição espacial das atividades econômicas e da população, exprimem as formas-conteúdos de um “espaço esquizofrênico”. Nas palavras de Santos & Silveira (2001) “num movimento desigual e combinado, cria-se uma nova geografia do Brasil, caracterizada, quanto à nova tecnosfera por uma região concentrada e por manchas e pontos” difundidos pelo país.

6.2 AS REFORMAS NO MUNDO E AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO

A educação é inerente à constituição do humano, derivando-se do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem, ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação (SAVIANI, 1997). A humanidade constituiu-se a partir do momento em que determinada espécie natural de seres vivos destacou-se da natureza e, em lugar de sobreviver, adaptando-se a ela, necessitou, para continuar existindo, adaptar a natureza a si. Acreditamos que o mundo é, para cada época e para cada homem, algo distinto. Como nos ensina Ortega Y Gasset (1999) “El hombre no es una cosa, sino una pretensión, la pretensión de ser esto o lo otro. Cada época, cada pueblo, cada individuo modula de diverso modo la pretensión general humana”.

O mundo e os homens, com seus mundos de hoje, vivem sob uma lógica de um “imaginário da velocidade”. As mudanças são muitas e acredita-se que são para todos. Contraditoriamente, observamos que, desde as últimas décadas do século XX, os indicadores que sinalizam os aspectos da vida econômica dos países, sobretudo dos países latino-americanos, começaram a mostrar uma clara reversão em matéria de geração de empregos, produtividade e estabilidade de preços, agravando ainda mais as desigualdades já existentes. Alguns autores classificam essa crise como uma crise do modelo de acumulação capitalista, ou de uma racionalidade capitalista.

Silva (1994 p. 256) argumenta que é difícil pensar a educação fora do contexto do predomínio da razão, tal como definida e elaborada pelo Iluminismo e incorporada pelos movimentos do capital. Para este autor, a história da educação de massas e a do pensamento ilustrado quase se confundem. A educação institucionalizada é um dos mecanismos pelos quais a razão se instala e se difunde, os currículos educacionais são baseados na concepção de mundo racional, ou seja, o cultivo da razão é um dos principais objetivos educacionais”. Em muitos sentidos, educação significa produção da racionalidade”.

No entanto, acreditamos que esse projeto racionalizador de tudo e todos apresenta alguns sinais de suas limitações. Afinal, “o deboche de carências e de escassez que atinge uma parcela cada vez maior da sociedade humana permite reconhecer a realidade dessa perda” (SANTOS, 2002, p. 120).

Tais mudanças do capitalismo promoveram alterações significativas nas geografias mundiais, nos modos de pensar e agir humanos, cada vez mais cooptados pelo pensamento (neo)liberal e pragmático do mundo. É quando observamos que

Uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer a leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de 'ilegais', 'irregulares', 'informais' (Idem, ibidem, p. 121).

Nesse momento de reconhecimento de outras racionalidades, é importante destacar que, pelo fato de nos encontrarmos numa sociedade contraditoriamente estruturada, por meio de interesses de classes sociais antagônicas, as propostas de reformas que se operam no mundo da educação são, na verdade, reformas do mundo e trazem, em seu bojo, diferentes mundos possíveis (GONÇALVES, 1999).

Apesar da constatação das 'outras racionalidades', as reformas nos sistemas educacionais acabam por corresponder aos interesses da racionalidade hegemônica. As reformas observadas no Estado brasileiro, a partir dos anos de 1990, pretenderam modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, sem levar em conta os seus lugares ou o território usado. Um desses territórios é designado 'Setor dos Serviços não-exclusivos do Estado', isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não-estatais, na qualidade de prestadoras de serviços. De maneira geral, o Estado pode prover tais serviços, mas não os executa diretamente nem executa uma política reguladora explícita dessa prestação. Nesses serviços, foram incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, entendidas como organizações sociais prestadoras de serviços que celebram contratos de gestão com o Estado.

Chauí (1999) observa que "esta reforma tem um pressuposto básico: o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem estar da República".

Como já destacamos, as últimas décadas do século passado consistiram em momentos marcados por transformações significativas no campo econômico, político e ideológico, de forma que os territórios efetivamente usados são produtos e produtores dessas alterações. Tais transformações originaram-se de processos interdependentes: crise de acumulação de capital, em virtude da queda nas altas

taxas de crescimento; reestruturação da produção sempre com novas técnicas e, agora, novos lugares produtores e consumidores; ampliação do desemprego estrutural e, com ele, a precarização das relações de trabalho e a intensificação da exploração da mais-valia relativa; internacionalização crescente das relações sociais de produção, conduzindo à concentração e centralização do poder de mando, de editar normas, enquanto dilui-se o fazer, a ação da produção; hegemonia de uma doutrina liberalizante, com a tentativa de imposição de um discurso único, como única alternativa para a crise que assola as sociedades contemporâneas.

No cerne dessas transformações, estão circunscritas as últimas mudanças na educação no Brasil, tendo o mercado como o portador de racionalidades de se pensar o saber, o fazer, o existir, os processos educacionais, enfim. De acordo com o que assevera Marilena Chauí:

Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados (CHAUI, 1999 p. 3).

Desde a década de 1970, a educação brasileira caminha no sentido de uma massificação, indo ao encontro da ideia de que todos têm o direito de estudar, o direito à instrução: um direito inquestionável que deixa de ser alvo de disputas das elites pelo privilégio. O problema que observamos no país é a maneira pela qual são implementadas as políticas que buscam atender às demandas educacionais de um território vasto e heterogêneo. Massificar é diferente de democratizar, alerta Franklin Leopodo e Silva (2006): “Quando você democratiza, você oferece o melhor ao maior número possível de pessoas; quando você massifica, nivela por baixo e oferece o pior para o maior número de pessoas”. Para este autor, no Brasil, a massificação da Escola Básica (Ensino Fundamental e Médio) significou a opção pela marginalização da população e do processo educacional:

O ensino fundamental e médio não produzem nada em termos de educação, consciência crítica, emancipação. Não interessa de forma alguma para a classe dominante que o processo educativo seja um processo crítico e formador, porque o objetivo é manter a educação como reprodutor do sistema (SILVA, 2006, p. 294).

O final do século XX inaugura uma fase de ampliação significativa do setor da educação brasileira. Dados relativos ao ano de 2002 mostram que as matrículas, em todos os níveis de ensino, atingiram 58,2 milhões. Ou seja, mais de um terço de toda a população brasileira é composta por estudantes. A maior parte destes alunos está matriculada no ensino fundamental e médio, mas, em 2003, a parcela crescente que chega ao ensino superior já representa 18% da população entre 17 e 24 anos, ou 3,5 milhões de alunos (INEP/MEC). Nas últimas décadas, o Brasil investiu sensivelmente para estender a cobertura da educação básica para a quase totalidade da população. Hoje, o país como um todo, tem 97% das crianças de 7 a 14 anos na escola. No Sul e Sudeste, esse percentual atinge 99%. Nas regiões Norte e Nordeste o percentual fica por volta de 94%. Cabe ressaltar o 'gargalo' entre a passagem dos estudantes concluintes do ensino médio regular ou educação de jovens e adultos para o ensino superior.

Do total de 58,2 milhões de estudantes, 84% estudam em escolas públicas, e 16% nas privadas. No ensino superior, a situação inverte-se: aproximadamente 70% dos estudantes são atendidos por instituições particulares, enquanto os outros 30% estão nas instituições públicas.

Quantitativamente, a maior concentração é de escolas públicas: dos 216 mil estabelecimentos de ensino do país, 83% são públicos. No Ensino Superior, predominam as instituições particulares, com 88% das instituições de ensino. De acordo com dados apresentados pela revista Aprender, somando-se os setores público e privado, em 2003, o setor de educação no Brasil movimentou mais de R\$ 100 bilhões, representando mais de 9% do PIB. Os dados são eloquentes: no Ensino Fundamental, 10% das vagas estão em instituições privadas. No Ensino Médio, as vagas privadas sobem para 18%, enquanto os maiores índices de privatização da educação brasileira estão na educação superior, como já mencionamos. Deste quadro, Silva (2006) destaca que

É uma proposta de direita que começou com o desmonte do ensino fundamental público por sucessivos governos, através da desqualificação profissional dos professores, falta de verbas, ausência de concursos, rebaixamento de salários [...]

O processo de transformações no território brasileiro, nas últimas décadas, reforça as consequências da heterogeneidade educacional do país. A acelerada

expansão dos sistemas técnicos de engenharia, constitutiva da propalada entrada do Brasil nos cenários das trocas internacionais, esteve sistematicamente associada a um lento e territorialmente seletivo processo de expansão educacional. Enquanto um conjunto de lugares especialmente selecionados pelo poder corporativo empresarial é composto por redes de ensino públicas e privadas que atendem às demandas das classes mais abastadas, observam-se lugares ou conjunto de lugares em que essas instituições ainda se apresentam como objetos com efeito de raridade.

Além de exibir taxas elevadas de analfabetismo, em torno de 14%, o território apresenta-se extremamente heterogêneo em relação a esse dado. O gráfico número 3 ilustra a grande desigualdade entre os estados federativos, apresentando os dados desagregados por Estado. As taxas variam de 5,7%, no Distrito Federal, a 33,4%, em Alagoas. De maneira geral, os Estados do Norte e Nordeste são os que apresentam as maiores taxas, ocorrendo o contrário nos Estados das regiões Sul e Sudeste. Trata-se de uma geografia da desigualdade do acesso à escola.

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais. 2000
Fonte: Censo Demográfico de 2000. INEP/CEDEPLAR (2005)

Gentili (2001), ao discutir algumas questões relativas ao desenvolvimento estrutural das sociedades de classes, assinala que, no capitalismo histórico, a acumulação de capital sempre implicou uma tendência generalizada e crescente à mercantilização de todas as coisas. O autor recorre às formulações de Immanuel Wallerstein, ao enfatizar que tal interpretação implica reconhecer que a expansão e a generalização do universo mercantil causa impacto não apenas na realidade das ‘coisas materiais’ como também na imaterialidade da consciência. É assim que os indivíduos, na medida em que introjetam o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação dos mundos possíveis, aceitam e confiam no mercado como o âmbito em que, ‘naturalmente’, podem e devem desenvolver-se como pessoas humanas.

O avanço da mercantilização da educação faz parte da consolidação do meio técnico-científico-informacional. A maneira como a técnica se estabelece numa área indica como o trabalho vai ser elaborado. Milton Santos (2005) questiona a rigidez das escalas de análises somente a partir da perspectiva da tecnosfera, na medida em que ele acredita ser fundamental avançar no reconhecimento de uma psicosfera, que não necessariamente se sobrepõe exatamente à escala da tecnosfera. É no âmbito da psicosfera que pensamos a criação de uma “interpretação dos mundos possíveis”, mencionada por Pablo Gentili, a partir das lógicas do mercado.

O crescimento dos contingentes de população no ensino superior brasileiro é resultado de uma defasagem histórica na oferta de vagas e na facilidade do acesso a esse segmento. No entanto, as mudanças na divisão social do trabalho que, apesar da multiplicação de novas profissões vinculadas ao avanço da técnica e da ciência em diversas áreas da produção, promovem a erradicação de um número enorme de empregos formais. A crença no poder de um ‘ensino superior’ ser o passaporte para a propalada ‘empregabilidade’ pode ser um dos motivadores ao grande número de pessoas que buscam, depois de anos afastados dos bancos escolares, um diploma reconhecido pelo MEC.

6.3 O ENSINO SUPERIOR E O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

As mudanças no universo educacional brasileiro não se restringem ao segmento da escolarização básica. O ensino superior, nos últimos anos, apresenta

grandes transformações tanto na sua organização quanto na sua presença a partir das instituições, difundidas pelo território nacional.

A partir do pós-guerra, nos anos de 1950, 1960 e 1970, o contexto socioeconômico e político internacional gera um acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia como as principais forças produtivas do mundo contemporâneo, revelando o potencial transformador do conhecimento. A revolução técnico-científica e informacional de que nos fala Santos (2001) gera, ao mesmo tempo, novas formas de produção da vida material, transformando as múltiplas relações societárias e as novas formas de produção do próprio conhecimento. Esse contexto pode ser analisado como uma época de generalização de uma demanda da cultura industrial: as engenharias sobressaem, mostrando a especialização dos cursos. Novos saberes técnicos desenharam o retrato das ofertas e das demandas do ensino universitário:

A urbanização do território é acompanhada de um crescimento da demanda educacional. Entre 1960 e 1970 registra-se uma nova “explosão” da matrícula universitária, com um aumento de cerca de 360%, ao tempo em que se passa de 96,3 pessoas em idade universitária por aluno em 1960, para 28,6 pessoas uma década mais tarde. Esse fenômeno é, certamente, possibilitado pela criação, nesse mesmo intervalo, de 180 instituições de ensino superior (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 24).

A partir de 1964, com o governo nas mãos dos militares, toda resistência advinda dos setores progressistas da educação, da União Nacional dos Estudantes, dos movimentos organizados da sociedade, entre outros, é esvaziada. Com o golpe militar, a tendência do controle privado do ensino público (que já podia ser observado na LDB de 1961, principalmente com o substitutivo de Carlos Lacerda, de caráter liberal, vetando o monopólio do ensino pelo Estado e defendendo a iniciativa privada) é ampliada, consolidando-se no país dos anos seguintes.

É importante destacar que, em 1968, é promulgada a Lei nº 5540/68, que institui a reforma universitária no país. Esta lei foi imposta às IES, de forma verticalizada, trazendo transformações no âmbito da organização dos currículos, das disciplinas, da seleção por vestibulares. Ela cria o sistema de créditos, aglutina faculdades em universidades, visando maior produtividade do ensino, e permite que a gestão das universidades seja feita por qualquer pessoa indicada, não necessariamente do corpo docente da instituição.

Toda estrutura atual das universidades públicas brasileiras, segundo observa Cunha (2007), advém desta lei, uma vez que ela fragmenta as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, resultando na criação das Faculdades ou centros de educação, desencadeando, de certa forma, na estruturação das universidades brasileiras em quatro modelos básicos:

A agregação dos departamentos em alguns poucos centros; a reunião dos departamentos em número maior de institutos, faculdades, escolas; a ligação dos departamentos diretamente à administração superior, sem instâncias intermediárias e a superposição dos centros às faculdades, aos institutos e às escolas (CUNHA, 2007, p. 182).

Em relação às mudanças significativas do ensino superior, no Brasil, a partir desse contexto, Figueiredo (2005, p. 4) destaca que

As mudanças no ensino superior brasileiro foram muitas e rápidas nos anos 60, até a localização geográfica das instituições foram alteradas, as faculdades públicas situadas nos pontos centrais das cidades foram transferidas para os campi no subúrbio, pois consideravam adequado para atenuar e apaziguar a militância política dos estudantes. Enquanto que as faculdades particulares faziam exatamente o inverso.

Todas essas normas, expressas através da legislação que passa a orientar o funcionamento do ensino superior servem como elemento regulatório para as demandas educacionais criadas pelo território brasileiro. Essa é a forma como o território, considerado, aqui, como território utilizado pela sociedade, impõe sua lógica à dinâmica do ensino, em geral, e do ensino superior, em particular. A necessidade de formação de pessoas, nos lugares, passa a ter uma legislação que permite a exploração da educação superior como um serviço privado. Santos e Silveira (2000, p. 12) enfatizam que, a partir desse contexto,

[...] desenha-se uma geografia educacional, definida pelo papel dos agentes que comandam o ensino e cujas lógicas participam da reconstrução do Território Brasileiro. Por essa razão, a história da educação no território poderá ser contada como uma história de ausências e presenças, no espaço nacional, dos atores responsáveis por essa atividade, isto é, os diversos níveis do Estado (federal, estadual, municipal) e os agentes confessionais, militares, particulares e os grupos comunitários mistos, cujo papel, nessa atividade, muda, ao longo do tempo.

As análises da formação socioespacial brasileira, a partir dos anos de 1980, sinalizam para a afirmação de um conjunto de mudanças ligadas ao processo de redemocratização política, ao agravamento da crise econômica e social e a novas formas e funções da modernização na base técnica. Silva (1999) indica que novos complexos vinculados ao trabalho e ao ensino, de maneira geral, foram sendo incorporados à dinâmica do território, constituindo novos espaços da profissionalização, com demandas de novos empregos e da reestruturação qualitativa dos empregos existentes; o rebatimento dessas considerações interage com a reestruturação do processo educativo. Como pode ser evidenciado no mapa 9, há um novo adensamento de instituições em novas áreas do território brasileiro, principalmente naquelas em que as modernizações da produção no campo incorporaram novas dinâmicas nas relações socioespaciais dos lugares.

[...] Neste sentido, o ensino e o trabalho passaram a estar ligados ao tempo-rítmico da globalização que se reflete em mudanças ocorridas no espaço geográfico, porque este vem se transformando cada vez mais em meio técnico-científico informacional. Esse meio é constituído por sistema de ação, por técnicas e por objetos orientados por ideários e pela racionalidade dominante que alteram as relações entre cultura e economia e entre cultura e novas tecnologias. No processo produtivo altera-se a organização do trabalho, sobretudo no que se refere às questões entre saber e fazer (SILVA, 1999, p. 304).

As transformações socioespaciais advindas de uma nova forma de produção, centrada na ciência, na técnica e na informação, estão conectadas com o que ocorre em termos de mudanças no cenário internacional. É a totalidade em movimento manifestando-se nos lugares, criando os arranjos particulares, os quais vêm merecendo a atenção e análise por parte da geografia vem, ultimamente. A queda do muro de Berlim, o esfacelamento da antiga União Soviética, o colapso do que se denominou de socialismo real, tudo isso serviu para alardear, no âmbito político e no âmbito pseudocientífico, as teses do fim da história, do fim do trabalho, do esvaziamento do conteúdo dos espaços geográficos e do fim das classes sociais. Paradoxalmente, afirmou-se como eterno o modo de produção capitalista (FRIGOTTO, 1999).

NÚMERO ABSOLUTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1991, 1998, 2007

Legenda

- Número de Instituições em 1991
- Número de Instituições em 1998
- Número de Instituições em 2007

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

500 250 0 500 Km

Essas mudanças observadas, desde o início da década de 1980, afetam a organização das universidades no Brasil e em toda América Latina. Um estudo desenvolvido pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) aponta para o fato de que o destino das universidades públicas latino-americanas esteve estreitamente vinculado às transformações promovidas pelas políticas neoliberais que repercutirão de forma regressiva em toda a sociedade. No momento em que o saber transforma-se numa força produtiva direta, o mercado passa a incorporar esta área, incluída, desde os anos de 1960, no caso brasileiro, como prestação de serviços, com as mudanças de Carlos Lacerda, trazidas na Lei de Diretrizes e Bases daquele contexto.

Siqueira (2004) discute a inclusão das atividades de ensino, e mais amplamente, do setor educacional no Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (AGSC – GATS, em sua sigla em inglês). A autora verifica os interesses para sua adoção no setor educacional e os possíveis riscos dessa inclusão, para a educação, a começar por sua redução a um serviço comercial qualquer, a ser normatizado com base nas regras gerais do comércio. Isso afeta, segundo Angela Siqueira (2004), não só a concepção da educação como um direito social, mas também a identidade e a soberania dos países:

Com a educação no GATS, corre-se o risco da sua transformação em um processo de simples comercialização, onde grupos internacionais ou grupos nacionais a eles coligados seriam os vendedores, enquanto os países, principalmente os em desenvolvimento, passariam a ser meros compradores de pacotes de serviços diretos (por exemplo, cursos profissionalizantes, de graduação, aperfeiçoamento e pós-graduação, etc.) e complementares (por exemplo, livros e materiais didáticos, cadernos, lápis, mapas, equipamento científico, uniformes, etc.). Tal perspectiva fere a soberania e a autonomia das nações, num caminho que pode levar à perda da diversidade cultural e dos valores locais (SIQUEIRA, 2004, p. 155).

Em relação a essa vasta discussão sobre a desregulamentação das barreiras ao ‘comércio educacional global’, observa-se, no âmbito dos estados latino-americanos, certo ‘desfinanciamento’ da educação pública e da política científica. Isso constitui uma das variáveis mais visíveis desse lamentável processo de privatização da educação superior, em toda América Latina. As políticas públicas da educação superior, inspiradas no Consenso de Washington, trazem outras

mudanças no cenário universitário de toda região, como destaca o documento da CLACSO:

[...] La significativa disminución de los recursos públicos destinados a la investigación y educación universitaria fue acompañada en la mayoría de los países de la región por reformas educativas que estimularon la adaptación creciente de las universidades públicas y de las disciplinas científicas a los imperativos de rentabilidad impuestos por el mercado. Paralelamente, y como complemento de esta política de vaciamiento universitario, numerosos gobiernos estimularon y contribuyeron a la creación de instituciones de educación superior privadas (en muchos casos de dudosa calidad académica), en desmedro del sostenimiento de la formación pública de calidad que caracterizó a las instituciones de educación superior (CLACSO, 2006, p. 9).

A realidade da educação superior no Brasil, a partir do processo de democratização dos anos 1980, é reflexo de políticas nacionais que estão em sintonia com as vontades dos agentes hegemônicos globais, nacionais e locais. Refletem as relações de cumplicidade ao modelo proposto e orientado pelos países desenvolvidos que pretendem explorar o que hoje já se chama de ‘mercado educacional’. Ainda que no Brasil as ações de empresas estrangeiras na área da educação sejam limitadas, já se observam parcerias de universidades privadas e até algumas públicas, principalmente as que possuem as grandes fundações, com outras instituições de ensino de países ricos e desenvolvidos.

O processo de transição do regime militar para o regime democrático no Brasil conteve um “elemento deletério para a qualidade do ensino superior: a paroquialização” (OLIVEN, 1990). Observa-se, pelos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, que crescente parcela da expansão da oferta de vagas no ensino superior brasileiro, nas últimas décadas, originou-se da criação das IES privadas, nas periferias das áreas metropolitanas e nas cidades do interior do país, principalmente aquelas denominadas de ‘cidades médias’:

O ensino descolou-se, então, das instalações como bibliotecas públicas, laboratórios estaduais, arquivos públicos e suas economias externas. As IES passaram a bastar-se, pois nem mesmo livrarias existiam nas cidades que, festivamente, acolheram-nas. Lamentavelmente, a dimensão carnavalesca da cultura brasileira favorece o credenciamento da fantasia [...] (CUNHA, 2004, p. 803).

Para melhor compreendermos a relação da presença das IES nos lugares, elaboramos um breve esclarecimento sobre a sua organização e estrutura, definidos pelo Ministério da Educação do Brasil.

Para João Antonio de Paula (2006), em artigo sobre as relações da cidade e as universidades, historicamente as universidades apresentam três características. A primeira refere-se ao papel como repositório de patrimônio filosófico, científico, artístico e cultural da humanidade. A universidade, nesse sentido, seria como uma 'memória do mundo', preservando tanto as ideias quanto os valores e símbolos. Para ele

Essa função, é claro, tem papel essencial na cimentação das identidades coletivas, na produção de laços intergeracionais que garantem a preservação dos valores fundantes da humanidade, tais como justiça, verdade, a beleza, o bem comum (PAULA, 2006, p. 41).

Poder-se-ia dizer que uma segunda função da universidade seria o seu caráter republicano, firmado durante a Revolução Francesa: uma universidade laica, pública e universal. Para Paula (2006:42), nesse sentido,

A universidade brasileira vive uma grave crise. De um lado, o ensino público não tem expandido suas vagas, desatendendo, assim, crescentes contingentes que demandam a universidade; de outro, paralelamente à expansão do ensino privado, mesmo as universidades públicas vivem hoje variadas formas de 'privatização' comprometedoras do que deveria ser um de seus mais caros valores.

Finalmente, a terceira característica da universidade é a que se relaciona ao seu caráter de instrumento de produção do conhecimento. Historicamente podemos dizer que esta característica afirmou-se com a criação, em 1810, da Universidade de Berlim, por meio da ação de Wilhelm Humboldt:

No centro da novidade trazida pela Universidade de Berlim está a ideia da pesquisa, da experimentação como requisitos indispensáveis do processo de conhecimento. A partir daí, ensino e pesquisa passam a ser considerados como partes indissociáveis e essenciais de um todo, o processo de conhecimento (PAULA, 2006, p. 43).

No Brasil, há uma grande diversidade de IES, e o corrente debate sobre o termo universidade acaba por encobrir e levar a análises equivocadas sobre a abrangência desta área da educação brasileira. Na verdade, nem todas as IES são universidades, nem estas são iguais tanto na sua natureza institucional quanto na sua missão. Mesmo entre as universidades públicas, a exemplo do que ocorre entre as privadas, existe uma grande diversidade, muitas vezes mal compreendida.

Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), a Educação Superior compreende os cursos sequenciais, os de graduação, os de pós-graduação (doutorado, mestrado, especialização, aperfeiçoamento e outros), e os de extensão (LDB, art. 44), além dos cursos de nível tecnológico (LDB, art. 39).

Ainda de acordo com a LDB, conforme determina o artigo 45, a educação superior será ministrada em IES, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência e especialização.

Conforme pesquisa elaborada por Steiner (2006: 326), existem alguns tipos característicos de IES no Brasil, definidas por lei (Decreto nº 3860 de 9 de julho de 2001):

- Universidades
- Centros Universitários
- Faculdades Integradas
- Faculdades
- Institutos e Escolas Superiores
- Centros de Educação Tecnológica

De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, exigência inexistente para as outras formas institucionais de ensino superior, de acordo com a LDB de 1996 (STEINER, 2006).

Quanto à natureza da administração das IES no Brasil, dar-se-á com as seguintes divisões:

Instituições Públicas – podem ser caracterizadas como federais, estaduais e municipais; podem ser de direito público ou de direito privado. Instituições Privadas Comunitárias, confessionais ou filantrópicas – quando não visam a lucros e são geridas por pessoas físicas ou jurídicas de caráter comunitário. Instituições particulares (STEINER, 2006:329).

De acordo com Ranieri (2000, p.184), “privilegia-se nesta classificação a dependência em face do ente ao órgão mantenedor, como fator determinante da aplicação do regime jurídico de direito público ou de direito privado”.

Nunca, na história do país, foram abertas tantas universidades particulares, como entre os anos de 1980 e 1990; como também nunca foi tão praticado o que se chamou de isenção fiscal para os então “empresários” da área educacional, inclusive com políticas públicas de transferência de recursos estatais para a iniciativa privada, como o caso do Financiamento Estudantil (FIES) e, mais recente, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), aprovado em 2005. O mapa 10 evidencia a distribuição de IES no território brasileiro, em cidades com mais de 100 mil habitantes, e em regiões metropolitanas, no ano de 2007. Na sua elaboração, usamos um banco de dados do Ministério da Educação e do INEP, organizado a partir do censo do ensino superior. O censo demográfico do IBGE de 2000 serviu de referência para o levantamento dos municípios e das regiões metropolitanas. Cartografamos, dessa forma, a concentração de IES no país, nas cidades em que existem demandas demográficas por ensino superior. Constatamos intensa concentração nas áreas metropolitanas e nas cidades com maiores contingentes populacionais da “Região Concentrada”.

Os núcleos urbanos não-metropolitanos dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul concentram parcela significativa das instituições no seu interior, sendo exceção o Rio de Janeiro, cujo interior concentra quantidade de instituições, em virtude da aglomeração histórica do ensino superior na capital.

Há imensos vazios na distribuição das IES no território nacional, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte. A concentração demográfica e a necessidade do capital por mão-de-obra especializada encontram-se nas capitais dos Estados, gerando uma significativa ampliação da oferta de cursos superiores. No entanto, em virtude da recente urbanização do interior, há um significativo número de municípios cuja população conluente do ensino médio não consegue formação superior. As distâncias a serem vencidas para o acesso à universidade ou outras instituições são consideráveis, destituindo a maioria absoluta da população de formação superior. Esta realidade vem sendo considerada, por uma série de políticas, instituições públicas e privadas, de forma que está havendo investimentos na Educação Superior a Distância, como tentativa de suplantar essa demanda.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL -
REGIOES METROPOLITANAS E CIDADES COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES

Legenda

Densidade das Instituições

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

No Nordeste do país, as capitais e regiões metropolitanas destacam-se na concentração institucional, principalmente em Salvador, Recife e Fortaleza, fruto de uma urbanização de fachada litorânea. No interior da região, onde o número de municípios com maior concentração demográfica é pequeno, em cidades com mais de 100 mil habitantes, há maior distribuição de instituições. A Bahia, de significativa extensão territorial, apresenta os maiores déficits na oferta de vagas no interior do estado, como podemos observar no mapa.

A concentração do poder administrativo e, com ele, a concentração de capital, atraiu uma quantidade significativa de IES para a capital federal. As demandas por formação de mão-de-obra favorecem a abertura de cursos na área gerencial, principalmente os relativos à administração pública: administração, direito, economia, ciências sociais, entre outros. As engenharias também se destacam no conjunto dos cursos das IES, assim como as novas especialidades de saúde.

A interpretação do território usado por IES no país permite a constatação de que alguns municípios de áreas metropolitanas, ou mesmo do interior, mas com significativa concentração populacional, não dispõem de nenhuma instituição, como acontece com 16 municípios, na região metropolitana de São Paulo (tabela 16, no apêndice D). O município de Itaquaquecetuba, com 334.914 habitantes, é um desses lugares não “selecionados” para a oferta de vagas universitárias. Geralmente, são municípios que agrupam populações das regiões metropolitanas de renda inferior, que nem sempre podem arcar com os custos das mensalidades das instituições privadas, as quais se alocam preferencialmente nos lugares mais centrais da área urbana.

Na região metropolitana de Belo Horizonte, observa-se o mesmo processo em Ribeirão das Neves (329112 habitantes), sem IES. No Rio de Janeiro, o município metropolitano de São João de Meriti (464282 habitantes) vive idêntica situação, o mesmo acontecendo na região metropolitana de Porto Alegre, no município de Viamão (253264). No Nordeste do país, essa realidade se estampa nos seguintes municípios: Maracanaú (197301 habitantes), na região metropolitana de Fortaleza; Simões Filho (110340), na região metropolitana de Salvador; Camaragibe (133456), na Região Metropolitana de Recife. Estes números evidenciam a concentração seletiva da oferta de vagas pelas IES no país.

Como já destacamos, na década de 1990, a reforma educacional pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), para a educação nacional, e o Plano Nacional de

Educação (PNE), apresentaram-se com certas peculiaridades. Dando forma às políticas neoliberais, caracterizaram-se principalmente pela privatização, entendendo esta também como a entrada desenfreada de recursos não-públicos para manter as atividades próprias da universidade e das IES.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resultante de projeto patrocinado pelo governo, foi pródiga para a expansão privatista do ensino superior. A partir dessas regulamentações, o número de instituições privadas aumentou consideravelmente, em especial na categoria de universidades e na dos centros universitários, criados por decretos posteriores à LDB, sendo “universidades de ensino”, e resultando na ampliação do alunado. Cunha (2004, p. 807) alerta para o fato de que “tal crescimento fez-se com a complacência governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e até mesmo com o benefício acadêmico e do crédito financeiro”.

Em decorrência das políticas adotadas na década de 1990, principalmente pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, o ensino superior sofreu o impacto do sucateamento das universidades públicas, expresso pelos seguintes aspectos: cortes de verbas; não-abertura de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos; continuidade da expansão do ensino superior privado e das matrículas delas decorrentes; destinação de verba pública para as faculdades privadas; multiplicação das fundações privadas nas instituições de ensino superior públicas; ausência efetiva de assistência estudantil, entre outros.

Nesse cenário de profundas alterações nas normas, nas políticas e no fazer cotidiano das IES, há pesquisas relacionadas tanto ao estudo do fenômeno de crescimento de vagas nesse setor de ensino quanto à sua territorialidade no país. Santos e Silveira (2000) elaboram uma análise detalhada do crescimento de vagas no ensino superior, atrelando o movimento de incorporação das demandas educacionais ao território brasileiro. Os autores comprovam, nos seus estudos geográficos, o que Oliven (1990) e Cunha (2004) defendem sobre as mudanças na oferta de vagas no ensino superior brasileiro e sua territorialidade. Santos e Silveira (2000) demonstram que

As cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e médias, ostentando ambas as categorias um notável incremento demográfico, beneficiado, em grande parte, pelo jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território [...] Há, certamente, seletividade na expansão do meio técnico-científico-informacional, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras. A divisão social e territorial do trabalho amplia-se e torna-se mais complexa. Em todo o caso, a demanda por qualificações específicas aumenta em todas as regiões, enquanto a oferta parece acompanhar as especializações produtivas dos lugares (SANTOS E SILVEIRA, 2000, p. 33-34).

No final do século XX e início do novo milênio, assistimos a uma redefinição do papel do Estado em relação às políticas territoriais, especificamente àquelas vinculadas à educação. Este momento é marcado não só pelo aprofundamento do processo de inserção no mercado globalizado, mas também pela aplicação e consolidação das políticas neoliberais. O Estado, como produto(r) desta movimentação, passou a emanar normas para as políticas em consonância com essa realidade.

Os aspectos relacionados aos interesses do mercado, o qual incorpora novos espaços na expansão das faculdades e universidades privadas, não condizem com a necessária e até desejada formação intelectual da população brasileira. As análises dos dados do crescimento do ensino superior no país confirmam que a oferta de vagas pelo sistema acontece nos lugares onde já existe concentração de instituições superiores, não avançando, ou crescendo lentamente, nos lugares onde se verifica demanda.

O mapa 11 esclarece sobre o uso do território em relação à oferta de vagas para cursos superiores. De 1988 a 2007, o número de vagas em São Paulo cresceu quase 6 vezes, saltando de pouco mais de 175 mil para mais de 1 milhão de vagas no período. No Estado do Amazonas, o crescimento foi de quase 21 vezes: de 2235, em 1988, passou para 46742, em 2007. Na Bahia, o total de vagas cresceu 12 vezes. No Mato Grosso, de 1957 vagas, em 1988, saltou para 49199, em 2007, um crescimento de mais de 25 vezes.

NÚMERO ABSOLUTO DE VAGAS EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1988, 1998, 2007

Legenda

- Número de Vagas em 1988
- Número de Vagas em 1998
- Número de Vagas em 2007

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

500 250 0 500 Km

Acompanhando o ritmo de crescimento da fronteira de desenvolvimento do agronegócio do país, Rondônia apresenta um crescimento de 37 vezes na oferta de vagas, nesse período analisado. Por outro lado, lugares como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (espaços precursores do ensino superior no país), embora apresentem significativo crescimento no montante geral das vagas (6 vezes), representam um crescimento mais modesto quando comparado ao Nordeste, Centro-Oeste e Norte, verdadeiras fronteiras para expansão da educação superior.

Vivemos um período em que os campos do saber fragmentam-se em múltiplos compartimentos. Santos e Silveira (2000) enfatizam que os objetos técnicos numerosos e específicos, além de ações precisas e setoriais, são a base de um território especializado que, para seu uso, reclama o conhecimento de discursos e códigos apropriados.

É assim que entendemos a realidade construída historicamente pela implementação do ensino superior no país: responsável por trazer elementos novos para as formações socioespaciais do território brasileiro. Nesse intento de compreensão da realização do ensino superior no Brasil, miramos a sua formação socioespacial e verificamos como isso tem sido absorvido pelo território, que é a expressão material das normas e ações implementadas ao longo do tempo, nos lugares.

Como se vê nos mapas 12 e 13, o número de inscrições e matrículas no vestibular das IES constitui outra variável que permite analisar as demandas territoriais por formação acadêmica. No atual período, uma característica marcante do território brasileiro é a procura por capacitação ou formação superior, o que impulsionou, de certa forma, as dinâmicas de concentração e dispersão das instituições de ensino em todo o território. Tornadas empresas, as instituições educacionais privadas vão em busca da população que almeja a formação superior. O ritmo de crescimento das inscrições para os vestibulares que asseguram o acesso aos cursos superiores não acompanha o ritmo de crescimento do número de vagas. Mesmo no Norte e Centro-Oeste, onde constatamos os maiores acréscimos na oferta de vagas, o crescimento de inscrições para o vestibular acontece próximo a 7 vezes, no período de 1988 a 2007. Nos estados da Região Concentrada, o crescimento na inscrição para os vestibulares é em torno de 2 vezes, enquanto, no Nordeste, esse montante sobre para 4 vezes, aproximadamente.

NÚMERO ABSOLUTO DE INSCRIÇÕES DE VESTIBULAR PARA INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1988, 1998, 2007

Legenda

- Número de Inscrições em 1988
- Número de Inscrições em 1998
- Número de Inscrições em 2007

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

NÚMERO ABSOLUTO DE MATRÍCULAS EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO
- 1988, 1998, 2007

Legenda

- Número de Matrículas em 1988
- Número de Matrículas em 1998
- Número de Matrículas em 2007

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

Isso ajuda a sustentar a tese de que o ensino superior não acontece de forma aleatória no território. Sua localização é resultado de políticas públicas, interesses partidários e, mais recentemente, seguindo a lógica do mercado, buscando espaços onde sua exploração possa gerar lucro a partir da generalizada oferta de um ‘serviço’: a educação superior.

A análise dos dados agrupados nos mapas 14 e 15 esclarece as diferenças territoriais sobre esta modalidade de ensino. Enquanto, em São Paulo, no ano de 2007, observamos o ingresso de 480502 estudantes nos cursos superiores, e a conclusão de 224238, o Estado do Amazonas, por exemplo, somou 30241 de ingressos e 10502 de concluintes. Em todos os Estados Federativos, apesar das diferenças, o crescimento do ingresso em cursos de educação superior é acompanhado do crescimento do número de concluintes. No período apurado³⁷ (1991-2007), constata-se um significativo aumento no número de concluintes em todo o território nacional, principalmente nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Como num movimento conjunto com a modernização do território e com as novas formas de organização da produção, cresce exponencialmente a demanda social por maior escolarização dos brasileiros. Isso consiste num estímulo à abertura de novas instituições educacionais no território, entre elas as de educação superior. Segundo Nascimento Júnior (2006), na medida em que a moderna produção está fundada na racionalidade fornecida pela ciência e pela tecnologia, “a exigência por força de trabalho especializada e altamente apta ao desempenho das mais diversas funções se torna um dado constante e intrínseco à realização das produções locais”.

Defendemos, portanto, que a modernização histórica e atual do território brasileiro, através da sua densidade técnico-científico-informacional, estudada por Santos (2002), Santos & Silveira (2001), Souza (2003), Castillo (2003), entre outros autores, acaba por influenciar a escolha dos investimentos públicos e privados na alocação dos recursos em educação superior.

³⁷ As estatísticas disponíveis no MEC/INEP sobre Ingressos e Concluintes em Cursos de Educação Superior só existem a partir de 1991.

NÚMERO ABSOLUTO DE INGRESSANTES EM INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO
UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1991, 1998, 2007

NÚMERO ABSOLUTO DE CONCLUINTES DE INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA
FEDERAÇÃO - 1988, 1997, 2007

Legenda

- Número de Concluintes em 1988
- Número de Concluintes em 1997
- Número de Concluintes em 2007

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

Vivemos uma escolha seletiva dos lugares para a alocação dos investimentos públicos e, principalmente, privados em educação superior, no Brasil. Há um uso corporativo do território nacional por parte de IES, principalmente a partir das mudanças trazidas pela incorporação desse segmento ao setor de serviços, regulamentado pelo governo federal, com as mudanças da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O incremento no número de matrículas, visualizado no mapa 13, é fundamental para defesa de nossos argumentos.

Nesse movimento de capital e de normas, o território constitui-se na base material para o desenvolvimento de IES no país. Podemos dizer que a localização das demandas educacionais por maior qualificação da força de trabalho é condicionada pela desigual constituição técnica do território brasileiro, assim como pelo modo de desenvolvimento das relações sociais de produção presentes no conjunto dos lugares (NASCIMENTO JÚNIOR, 2006). De maneira seletiva, seu crescimento numérico acontece seguindo uma lógica mercantil de oferta de vagas, uma lógica mercantil que visa obter lucros a partir da exploração dessa área primordial para o desenvolvimento de qualquer povo, em qualquer estado-nação, como instrumento de autonomia.

No momento atual, a maior eficácia tanto para a execução do processo produtivo quanto para maior precisão operacional embasa-se nos princípios que regem a lógica da qualidade total. Do aparato instrumental (meios de produção) e organizativo (gerência e planejamento dos empreendimentos), reflexo de outro momento produtivo do capitalismo, ambos intencionalmente criados e adaptados segundo cada segmento da produção, resulta a racionalidade que, de forma crescente, define as ações econômicas presentes no território.

A constituição do meio técnico-científico-informacional em porções do espaço nacional faz-se acompanhada pela necessidade da presença de IES, de certa forma, agentes integrantes para dar suporte ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mais diversificados sistemas produtivos. Os circuitos de produção, interconectados às lógicas do fazer global, interferem nas formações territoriais, à medida que novos atributos materiais vão alocando-se nos lugares.

Em outros termos, a criação e a difusão de IES, no território, no período atual, vem indicar a natureza da organização socioeconômica instituída no mundo, no estado-nação e nos lugares. A análise da dinâmica territorial do ensino superior no Brasil pode ser tomada como um importante evento para se compreenderem as

remodelações e a constituição do território em ciência, tecnologia e informação, variáveis geográficas do processo de globalização econômica.

Para o avanço do modelo de modernização, visualizado e implementado nos últimos governos, é necessário um aporte técnico, científico e informacional, alocado, fixado e, às vezes, fluido, no território nacional. Ou seja, uma rede de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, cabos de fibra ótica, torres de transmissão de sinais via-satélite, centros de logística, fábricas, empresas comerciais, empresas de pesquisas e escolas, faculdades, universidades, entre outros. Em suma, uma base material que carrega na sua essência o acúmulo das demandas de um mundo que se globaliza e se fragmenta dialeticamente.

Com o intuito de alavancar a posição brasileira como espaço de desenvolvimento do modelo capitalista de produção, gerador e concentrador de riqueza, o território brasileiro vai sendo densamente dotado de aparatos técnicos, científicos e informacionais, respondendo aos interesses do grande capital, principalmente o estrangeiro.

Como já afirmamos, a demanda por ensino superior vem se tornando elemento de intensa dinâmica, caracterizando-se como fator inerente ao desenvolvimento de diversas atividades produtivas no Brasil, quer seja para atividades relativas ao trabalho agrícola, sobretudo com a prática da chamada agricultura de precisão, quer seja na cidade, com a realização de atividades industriais e de serviços (consultorias, *marketing*, publicidade, entre outros).

Silva e Medeiros (2009) elaboram uma interpretação do Agreste Alagoano a partir das dinâmicas de expansão do ensino superior. Os autores identificam o setor de ensino superior como uma forma de especialização do uso do território, ao mesmo tempo em que este evento impõe novos usos, através da circulação de pessoas, capital, conhecimento e informação.

Dessa forma, acreditamos que o aumento da oferta do ensino superior no Brasil é o resultado, entre outros aspectos, desse ritmo de mudanças socioeconômicas e culturais, vivenciadas de maneira seletiva no território nacional, uma conexão das forças globais que se manifestam como eventos nos lugares, transformando-os. Nem todos os espaços recebem os mesmos investimentos, públicos ou privados, na mesma quantidade e na mesma intensidade. Existe uma pré-seleção pelos 'melhores' lugares, mesmo que esta condição seja temporária.

O mapa 16, que exhibe as instituições presentes nas capitais e no interior, evidencia uma geografia da desigualdade do Ensino Superior: como já observamos, na Região Norte, constatamos que, apesar da extensa dimensão territorial dos Estados Federativos, dificultando o deslocamento da população na busca por formação superior, a maioria das instituições está localizada nas capitais (Amazonas, Roraima, Amapá, Acre e Pará).

A concentração de IES, nas capitais, também é averiguada no Nordeste: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe são estados onde se observa essa peculiaridade. A Bahia, por sua extensão territorial e pelo desenvolvimento de uma urbanização no interior apresenta maior número de IES em outras cidades não-metropolitanas. Essa particularidade também é observada nos estados do Ceará, Pernambuco e Maranhão. No entanto tal constatação não nos permite afirmar que exista uma equilibrada distribuição do acesso ao ensino superior nesses estados.

A interiorização do ensino superior no Brasil é verificada nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Região Concentrada), com exceção para o Estado do Rio de Janeiro, onde a maioria das IES concentram-se na sua região metropolitana, reflexo da concentração demográfica nessa área, representando aproximadamente 70% de todo contingente demográfico estadual.

A qualificação da força de trabalho, a produção científica, a necessidade de adaptação produtiva ao novo modelo econômico e a exploração desse novo 'mercado' educacional, impulsionam o crescimento do número de IES no país. Outro aspecto relevante é a possibilidade de obter lucro, através da exploração desse mercado, uma vez que, nos últimos anos, o número de vagas em tais instituições cresceu assustadoramente, nas instituições privadas, especialmente nas de caráter empresarial.

NÚMERO ABSOLUTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
NO BRASIL POR LOCALIZAÇÃO (CAPITAL/INTERIOR) SEGUNDO
UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2007

Legenda

- Número de Instituições na Capital
- Número de Instituições no Interior

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

500 250 0 500 Km

A análise da distribuição dos docentes de IES no Brasil evidencia o também espraiamento da atividade profissional do ensino, da pesquisa e da extensão no território, como se pode ver no mapa 17. No entanto, é relevante destacar que, diferente do crescimento galopante do número de instituições, vagas, ingressos e concluintes no ensino superior, o crescimento do número de professores nestas instituições acontece de maneira mais tímida, principalmente nos Estados que compõem a Região Concentrada.

Essa realidade é reflexo, entre outros fatores, das condições de trabalho desses profissionais. A maioria dos contratos de trabalho nas IES privadas, por exemplo, não compõe de quadros docentes com dedicação exclusiva ou com número de horas-aula com dedicação parcial que permita envolver as atividades de pesquisa e extensão, além das de ensino. Ao contrário, os professores dividem-se em jornadas múltiplas, em diversas instituições, por trabalharem, conforme denunciam os sindicatos da categoria, como “professores horistas”.

Outra observação relevante é a de que as IES são autorizadas a funcionar com turmas cada vez mais cheias, implicando redução no número de contratações docentes. Esta realidade tende a se agravar no momento em que são autorizados os cursos de Educação a Distância: novo “produto” do mercado da educação superior brasileira. Essa nova realidade exige uma fiscalização mais incisiva por parte do MEC.

NÚMERO ABSOLUTO DE DOCENTES DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1988, 1998, 2007

Legenda

- Número de Docentes em 1988
- Número de Docentes em 1998
- Número de Docentes em 2007

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

500 250 0 500 Km

Em nenhum Estado da Federação, o número de instituições públicas é maior do que total de IES privadas. Observamos que, nos Estados mais tradicionais quanto à oferta de vagas no ensino superior, há maior concentração de instituições de educação superior públicas federais, estaduais e municipais: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás (mapa 18).

O crescimento pela demanda de IES, no Brasil, acontece, nos últimos 20 anos, impulsionado por alguns fatores, entre os quais as mudanças relacionadas à flexibilização da produção de bens materiais e a reprodução ampliada do capital. A transição de um modelo fordista, rígido em termos produtivos, dá lugar a uma produção flexível, que muda as características desde o chão das fábricas até a vida cotidiana das pessoas, não diretamente envolvidas em processos produtivos. Essa estratégia do capital vincula-se à constante necessidade de acumulação e reprodução do sistema capitalista, de forma que estas mudanças materializam-se no espaço geográfico, provocando alterações territoriais.

Vinculados a esse processo e atentos à constante possibilidade de reprodução capitalista, em tempos de crise de acumulação, como a que vivemos nesta virada de milênio, os organismos internacionais de regulação financeira enxergam, na área de educação, uma possibilidade de ampliar os lucros. Esses lucros estão ora retraídos ora estabilizados em outras áreas, como a indústria ou mesmo a agricultura. Acompanhando a demanda por qualificação profissional, o crescimento do número de cursos noturnos evidencia a massificação do ensino superior. Dezesesseis Estados Federativos, mais o Distrito Federal, têm a maioria das matrículas em cursos superiores no período noturno (mapa 19).

Ao incluírem a educação no setor de serviços, instituições como a OMC, o Banco Mundial e até mesmo a UNESCO, segundo Ângela Siqueira (2006), promovem a capitalização da educação, não mais vista como necessidade para o desenvolvimento das pessoas, nos lugares, no conhecimento do homem e sua vida, mas sim como uma grande área a ser explorada pelo capital, com o intuito de obter lucros.

NÚMERO ABSOLUTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
BRASIL POR TIPO (PÚBLICA/PRIVADA) SEGUNDO
UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2007

Legenda

Número de Instituições Públicas

Número de Instituições Privadas

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

500 250 0 500 Km

NÚMERO ABSOLUTO DE MATRÍCULAS EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
POR TURNO (DIURNO/NOTURNO) SUPERIOR NO BRASIL SEGUNDO
UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2007

Legenda

- Número de Matrículas - Diurno
- Número de Matrículas - Noturno

Fonte: MEC/INEP/DEED. Autores: Naomi Akasaka & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/2009.

Escala 1:25.000.000

500 250 0 500 Km

Não tardou muito para que instituições, como o Banco Mundial, elaborassem documentos tratando a educação superior como uma área a ser explorada pelo capital internacional, nos mais diversos espaços do globo. Da lógica global de funcionamento do mundo, a partir da unicidade técnica, temos a realização da “universalização (totalidade) em tempos e espaços diferenciados do território (singularidade e simultaneidades)” (SOUZA, 1998).

Defendemos, ainda, que a popularização dos objetos técnicos e dos saberes e conhecimentos, possibilita novos usos do território. Desta dinâmica participam as instituições, o estado-nação, a população, a sociedade, como um todo. O município de Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais exhibe, claramente como demonstraremos nos próximos capítulos, todo o processo de seletividade espacial das dinâmicas produtivas nacionais e, com elas, da escolha na alocação de IES. Por força das simultaneidades, exhibe o processo de seletividade espacial presente no conjunto de lugares do território brasileiro.

3ª PARTE

OS LUGARES DO MUNDO: JUIZ DE FORA E O USO DO TERRITÓRIO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No final do século XX e no início do século XXI, o território brasileiro encontra-se inteiramente apropriado. Com intensidades, formas e conteúdos bastante diferenciados, as variadas densidades humanas encontram-se mais presentes. Estas observações são possíveis quando averiguamos o crescimento de modernizações em parcelas do território que, até recentemente, encontravam-se pouco conectadas a outros subespaços do país. Ainda que de forma bastante desigual quanto à sua distribuição, constata-se, num crescente número de lugares, maior densidade técnica acompanhada de maior densidade informacional.

Defendemos em tese que as IES estão alocadas em lugares muito específicos do território brasileiro, comprovando que, no processo de configuração territorial, a seletividade espacial representa a ação dada em lugares escolhidos pelos agentes sociais. Juiz de Fora, cidade mineira localizada entre as três maiores regiões metropolitanas do país – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – exhibe os processos de modernização difundidos, de maneira incompleta e desigual, elucidando sobre a tese da escolha racional, por formações territoriais específicas, na alocação de IES. Esta parte, portanto, apresenta a discussão que elaboramos sobre as conexões geográficas que favorecem os acontecimentos do mundo em Juiz de Fora e sua região. Em busca de maior compreensão de como as IES vão se alocar no município, elaboramos uma leitura geográfica dos processos que engendraram as atuais e históricas configurações espaciais da cidade.

7 CONEXÕES GEOGRÁFICAS: JUIZ DE FORA E A ZONA DA MATA MINEIRA

Vivemos num período histórico caracterizado pelo domínio da capitalização sobre a vida cotidiana. Nos lugares, mudam-se rapidamente os valores, as ideias, os sonhos, o fazer e o pensar humanos. Como a ação territorial do dinheiro é imperiosa e impõe suas lógicas exógenas às aquelas pré-existentes, muitas vezes sufocando-as, alteram-se profundamente os conteúdos e as formas dos lugares. Santos (2002) examina o território do dinheiro e nos ensina que, sob influência do dinheiro global, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, gerando uma governabilidade de fora, exterior ao território. Além de essa realidade resultar da elaboração de normas, ela conduz à execução de ações no território cujos principais agentes “apenas constituem testemunhas passivas”.

Na atualidade, as condições do crescimento capitalista engendram uma capacidade particular de organização do espaço geográfico, imprescindível à reprodução das múltiplas relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens, enfim, as forças produtivas, reforçam, até certo ponto, um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, amparado, exatamente, pela longevidade de um considerável número de investimentos fixos (SANTOS, 2004).

Constatamos que, nesta fase, as grandes corporações, transmutadas em suas funcionalidades e espalhadas em diversos lugares, desempenham papel fundamental na organização espacial, exercendo, como enfatizamos, determinado controle sobre amplo e diferenciado território. Nas considerações de Corrêa (1992), esse controle constitui-se em um dos meios através dos quais a corporação garante, com máxima eficiência, a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção.

O uso do território pelo grande capital é resultado de um profundo conhecimento dos atributos dos lugares, de suas particularidades, de seus principais agentes, enfim, da condução da sua política. Jean Gottmann (1952) já observava que é imprescindível saber onde estão os homens e as coisas para estabelecer conclusões quanto ao que um país pode fazer a partir de suas possibilidades e perspectivas futuras. A julgar pelo atual contexto, parece que os agentes capitalistas aprenderam com o grande mestre geógrafo.

O espaço geográfico, sinônimo de território usado, não é um dado estável. Ao constituir-se a partir da dialética entre materialidades e ações, modifica-se cotidianamente: nos seus lugares, os homens percebem e constroem o mundo pelas ações geradoras de materialidades que, por sua vez, são animadas por tais ações. Santos (2002) atenta para dois aspectos: enquanto a vontade de homogeneização do dinheiro é contrariada pelas resistências locais à sua expansão, por outro lado, principalmente nos lugares onde os limites para expansão do capital são menos rígidos, observa-se, “uma vontade de adaptação às novas condições do dinheiro, já que a fluidez financeira é considerada uma necessidade para ser competitivo e, consequentemente, exitoso no mundo globalizado” (idem, p. 102).

Acontece que o capital não se aloca em todos os lugares, tanto que presenciamos a fluidez não mensurada de todo o “capital volátil” e não visível que circula nos mercados especulativos. Componentes fundamentais na compreensão das dinâmicas espaciais da nossa época, a seletividade espacial do grande capital, a fluidez do *hot Money*³⁸, o ritmo das inovações técnicas exponencializam as desigualdades entre os lugares e entre as pessoas. De fato, constatamos que a fixação do grande capital acontece, hoje, em lugares previamente selecionados, racionalmente pensados e programados para receber os investimentos. Cataia (2001) trabalha com o conceito de “território alienado” quando interpreta os incentivos fiscais a empresas em território brasileiro:

Propõe-se o conceito de territórios alienados para designar aqueles municípios que prepararam seu chão com obras de engenharia e normas, receberam investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais. Há empresas transnacionais economicamente mais poderosas que territórios nacionais inteiros. É mais comum ainda encontrarmos empresas que dominam as políticas locais (CATAIA, 2001, p. 221).

³⁸ *Hot money*, em sua origem, designa fundos aplicados em ativos financeiros, em diversos países, que atraem pela possibilidade de ganhos rápidos devido a elevadas taxas de juros ou a grandes diferenças cambiais. São operações de curtíssimo prazo, em que os recursos podem ser deslocados de um mercado para outro com muita rapidez. Esses recursos são administrados por especuladores no mercado de câmbio (*Foreign Exchange Market*) e caracterizam-se por alta volatilidade, em oposição às aplicações de bancos centrais, bancos de investimento ou investidores domésticos. Por essa particularidade, em algumas situações, são considerados causadores de turbulências nos mercados financeiros. No Brasil, o termo *hot money*, amplamente empregado por bancos comerciais, por extensão de sentido, aplica-se também a empréstimos de curtíssimo prazo (de 1 a 29 dias). Esses empréstimos, sem contrato de empréstimo de caráter complexo, têm a finalidade de financiar o capital de giro das empresas para cobrir necessidades imediatas de recursos. <http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?id=GLOSSARIO&Definicao=603>. Acessado em 12 de Outubro de 2009.

Não são raros os casos em que parcelas do território rendem-se à esfera capitalista com suas lógicas territoriais. No âmbito dos Estados Federativos ou dos municípios, a guerra fiscal conduz o ritmo das dinâmicas dos lugares (ARBIX, 1999; CATAIA, 2003). Observam-se mudanças nas divisões político-administrativas dos municípios: nos anos de 1990, a montadora da *Wolkswagen* alocou-se no distrito de Porto Real, município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro. Logo em seguida, por um conjunto de incentivos do governo do Estado e por outros fatores locais, instalou-se a montadora da *Peugeot*. Não tardou muito para que fosse organizado um movimento de emancipação político-administrativo, promovendo a separação do distrito de Porto Real do seu respectivo município. Conferem-se ainda mudanças nas dinâmicas internas nos circuitos da economia local, como pode ser observado por Holanda (2007), ao investigar as transformações territoriais no município de Sobral, no Ceará, com a implantação das indústrias Grendene.

Nestes e noutros lugares captados pelas lógicas reprodutivistas do capital, em tempos de globalização, são verificadas modernizações territoriais. Redes e equipamentos passam a constituir a face mais imediata desses “impulsos à modernização seletiva” da vida social, de que nos fala Ribeiro (2002). O que podemos dizer, a partir da compreensão dessas transformações, é que

[...] O espaço passa a ser modelado segundo os mesmos critérios de eficiência e racionalidade que comandam o processo técnico-científico. É um novo conteúdo social que vai se viabilizar e se concretizar numa nova estrutura espacial. O avanço técnico redefine as relações sociedade/espaço, criam-se novas formas espaciais e as anteriores se ajustam às novas determinações (BARBOSA, 1983).

Se, por um lado, nos territórios, através do capital, a capacidade migratória dos investimentos e de suas modernizações transforma os lugares, com o novo, criando-lhes novas dinâmicas, por outro lado, quando um conjunto de fixos e fluxos não atende mais à demanda reprodutiva do capital, essa mesma capacidade pode provocar, em outros locais, o seu “rápido envelhecimento”. O que dizer dos tradicionais espaços da produção industrial de calçados, no interior do Rio Grande do Sul, que viram, em curto espaço de tempo, suas indústrias, empregos e relações sociais, “migrarem” para outros lugares selecionados em território nacional? Na Zona da Mata Mineira, um conjunto de elementos infraestruturais que atenderam à produção cafeeira, em pequenas e médias propriedades, encontra-se em estado de

obsolescência e quase abandono, pela competição com os sistemas técnicos do café produzido em novas áreas do Cerrado brasileiro, fruto de uma “agricultura de precisão”. Em Juiz de Fora, as antigas construções das indústrias têxteis, que outrora contribuíram para que a cidade fosse designada por Rui Barbosa de “Manchester Mineira”³⁹, povoam as áreas centrais da cidade, evidenciando outro momento das relações deste lugar com o mundo. Como nos alertou Walker (1978), existe um “exército de reserva de lugares” que, no atual período, ganha um novo significado.

Segundo Corrêa (1992, p. 36),

No processo de organização de seu espaço, o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos.

Em estudo sobre o surto industrial vivido por Minas Gerais, no momento de constituição do meio técnico da circulação mecanizada e do início da industrialização brasileira, Mascarenhas (1954) esclarece sobre a opção de seu avô, o industrial Bernardo Mascarenhas, por Juiz de Fora, para instalar seus investimentos industriais:

Decidira-se finalmente a estabelecer-se em Juiz de Fora. Nem Barbacena, nem São João d’El-Rei, que disputavam a sua preferência, lograram suplantá-la a bela cidade situada às margens do Paraibuna sinuoso e ao pé do morro do Imperador, na sua forma bizarra de gigantesco leque aberto [...] Outras razões pesaram decisivamente na escolha. A antiga Vila de Santo Antonio do Paraibuna oferecia vantagens consideráveis a quem desejava instalar indústria. Estava ligada por estrada de ferro à corte e pela União Indústria a Petrópolis. Para quem conhecia as dificuldades de transportes e os problemas que isso trazia ao comércio, a posição da cidade era esplêndida. Para movimentar sua fábrica, necessitava ele de uma queda d’água e no Rio Paraibuna existia a cachoeira de Marmelos (MASCARENHAS, 1954 p. 87-88).

A seletividade espacial não é um atributo do atual momento, quando observamos mais nitidamente sua existência. É uma prática amplamente adotada no processo de decisões locacionais, as quais estão associadas ao processo de configuração territorial. A seletividade, no entanto, deriva tanto de uma combinação

³⁹ GUIMARÃES, Sávio. Juiz de Fora. Projetando memórias. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

entre atributos das localizações, mutáveis ao longo do tempo, quanto, como no caso que buscamos entender, das necessidades e possibilidades de as IES atenderem às necessidades de reprodução do capital (quando reconhecidas como instituições privadas) ou de outras práticas de âmbito social, político ou mesmo econômico (quando configuradas como instituições públicas ou comunitárias).

Defendemos que as IES estão alocadas em lugares muito específicos do território brasileiro, como demonstramos no capítulo anterior, comprovando que, no processo de configuração territorial, a seletividade espacial representa a ação dada em lugares escolhidos pelos agentes sociais. Esta prática envolve julgamento e decisão, de acordo com o projeto estabelecido. Buscando novos projetos, os agentes entram em disputas por alocações corporativas e institucionais públicas, acontecendo, muitas vezes, verdadeiras “próteses” nos territórios e permitindo análises, como a elaborada por Santos (2002), ao relembrar a “guerra dos lugares”. Numa economia globalizada que reclama condições territoriais indispensáveis para sua produção e regulação, averiguamos que

Na medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente reconhecidas à escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa. Disso, aliás, depende o sucesso dos empresários. É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também à Geografia (SANTOS, 2002, p. 249).

No final do século XX e no início deste novíssimo século XXI, podemos dizer que o território brasileiro encontra-se inteiramente apropriado. Com intensidades, formas e conteúdos bastante diferenciados, as variadas densidades humanas são mais evidentes. Constatamos isso ante a crescente modernização em parcelas do território que, até recentemente, encontravam-se pouco conectadas a outros subespaços do país. Ainda que de forma bastante desigual quanto à sua distribuição, constata-se, num ascendente número de lugares, maior densidade técnica acompanhada de maior densidade informacional.

O aumento do número de instituições superiores, em cidades fora das regiões metropolitanas e com mais de 100 mil habitantes, com o acréscimo de 474 instituições, entre os anos de 1997 e 2007, sinaliza para o fato de uma interiorização desse evento, correspondendo a uma verdadeira “conquista do território”. É

importante destacar que, nesse movimento, embora o que se amplia seja uma demanda por qualificações específicas em todo o território, a oferta de vagas em tais instituições acompanha as especializações produtivas dos lugares. Santos e Silveira (2000) esclarecem que, em consonância com as necessidades do período técnico-científico-informacional, o ensino superior desenvolve-se de forma que suas ofertas auxiliam na configuração do território.

É nesse contexto que compreendemos a realidade de Juiz de Fora (MG): historicamente, a cidade aglutina fixos favorecendo fluxos que, por conseguinte, impulsionam a atração de investimentos, de pessoas, de instituições, enfim. A cidade exhibe o processo de seletividade espacial e elucida a tese que defendemos. Contrariamente ao que convencionalmente se conclama como fruto da vocação do lugar, esse processo é construído ao longo do tempo. Os lugares são resultados da ação dos agentes do próprio lugar e das múltiplas e variadas relações destes lugares com agentes de outros espaços geográficos.

Dessa forma, a importância deste município para toda a região vai consubstanciando-se por força das relações, das trocas, das influências, da economia, da política e da cultura. Todo o espaço que denominamos Zona da Mata Mineira vai configurar-se numa região de influência de Juiz de Fora, quer seja pela concentração de serviços, quer seja pelo comércio, quer seja pela geração de emprego. Em nossa recente análise, a atração por concentrar investimentos públicos e privados na abertura de vagas no ensino superior atrai um significativo contingente de pessoas que almeja formação universitária e qualificação profissional:

Via de passagem, ao longo do Caminho Novo, no século XVIII; parada de tropeiros, entreposto comercial, vila que surge do capital advindo das lavouras de café, em meados dos oitocentos; cidade construída pelo sonho do Novo Mundo dos imigrantes; polo industrial, que corresponde ao ideal da nação idealizada pela República, Juiz de Fora se mostra como um rico objeto de pesquisa, exatamente por ser um lugar, que não pode ser identificado ou descrito com facilidade ou certeza. A cidade parece sempre fugir de qualquer definição, e seu próprio nome nos prega a peça desse jogo sutil entre o que está fora e o que está dentro, entre o que escapa e o que pertence (MUSSE, 2008, p. 56).

Christina Musse (2008) sintetiza os diferentes contextos de transformações territoriais vivenciados por Juiz de Fora, nos quais enxergamos aspectos da

formação socioespacial brasileira de cada período destacado pela pesquisadora. São as lógicas do mundo tocando os lugares, possibilitando o acontecer do movimento do todo nas partes. Por isso, falarmos de uma “ordem global” e uma “ordem local”. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2002, p. 339).

Atualmente, em Juiz de Fora, vivem aproximadamente 523 mil habitantes (IBGE, 2007). Nisso pode ser visto, no mínimo, um descompasso: uma cidade com acelerado crescimento demográfico, nos últimos 50 anos, não acompanhado por ritmos semelhantes na geração de emprego, na oferta de infraestruturas básicas, no ordenamento territorial do município, entre outros aspectos. Apesar da difusão ampliada de um discurso que atrela a imagem da cidade aos indicadores estatísticos de elevada qualidade de vida, a realidade estampa problemas geralmente observados nos grandes centros metropolitanos: aumento da violência, transporte público deteriorado, alto índice de moradias em áreas de risco, inexistência de políticas efetivas de planejamento participativo do território, criação de barreiras em certas vias públicas para criação de “falsos condomínios fechados”, apenas para citar alguns.

Em busca de maior compreensão de como as IES vão se alocar no município, elaboramos uma leitura geográfica dos processos que engendraram as atuais e históricas configurações espaciais de Juiz de Fora. Daí podermos avançar para as análises contemporâneas dos “usos e abusos” no território, observados pela presença de tais instituições. O mapa 20 mostra a localização de Juiz de Fora na região Sudeste.

Fonte: <http://elistas.egrupos.net/cgi-bin/eGruposDMime.cgi>

IBGE/GeoMinas

Organização: Natan Belcavello de Oliveira

Adaptação: Cassiano Caon Amorim

7.1 JUIZ DE FORA E AS MODERNIZAÇÕES DO TERRITÓRIO

As cidades, como as entendo, são lugares, em geral, da “presentificação do mundo”. Afinal, como já enfatizamos, além de as diferenças entre os lugares serem resultado do arranjo espacial dos modos particulares de produção, elas instigam o olhar geográfico a buscar respostas para a sua manifestação no uso do território, na configuração de lugares tão diferentes e, ao mesmo tempo, tão iguais.

Defendemos que a especialização produtiva do território é dada pela instensificação das densidades técnicas e informacionais, especificamente em cidades médias brasileiras, como elucidado por Juiz de Fora.

Portal histórico já presente nas narrativas dos viajantes que por este território andavam, no século XIX, como o geógrafo britânico Richard Burton⁴⁰, e espaço significativo na história de Minas Gerais, assim podem ser construídas as referências a Juiz de Fora. Os primórdios tanto da industrialização no Estado quanto do impulso energético despertado pela primeira usina hidrelétrica, construída em 1889, são sinais de certa vanguarda. Da mesma forma, a agricultura e a pecuária mineiras, adotando como princípio a melhor tecnologia da época, expandiram-se das fronteiras da Mata para outras regiões de Minas.

O contexto de transformações territoriais que ocorrem em Juiz de Fora está conectado com o que acontece no estado-nação e no espaço global. É importante destacar que a valorização dos lugares é particularmente relevante num conjunto marcado por alguns fatores, entre os quais os caracterizados pelos fortes processos de desenraizamento das relações sociais, pela perda das referências culturais com o lugar, pela mescla entre os interesses privados e públicos e um mimetismo na ação administrativa, pelo comércio de modelos de gestão e planejamentos.

A situação geográfica de Juiz de Fora, localizada entre os três mais importantes centros urbanos nacionais – Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo –, de fácil acesso, mas de considerável distância, fez com que a polarização exercida pela cidade gerasse um espaço de significativa abrangência: ela se tornou

⁴⁰ Burton (apud, Oliveira 1966 p. 121-122) assim escreve em *Viagens ao Planalto do Brasil*, publicado em 1868: “Juiz de Fora é uma única rua, ora poeirenta, ora enlameada, ou melhor, uma estrada, ao longo da qual alinham-se pares de palmeiras. Seu único mérito é a largura [...] as moradias em geral são baixas e pobres [...] existem algumas casas grandes e espaçosas de cidades, com abacaxis dourados no telhado e bolas de vidro nas sacadas à francesa, repuxos fantásticos, ângulos encacheados, pássaros de barro e de cal dispostos pelos muros e todas as extravagâncias arquitetônicas do Rio de Janeiro”.

polo para inúmeras cidades menores localizadas nesse “triângulo”, extrapolando, assim, sua área de influência para além das divisas estaduais e atingindo, especial e diretamente, diversas cidades do vizinho Estado do Rio de Janeiro (MACHADO, 1997).

Urge ressaltar, novamente, a necessidade de compreensão do lugar como manifestação do todo, enfim, do mundo. Acontece que o todo manifesta-se diferentemente nos lugares, tanto no âmbito da qualidade, quanto no da quantidade dos eventos. Juiz de Fora é o lugar analisado a partir das suas especializações produtivas, entre as quais o uso do território pelas IES. O lugar relativiza o uso da técnica, não podendo, portanto, ser encarado com um fragmento, desconectado do movimento geral.

Assim, numa necessidade de conhecer as relações dos lugares com o mundo, é relevante entender a maneira pela qual se processa o fenômeno da circulação, cuja materialidade é dada pelo território, uma das possibilidades de conexões geográficas e das articulações socioespaciais. Segundo Jean Gottman (1952), esse fenômeno, além de permitir organizar o espaço, cria diferenciações, no decorrer do processo.

Para compreender as diferenciações que fazem de Juiz de Fora um espaço escolhido seletivamente para a concentração de IES, é importante identificar e, por conseguinte, analisar os períodos históricos de sua formação territorial, bem como os agentes responsáveis pelas mudanças mais significativas no espaço geográfico.

Toda cidade mantém relações com outros lugares, com outras cidades e com espaços não-urbanos. Através dessas suas múltiplas relações, atualmente o espaço geográfico, muito mais do que em outro momento, é ligado a outro pela lógica das redes, que são múltiplas em qualidade e quantidade. Afinal, reafirmando com Santos (2005), é na cidade que se cruzam as horizontalidades e verticalidades, sendo que tais redes constituem-se apenas um dos elementos de definição da escala de referência, uma vez que as lógicas territoriais englobam outras interações e relações (DIAS, 2004). Para entendermos os processos que engendram a atual formação territorial de Juiz de Fora, a circulação passa a ser, portanto, um desses fatores analisados.

Historicamente, o povoamento e a urbanização de Juiz de Fora foram impulsionados pelas vias de circulação, a partir do século XVIII, com o Caminho Novo, quando os primórdios da ocupação territorial avançava para o interior do país.

No século XIX, principalmente com o advento das ferrovias no Brasil, ocorre a interligação da cidade tanto ao porto do Rio de Janeiro quanto ao interior de uma vasta região a ser toda povoada e urbanizada: a Zona da Mata Mineira.

Esse momento inicial de novos contornos territoriais para Juiz de Fora e toda Zona da Mata Mineira enquadra-se no processo de desenvolvimento tardio das forças produtivas da Revolução Industrial, no Brasil. Rui Moreira chama a atenção para o fato de que

O efeito do desenvolvimento das comunicações trazido pela Revolução Industrial é a interligação mais intensa e de caráter permanente entre as cidades. Surgem assim os relés urbanos, ligando os transportes marítimos e continentais, iniciando o recobrimento que vai deitar-se sobre o espaço terrestre como um todo numa rede única (MOREIRA, 2008, p. 2).

No contexto do século XIX, Juiz de Fora e região vão ser interligadas ao principal porto do Brasil, no Rio de Janeiro, pelas estradas de ferro, as quais passam a cumprir o papel de mais importante instrumento de circulação territorial. As ferrovias possibilitam maior deslocamento territorial dos objetos, da informação, das pessoas, da mão-de-obra, do dinheiro, enfim, e isso não só favorece o rompimento das fronteiras territoriais até então “fechadas”, mas também promove um “embaralhamento das territorialidades” (Apud, p. 2).

Ao apresentar o conceito de rede na tradição geográfica, Dias (2000) relaciona o avanço da infraestrutura de circulação ao importante papel ordenador do território paulista, representado pela implantação e desenvolvimento das linhas férreas:

A habilidade das classes burguesas no século XIX em influenciar a organização do espaço via investimentos em infraestruturas era, na verdade, mundial. No Brasil, a participação dos plantadores de café nas sociedades de estradas de ferro demonstra o poder social conquistado pela burguesia paulista que, decidindo sobre a configuração espacial da rede ferroviária e assim sobre a circulação, comandava de uma forma quase completa o processo produtivo (DIAS, 2000, p. 142).

Podemos dizer que, do século XIX até os anos de 1930, momento da expansão das densidades técnicas em lugares seletos do território brasileiro, a região da Zona da Mata mineira apresentou um grande dinamismo no contexto da economia cafeeira. Em outras atividades, como comércio, indústria e setor financeiro, aconteceu um incremento no volume dos negócios, tendo como principal núcleo urbano a cidade de Juiz de Fora. Toda essa região enquadra-se no que Dias (2000) relata sobre as dinâmicas das cidades concentradoras das atividades urbanas do Estado de São Paulo. Enquanto outros núcleos urbanos importantes consolidavam-se, desenvolveu-se, aqui, boa parte da infraestrutura necessária ao avanço nos processos produtivos agrários e urbanos, registrando-se o pioneirismo dos empreendedores locais, como aconteceu com a energia elétrica e com a abertura de estradas de rodagem e de ferrovias.

Buscando referencial teórico sobre a urbanização de Juiz de Fora e a ocupação da Mata mineira, deparamo-nos com uma bibliografia que sinaliza a ocupação e o povoamento desta região como um movimento ligado, inicialmente, ao avanço da pecuária e da agricultura, especialmente a cafeeira, nas terras da Província das Minas Gerais.

Com o intuito de contribuir para o entendimento das relações do espaço urbano de Juiz de Fora e sua região de influência, faremos uma breve apresentação da ocupação do mesmo. Posteriormente, interpretaremos os processos que geraram o desenvolvimento das ferrovias, no interior da Zona da Mata Mineira, e sua importância no processo de integração territorial. Por fim, serão abordadas as modernizações do espaço urbano de Juiz de Fora, priorizando como discussão a importância das IES nesse processo.

7.2 PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DA ZONA DA MATA

Orlando Valverde, em 1958, publica o seu “Estudo Regional da Zona da Mata”, onde ressalta que a referida região permaneceu como terra sem História, uma área anecúmena, até início do século XIX. Razões naturais e políticas contribuíram para isso: densa vegetação, relevo acidentado, grupos indígenas distintos dos tupis, e principalmente, a deliberada política do governo português de controlar todos os acessos à região mineradora e produtora de ouro, coibindo a abertura de caminhos, por temer, conforme a linguagem da época, o “descaminho

do ouro”. Nesse contexto, toda a região, hoje denominada Zona da Mata, por ser espaço contíguo, limítrofe à região mineradora, fica restrita como espaço de povoamento e exploração.

Nessa mesma vertente historiográfica, Blasenheim (1982) apresenta um detalhado relato da formação histórica e territorial da Zona da Mata de Minas Gerais. O autor dá ênfase ao processo de ocupação do espaço da Mata, destacando que, apesar da proximidade com a costa brasileira e, em particular, com a cidade do Rio de Janeiro, para onde se destinava todo o ouro das Minas Gerais, a ocupação desta área não ocorreu durante o período minerador. Como, nessa região, não havia afloramento do ouro, mineral explorado e gerador da riqueza da colônia, as correntes migratórias para as Minas Gerais não adentraram a parte “rica de florestas, denominada áreas proibidas”.

Sobre a questão que envolvia a política fiscal da metrópole portuguesa destaca:

Acresce a isto o concorrer-se outro fator, a conservação da barreira. A administração vedava o povoamento, por política fiscal, a fim de proteger o erário. Procurava-se manter a ligação da capitania ao Rio de Janeiro apenas por uma rota, com o fito de resguardar a coroa do descaminho e contrabando. Este o cuidado principal, sustenta Caio Prado Junior, motivo por que tão pouco progredira a ocupação da Mata, nome que se deu a zona em oposição ao resto da capitania onde faltava a densa cobertura florestal característica (BLASENHEIM, 1982:75-76).

Em virtude do transporte do ouro da região das minas, a Zona da Mata ficou, por longo tempo, sem transformações do elemento desbravador, sendo ocupada por grupos indígenas cataguases e puris, principalmente. Por outro lado, também em virtude da necessidade de transportar, de maneira mais rápida, o ouro para o Rio de Janeiro, em 1720 (BASTOS, 1975, p. 15), o governo imperial permitiu a abertura de um novo caminho, encurtando o trajeto de Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro. É a circulação impulsionando o reconhecimento e o posterior uso do território:

Para atender à circulação intensa de tropas, pessoas e mercadorias, organizaram-se os pousos. Esses precisavam assegurar a alimentação de pessoas e de animais, tanto quanto possível com recursos locais. Foram-se abrindo assim as roças ao redor desses núcleos embrionários para garantir a subsistência (VALVERDE, 1958, p. 01).

Assim, ao longo do “caminho novo”, muitas vilas e povoados surgiram, entre os quais Juiz de Fora. Outro fator responsável por esse tipo de ocupação territorial foi a instalação dos “registros” (VALVERDE, 1958:02), locais destinados à fiscalização do ouro que transitava pelo caminho novo, uma forma de controle para não haver o “descaminho”. Além desses elementos, o fato de, em 1720, a província de Minas Gerais ter sido elevada à categoria de província exigiu a criação de postos aduaneiros, para a cobrança de impostos, nos limites com outras províncias, como a de São Paulo, por onde passava o antigo caminho de deslocamento do ouro, e com a do Rio de Janeiro, no caminho novo.

Podemos dizer que somente os caminhos, ou os leitos abertos que permitiam os fluxos territoriais, não eram capazes de garantir as transformações socioespaciais que viriam, posteriormente, alterar a configuração territorial brasileira. Para Straforini,

Para adquirirem essa eficiência, os caminhos foram enriquecidos com objetos técnicos – materialidades –, tais como: pontes, pousos, ranchos, avenidas (sic), registros e sesmarias de abastecimento; bem como um complexo sistema de ações – base normativa – de controle territorial (STRAFORINI, 2006: 14).

Wilson Bastos (1975) desenvolveu uma pesquisa intitulada “Do caminho novo dos campos gerais à atual BR-135”, na qual destaca que:

O caminho novo é, por todos os títulos, um caminho histórico. Picada heroica que, além de tudo, teve o grande mérito de descobrir ou pôr a descoberto uma magnífica região inteiramente virgem e onde se estabeleceram povoados que, desde logo, se destinaram a indiscutíveis projeções no concerto nacional (BASTOS, 1975. p. 14).

A história desse início da ocupação da Zona da Mata mineira remete-nos ao uso do par de categorias analíticas de produção do espaço geográfico proposto por Santos (1996), em a “Natureza do Espaço”: fluxo de ouro, mercadorias, pessoas; fixos de pousos, registros, postos aduaneiros.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem o lugar. Os fluxos são o resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 1988, pp. 75-85).

Segundo Vallaux (1914), na teoria geral da circulação, embora a noção de movimento esteja subordinada à de troca, sua análise não se restringe necessariamente a esse dado econômico. Para o autor a circulação deve ser entendida também no seu caráter político:

Desde sempre os homens não trocam apenas produtos, trocam também pensamentos; a circulação não é somente econômica e externa à intervenção do Estado [...] é nessa circulação interespíritual que, geralmente, transmite a energia ativa das diferentes formas sociais [...] (VALLAUX, 1914).

A Zona da Mata mineira inicia seu processo moderno de formação socioespacial no contexto da imbricação entre os interesses econômicos e os fatores políticos de gestão do território. Incentivados por uma política governamental ordenadora do território, que indicava onde, quando e como cada parcela do espaço seria modificada, Juiz de Fora e seu espaço regional vão constituindo-se a partir do incremento dos fluxos e fixos.

7.2.1 Os vetores de ocupação da Zona da Mata de Minas Gerais

Em pesquisa a respeito da formação territorial desta região, identificamos que, entre os elementos responsáveis por sua ocupação, destacam-se o sistema técnico vinculado à produção do café e os consequentes espaços da circulação oriundos dessa atividade. Inicialmente, abordaremos o papel do cultivo do café para, em seguida, tratarmos dos meios de circulação como facilitadores para a sua efetiva ocupação. A partir dessa breve abordagem sobre a abertura do caminho novo, de Garcia Rodrigues Paes, pretendemos dar ênfase à consolidação de um outro momento na formação territorial desta região.

Desde o século XVII, já constava, em documentos, a intenção da abertura de um caminho que ligasse diretamente a cidade do Rio de Janeiro ao território mineiro. Já nesse contexto, os administradores do território colonial demonstravam preocupações com o próprio abastecimento de gêneros alimentícios e, principalmente, com o “extravio do ouro por caminhos outros, com as dificuldades que se acham os mineiros de todas as vilas e os do Rio de Janeiro de chegarem” (VALVERDE, 1958).

Sucedendo a decadência das atividades mineradoras, esse momento foi marcado pelas novas técnicas implementadas na produção cafeeira que, nos anos seguintes, tornou-se a principal fonte geradora da riqueza da Zona da Mata. Nesse contexto, é necessário destacar que, após a abertura do caminho novo, tivemos a construção da estrada União e Indústria, ligando a cidade de Juiz de Fora a Petrópolis. Outro fator preponderante foi o avanço das estradas de ferro que constituíram-se como possibilidade de escoamento da produção cafeeira, insumos, outros produtos agrícolas, sendo ainda facilitador da circulação da população, especialmente a destinada ao trabalho nas lavouras.

Arroyo (2006), em pesquisa sobre a dinâmica territorial e a circulação em cidades médias, destaca que

A circulação repercute sobre a produção, obrigando-a a modernizar-se. Os fluxos multiplicam-se, diversificam-se, tornam-se ainda mais importantes para a realização da produção. Os circuitos e os círculos estendem-se, alargam a dimensão dos contextos, organizam uma trama de relações além das fronteiras nacionais. Esse processo, por sua vez, impõe a procura de maior fluidez e porosidade territorial (ARROYO, 2006, p. 81).

Nesse contexto, concordamos com Leloup (1970), ao destacar que, durante os ciclos agrícolas, a maioria das cidades de Minas Gerais cresceu no curso da segunda metade do século XX, com o avanço conjugado do café, das vias férreas e da imigração estrangeira – em sua maioria portuguesa e italiana. Esses fenômenos estão vinculados ao que Arroyo (2006) aponta: fluidez e porosidade territorial, gerando novas dinâmicas no território.

Dessa forma, os núcleos iniciais do povoamento da Zona da Mata teriam esta sequência: dos iniciais aglomerados urbanos rudimentares constituem os pequenos povoados, a sede tanto do beneficiamento do café e expedição de produtos agrícolas quanto da vida social. Enfim, trata-se dos fixos e fluxos das dinâmicas da produção, do beneficiamento, da comercialização e da circulação do principal produto gerador de divisas da região.

O traçado de muitas vilas e cidades dessa região, como em outras regiões do Estado, e até mesmo do país, caracterizava-se por apresentar irregularidades. Conforme afirma Coelho (1996, p. 26), as cidades tiveram uma formação inicial espontânea, não seguindo nenhuma norma ou orientação quanto à organização

interna do espaço urbano. Para Arroyo (2006, p. 81) “é na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam”. De fato, em pesquisa sobre a urbanização de municípios de pequeno porte, no interior de Minas Gerais, Amorim (1998) constatou este antagonismo: se, por um lado, o município de Espera Feliz⁴¹ que, a partir do início do século XX, teve sua urbanização impulsionada pela instalação da Estrada de Ferro Leopoldina, não só dinamizando a economia local e os círculos produtivos, mas também ampliando a população residente, por outro lado, o mesmo município assistiu à quase paralisia do crescimento econômico, no início dos anos de 1970, com a retirada dos trilhos e com a extinção da empresa “Leopoldina” (*sic*).

Orlando Valverde (1958), ao analisar as vilas e povoados da Mata Mineira, chama a atenção para os numerosos núcleos urbanos do tipo *Strassendorf* (aldeias em torno de uma única rua). Realmente, inúmeros povoados e vilas das Minas Gerais, principalmente nos séculos XIX e XX, foram assim constituídos em virtude da expansão da fronteira agrícola, motivada pelo surto cafeeiro e pela consequente necessidade de infraestrutura de transportes, comercialização, abastecimento da população e das atividades econômicas. Valverde (1958, p. 04) destaca que

Nos morros e encostas mais altas, ficava a floresta; nas vertentes inferiores, o café, isolado quando adulto e, com culturas intercalares, quando novo; nos vales eram instaladas as sedes das fazendas e as estradas, embriões de muitas cidades.

Sem dúvida, como trataremos ainda no presente estudo, a conjugação do avanço do café e, na sua retaguarda, a construção dos trilhos das ferrovias e a abertura de estradas, contribuíram para a consolidação da urbanização da Mata.

Ao trabalhar com o desenvolvimento do SME (Setor de Mercado Externo), SMI (Setor de Mercado Interno) e SS (Setor de Subsistência), em uma pesquisa sobre a industrialização de Juiz de Fora e seus desdobramentos regionais, Giroletti (1988, p. 94) chama a atenção para os seguintes aspectos: o desenvolvimento do SMI e do SS aconteceu em virtude da demanda de determinados bens (ferramentas,

⁴¹ Município da Zona da Mata Mineira, Espera Feliz localiza-se na divisa do Estado de Minas Gerais com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Essa posição estratégica fez com que a Estrada de Ferro Leopoldina criasse ali um nó da sua malha ferroviária, distribuindo, a partir de Espera Feliz, os ramais dos trens em direção ao Estado do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, constituindo aquilo que Jean Gottman denominou por *Carrefours*. Por ser uma encruzilhada da linha férrea, durante muito tempo, Espera Feliz também foi chamada de “Ligação”.

máquinas agrícolas, material de transporte e construção, utensílios domésticos, entre outros); o SME, ou seja, a exportação aconteceu a partir da ampliação e diversificação do mercado consumidor da região, através da transferência de renda, no contexto de produção cafeeira. O autor menciona ainda que a comercialização do café implicava uma série de atividades e serviços urbanos (transporte, armazenamento, financiamento, comunicações) desempenhados pelo SMI e remunerados pelo SME. Assim, os recursos gerados pela produção de café e concentrados nas mãos dos fazendeiros eram repassados para outros setores da economia, de forma que, simultaneamente à ampliação e diversificação do mercado consumidor regional, favoreciam o surgimento de povoados e vilas.

A seguir, apresentamos uma tabela, organizada por Giroletti (Ibidem, p. 95), na qual estão expostos os principais municípios produtores de café da Zona da Mata, em 1919, com as respectivas datas de fundação e de elevação de vila à cidade.

Como já destacamos, o surgimento e o desenvolvimento dos núcleos urbanos mais importantes estão relacionados ao desenvolvimento da cafeicultura e, por conseguinte, ao sistema de deslocamento pelo território. Com os fatores de desenvolvimento dos núcleos urbanos, observa-se não só maior divisão do trabalho, mas também diversificação da base econômica, advinda do surgimento de novos segmentos sociais com interesses, padrões valorativos e poder aquisitivo diferentes dos proprietários de terra. Isso, obviamente, reflete-se na economia, na cultura e na vida social do conjunto de lugares .

Relação dos 23 municípios maiores produtores de café, da Zona da Mata, em 1919, com as respectivas datas de criação do município e de elevação de vila à cidade:

Municípios	Ano / Criação do município	Ano / Elevação da sede à cidade
Carangola	1878	1881
Manhuaçu	1877	1881
Caratinga	1890	1892
Cataguases	1875	1881
Juiz de Fora	1850	1856
Muriaé	1855	1873
Ponte Nova	1875	1876
Além Paraíba	1880	1883
Leopoldina	1854	1861
Ubá	1853	1861
Pomba	1831	1858
Rio Branco	1839	1882
Mar de Espanha	1851	1859
Rio José Pedro	1911	-
Guarani	1911	-
Rio Novo	1870	1871
Viçosa	1871	1876
São Manoel	1891	-
Guaraná	1890	-
Palma	1890	1892
Abre-Campo	1889	1891
Mutum	1911	1912
Rio Casca	1911	1912

Tabela 6: Maiores produtores de café da zona da Mata.
 Fonte: GOROLETTI (1988:95).

Analisando-se sob o ponto de vista do crescimento do mercado consumidor regional, o desenvolvimento das cidades, na Zona da Mata, tem uma importância especial por dois motivos, conforme constatou Girolletti (1988). Em primeiro lugar, porque, tanto antes quanto depois da abolição, concentravam-se, nas cidades, os maiores contingentes assalariados e, portanto, dotados de poder aquisitivo. Em segundo lugar, o desenvolvimento do SMI e dos setores de serviços, de comércio e financeiro, bem como o surgimento de indústrias em diversas cidades da região, principalmente em Juiz de Fora, permitiram duas realidades opostas: por um lado, a diversificação qualitativa do mercado consumidor, constituído pelo contingente populacional de rendas mais altas; por outro lado, dada a geração de empregos, tinha-se a ampliação da massa de assalariados com reduzido poder aquisitivo. Soma-se a esses fatos a emancipação dos escravos, responsável por liberar um

significativo contingente populacional que, vivendo à margem do mercado, transformou-se em consumidor autônomo, quer na qualidade de migrantes e assalariados urbanos, quer na qualidade de meeiros, trabalhadores e/ou pequenos produtores rurais. Tal transformação acarretou a ampliação e a generalização das atividades mercantis no meio rural, com efeitos positivos no crescimento do mercado consumidor de mais baixa renda (Idem, ibidem, p. 97).

Essas observações vinculam-se às constatações de Milton Santos (2003):

A urbanização capitalista é o resultado da especialização capitalista do espaço total, mas não é forçosamente condição suficiente para reproduzir esta especialização no interior do país [...] Se a cidade tem sempre um poder de atração sobre o excedente engendrado no conjunto do território, ela não o faz por conta própria, nem para o reter, mas funciona antes como um ponto de retransmissão do sistema econômico e financeiro mundial (SANTOS, 2003 p. 149).

O surgimento de vilas e povoados, alguns elevados à categoria de cidades, no século XIX, deve-se, em parte, a essas transformações que apontam para uma crescente ampliação e diversificação do mercado consumidor, indicando os contínuos aumentos populacionais na região, como ilustra a tabela a seguir:

Crescimento Populacional Zona da Mata – MG 1822 – 1920:

Anos	Habitantes	% crescimento
1822	22.000	
1872	250.000	38,62
1890	460.000	38,06
1920	840.000	37,53

Tabela 7: Crescimento populacional Zona da Mata
Fonte: GIROLETTI (1988:96).

As últimas quatro décadas do século XIX e a primeira do século passado assinalaram um período da economia brasileira voltada para a extensiva produção, em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, entre os quais o café. Para isso concorreram, simultaneamente, como estímulos recíprocos, fatores externos e internos.

Entre os fatores externos, destaca-se o significativo incremento adquirido pelo comércio internacional, fruto da ascensão do nível de vida das populações da Europa e dos Estados Unidos, resultado da industrialização e do aperfeiçoamento

técnico, tanto material – os sistemas de transporte – quanto da organização do tráfego mercantil e financeiro (PRADO Jr., 1962, pp. 207-208).

Em relação aos espaços produtivos vinculados ao comando do mercado exterior, seja nos períodos históricos passados seja no presente, são marcados por profundas alterações, quer pela ação dos agentes econômicos quer pelas instituições que têm o poder do planejamento e gestão do território:

As frações do território vinculadas ao mercado externo estão em permanente transformação por via da ação de empresas e instituições que operam, ou se projetam, na escala mundial. Pretendem, assim, suprimir todo obstáculo à livre circulação das mercadorias, das informações e do dinheiro a partir de uma base material (de ordem técnica: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, armazenagens etc.) que sirva para viabilizar e acelerar os fluxos e de uma base normativa (de ordem política: impostos, medidas, regulamentos, protocolos, acordos, leis, etc.) que sirva para regular as novas condições (ARROYO, 2006, p. 81).

Ao destacar a histórica configuração espacial da Zona da Mata Mineira, podemos observar que a base material do seu território, seu sistema de objetos e de ações, ao longo do período analisado, passou por profundas mudanças. As principais mudanças verificam-se a partir da implantação de diversos sistemas de engenharia, ou, como denominado por Arroyo (2006), de uma base material visível nos portos fluviais, nas barragens, nas estradas de rodagem, nas usinas hidrelétricas, nas ferrovias, nos sistemas de telecomunicação. Todos, graças à sua unificação técnica e organizacional, são multiplicados e sobrepostos de forma articulada, e em escalas cada vez mais amplas, possibilitando a integração do território e seu uso seletivo (XAVIER, 2001).

Quiosa (1994) observa que, no Brasil, os investimentos em transportes, no momento de implementação das ferrovias, ao invés de se constituírem como um fator de integração do mercado nacional, orientaram-se, exclusivamente, para o mercado internacional, tornando as ferrovias brasileiras dependentes do comércio externo e dos preços internacionais dos produtos brasileiros de exportação.

A partir de 1850, no Brasil, o transporte ferroviário implantado, cujas primeiras ferrovias eram de pequena extensão, entre um porto e as regiões interioranas produtoras das principais safras, tinha como principal função servir de complemento

à navegação, sem o compromisso de formar uma rede integradora (IBGE, 1965 pp. 449-450).

Leite (2001) destaca que a história de um território é uma história de movimentos. Por entendermos que a apropriação do espaço regional aconteceu pelos sistemas de engenharia, principalmente os que favorecem a circulação, apresentamos uma análise sobre a malha de transportes ferroviários da Zona da Mata Mineira vinculada à expansão cafeeira.

7.2.2 Os trilhos do café e as demandas de circulação territorial

Considerando a circulação como uma possibilidade de análise dos processos que engendram as atuais e históricas formações territoriais, inclusive a de Juiz de Fora, entendemos que os avanços das técnicas em quantidade e qualidade trazem sempre mudanças ao território: “O arranjo do espaço é móvel, em decorrência da ação dinâmica dos meios de circulação” (MOREIRA, 2008, p. 71).

No caso aqui apresentado, o avanço das estradas de ferro proporcionou dinamização, normatização e, conseqüentemente, maior controle dos processos socioespaciais já instalados no espaço mineiro. Podemos, inclusive, dizer que tanto a abertura dessas linhas férreas quanto o aparecimento desses novos sistemas de objetos e de ações, representativos das forças metropolitanas e das oligarquias locais, portadores de modernizações, ao se densificarem, garantiram e viabilizaram a transformação territorial não só de Juiz de Fora, mas também de toda a região.

Arelado ao crescimento da população e da expansão da fronteira agrícola, com base no café, temos o desenvolvimento da malha ferroviária da região da Zona da Mata, fruto dos esforços das oligarquias agrárias e de incentivos do governo imperial e provincial.

Como não há integração sem circulação, a ação do Estado sobre o território deu-se a partir de uma velha orientação geopolítica, qual seja a de que os grandes impérios econômicos ou políticos, em todos os tempos, traduziram-se e expressaram-se pelas redes de estradas. Jean Brunhes (1962, p. 136) enfatiza que “sempre que um poder procura instalar-se em uma região nova, traça e constrói uma estrada”. A circulação projetou na região não só o poder do Estado, mas também o poder do comércio mundial do que hoje se denomina *commodities* agrícolas.

À medida que a cultura do café florescia na Zona da Mata e em outras regiões de Minas, como no sul do Estado, tornavam-se necessários transportes mais adequados ao escoamento do produto e a outras materialidades e imaterialidades possíveis pela circulação. O sistema de escoamento da produção, até praticamente o final do século XIX, era feito por muares (bestas de carga), que transportavam os produtos da Mata Mineira ao porto do Rio de Janeiro. Valverde (1958, p. 05) lembra que, combinando com o primitivismo do sistema de exploração e das relações de produção, estava o sistema de transportes. Todo o café produzido em Minas, bem como no Vale do Paraíba fluminense e paulista, era conduzido para os portos marítimos por tropas de muares.

Conforme pesquisas desenvolvidas por Melo (1995), tais circunstâncias despertaram a atenção do governo e, em 1835, foi promulgada uma lei que autorizava às companhias particulares a concessão de privilégios para a construção de linhas férreas, em todo o território nacional. Serviram como base à implantação das novas vias de circulação os traçados dos antigos caminhos por onde circulavam tanto o ouro proveniente da região mineradora de Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro quanto os artigos variados que abasteciam os núcleos mineradores. Melo (1995, p. 344) assinala que os velhos caminhos das tropas de mulas, os quais entrecruzavam toda a região cafeeira em direção aos portos, constituíram-se como pontos de referência para o posterior assentamento dos trilhos férreos. Isso favoreceu a ampliação do sistema de fluxos e, posteriormente, dos fixos, na Mata Mineira.

O capital acumulado pelas exportações de café, em virtude do preço alcançado pelo produto, no contexto do século XIX, principalmente nos seus dois últimos quartéis, levou os fazendeiros da região a investirem no sistema de transporte, na organização de casas exportadoras e na constituição de bancos para financiamento da produção e exportação. Isso gerou outra perspectiva para a produção cafeeira, na medida em que os transportes tornaram-se um dos principais empecilhos para o avanço dos negócios com o café: era muito difícil vencer, no lombo de muares, a distância que separava a zona produtora dos mercados consumidores e portos exportadores. Outra configuração territorial desenha-se em toda Mata Mineira, agora relacionada ao sistema técnico de engenharia trazido e fixado pelas ferrovias.

Blasenheim (1995) chama atenção para o fato de que um estudo das ferrovias, na Mata e em Minas, durante o século XIX, revela muito sobre a política e o poder de influência de certos grupos, sobretudo fazendeiros e fazendeiros-políticos, observações estas bem próximas ao que Ribeiro (2004, p. 42) enfatiza: “na ação hegemônica predominam o pensamento operacional e pragmático”. Dessa forma, em razão das necessidades e vontades e expressando o poder das oligarquias agrárias do território da Mata Mineira, desenharam-se novos contornos espaciais.

Em meados do século XIX, surgem as primeiras ferrovias cuja implantação, entretanto, não obedeceu a nenhum planejamento global. Não havia, por parte das empresas concessionárias, obrigatoriedade quanto ao traçado ou dimensão de bitola, isto é, da largura dos trilhos. Com a inexistência de articulação entre os diversos sistemas ferroviários implantados não só na Mata Mineira, mas também na atual região Sudeste, ou mesmo no território nacional, criaram-se sistemas ferroviários isolados, senão restritos regionalmente. O mapa 21 esclarece sobre o avanço territorial das ferrovias na antiga Região Leste, assim definida pelo IBGE.

Em meados do século XIX, as condições dos meios de transporte existentes em Minas explicam a euforia com que foram saudadas a primeira estrada pavimentada (1861) e a primeira ligação ferroviária (1876) entre Juiz de Fora, área importante na produção e comercialização do café, e a cidade do Rio de Janeiro.

Melo (1995) também destaca a criação da malha ferroviária no território mineiro, chamando atenção para o fato de que a criação da rede ferroviária mineira esteve atrelada à chegada dos trilhos da estrada de Ferro Pedro II, nas terras da província. Segundo a autora, o projeto desta companhia era integrar o território nacional, sobretudo a região cafeeira, cuja cultura já se espalhava pelas províncias paulista, fluminense e mineira:

Antes, a construção da Estrada União Indústria ligando Petrópolis a Juiz de Fora (1861) tinha incorporado a zona da Mata Mineira ao mercado do Rio de Janeiro valorizando aquela área para a produção cafeeira. Em 1875 a Estrada de Ferro Pedro II atingia Juiz de Fora e Sítio em 1878. Estava dado o sinal para que os plantadores da região buscassem conseguir concessões do poder público para, a partir do tronco de Pedro II acelerar a construção ferroviária na região. Os plantadores da Mata Mineira, com terras altas e férteis propícias para a agricultura e criação, se organizaram em inúmeros projetos para obter concessões e privilégios para a montagem de companhias ferroviárias (MELO, 1995 p. 349-350).

EVOLUÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA DA GRANDE REGIÃO LESTE DO BRASIL

Legenda

- Estações
- Grande Região Leste

Evolução da Rede Ferroviária

- 1850 - 1870
- 1870 - 1880
- 1880 - 1900
- 1900 - 1960

Fonte: IBGE. Autores: Rodolfo Vilela & Cassiano Caon Amorim.
Órgão: Universidade de São Paulo. Data: 20/11/09

A expansões ferroviárias fluminense e mineira tiveram a mesma trajetória e origem de capital, permitindo, segundo Melo (Ibidem), a separação institucional. A esse aspecto, acrescentamos separação territorial, não significando, com isso, espaços econômicos diferenciados, já que toda a área cafeeira era tributária da praça do Rio de Janeiro e, por conseguinte, do mundo. A economia cafeeira reproduziu, portanto, na Mata Mineira, padrões sociais e econômicos gestados na Província do Rio de Janeiro.

Na fase de expansão e fazendo parte do primeiro conjunto das ferrovias, destaca-se a concessionária Estrada de Ferro Leopoldina. Como tantas outras companhias férreas, esta também caminhou em conjunção com as frentes do café. Seu primeiro trecho partia de Porto Novo do Cunha, hoje Além Paraíba (na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais), onde, em 1871, havia chegado a Estrada de Ferro D. Pedro II, com a qual se conectava, até a cidade de Leopoldina, em 1887. Mais tarde, esse trecho foi prolongado na direção leste, até Caratinga, através da tradicional Zona da Mata (MELO, 1995).

De 1885 a 1890, a Estrada de Ferro Leopoldina foi ampliada com a aquisição de pequenas ferrovias, ramais e linhas que, naquela mesma época, foram construídas na baixada e serra fluminenses, para atender à grande produção cafeeira da área. Em outro mapa, vemos a expansão das ferrovias a partir das empresas que conduziram esta “sinuosa” expansão (mapa 22).

Como o traçado dessas ferrovias expressava o restrito interesse dos plantadores e comerciantes de café de priorizar o escoamento das exportações, em detrimento de uma integração do mercado doméstico e regional, a expansão ferroviária, na Mata Mineira, gerou um emaranhado de linhas férreas construídas pelo capital agrário regional. Essa realidade contribuiu para a rápida precariedade das mesmas, de forma que todo o sistema ferroviário da região cafeeira de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (MELO, 1995, p. 349) compartilhou este problema.

Em suas pesquisas, Barros (1965. p, 454) destaca as peculiaridades que ocorrem no início do século XX: fruto da mentalidade de que cada cidade de prestígio econômico deveria ser atravessada por uma estrada de ferro, novos ramais cafeeiros surgem nesse período, mesmo em áreas onde a cultura da rubiácea já apresentava sinais de senilidade. Entre esses ramais, destacam-se: Bom Jesus de Itabapoana (1911), no noroeste do estado do Rio de Janeiro; Manhauçu (1915); Mirai (1903); Mar de Espanha (1911); Mercês (1914); e o de Carangola (1931),

estes últimos em Minas Gerais. Um destaque importante é dado às ferrovias do sul do Espírito Santo, quando a autora menciona que foram criadas outras estradas cafeeiras no sul deste Estado, transformando a cidade de Cachoeiro do Itapemirim em um nó ferroviário. Para este centro convergiram as linhas a partir de Muqui, Vitória e Itapemirim. Dessa região, saíram ramais de Castelo e de Coutinho – Espera Feliz (BLASENHEIM, 1995, p. 96). Dessas ligações com o sul do Espírito Santo e com o norte do Rio de Janeiro, foi favorecida a implantação das ferrovias no norte e nordeste da Zona da Mata, região limítrofe dos dois Estados, que desenvolveu a cafeicultura posteriormente ao período da Zona da Mata e Vale do Paraíba.

Blasenheim (1995) destaca as questões políticas e de financiamento da malha ferroviária no território mineiro ao mencionar que

[...] contemporâneos culpavam, pelo mau planejamento das ferrovias da Mata, os fazendeiros e políticos-fazendeiros, excessivamente confiantes, que as financiavam. Os investidores subestimavam o custo de construção e manutenção das ferrovias, e superestimavam a quantidade de café que linhas, em competição entre si, podiam carregar, até nos municípios do sul, onde a produção estava no auge, no início da década de 1880. A influência política de fazendeiros individuais da Mata determinavam as trajetórias de linhas locais, a ligar plantações em vez de centro de população, confirmando o ditado de que ‘estrada de ferro no Brasil’, é a linha geométrica dos pontos de maior influência política (BLASENHEIM, 1995 p. 97).

Desde a criação da Estrada de Ferro Mauá até o final do período imperial, tanto na Mata Mineira quanto no interior do Rio de Janeiro, foram construídas inúmeras pequenas ferrovias, para atender aos interesses locais dos plantadores de café e dos nobres da corte.

Melo (1995, p. 26) apresenta uma série de fatores que contribuíram para a decadência do transporte ferroviário, nos territórios mineiro e fluminense. Entre os fatores destaca-se o fato de que as concessões para a exploração desses serviços foram feitas com os seguintes privilégios: exploração das estradas por 30 a 90 anos; doação de terras laterais; garantia de juros de até 7% ao ano sobre o capital aplicado. Esta última cláusula era um excelente negócio,

pois os eventuais prejuízos eram cobertos pelas rendas públicas. A garantia de juros na prática serviu para esconder a baixa produtividade e mesmo nenhuma preocupação com a lucratividade do negócio.

Para a autora, essa política de financiamento gerou a pulverização de empresas e ramais ferroviários, por toda área cafeeira, uma vez que era um investimento sem risco, garantido pelo tesouro nacional. Ela ainda destaca que o governo brasileiro, até o início do século XX, garantia os juros, entretanto, a partir de 1901, quando a União, diante da sangria das receitas públicas, iniciou um processo de resgate das ferrovias, esse quadro mudou:

Muitas destas transações foram irregulares, com negociação de privilégios, custos artificiais, má qualidade dos serviços técnicos, falta de planejamento das linhas na definição das concessões, esta gestão caótica gerou falências e incorporações sucessivas e está na raiz da decadência tão rápida da rede (MELO, 1995, p. 354).

Um diagnóstico com indicações de ações prioritárias para o desenvolvimento da Zona da Mata, elaborado pelo BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) (2000), dá ênfase às mudanças econômicas ocorridas na região. Para os autores do documento, a reorganização interna da economia mineira, a partir da virada do século, também é posta como um dos elementos da perda do dinamismo econômico da região. São destacados dois fatores importantes nesse contexto. O primeiro diz respeito à transferência da capital do estado de Minas Gerais da cidade de Vila Rica (hoje Ouro Preto) para a recém-criada e projetada cidade de Belo Horizonte. Esse fato teria, por um lado, gerado custos elevados e, por outro lado, reduzido a capacidade de investimentos do Estado em outras regiões e, em decorrência, penalizado a Mata Mineira com forte contribuição fiscal ao Estado. Entre outros fatores, destaca-se também, na reorganização do espaço econômico mineiro, a implantação de uma nova malha ferroviária e rodoviária que, além de criar oportunidades para o surgimento de novos polos econômicos no Estado, enfraqueceu a situação de Juiz de Fora como centro polarizador de comercialização.

Enfim, parece que a paulatina decadência das ferrovias, na Zona da Mata Mineira, após a década de 1930, estaria conectada ao esgotamento do modelo agroexportador, adotado na região. Associando-se a essa realidade, arrolam-se outros fatos, como o fim dos subsídios do governo federal e a crise dos preços, bem como a existência de outras áreas cafeeiras, como o sul de Minas, interior de São Paulo e o norte do Paraná.

Em 1929, com a política de erradicação dos cafezais por parte do governo federal, a atividade pecuária – que surgira como alternativa para as antigas fazendas de café, especialmente nas áreas onde o processo de industrialização não havia iniciado – acabou por não gerar excedentes. Essa nova realidade contribuiu, de fato, para a expulsão da mão-de-obra, para o atrofamento do mercado regional e para aprofundar as disparidades regionais internas (BDMG, 2000, p. 19).

Em vista da conjunção de fatores anteriormente assinalados, os trilhos do que restara da malha ferroviária da Zona da Mata foram retirados. Na década de 1970, os últimos trechos da antiga Estrada de Ferro Leopoldina foram arrancados, deixando abertos os caminhos onde outrora circulavam as locomotivas, para o avanço das rodovias.

No entanto, mesmo com a quase extinção das ferrovias, na região da Mata Mineira, seu papel ordenador do território é indiscutível. O poder de influenciar e, em alguns momentos, até determinar onde os núcleos urbanos se desenvolveriam é relevante. Ruy Moreira (2008) escreve sobre a vitalidade das ferrovias, no processo de urbanização:

Essa vitalidade da ferrovia relaciona-se ao seu papel de abertura de caminho para a instalação dos grandes empórios urbanos. A ferrovia nasce como um aspecto orgânico das grandes forças que desencadeiam o desenvolvimento da indústria moderna [...] sua implantação só irá se mostrar econômica, entretanto, quando, ao descobrir-se que o seu custo tende a cair com o aumento do comprimento da linha, e, sobretudo, quando organizada em rede, o seu raio de alcance é dilatado para grandes distâncias (MOREIRA, 2008, p. 73).

Atualmente, poucas são as ferrovias que cortam a região da Mata Mineira. Destaca-se a ferrovia administrada pela MRS Logística, antiga RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima), cujo traçado corta o município de Juiz de Fora, com ampla ligação entre a região de produção metalúrgica de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo aos principais portos exportadores do país.

Toda a análise do processo de implantação e decadência do sistema ferroviário na Mata Mineira pode ser sintetizada nas observações de Santos & Silveira (2001):

A cada momento histórico, os objetos modernos não se distribuem de forma homogênea, e as normas que regem seu funcionamento pertencem a escalas diversas. Isso é ainda mais válido para o sistema ferroviário [...] A produção da fluidez é o resultado de conflitos e cooperações, acordos e negociações, sempre provisórios, entre o Estado e as empresas, na construção e operação de grandes sistemas técnicos (SANTOS & SILVEIRA, 2001, pp. 174-175).

Contel (2001) designa os sistemas de engenharia de sistemas de movimento do território:

Dentre as diversas bases técnicas que se vão incorporando ao território e dotando cada região de novas qualidades materiais e possibilidades organizacionais, queremos destacar os sistemas de movimento do território, isto é, o conjunto indissociável de sistemas de engenharia (fixos) e de sistemas de fluxos (materiais ou imateriais) que correspondem pela solidariedade geográfica entre os lugares [...] (CONTEL, 2001, p. 357).

De fato, parece-nos que, se o café desempenhou um papel fundamental como vetor de ocupação e desenvolvimento da Zona da Mata mineira, o mesmo aconteceu em Juiz de Fora. O fim de sua exploração, em significativa parte do espaço regional estudado, e a forma como esta se desenvolveu, não garantiram o desenvolvimento da área. O café serviu de elemento indutor ao desenvolvimento e à modernização da região, de forma que sua exploração contribuiu para a implantação de novos caminhos e de inovações técnicas, como as estradas de ferro, de forma semelhante à assinalada por Quiossa (1994).

Este autor, ao desenvolver sua pesquisa sobre a “Economia cafeeira e efeitos encadeadores: a expansão da malha viária na Zona da Mata (1856-1875)”, entende o sistema técnico de engenharia e o sistema rodoviário como um efeito encadeador. Para isso ele busca referencial em Watkins (1986): o efeito encadeador, mais conhecido como “teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos”, ou da “abordagem dos *linkages* generalizados ao desenvolvimento”. Trata-se de três aspectos: da capacidade que a natureza de um produto, no nosso caso o café, tem em induzir investimentos no mercado interno através da demanda de fatores e insumos intermediários para sua produção; da possibilidade de processamento ulterior do produto básico; e da distribuição da renda proveniente da expansão do produto básico de exportação.

A essência do processo pelo qual a expansão das exportações induz o investimento em outras atividades da economia é o efeito de encadeamento. A partir dessa base teórica, o autor desenvolve sua pesquisa, atrelando a economia cafeeira ao desenvolvimento do sistema viário, em Minas Gerais, especialmente, na Mata Mineira.

Historicamente, podemos afirmar que a circulação desenvolvida entre Juiz de Fora, sua região e a metrópole do Rio de Janeiro vem promovendo as modernizações espaciais, sensíveis na materialidade geográfica. Em Juiz de Fora, a cultura cafeeira, o sistema de produção energética, o precoce desenvolvimento industrial, a economia dos serviços urbanos, enfim, todos esses elementos tiveram, na matriz de circulação do território, a base para o seu desenvolvimento.

Juiz de Fora assim como outras formações territoriais brasileiras exibem os processos que engendram e articulam as especializações produtivas, entre as quais o uso do território pelas IES, evento pesquisado. O lugar relativiza o uso da técnica e, dessa forma, não pode ser encarado com um fragmento, desconectado do movimento geral, como enfatiza Kosik (2002):

[...] O homem vive em muitos mundos mas cada mundo tem uma chave diferente, e o homem não pode passar de um mundo para os outros sem a chave respectiva, isto é, sem mudar a intencionalidade e o correspondente modo de apropriação da realidade [...] (KOSIK, 2002, p. 29).

Isso sinaliza para o fato de que esta pesquisa olha para o espaço geográfico como “imanência” das ações humanas. Encara a geografia como “uma luz para a compreensão do mundo de hoje”, e isso só será possível se buscarmos desvelar as conexões geográficas que produzem o presente, numa tentativa de proposição para o futuro (SOUZA, 1992).

7.3 “EFEITOS DE LUGAR”: AS MODERNIZAÇÕES EM JUIZ DE FORA (MG), NO PERÍODO DA MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TERRITÓRIO

Emancipada à categoria de cidade, em 1856, a antiga Vila de Santo Antônio do Paraibuna, hoje Juiz de Fora, foi alçada, em menos de 50 anos, à cidade mais populosa e importante da Província de Minas Gerais⁴². Tendo sua formação

⁴² PIRES, (2004).

territorial a partir de inovações que estruturaram rapidamente o seu espaço urbano, em torno da função de centro agrícola, industrial e financeiro, este município, atualmente, é o mais importante centro regional. Sua posição é relevante em virtude de sua herança industrial, comercial e, contemporaneamente, prestador de serviços do sudeste de Minas – a Zona da Mata Mineira.

As principais referências que mencionam Juiz de Fora como centro principal de uma vasta região agrícola, cujos sistemas técnicos e econômicos do café são responsáveis por dinamizarem sua configuração territorial, salientam que esta cidade tem relevância nos contextos de urbanização de Minas Gerais

A modelagem dos portos, o avanço na construção de ferrovias e as novas formas de participação do Brasil, na fase industrial do modo de produção capitalista que vai instalando-se no país, “permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional”, como salientam Santos & Silveira (2001). Esse mesmo aspecto foi constatado, ao pesquisarmos sobre as expansões cafeeira e ferroviária, na Zona da Mata Mineira. Nesse contexto, Juiz de Fora tem sua importância como um lugar de concentração das “máquinas da produção” e das “máquinas da circulação”⁴³, as quais se espalham pelo território brasileiro, consolidando áreas monoprodutoras, conectadas aos portos litorâneos por ferrovias e outras estradas.

No Brasil, principalmente após a chegada da Família Real, no início do século XIX, as modernizações do território estiveram e ainda mantêm-se ligadas à expansão do capitalismo. O avanço do cultivo do café e, com ele, de uma série de novos fluxos e fixos, no território mineiro, são exemplos de um período quando se ensaiavam os movimentos de integração das “ilhas” ou regiões produtoras, pontuando, aleatoriamente, novos atributos espaciais portadores de novidades.

A partir da segunda metade do século XIX, as modernizações estabelecem-se por um substrato material, fixados nos lugares e exemplificados por novos inventos tecnológicos. Seja nas relações socioeconômicas, seja nas relações culturais, o que se verifica é a materialização de novas vivências surgidas na sociedade capitalista. Configurou-se uma nova forma de perceber e fazer mais “intimamente” o mundo, pertencendo também mais “intimamente” ao mesmo. Comportamentos, hábitos, práticas e valores homogeneizados indicam o compartilhamento de um pensamento

⁴³ Geoges Friedemann (1966, 1977, p. 7-8).

burguês, que assumia seu espaço hegemônico no mundo e passava a atingir um número de lugares, cada vez maior, os quais rebatiam, a seu modo, tais homogeneizações.

É o meio técnico da circulação mecanizada e do início da industrialização (SANTOS & SILVEIRA, 2001) que vai constituindo-se no Brasil. Esse período é considerado como um momento de transição entre um passado ainda recente, pré-mecânico, e a verdadeira integração do território nacional.

Esse contexto histórico, caracterizado por profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XIX e os primeiros momentos do século XX, representou o avançado estabelecimento da sociedade urbana e industrial mundial. Foi o contexto do reconhecimento de uma Segunda Revolução Industrial, marcado pela parceria entre ciência e técnica, laboratório e fábrica. Caracterizou-se por invenções científicas, pelo uso de novas fontes de energia, como petróleo e eletricidade, pelo surgimento de novos ramos da atividade industrial, como a siderurgia, a indústria química e a indústria elétrica. Graças à utilização dos laboratórios pelas indústrias foi possível reduzir custos, obter aprimoramento técnico, promover a interação entre donos de fábricas, técnicos e cientistas.

Com base nessas e noutras observações, podemos dizer que, a partir da segunda metade do século XIX, Juiz de Fora vai sendo integrada mais intensamente aos principais centros políticos e econômicos do Brasil, particularmente ao Rio de Janeiro, pela sua proximidade geográfica e pelos sistemas técnicos de engenharia já constituídos. A partir desse momento, a cidade passa a preocupar-se com os aspectos da urbanidade, como observou Miranda (1990), ao destacar um plano elaborado pelo engenheiro Gustavo Dott, referente à expansão da cidade. Embora tal documento normativo não tenha sido efetivado, marca o momento das primeiras preocupações com o ordenamento territorial urbano, na medida em que já definia os locais de construções e dos futuros serviços da cidade, como matadouros, cemitérios e feira livres, por exemplo.

Concluído o movimento de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transportes, estavam criados os principais instrumentos para que o desenvolvimento e a dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viessem a desdobrar-se num vigoroso processo de diversificação urbano-industrial. Mais que isso, a forma como esse movimento aconteceu, não só colocando o município de Juiz de Fora como principal eixo de entroncamento do sistema viário, mas também transformando-o em

capital regional da zona da Mata, acabou por permitir que boa parte dos processos de modernização a partir de investimentos em setores e atividades relacionados ao núcleo agroexportador fosse internalizado no espaço definido pela região.

Alguns autores⁴⁴ enfatizam que Juiz de Fora vive, a partir dos últimos anos do século XIX, um verdadeiro surto industrial, tendo seu capital, direta ou indiretamente, a partir da cultura cafeeira realizada no espaço regional. As tabelas 6 e 7 apresentam os principais estabelecimentos industriais de Juiz de Fora, entre os anos de 1905 e 1914, com alguns detalhes de suas constituições:

Em que pese a existência de determinadas especificidades regionais ou locais, o processo de industrialização do município – enquanto parte integrante do movimento geral de constituição do setor urbano-industrial – se coloca [...], como indissociável da estrutura e da dinâmica da economia agroexportadora da Zona da Mata (PIRES, 1993, p. 119).

Tal incremento industrial desenvolveu-se efetivamente a partir do final da década de 1880 e início da década de 1890, quando se verifica o predomínio de médias e grandes empresas, com produção em série, tecnologia relativamente avançada, grande produtividade e concentração de mão-de-obra. Nesse momento, estabeleceram-se unidades propriamente fabris que tiveram, no trabalho assalariado, a forma predominante de extração do produto excedente.

⁴⁴ PAULA, 2001; PIRES, 1993

PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1905

INDÚSTRIAS	CAPITAL	FORÇA	MÁQUINAS	OPERÁRIOS	PRODUÇÃO
Fábrica Mascarenhas	400	Eletricidade	80 TEARES	200	50.000 M tecidos
Cia Industrial Mineira	1.830	260 C.V.	128 TEARES	330	Consome 100 ar De algodão/dia
Fábrica de meias Meurer	250	Elétrico – 10c.v.	DIVERSAS	100	4.000 dz meias 300 dz camisas
Fábrica de meias JO	-	Eétrico-6c.v.	DIVERSAS	25	50 dz meias 70 dz camisas
Fábrica de móveis e calçados	-	Elétrico-20c.v. Vapor-16c.v.	-	100	-
Curtume Krambeck	-	VAPOR 16 C.V.	-	25	600 meios de sola
Mecânica Mineira	-	Elétrico-25c.v.	Fornos, máquinas e ferramentas	7	Máquinas p/ lavoura
Máquinas e fundição de ferro e bronze	-	Elétrico- 7 ½ c.v	2 fornos, 2 forjas, tornos, máquinas, plainas	15	Máquinas p/ lavoura
Pregos S. Nicolau	100	-	6 máquinas	-	5.000 K/dia
Velas e Sabão	120	Vapor-30c.v.	2 máquinas	18	3.600 velas/dia
Fábrica St. Maria Amélia	-	Elétrica-5c.v.	-	6	200K polvilho p/ lavanderias
Cerveja Stiebler	80	-	-	-	15.000 garr/mês
Cerveja Kremer	-	-	-	6	6.000 p/mês manteiga e gasozas

FONTE: Relatório Carlos Prates. 1905. P. 116/118. Apud. Andrade, S. M B. V. CLASSE OPERÁRIA EM JUIZ DE FORA. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987, pg., 24.

PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1914

INDÚSTRIA	ANO/fundação	FORÇA	OPERÁRIOS	CAPITAL	PRODUTO
Cia. Fabril J. F	1914	-	300	500:000\$000	Calçados
Cia. Ind. Mineira	1889	-	637	-	Brim, algodões crus
Cervej. J. Weiss	1878	-	20	-	Cerveja
Curt. Krambeck	1877	-	35	-	Couros e peles
Medeiros & Martins	1897	elétrica	215	-	Bebidas, vinhos, massas, vinagre
Aniagem e sacos	1907	52 HP	76	100:000\$000	Aniagem
J. R. Ladeira & Cia	1910	-	80	-	Laticínios
J.R. Ladeira & Cia	1913	-	80	-	Baldes, estamparias
Pant. Arcuri & Spinelli	1892	-	200	-	Ladrilhos e telhas
George Grande	1874	10 HP	28	-	Máquinas e fundição
Corrêa & Corrêa	1878	elétrica		5.000\$000	Móveis e calçados
St. Antônio	1908	10 HP	55	50.000\$000	Meias
Fab. Sarmento	1909	190 c.v.	190	-	Fiação de Algodão, tinturaria
São João	-	-	40	-	Caclesiário e zefir
Fiação e Tecelagem Mascarenhas	1887	200 c.v.	526	600:000\$000	Tecidos
Fiação e Tecelagem /Meurer	1896	100 c.v.	300	500:000\$000	Meias
A Teixeira & Alves	1912	-	45	-	Litografia / tipografia
Tecelagem/ Carlos Stiebler	1907	30 HP	70	150:000\$000	Meias e Camisas
Otto & irmão	1912	-	35/40	-	Máquinas para lavoura
Fund. Kasher	1865	-	40	-	Máquinas para fundição, marcenaria, serralaria, ferraria e carpintaria

FONTE: Esteves, Albino. ALBUM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. p. 284-287. Apud. Andrade, S. M B. V. op.cit. pg., 28-30.

De acordo com os dados das tabelas, constatamos que os principais setores industriais, estabelecidos em Juiz de Fora, são os ramos têxtil e alimentício. A predominância desses setores não foge à regra em relação a outros importantes centros industriais do país, no mesmo período, tais como Rio de Janeiro e São Paulo. As pequenas indústrias, que até então dominavam o cenário socioeconômico do município, vão cedendo espaço a investimentos industriais de maior porte. Constatamos que, ao lado das pequenas indústrias, organizam-se as sociedades anônimas de grande produção, empregando número maior de trabalhadores, importando tecnologia moderna e usando a energia elétrica como principal força. Em outros lugares no Brasil, nesse momento, proliferaram exatamente esses mesmos ramos industriais, classificados como bens de consumo assalariado⁴⁵:

Vinculada tanto pela via da formação de capital quanto pela de mercado de realização da produção, a uma cafeicultura que manteve um comportamento sensivelmente dinâmico [...], a industrialização de Juiz de Fora vai refletir a mesma posição ocupada pela cafeicultura no contexto do país. Estamos diante de uma industrialização periférica, secundária frente aos grandes centros de produção industrial, apesar de sua importância no âmbito regional; uma industrialização cuja fragilidade é um reflexo da própria estrutura que a gerou, e que vai se expressar no período posterior a 1930, quando paralelamente à constituição de um mercado nacional – que vai corresponder a uma invasão e ocupação de um de seus espaços básicos de realização econômica – sofre um processo irreversível de estagnação e decadência (PIRES, 1993, p. 134).

A partir da compreensão das configurações territoriais como um conjunto dos sistemas naturais herdados por uma determinada sociedade, e a partir dos sistemas de engenharia, dos objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos, interpretamos a significação real do que hoje resta dessa herança espacial do período de intensa industrialização, em Juiz de Fora: as modernizações territoriais que ocorreram no percalço desse evento constituem importante referencial para a análise da atual e histórica concentração de IES no município.

⁴⁵ Sobre esta temática, Tavares (1985) esclarece que “A indústria de bens de consumo assalariado, uma vez instalada, serve de suporte ao esquema de reprodução global do capital cafeeiro sob dois ângulos. O primeiro é o de garantir o custo de reprodução da mão-de-obra do complexo cafeeiro, mesmo nas etapas de declínio do café, quando o poder de compra das exportações vem abaixo e diminui mais que proporcionalmente a capacidade para importar bens de consumo manufaturado. O segundo é o de manter a taxa de acumulação global quando esta começa a cair, ao caírem os preços internos do café, e ao desacelerar-se o ciclo de expansão na fronteira agrícola”.

A implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial à região beneficiada pela produção e comercialização do café. Se, por um lado, o Estado de São Paulo torna-se polo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul, incluindo, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais (SANTOS, 2005), por outro lado, nesta região, instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, tornando efetiva a referida fluidez: “Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional” (Idem, *ibidem*, p. 29). A divisão do trabalho que se opera nesta área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo, constituindo um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao território nacional.

Com base nessa nova dinâmica, desenvolve-se o processo de industrialização no país e, no contexto geográfico dessas mudanças territoriais, encontra-se Juiz de Fora. A consolidação da posição estratégica deste município com o desenvolvimento das interconexões, pelas vias de circulação, o impulso que promoveu sobre a produção cafeeira e sobre a economia de Juiz de Fora e região, seu contínuo crescimento populacional⁴⁶, entre outros aspectos, geraram um mercado interno cada vez mais diversificado, cabendo aos serviços urbanos acompanharem, dentro do possível, esse crescimento (PIRES, 2004).

Pedro Nava (2002), em suas memórias, assim se refere a esse contexto:

[...] Juiz de Fora progredia. A população subia, andava ali pelos doze a treze mil habitantes - imaginem! Treze mil! E essa densidade exigia progresso. Esse começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água a domicílio. No mesmo ano as casas passam a ser numeradas. Em 1886, a grande anunciação com uma exposição Industrial que reflete a pujança do município. Foi inaugurada solenemente no Fórum, com comissões disso e daquilo. Na de produtos Farmacêuticos e Químicos, ao lado do Dr. Francisco Simões Corrêa e do Tenente-coronel Bernardo Halfeld (NAVA, 2002, p.189).

⁴⁶ Sua população total, em 1855, era de 27.722 habitantes e, já em 1890, este contingente subiria para 74.136 habitantes, um crescimento de 167,42%, em 38 anos. No mesmo período, temos referências de que a população especificamente urbana do município crescera 2.500%, saltando de 6000 habitantes, em 1855, para cerca de 15.000, em 1890 (PIRES, 2004).

Dados organizados por Pires (2004) permitem-nos afirmar que, em 1878, Juiz de Fora já dispunha de 6 estabelecimentos de ensino; em 1881, organizou-se uma companhia de transportes urbanos (a Companhia Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora); em 1883, inaugura-se o serviço de telefones e, em 1884, o de telégrafos. Em 1885, a população passou a dispor de água domiciliar; em 1887 foram inaugurados o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e a Sociedade Promotora da Imigração; em 1889, surge a Companhia Mineira de Eletricidade, que passa a servir iluminação pública e doméstica; no mesmo ano, fundou-se o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Em 1891, um grupo de comerciantes e fazendeiros locais organizou a Academia de Comércio, um dos primeiros estabelecimentos de ensino comercial superior a serem fundados no Brasil. Em 1898, a mesma Companhia Mineira de Eletricidade passa a fornecer energia elétrica para as indústrias, estimulando o processo de industrialização local.

Christo (1994) demonstra como o projeto de modernização⁴⁷ de Juiz de Fora (quadro 1), no início do século XX, interferiu na educação local, fazendo com que elementos oriundos das camadas médias urbanas se tornassem intelectuais orgânicos da classe dominante.

Do mesmo modo, Giroletti (1988) constata que as melhorias urbanas requeridas pela modernização, no final do século XIX e início do século XX, vão, ao longo do tempo, consolidando-se: criação de instituições de ensino primário e secundário; fundação de bancos, teatros e hospitais; implantação de serviços de bondes, telefonia, energia elétrica, iluminação pública e água encanada para servir os domicílios do centro urbano.

A tão sonhada modernidade que acontecia na Europa era objeto de desejo das elites latino-americanas, não sendo diferente, portanto, em Juiz de Fora. Fazia parte do projeto de embelezamento e modernização das cidades da América Latina instalar, em suas cidades, os modelos europeus, procurando extirpar do espaço urbano e dos hábitos cotidianos qualquer menção ao colonial.

⁴⁷ Maraliz de Castro Vieira Christo (1994) esclarece que o setor educacional teve relevante papel no projeto de modernização que os industriais da cidade elaboraram para Juiz de Fora. A autora enfatiza que “se o processo de retenção do capital é acumulativo, a produção cultural segue o mesmo caminho. A hegemonia opera ao mesmo tempo como direção política e cultural, não se restringindo a cultura a mero instrumento de comunicação e conhecimento”.

QUADRO 1: Plano de modernização de Juiz de Fora.
 FONTE: CHISTO (1994, p. 58). Adaptado pelo autor

Barros (2008) destaca que o processo de eletrificação, de reformas urbanas e sanitárias, de trabalho livre, de indústria e inovações técnicas, consistiu num conjunto de metas e parâmetros atestadores dos novos tempos que se pretendiam instalar. Essa condição foi importada para o Brasil, e o empresariado local tratou de fornecer as bases para que, em Juiz de Fora, alguns processos de modernizações tardias ocorressem.

A imigração beneficiou as regiões para onde se dirigia, já que os grupos de imigrantes eram portadores de tecnologia industrial, constituindo-se mão-de-obra qualificada, desejosa de reproduzir, no Brasil, um modelo de consumo que conheciam ou almejavam, nos seus países de origem (SILVEIRA, 2005). Em virtude desses aspectos, certamente, o município de Juiz de Fora foi beneficiário desse movimento migratório.

De qualquer forma, tanto o empresariado local quanto o estrangeiro tiveram participação significativa no processo de modernização da cidade, na criação de uma parcela importante das indústrias, na expansão do setor comercial e no exercício de profissões liberais.

7.3.1 O sistema bancário

Contel (2006) alerta para o fato de que o fenômeno das finanças pode ser considerado como elemento constitutivo do espaço geográfico. Corroborando sua concepção com as observações de outros pesquisadores⁴⁸, para este autor, o fenômeno da industrialização também advém, em certo sentido, da existência de mecanismos financeiros.

O processo de expansão das bases materiais da produção, em Juiz de Fora, impulsionou o surgimento de um sistema bancário que veio atender às demandas econômicas dos agentes capitalistas de uma região comandada pelas influências da cidade. Nos últimos anos de século XIX, já se observava a organização do setor financeiro local, com o início das atividades de dois bancos: o “Territorial e Mercantil de Minas Gerais” e o “de Crédito Real de Minas Gerais”. As ações dessas empresas pertenciam, em sua maioria, a cafeicultores, a grandes comerciantes e a industriais locais, detentores também da absoluta maioria das ações da “Companhia Mineira de Eletricidade”. Nos anos terminais do referido século⁴⁹, esta empresa, concessionária do serviço de iluminação pública e residencial, oferecia energia hidroelétrica, em Juiz de Fora.

Nesse contexto, ainda eram pontuais as instituições financeiras em território brasileiro. Pela sua importância como centro da economia de um país pouco diverso na produção de riquezas, o Rio de Janeiro concentrava aproximadamente 80% dos depósitos bancários realizados no país. Não raro, enfrentavam-se dificuldades para se criarem, em Juiz de Fora, bancos ou outros estabelecimentos de créditos, que suprissem de créditos as atividades mais dinâmicas que se espalhavam pelo território⁵⁰.

⁴⁸ OLIVEIRA, L. E (2006); PIRES, A. (1993, 2004); CROCE, M. A. (2008); KLÔH JÚNIOR (2008).

⁴⁹ A esse respeito ver OLIVEIRA, Luiz Eduardo de (2006) p. 9; MIRANDA, Sônia Regina de (1990), p. 99-108.

⁵⁰ CONTEL, Fabio B. (2006, p. 15).

No entanto, o surgimento das instituições bancárias, na cidade de Juiz de Fora, como o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais⁵¹ e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, possibilitou a oferta de crédito mais seguro e menos custoso para a cafeicultura local. Esse fato desbancou a posição, até então hegemônica, do centro financeiro da praça carioca⁵². Era o tempo dos “Bancos Regionais Emissores”, conforme denominação de Ary Bouzam (1972), em momentos de certa “ausência de autoridade monetária nacional constituída”⁵³.

Conforme observações de Klôh Júnior (2008), a instalação desses bancos, em especial o Banco de Crédito Real, acabou por romper, pelo menos em parte, os laços de dependência da região da Zona da Mata com o núcleo financeiro do Rio de Janeiro. Essa nova realidade inviabilizou o canal, até então aberto, de transferência de recursos para a praça carioca, possibilitando, portanto, a retenção de excedente econômico no âmbito local.

Quanto ao Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, Croce (2008) esclarece que era constituído por uma sociedade anônima entre quatro fazendeiros e políticos da região e por mais um comerciante. Tal empreendimento financeiro dispunha de uma carteira comercial para a qual eram destinados recursos para operações, como descontos, empréstimos à lavoura, exercendo, assim, um papel de crédito interno, localizado. Territorialmente, teve sua expansão para a capital do Estado de Minas Gerais que, naquele momento, ainda era Ouro Preto. Também abriu agência na “praça” do Rio de Janeiro, pela importância financeira que a capital exercia sobre a Mata Mineira, incluindo Juiz de Fora⁵⁴.

⁵¹ O Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, fundado em 1887, na cidade de Juiz de Fora, não suporta a crise do Encilhamento – grave crise econômica e financeira que abateu o país, ainda no alvorecer da República, cujo nome deriva da gíria do turfe – e tem sua falência decretada em 1892. Para maiores detalhes, ver: CROCE, Marcus Antonio (2008).

⁵² PIRES, Anderson (1993, p. 65).

⁵³ Contel (2006) define a autoridade monetária nacional como o conjunto de instituições públicas que se responsabiliza “pela execução da política financeira do governo e pela emissão do papel moeda posta em circulação”. Além do rigor no controle da moeda, “cabe-lhe também a responsabilidade de fiscalizar e controlar todas as instituições financeiras” (BIDERMAN, 2006, p. 41-42), num determinado território.

⁵⁴ GIROLETTI, Domingos (1988, p. 83).

Ilustração 3: Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_uQcmeZg5oUI/

Os investimentos locais em uma agência facilitadora do crédito, mesmo de âmbito regional, provocam desdobramentos e uma cadeia de investimentos de suma importância, na infraestrutura urbana, envolvendo, inclusive, investidores externos.

A consolidação de um sistema financeiro local veio com a inauguração, em 1889, da sociedade anônima: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais⁵⁵. Este banco também tinha origem no acúmulo do capital local, contando com a participação de investidores ligados a atividades industriais, agrárias, comerciais e de produção liberal.

O processo de modernização de Juiz de Fora tinha, na estrutura bancária, importante respaldo. A transferência de capitais, ora investidos num contexto de uma economia rural-escravocrata, passa a incidir mais nitidamente em investimentos urbanos, inclusive imóveis (casas, terrenos, terras), objetos, títulos, ações, entre outros⁵⁶.

⁵⁵ Pires (2004, p.112) destaca o papel desempenhado pelo Banco de Crédito Real, que mantinha uma rede de agências relativamente bem distribuídas pelas principais zonas cafeeiras do Estado (incluindo o Sul de Minas). Acompanhava, como observado, os acordos realizados com o governo, que previam a abertura de agências pelo interior, para melhor agilidade dos negócios, distribuição de liquidez e crédito. Através dessa rede de agências, os recursos originados dos impostos sobre o café, os quais eram destinados ao crédito agrícola e aos planos de valorização, em geral, encontraram uma estrutura institucional de distribuição. Em grande parte, essa estrutura é responsável, juntamente com inúmeros empréstimos individuais, pela estruturação e disseminação espacial desse mercado de capitais. Assim, a região conseguiu constituir um *sistema bancário próprio* que, além de desempenhar suas funções básicas de captação de recursos, através de depósitos e de sua distribuição por meios distintos (descontos de notas, empréstimos em conta corrente, renovações de débitos etc.), também serviu como um grande instrumento de obtenção de informações. Sua centralização e monitoramento no centro de coordenação das operações desta rede era comandada pela matriz localizada em Juiz de Fora.

⁵⁶ Para detalhamento desta questão das médias de participação dos ativos, no montante da riqueza do final do século XIX, em Juiz de Fora, consultar: ALMICO, Rita de Cassia S. (2001, p. 72, 93 e 117).

7.3.2 A energia elétrica

A construção e o funcionamento de um sistema gerador e distribuidor de energia hidrelétrica, em Juiz de Fora, no final do século XIX, sinaliza a transição de uma fase da história, no Brasil: como esclarece Sorre (1948), trata-se da criação do meio técnico em substituição ao meio natural. Num período relativamente curto, do final do século XIX até o encerramento da segunda Guerra Mundial, o Brasil acelera a mecanização do território e enfrenta uma nova tarefa: a constituição, sobre áreas cada vez mais vastas e longínquas, do atual meio técnico-científico-informacional.

Santos & Silveira (2001) entendem que a difusão da energia elétrica, no território nacional, leva, num primeiro momento, à construção de sistemas técnicos independentes, que são chamados a atender às demandas localizadas. Somente em momento posterior da difusão de objetos e de formas de fazer análogas, pelo território, é possível comunicar as linhas e os sistemas locais, engendrando um complexo sistema de geração e distribuição de energia elétrica no país.

Ilustração 4: Usina Marmelo Zero.

Fonte: http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/73/Usina_Marmelos_Zero

Os movimentos de avanço da industrialização impulsionam a demanda por energia mais abundante e barata. Barros (2008) salienta que, a partir da segunda metade do século XIX, a modernidade estabelece-se por um substrato material, exemplificado por novos inventos tecnológicos, entre os quais destacamos a eletricidade e toda a gama de utilizações dessa forma de energia. Nas relações

socioeconômicas e/ou culturais, o que se verifica é a materialização de novas vivências surgidas na sociedade capitalista, configurando-se uma nova forma de perceber o mundo.

A descrição de Mascarenhas (1954) apresenta aspectos do cotidiano de agosto de 1889, quando se inicia o fornecimento de energia elétrica, em Juiz de Fora, a partir da usina de Marmelos I, localizada no Rio Paraibuna, que corta a cidade:

Na noite de 22 de agosto de 1889, às 9 horas em ponto, as lâmpadas que encimavam os postes iluminaram-se subitamente, como por efeito de milagre, derramando uma luz vivíssima que atingia todos os recantos das ruas. Foguetes estrugiram no ar e uma banda de música postada no Jardim Municipal, onde o povo se concentrara, rompeu numa marcha entusiástica. Uma salva de 21 tiros atroou nos ares. Era a experiência do novo sistema de iluminação. Pela primeira vez na América do Sul se acendiam lâmpadas com energia captada das quedas de um rio (MASCARENHAS, 1954, p. 145).

Na perspectiva interpretativa de Barros (2008, p. 23), a eletricidade tornou-se um importante elemento para

a percepção da modernidade em Juiz de Fora ao estabelecer repercussões nos hábitos e práticas do cotidiano dos juiz-foranos e, ao mesmo tempo, reforçar as representações atribuídas à localidade enquanto uma cidade progressista e civilizada.

Entretanto, a eletrificação, conforme destaca o autor, foi utilizada de forma restrita, por uma minoria, e em poucos espaços, localizados na região central de Juiz de Fora.

Essas observações sinalizam para o fato de que a modernização pela qual passou Juiz de Fora tem características de uma “modernização conservadora”⁵⁷ que, por decorrência direta, é estruturada nas condições objetivas para o

⁵⁷ Pinto (2008) entende que o termo modernização vem sendo utilizado pelos historiadores, principalmente, para indicar as tentativas de incorporar as inovações do capitalismo industrial europeu na estrutura social brasileira da época. Dessa forma, foram reflexos desse processo de modernização: investimentos em transportes, tais como a ferrovia, o vapor, o bonde; o desenvolvimento comercial de cidades como Rio de Janeiro e Recife; a ampliação dos serviços de limpeza pública; os serviços de higiene; bem como a canalização das águas de esgotos e chafarizes, utilizando-se o ferro que, além de funcional, dava uma nova estética às obras públicas e privadas; e ainda a expansão da eletricidade.

desenvolvimento material e para a organização política, social e territorial da cidade, em bases capitalistas.

7.3.3 Os transportes

Como já enfatizamos anteriormente, os sistemas de transportes e a possível circulação territorial constituem um importante atributo geográfico de ser verificado nos estudos sobre os lugares. Os transportes urbanos, em Juiz de Fora, foram impulsionados pela extensão da malha urbana, desde os anos finais do século XIX.

As observações de Stehling (1979)⁵⁸ indicam que a ampliação do traçado de novas ruas, aliada ao empreendedorismo imigrante, é consequência da organização da empresa Companhia Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora, prestadora de serviços de transportes urbanos que usava, nas últimas décadas do século XIX, a tração animal para movimentar os bondes pelas ruas da cidade.

O traçado das linhas compreendia o que atualmente é ocupado pela área central da cidade, bem como suas principais ruas, todas servidas por intensa concentração de serviços e comércio diverso, tendo o seguinte percurso: Ponte do Queiroz, do córrego Independência, na rua Direita (hoje avenida Rio Branco) até a rua Imperatriz (rua Marechal Deodoro), estendendo-se até o Largo da Estação (atual Praça da Estação). Dali subia a rua Halfeld e entrava na rua do Comércio (rua Batista de Oliveira), convergindo na rua Espírito Santo, até à rua Direita, para retornar à Ponte do Queiroz⁵⁹. Em pouco tempo, essa malha expandiu-se, com o prolongamento da linha, até o Alto dos Passos. O novo percurso passou a ser da rua Direita até o Alto dos Passos, em frente à Santa Casa, prosseguindo a mesma até a Fábrica José Weiss, pela rua da Colônia, posteriormente chamada de rua Bernardo Mascarenhas, região urbana de grande concentração de atividades industriais, na época.

O advento da eletricidade – gerada pela Usina de Marmelos – e a consolidação do serviço prestado pela Companhia Mineira de Eletricidade, expandindo sua rede transmissora para uma maior extensão da área urbana,

⁵⁸ “A cidade já começava a descer a colina de Passos e estender-se na várzea pantanosa, o que despertou no Sr. Felix Schmidt a ideia de instalação de bondes com tração animal” (SCHIMIDT, 1979, p. 379).

⁵⁹ Sobre este detalhamento ver: SCHIMIDT, 1979, p. 379; BARROS, 2008, p. 81-82; OLIVEIRA, 1966, p. 128.

favoreceram a troca dos bondes de tração animal pelos bondes elétricos. No início do século XX, mais precisamente em 1905, a Companhia Mineira de Eletricidade passou a oferecer os serviços de bonde elétrico, em Juiz de Fora. Sobre esse evento, Barros (2008) salienta que

O princípio estruturante da modernidade do século XIX é a circulação de mercadorias e de objetos, um elemento da vida moderna, fomentador da materialização da sociedade de consumo. Os bondes a burro eram obstáculos à plena circulação, dificultando a modernização da cidade. Esses veículos refreavam a tendência de aceleração do ritmo da vida inerente à modernidade. Era como se parte do passado insistisse em permanecer num presente de mudanças constantes. Esse serviço não rompia com a dependência da tração animal para a realização de deslocamentos pelos habitantes na cidade – por carroças, no lombo de cavalos e burros e nos respectivos bondes. É inegável que tenha ocorrido um progresso, quando esse serviço foi instalado. Mas, a partir do momento em que se sucedeu a inauguração da energia elétrica, esse progresso passou a ser relativo. Essa condição durou uma quinzena de anos. Durante esse tempo, um limite físico não pôde ser ultrapassado. O serviço ainda contava com dificuldades, marcadas pelo desnivelamento de trilhos e as respectivas ruas, em sua maioria sem qualquer tipo de calçamento (BARROS, 2008, p. 82).

Acompanhando as alterações do cotidiano urbano, a partir de notícias de jornais da época, Barros (2008) cartografa a expansão dos trilhos dos bondes elétricos instalados na cidade. Destaca o autor que o Jornal do Comércio, em edição de 25 de fevereiro de 1905, chamou atenção para o seguinte fato: a Companhia Mineira de Eletricidade não se limitar a substituir as linhas existentes do bonde de tração animal, mas animar-se a prolongá-las para diversos pontos, como as regiões de São Mateus, Botanágua, até a fábrica Stiebler, o cemitério e, notadamente, até Benfica⁶⁰.

⁶⁰ Assim, em reportagem, o Jornal do Comércio, em edição de 19/06/1906, p.1, c.1, retratava o avanço dos bondes elétricos em Juiz de Fora: “Os bondes serão levados em breve ao asilo. As obrigações de fazer esse prolongamento figurarão no contrato a assinar-se entre a Companhia e a municipalidade. Dotar todas as zonas da cidade e seus subúrbios do meio fácil e cômodo de comunicação, ora inaugurado, deve ser uma das preocupações maiores do poder municipal. Assim, convém que a Câmara procure obter que a Companhia vá levando os seus trilhos as ruas Moraes e Castro (Capim), S. Matheus, cemitério, e às Jaboticabeiras, visando Benfica – a importante feira de gado, como ponto terminal”.

Ilustração 5: Sistema de bondes em Juiz de Fora

Fonte: <http://www.tramz.com/br/ch/ch02.jpg>

Podemos dizer que os bondes elétricos atuaram como elementos de promoção do crescimento da cidade, em todas as direções. Sua presença induzia a ocupação e exploração da respectiva área. A especulação imobiliária e a valorização de terrenos seriam práticas, a partir de então, imprimindo novos usos e conteúdos ao espaço urbano. A presença desse meio de locomoção elétrico passou a ser um evento indutor de transformações espaciais significativas para determinados lugares. O bairro de São Mateus, antes da chegada dos bondes elétricos, por exemplo, era considerado subúrbio e, depois da instalação dos bondes, passou a ser um dos lugares da cidade de maior procura por lotes para moradia e, posteriormente, para expansão do comércio local.

Aqui, como em escala nacional, esse período vai caracterizar-se pelos movimentos de conexão dos lugares, favorecidos pela mecanização e motorização do território. Vive-se em Juiz de Fora, portanto, sob os auspícios da formação do meio técnico da circulação mecanizada⁶¹. Da mesma forma que se observa uma

⁶¹ Na interpretação elaborada por Santos & Silveira, esse período teve, regionalmente, expressão e duração diferentes. Mas, para o conjunto do país, pode-se situá-lo entre o começo do século XX e a década de 1940. É nesse período que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial, localizado no Centro-Sul.

integração das áreas urbanas em Juiz de Fora, é o momento do início do processo de integração territorial brasileiro, já mencionado anteriormente.

7.3.4 A saúde

A modernização da cidade, a partir de sua infraestrutura vinculada à saúde da população, passa pelo processo de reconhecimento de práticas higienistas. Abreu (1996) entende que o pensamento higienista⁶² instala-se no Brasil, no século XIX, e preconiza a adoção de uma “política médica”, para as áreas urbanas, destinada a colocar os interesses coletivos acima dos individuais.

De maneira geral, na virada do século XIX para o século XX, o crescimento urbano impulsiona o desenvolvimento do pensamento higienista europeu, que logo se instala no Brasil, em função dos significativos incrementos demográficos observados nas cidades em vias de industrialização. Esse fato trouxe uma série de problemas para os aglomerados urbanos caracterizados por precária infraestrutura, comprometendo a saúde e a vida dos habitantes.

A criação dos Departamentos de Saúde, no século XIX, permitiu um esforço no controle das doenças contagiosas, por meio de saneamento do ambiente (LAIER, 2008). Os avanços da ciência experimental permitem dizer que, à medida que se identificavam os microorganismos e seus modos de ação, abria-se a possibilidade, mais racional e específica, de maior controle de doenças infecciosas. Esse avanço, somado ao desenvolvimento das atividades clínicas e às reformas dos hospitais – os quais deixam de ser o local de morrer para representarem uma possibilidade de cura para o doente –, abre caminho para a ascensão da medicina moderna.

Podemos dizer que uma planificação dos espaços urbanos estaria no cerne desse projeto de modernização que envolve a “saúde” das pessoas e dos lugares. Em várias partes do mundo, o pensamento burguês acaba influenciando as políticas públicas de ordenamento do território urbano. A esse respeito, Mariani (1986) narra que, na Inglaterra, por exemplo, a burguesia acabou por exigir que o Estado fixasse regulamentos e normas extraordinárias para a construção de casas populares, para a sua manutenção e serviços elementares. Segundo o autor, começou-se a

⁶² O higienismo tem suas origens na obra de Hipócrates, intitulada *Sobre os ares, as águas e os lugares*, e teve no médico inglês Thomas Sydenham (1624-1689) o seu grande sistematizador moderno. (ABREU, 1996, p. 160).

estabelecer, a largura das ruas, sobretudo nos bairros operários, intervindo, inclusive, no deslocamento territorial das fábricas. É o momento em que começa a ser definido, no papel, onde, quando e como disciplinar o desenvolvimento urbano.

Interpretando as reformas de Georges Eugène Hausmann, em Paris, Foucault (1979, p. 84) assim escreve:

A reforma urbana de Paris fora conduzida com mão de ferro por Georges Eugène Hausmann, “prefeito de Paris e circunvizinhanças, investido no cargo por um mandato imperial de Napoleão III” [...] uma reconstrução: a cidade é remodelada, seguindo um plano que atendia a várias exigências. As ruas tornavam-se largas, de traçado reto e geométrico, facilitando o tráfego e dificultando as barricadas populares. Eliminavam-se do centro da cidade os cortiços e bolsões de pobreza. Em seu lugar criava-se ‘a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional’: o boulevard ou bulevares, ruas largas com imensas calçadas, propiciaram o surgimento de toda uma nova vida no centro da cidade, especialmente nos cafés que surgiram ao longo das novas vias de tráfego.

Todo o processo de pensar e agir sobre a cidade, principalmente na perspectiva do higienismo, como uma “política de saúde”, é interpretado por Foucault como uma política que transcendia aos limites da medicina e se integrava, na realidade, a toda uma gestão política e econômica direcionada à racionalização da sociedade⁶³.

Foucault analisa a medicina social urbana, surgida na França, em fins do século XVIII, num contexto de unificação das grandes cidades, sob o julgo de um poder uno. Naquele momento, as cidades tornaram-se locais de produção industrial e de circulação de mercadorias. Além disso, a vultosa população acirrava os ânimos em sublevações frequentes. Uma população urbana, que se proletarizava em condições miseráveis, gerava uma espécie de “pânico das cidades”, cujo alastramento Foucault atribuiu à proliferação das doenças e à má organização urbana (LAIER, 2008)

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Laier (2008) indica que os projetos de urbanização e intervenção dos espaços públicos visavam organizar as cidades em prol da salubridade, do banimento das epidemias e dos péssimos hábitos populares que precisavam ser reprimidos, para a ascensão de uma

⁶³ Para esta questão, ver ABREU (1996); LAIER (2008); BENCHIMOL (2003).

modernidade urbana almejada. Juiz de Fora, mesmo sendo uma cidade do interior, menos expressiva em representação econômica e política no cenário nacional, atentou-se à execução de um modelo sanitário vigente no país, irradiado, sobretudo, da capital federal – a cidade do Rio de Janeiro. Contudo, argumenta a pesquisadora, a cidade aproxima-se significativamente também do modelo de gestão e implementação do higienismo de São Paulo, bem como do processo de organização político-econômica derivado da agroexportação e da industrialização, comuns a ambas as cidades.

A organização de um Código de Posturas Municipais, em 1892, viabiliza a implementação do projeto sanitário da cidade que, nesse contexto, já tinha o apelo intervencionista da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora⁶⁴. Tal código buscava enquadrar o espaço urbano e seus habitantes em um conjunto de normas que possibilitassem Juiz de Fora ser chamada de uma cidade moderna. Esse planejamento incluía o combate exaustivo às epidemias e atacava diretamente aquilo que se denominou de “péssimos hábitos higiênicos da população”⁶⁵:

Estes fatores eram vistos como os responsáveis pela insalubridade local. Logo, sanear era a ordem do dia para as elites. O projeto sanitário foi implantado em Juiz de Fora através da atuação da Câmara Municipal, sendo viabilizado através do Código de Posturas de 1892. Este se baseava nos preceitos e postulados que permeavam a ciência e a medicina vigentes no Brasil e no mundo Ocidental. Este ideário, porém, foi ressignificado pelas elites médica e política locais a fim de atender diretamente seus interesses e a demanda que a cidade possuía em termos infra-estrutura sanitária (LAIER, data, p. 123).

Na execução desse projeto, foram atendidos, em certa medida, os anseios da elite política e econômica da cidade⁶⁶. Tais reformas, trazidas pela implementação

⁶⁴ A fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, em 1889, refletiu o anseio da categoria médica local em angariar espaços para a ciência que produziam. Ou seja, a SMCJF foi o espaço de comunicação e integração dos profissionais da saúde juizforanos, visando evidenciar a utilidade de seu conhecimento através de discussões e propostas de intervenção no espaço urbano. (LANA, 2006 p. 11). A SMCJF discriminava, em seus estatutos, sob o título geral “Dos fins da Sociedade”, em seu parágrafo segundo, os seguintes pontos: “Estudar as causas permanentes ou transitórias de insalubridade da cidade de Juiz de Fora e seu município, ou de qualquer outra localidade; aconselhar medidas provisórias ou definitivas para removê-las ou atenuá-las e protestar contra as que forem provadamente nulas ou prejudiciais (SMCJF. Estatutos. Juiz de Fora. Typ. D’O Pharol, 1890).

⁶⁵ Ver MIRANDA (1990).

⁶⁶ As pesquisas de Laier (2008, p. 25) indicam que o projeto sanitário gestado pela Câmara Municipal, por representar os objetivos das elites locais, entre as quais membros da própria Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, revestiu-se de um caráter autoritário, o que

das modernizações, estavam apoiadas em um discurso científico de cunho positivista, que assentou suas bases na sociedade brasileira, principalmente com o advento da república, tendo, ainda, como um dos objetivos, inserir o Brasil no cenário das “nações modernas”.

Assim, em consonância com o pensamento e práticas da época, os aspectos relacionados à saúde estavam associados às ações do cotidiano, nos lugares. Rebatendo o movimento de modernização verificado em outros lugares, mais precisamente na capital da República (o Rio de Janeiro), os projetos de modernização da saúde de Juiz de Fora passaram pela construção de um conjunto de normas e execução de ações que iam, aos poucos, transformando a paisagem da cidade, enquadrando os espaços e suas gentes nos projetos de racionalização do capital⁶⁷.

7.3.5 A comunicação

A compreensão da importância dos objetos técnicos que possibilitam o aumento da comunicação entre os lugares permite dizer que “novas geografias desenham-se, sobretudo, a partir da utilização de novos recursos, prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas do próprio território” (SILVEIRA, 2005). A imposição das lógicas do tempo humano à natureza, no Brasil, torna-se possível pela emergência de sucessivos meios técnicos, todos incompletamente realizados, portanto, desigualmente difundidos.

Apesar de constataremos que enormes parcelas do território nacional, nesse período de modernizações vivenciadas por Juiz de Fora, viveram ainda sob a regência do meio natural, desconectadas dos movimentos do período de mecanização da produção e do território, não é esse cenário que se observa no

motivou certa resistência por parte da população. O movimento sanitário que se instaurou na cidade foi concebido a partir da intensa intimidação dos munícipes, uma vez que o Código de Posturas previa a fiscalização, a intimidação, os embargos e penalização com multas onerosas para os denominados delinquentes ou infratores das resoluções. A cidade era então introduzida em um projeto modernizante, cujos custos recaíram pesadamente sobre a população.

⁶⁷ Em pesquisa sobre o controle social e a relação com a pobreza, em Juiz de Fora, na passagem do século XIX ao século XX, Jefferson de Almeida Pinto (2008) entende que o processo de modernização que se instala em Juiz de Fora viria acompanhado também de uma nova legislação elaborada pela Câmara Municipal, a fim de ordenar o espaço público. De acordo com o autor, “os códigos de posturas indicavam várias punições para aqueles que não trouxessem limpas suas casas, mantivessem animais soltos, jogassem imundícies pelas ruas, esmolassem sem autorização de uma irmandade, ou ainda, não se ocupassem sem ter meio honesto que lhes permitisse a sobrevivência”.

município mineiro. Como já destacamos, uma série de sistemas técnicos de engenharia vão sendo constituídos, promovendo a interconexão desse espaço a outros lugares, principalmente aos concentradores das demandas de consumo, como observa Ribeiro (1988, p. 128):

O período histórico de constituição da rede moderna de comunicação é, também, o período de expansão de novos circuitos de intercâmbio que se encontram situados entre a produção e o consumo final. Estes circuitos constituem, por sua vez, esferas de produção posicionadas nos campos da comunicação e cultura, ou melhor, na produção da circulação de mensagens, imagens e informação.

A constituição de sistemas de comunicação faz parte das transformações trazidas no contexto do processo produtivo geral, engendradas pelo capitalismo de base industrial que Juiz de Fora vivencia, no limiar do século XX. As crescentes necessidades de expansão e conexão dos mercados fazem com que ao processo produtivo (produção, circulação, distribuição e consumo) sejam reunidas novas atividades racionalizantes⁶⁸.

A interpretação da formação territorial de Juiz de Fora permite-nos dizer que a cidade não vivenciou os mesmos processos, formas, estruturas e funções da atmosfera colonial e barroca, característicos da região aurífera de Minas Gerais. Nesse sentido, Vale (1996, p. 6) menciona que

Nos estudos sobre a cidade [...] percebemos ajustes institucionais e montagens do aparato ideológico necessários às transformações do Brasil de 1870 a 1930 e na organização de Juiz de Fora no mesmo período. A industrialização e seu funcionamento com o surgimento do operariado, imigração, saneamento, ferrovias, escolas, bancos e outros, opõem-se à ordem remanescente da colônia. Percebe-se, no país, a formação de setores adeptos do progresso científico, de valores e hábitos laicos; o país insere-se no capitalismo monopolista. Juiz de Fora, cidade da Mata Mineira, organizou-se espacial e socialmente com a industrialização.

A formação territorial deste período inclui aparatos técnicos que atendem às necessidades das elites locais e seus investimentos industriais ou comerciais. A lógica da industrialização favoreceu, em 1883, a instalação de uma subsidiária da Companhia Telefônica do Brasil; em 1884, as linhas do telégrafo também eram

⁶⁸ Lidia Antogiovanni (2001) apresenta alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro. Nesse texto, a autora discute o papel da publicidade como uma atividade que vem no encaixe da ampliação do consumo no território nacional.

instaladas. Desde os primórdios da pretensa modernização, os aspectos da comunicação foram fundamentais, seja na abertura de novas vias de circulação (Estrada União-Indústria, ferrovias), seja pelos instrumentos que favorecem maior circulação de ideias, valores e intenções. No entanto, numa leitura desse momento, elaborada por Goodwin Júnior (2007), a elite local transforma Juiz de Fora, principalmente sua área central, num símbolo do seu poder e do sucesso do seu modelo e estilo de vida⁶⁹.

Ilustração 6: Fluxos: Estrada União-Indústria.
Fonte: <http://www.asminasgerais.com.br/Zonadamata>

Ilustração 7: Fios e trilhos: Rua Halfeld em 1878.
Fonte: <http://www.asminasgerais.com.br/Zonadamata>

⁶⁹Para Goodwin Júnior (2007, p. 126-127) “A pretensão é tornar o centro urbano um lugar atraente para o bem viver de uma elite poderosa e em sintonia com as modernas noções de higiene, planejamento urbano, transporte, cultura e segurança. Uma cidade moderna, uma cidade oitocentista”.

7.3.6 Associação de classe

No projeto de modernização de Juiz de Fora, o movimento associativista esteve ligado à ação organizada dos empresários do setor comercial, com a criação, em 1896, da Associação Comercial. Santos & Silveira (2001) destacam que os circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território, por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos, e possibilitam compreender a hierarquia dos lugares, desde a escala regional até a escala mundial.

Em relação a Juiz de Fora, Pires (2004) defende que a cidade teve uma função de centro comercial e polo atacadista, redistribuidor de produtos para toda a região não só pelo que essa situação representa, mas também, e principalmente, porque integrava um setor extremamente importante da dinâmica da economia local. Trata-se das relações socioespaciais que a cidade e região mantinham com outros espaços de organização econômica, tanto de Minas quanto do Rio de Janeiro. O autor destaca que, em 1870, a cidade dispunha de um total de 153 estabelecimentos comerciais; em 1905, agrupava 692 estabelecimentos; em 1925, 716 pontos de comércio⁷⁰. Esses números revelam um crescimento acelerado desta atividade e da sua importância para as dinâmicas econômicas de uma cidade que, pela centralização do capital e de infraestruturas, influencia uma vasta região do seu entorno⁷¹.

No âmbito das trocas comerciais, podemos dizer que o desenvolvimento do sistema de transportes, em Juiz de Fora, a partir da construção da Estrada União e Indústria e das várias ferrovias que passaram a entrecortar a região, a partir do final do século XIX, provocaram um grande impacto. Esses sistemas técnicos têm a função de promover as interconexões entre os lugares de produção e consumo. Com efeito, Juiz de Fora viu crescer rapidamente o volume de suas trocas comerciais, fato explícito no crescimento do número de estabelecimentos

⁷⁰Dados apresentados por Pires (2004).

⁷¹Silveira (1926 apud. PIRES, 2004) escreve que “O comércio atacadista do Rio de Janeiro e de São Paulo, o primeiro com muito maior raio de ação e influência que o segundo, servindo de preferência às praças que lhes ficam mais próximas nas do Sul e do Triângulo e o comércio em grosso dos principais mercados mineiros, entre os quais Juiz de Fora, pelo seu desenvolvimento industrial e situação, tem posição destacada não só em relação à zona da Mata como a outros a que estende suas relações”.

comerciais, crescimento este atrelado como parte constituinte das dinâmicas da reprodução da economia agroexportadora, que marca a cidade e toda a região. Deve-se esclarecer ainda que esse crescimento direcionou-se não só à comercialização do café, mas também de uma série de produtos destinados à manutenção da crescente população urbana.

Ilustração 8: Associação Comercial de Juiz de Fora
Fonte: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl>

As observações de Giroletti (1980, p. 159) reforçam a compreensão desse período:

A maior parte dos produtos importados ou exportados por Minas (Centro, Oeste, partes do Sul e da zona da Mata) tinha que, obrigatoriamente, passar por Juiz de Fora, por uma razão muito simples: utilização de um sistema rápido e eficiente de transporte. Isto permitiu o desenvolvimento do comércio de exportação e importação, de atacado e varejo. Para o produtor e consumidor, tornava-se mais barato e mais cômodo venderem sua produção em Juiz de Fora e ali mesmo se abastecerem dos produtos de que precisassem sem necessariamente recorrer ao Rio de Janeiro.

Os comerciantes exerceram um papel fundamental na implantação dos serviços de infraestrutura urbana. Miranda (1990) destaca que tais comerciantes, apesar de constituírem pequenos contribuintes frente aos fazendeiros e industriais locais, reivindicavam melhorias na cidade. Segundo a autora, em 1871, os

comerciantes locais organizaram uma representação exigindo a instalação de uma estação ferroviária, no centro da cidade. Até então, a estação mais próxima localizava-se junto ao terminal rodoviário da Estrada União-Indústria, atendendo aos interesses privados dos acionistas que tinham a concessão de exploração da estrada.

Podemos dizer que o desenvolvimento da atividade comercial e o estabelecimento de uma associação de classes, ainda atuante no presente, associados a outros serviços financeiros e de distribuição e comercialização da produção, como já destacamos, instalaram-se em Juiz de Fora, cidade regional. Isso evidenciou a necessidade de enraizamento de alguns fixos e fluxos, de um circuito produtivo, em constantes mutações.

7.3.7 A educação

Concomitantemente ao desenvolvimento dos sistemas de transportes, de comunicação, de geração e distribuição de energia elétrica e outros setores infraestruturais, as instituições educacionais vão tornando-se realidade em Juiz de Fora, corroborando o projeto de modernização pensado pelas elites locais. Os anos finais do século XIX e os que inauguram o século XX viram surgir, na paisagem da cidade, três importantes instituições escolares: o Instituto Granbery, em 1890; a Academia de Comércio, em 1894; os grupos escolares, em 1907. Estas instituições passam a ser as responsáveis por difundir diretamente as ideias e práticas de um grupo que tinha especial interesse na formação do trabalhador para as fábricas, para o comércio, para os quadros burocráticos, para a gestão empresarial e pública. No cerne do Instituto Granbery e da Academia de Comércio, desenvolvem-se os embriões do Ensino Superior, no município.

Observamos que as especializações regionais em matérias-primas de exportação consistem em resultados e resultantes de uma progressiva tecnificação do território. Isso se deu com o café e, numa segunda fase de industrialização por que passou o município, com indústrias de maior porte que atendiam às demandas de consumo da região e de outros lugares. Essas dinâmicas confluíram para aumentar a demanda por conhecimentos técnicos e administrativos, sendo as escolas, seguidas, posteriormente, pelas instituições de ensino superior, os lugares privilegiados de formação da mão-de-obra portadora das habilidades necessárias.

Ilustração 9: Instituto Granbery em 1889.

Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966152

Como já demonstramos no capítulo 6, aos saberes universais somam-se outros saberes, aqueles dotados de maior especialização para as atividades dos lugares. São os saberes técnicos que vão, gradativamente, sendo ensinados, portanto difundidos em áreas interioranas, especialmente aquelas voltadas a atender a um mercado exterior ou a uma economia regional já desenvolvida. Além do Instituto Granbery e da Academia de Comércio, em Juiz de Fora, identificamos outras instituições que se vinculam às particularidades produtivas dos lugares: a Escola de Minas, em Ouro Preto, fundada em 1875; as escolas superiores de Agronomia de Cruz das Almas, na Bahia, de 1875, e de Piracicaba, em São Paulo, datada de 1900; em 1910, cria-se a Escola de Aprendizes e Artífices, em Belo Horizonte, entre outras⁷².

⁷²Ver Santos & Silveira (2000).

ACADEMIA DE COMÉRCIO

Ilustração 10: Academia de Comércio.

Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966152

Nesse momento, já se observa a presença de instituições de ensino privadas, respaldadas por uma norma de 1891, que cria as condições de maior oferta educativa, tanto para o ensino básico quanto para o ensino superior. As duas primeiras instituições escolares de Juiz de Fora não são criações do Estado: o Instituto Granbery, vinculado à Igreja Metodista; a Academia de Comércio, fundada por investidores privados, foi, inicialmente, uma “Sociedade Anônima”, contando, inclusive, com 131 ações.⁷³

O lançamento da pedra fundamental do prédio da Academia de Comércio de Juiz de Fora ocorre em 5/12/1891 e, antes de completar três anos, festeja-se a sua inauguração, dando início às aulas do 1º curso de Comércio no Brasil. Para a organização pedagógica é contratado, na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris, o professor e diretor Georges Quesnel, funções que exerce até 1896 (YASBECK, 1999, p. 46).

Silva (1999) salienta que o saber, por ser o instrumento mediador entre o objeto e o manipulador desse objeto, passa a assumir papel fundamental na realização do processo produtivo e, por conseguinte, de acumulação de riquezas. Para a autora, “a técnica modifica, de fato, o espaço, alterando o saber instrumental

⁷³Para um detalhamento destes dados, consultar: CASTRO (1974), YAZBECK (1999).

que age como elemento gerenciador do elo entre a ideia e prática, dando sentido aos usos dos objetos no território (SILVA, 1999, p. 301).

Enxergando a educação como um investimento necessário à expansão econômica do lugar, principalmente pela possibilidade de capacitação técnica de mão-de-obra, a elite responsável pela manutenção dos empreendimentos, na cidade, dão total apoio à criação do Instituto Granbery e financiam a Academia de Comércio. Tais instituições eram representativas da ação das elites locais em favor da nova ordem competitiva, mediante a atribuição de um novo perfil, em todos os níveis da educação.

Vive-se, no Brasil, a novidade da República e, com ela, a desarticulação do sistema educacional com as ideias do novo regime, separando o Estado e a Igreja. Musse (2008) salienta que a instalação do Colégio Granbery, de origem Metodista, não acontece sem razão. Para a autora, as elites da cidade pareciam identificar-se, cada vez mais, com o modelo liberal e pragmático observado nos Estados Unidos, país de origem dos missionários fundadores do colégio.

Yasbeck (1999) destaca outros objetivos dos metodistas em suas missões para o Brasil, entre as quais a que possibilita a fundação do Instituto Granbery:

As missões protestantes se instalaram no Brasil com a missão de civilizar a população brasileira, por intermédio da educação e da evangelização, pretendendo alcançar a elite e o povo. Os metodistas acreditavam que o Catolicismo, com sua fé nos dogmas da Igreja Romana, era responsável pelo atraso do país e que só a religião protestante poderia conduzir ao progresso (YASBECK, 1999, p. 56).

Os ideais metodistas foram bem acolhidos na cidade, evidenciando-se pelo funcionamento da sua instituição de ensino até o presente. A Academia de Comércio, que tem sua origem com uma Sociedade Anônima⁷⁴, inspirada nas Escolas de Altos Estudos Comerciais Europeias, cuja função é exatamente a formação de quadros para a atividade administrativa e gerencial, passa sua administração para o clero católico. Por uma série de motivos, entre eles a ausência do lucro capitalista, a Academia de Comércio é transferida para a ordem dos Padres Salesianos e, posteriormente, à Congregação do Verbo Divino, que mantém, desde 1901, o controle desta instituição.

⁷⁴Christo (1994, p. 82) apresenta uma tabela com os maiores acionistas da Academia de Comércio, entre os quais encontram-se comerciantes, industriais, proprietários rurais e profissionais liberais.

Quanto ao ensino público, somente a partir de 1891, com a primeira Constituição da República, acontecerá a instrução elementar como responsabilidade do Estado. Na leitura de Christo (1994, p. 107), essa normatização cria uma série de incumbências técnicas, não mais vinculadas aos saberes dos até então “mestres-escolas”, mas aos interesses do Estado, dos coronéis e dos inspetores de ensino, que têm o poder de indicar quem seriam os professores: “Dessa forma, o Estado compra a sua força de trabalho, aluga-lhe a casa, interfere na organização de seu ofício, tornando-o um trabalhador despossuído”⁷⁵.

Como materialidade dessa vertente, em 1894, é criada a Escola Normal de Juiz de Fora, com o objetivo de

oferecer a uma minoria uma alta qualificação para o preenchimento dos cargos de inspeção, das atividades burocráticas ou mesmo dos empregos em colégios de ‘elite’. Trata-se de criar uma nova escola normal para formar professores competentes (CHRISTO, 1994, p. 108).

Em todas essas instituições, divulgava-se o saber que interessava aos que detinham o poder econômico e político. A reforma educacional, de 1906, acrescenta a esse grupo de instituição os denominados “grupos escolares”, cuja função social primordial estava bem definida: “fazer bons cidadão e, acima de tudo, bons trabalhadores” (Idem, ibidem, p. 116). Nos primórdios de um Brasil republicano, em vias de uma mecanização da circulação territorial e da produção, no alvorecer da industrialização, a educação pública cumpre sua missão moralizadora e civilizatória. Nesse contexto, apesar do discurso liberal, o saber não era visto com um direito, mas como um mecanismo disciplinar, como bem atestou Foucault (1979), para formar o tipo de cidadão prestável, ditado pelas classes dominantes e promotoras de um modelo de modernização para Juiz de Fora: o trabalhador submisso.

O legado dessas instituições é a organização dos cursos de formação superior, no limiar do século XX. Em Juiz de Fora, a origem das IES está vinculada ao poder crescente das atividades do Instituto Granbery e da Academia de Comércio. Travava-se, no espaço local, uma “luta surda” entre os dois grupos, mas

⁷⁵Arroyo (1985, p. 76-77), em sua tese de livre-docência, aprofunda a relação entre o ofício de mestre e sua transformação em trabalhador assalariado. Para o autor, “para que a escola cumprisse o significado de classe que historicamente teve e tem, foi necessário organizar seus produtores como assalariados, despossuídos do controle do seu trabalho, do processo de sua realização, dividido e hierarquizado e, sobretudo, vendido como mercadoria no mercado de trabalho público ou privado. Só com essa organização do trabalho poderia a escola cumprir a função de classe que vem cumprindo”.

que, na interpretação de Christo (1994), não altera o plano de modernização, “antes é sinal de modernidade”.

Podemos dizer que estas instituições representam o início e a expansão de um sistema de educação vinculado ao avanço da ciência, da técnica e da informação, pelo território. São eventos de uma atualidade específica, de um tempo, de um conjunto de lugares que exibem os processos distintos de formação territorial.

A fase do projeto elitista de modernização de Juiz de Fora é característica do período em que se iniciam as atividades das IES na cidade. No próximo capítulo, apresentaremos os dois momentos seguintes: um período de crescimento do número de faculdades isoladas, no município, que culmina com a transformação destas instituições na Universidade Federal de Juiz de Fora; e o período atual, quando há uma difusão territorial das IES pelo espaço nacional, e a cidade exhibe as dinâmicas de um complexo processo de escolha para investimentos corporativos de verdadeiras empresas educacionais que seguem os fixos e fluxos do mercado consumidor, ávido por capacitação, conhecimento e diplomas, no país.

8 JUIZ DE FORA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Uma das características do tempo presente é a velocidade com que as transformações do mundo chegam aos mais diversos lugares. Disso já tratamos, desde o primeiro capítulo, e voltamos à questão, nesta que pretende ser a última parte da nossa reflexão. Para a geografia que fazemos, é fundamental reconhecer a “retrospectiva e a perspectiva” como duas extremidades de uma mesma sequência. Para Carl Sauer (1963, p. 360 apud. SANTOS, 2004) “o hoje não é senão um ponto sobre uma linha cujo desenvolvimento pode ser reconstruído desde o início e cuja projeção será realizada o futuro”, aquele que miramos.

A compreensão dos cotidianos presentes, concomitantes, coexistentes, simultâneos, faz parte do repertório das possibilidades do fazer geográfico contemporâneo. Trata-se de cotidianos sucessivos que precisam ser investigados para uma interpretação geográfica ampla do presente com olhos lançados para o futuro. Como se pode perceber, é necessário o estudo das sequências que nos oferecem uma abertura aos “presentes do passado”, seus agentes, suas formas-conteúdos, suas estruturas, seus processos. Segundo Santos (2002), tais sequências dão-nos as mudanças que fazem a história, que criam as periodizações, ou seja, as diferenças de significação para o território⁷⁶.

As IES fazem parte do presente de Juiz de Fora, desde os anos iniciais do século XX. As modernizações que acontecem no mundo, principalmente nos países desenvolvidos, também atingem, com temporalidades diferentes, o Brasil e os seus lugares seletos. Nesse momento da história territorial brasileira, as modernizações tinham, na contiguidade espacial, nos progressos dos transportes e das comunicações, uma “condição” para a sua difusão.

Santos (1997) adverte que, em cada período, o sistema de funcionamento do mundo procura tornar indispensável uma série de modernizações características, operação que advém do centro para a periferia. “Não se trata de uma operação ao acaso” (Idem, p. 31). Os espaços atingidos são aqueles que respondem, em um momento dado, às necessidades de ampliação ou de organização do sistema, em

⁷⁶Para Milton Santos (2002), existe uma ordem do tempo, que é a das periodizações, que nos permite pensar na existência de gerações urbanas, em cidades que se sucederam ao longo da história, e que foram construídas segundo diferentes maneiras, diferentes materiais e também segundo diferentes ideologias.

relação ao seu centro. Cada modernização, em escala mundial, representa um jogo diferente de possibilidades para os países capazes de adotá-las.

As inovações vividas por Juiz de Fora, em seu cotidiano, desde o limiar do século XX, com o desenvolvimento dos transportes urbanos, intermunicipais e estaduais (estrada União-Indústria, ferrovias), geração de energia elétrica, instalação do telégrafo e telefone, implementação de códigos sanitários, instalação de redes bancárias, indústrias e comércio diversos, são representativas de um período em que tais modernizações possibilitarão o desenvolvimento de novas necessidades, entre as quais a de mão-de-obra qualificada e a de uma nova forma pensar e viver. Nesse contexto, a educação, particularmente a educação superior, com suas distintas instituições, consolida-se na paisagem urbana:

[...] O fato de que a cada momento nem todos os lugares são capazes de receber todas as modernizações explica por que: 1) certos espaços não são objeto de todas as modernizações; 2) existem demoras, defasagens, no aparecimento desta ou daquela variável moderna ou modernizante; e isto ocorre em diferentes escalas (SANTOS, 1997, p. 32).

Como demonstra o mapa 7, outros lugares, no território brasileiro, terão como realidade de sua materialidade espacial a presença de IES, no mesmo contexto histórico em que Juiz de Fora vê o desenvolvimento das suas instituições. Esse resultado das localizações das instituições é, de certa forma, uma resposta aos interesses do sistema, podendo estar desde a escala mundial à local. Daí encontrarmos instituições em lugares onde as dinâmicas do mundo exigem que o território brasileiro corresponda às suas necessidades de consumo. Exatamente por isso, esses lugares são dinamizados por influência exógena. As faculdades isoladas que surgem em Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Ouro Preto, São Paulo, entre outras cidades, como já evidenciado, correspondem a lugares onde, assim como Juiz de Fora, as modernizações se “anteciparam”⁷⁷ no território nacional.

É importante ressaltar que lugares que acolheram as modernizações, ou seus múltiplos efeitos, são também os mais capazes de receber outras modernizações,

⁷⁷Em relação ao conjunto do território nacional, estes lugares receberam os primeiros impulsos modernizantes ou, como explica Santos (1994, p. 31), os “feixes de inovações”. Em relação aos países desenvolvidos, o tempo de manifestação das modernizações coloca esses lugares e todos os outros do território brasileiro em condição de atraso, gerando as diferenciações entre países e produzindo as diferenças internas do território.

tornando-se lugares privilegiados, com tendências a polarizações. É nessa hierarquia, se assim podemos dizer, que Juiz de Fora vai ter sua formação territorial. Centralizadora de uma série de modernizações, a cidade passa a comandar as dinâmicas espaciais de uma vasta região, abrangendo, ainda hoje, alguns municípios: Estado do Rio de Janeiro, particularmente do Médio Vale Paraíba; toda a Zona da Mata Mineira; parte do Sul de Minas; região dos Campos das Vertentes, em Minas Gerais.

Desse período em que surgem as primeiras IES até o momento, quando observamos uma concentração de 14 instituições instaladas no município, com 3 universidades e outras 11 instituições isoladas, a realidade mudou consideravelmente. Apesar de entendermos que o presente período em que técnica, ciência e informação passam a constituir os conteúdos dos mais diversos e dispersos lugares, as IES reforçam o apelo de polarização de Juiz de Fora. Os dados sobre a presença de tais instituições, na Zona da Mata Mineira, evidenciam o caráter centralizador da cidade em relação à oferta das vagas, nesta etapa da escolarização.

Dessa forma, podemos dizer que Juiz de Fora é um dos mais importantes municípios de toda a Zona da Mata, quer seja pela sua geração de divisas, de acúmulo de riqueza, de capacidade de atração de investimentos, quer seja pela oferta de infraestrutura à sua população. Esses aspectos promovem a elevação dos indicadores de qualidade de vida, divulgados pelos órgãos da administração municipal, de modo que, a custo de certa estagnação de outros municípios da Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora desponta como aquilo que, na literatura especializada, denomina-se polo regional.

O mapa 23 apresenta, de maneira simplificada, a localização de municípios com IES, na mesorregião geográfica da Zona da Mata Mineira. O levantamento do número de instituições existentes, em cada município, e o total de sua população estão organizados numa tabela que se encontra em anexo deste texto. No conjunto dos 17 municípios que possuem IES, o destaque é Juiz de Fora, com a maior oferta do segmento. De maneira geral, dispõem de IES os municípios com as seguintes caracterizações: maior concentração demográfica (Muriaé, Ponte Nova, Ubá, Cataguases, Leopoldina, Além Paraíba, Viçosa, Santos Dumont); ou que se localizam ao longo de importantes eixos rodoviários, como a BR 116, que corta no sentido Norte-Sul e toda a região da Mata Mineira (Além Paraíba, Leopoldina,

Muriaé, Cataguases, Carangola) e três são cortados pela rodovia MG 353 (Ubá, Viçosa, Ponte Nova).

A maior parte dos municípios do entorno de Juiz de Fora e de toda Zona da Mata Mineira podem ser caracterizados como de pequeno porte, portadores de fracos investimentos no setor de serviços, principalmente ensino superior, comércio e indústria. Segundo nosso levantamento junto ao MEC, atualmente, 120 municípios da Zona da Mata não dispõem de IES.

Quanto à polarização dos serviços educacionais exercida por Juiz de Fora, esta realidade vincula-se ao histórico de abertura de colégios na cidade, desde o século XIX, com a emergência da República, e de algumas instituições de ensino, no início do século XX: o pioneirismo do Instituto Granbery; a Academia de Comércio, primeira escola de ensino superior da área comercial no país; o primeiro grupo escolar de Minas Gerais; a Escola Normal; os colégios Santa Catarina e Jesuítas.

Estas e outras instituições, como já destacamos anteriormente, projetaram Juiz de Fora no cenário educacional, principalmente a partir da criação da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), na década de 1960, com a criação de novos cursos superiores que dinamizaram ainda mais as relações do lugar.

ZONA DA MATA MINEIRA: MUNICÍPIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

8.1 AS FACULDADES ISOLADAS EM JUIZ DE FORA

Como já mencionamos anteriormente, as primeiras escolas que deram origem ao ensino superior, em Juiz de Fora, eram vinculadas a instituições religiosas. As transformações inerentes a esse aparato escolar vinham imbuídas do projeto de “modernização conservadora”⁷⁸, responsável por atender às aspirações dos seus idealizadores.

Yasbeck (1999) elabora um quadro sinóptico que representa a evolução dos cursos secundários para o ensino superior aplicado à realidade de Juiz de Fora.

Quadro 2: Dos cursos secundários ao ensino superior
Fonte: YAZBECK (1999, p. 23)

⁷⁸Domingues (2002) aprofunda a discussão sobre as dialéticas da modernização conservadora no Brasil. O autor apresenta as razões por defender que tais modernizações não foram autênticas por não alterarem as bases da formação social brasileira.

A partir de uma simples interpretação do quadro, destacamos o papel das instituições confessionais, nas origens do ensino superior. Enquanto a Igreja Metodista lança as bases para a organização dos cursos de Odontologia e Farmácia, em 1904, e o curso de Direito, em 1912, a Congregação do Verbo Divino, da Igreja Católica, cria, em 1912, o Instituto Politécnico e o Curso Comercial Superior.

O crescimento do número de matrículas em cursos superiores, em Juiz de Fora, pode ser constatado na tabela 10, que agrupa, por triênio, o total de graduados, no período de 1915 a 1957.

Triênio	Média Anual
1915	49
1918	19,33
1921	9
1924	18,33
1927	20,33
1930	24
1933	65,67
1936	37,33
1939	26,33
1942	53,67
1945	60,33
1948	79,67
1951	131
1954	176,33
1957	201,67

Tabela 10: Média anual de graduandos nas IES de Juiz de Fora, por triênio (1915 – 1957)
Fonte: YAZBECK, 1999 p. 81

O aumento significativo no número de matrículas nesse período é observado em todo o território brasileiro, como destacam Santos & Silveira (2000). Os autores atestam ser este período um tempo de aumento acelerado da população brasileira, acompanhado de certa diversificação na oferta de cursos e de um significativo crescimento do número de matrículas, as quais somavam, em 1908, 6.735. Desde esse contexto, a concentração das IES ocorre no Sudeste do país, sendo o Rio de Janeiro detentor de 45,61% do total, e a região Sudeste detentora de 68,64%. No entanto, à medida que aumenta a centralização da produção e do consumo, São Paulo passa a concentrar maior número de instituições e matrículas, de forma que,

em 1935, já detinha 17,50% de todas as matrículas do país, ampliando a concentração no Sudeste.

Cabe ressaltar que o surto de industrialização ocorrido na cidade de Juiz de Fora enquadra-se no processo que originou a industrialização nas áreas de predominância da economia cafeeira. Até a década de 1920, a cidade era o maior centro industrial de Minas Gerais, com forte concentração da indústria têxtil, como registra Paula (1976). A realidade de Juiz de Fora faz parte do movimento geral de acumulação de capital da economia agroexportadora cafeeira que, predominantemente mercantil em seu conjunto, implicou um processo de diversificação urbano-industrial pelo país. Esse impulso urbano-industrial movimentou o setor educacional e contribuiu para o aumento do número de IES, matrículas e concluintes.

A educação exerce papel central no contexto de estruturação capitalista no território brasileiro. Silva (1999) entende que, nos modelos de produção fordista-taylorista, difundidos pelo país, no período da mecanização da produção e do território, a educação é um instrumento de transmissão do saber técnico-científico para a formação de mão-de-obra dos diversos setores da economia.

Em 1913, a população de Juiz de Fora estimava, aproximadamente, 90 mil habitantes, dos quais 30 mil viviam na cidade. Havia 21 escolas primárias, 2 escolas técnicas⁷⁹, 6 escolas normais, 10 ginásios, 2 escolas comerciais e 2 escolas superiores⁸⁰. A educação corresponde ao período de progresso da economia urbana: o crescimento do número de instituições escolares é resultado do período de desenvolvimento da indústria no Brasil, como um todo, e em Juiz de Fora, de maneira particular.

Na vigência da Lei Rivadávia Correa, aumentou a oferta de ensino superior no país, sendo que, em Minas Gerais, foram criadas, em Belo Horizonte, a Faculdade de Medicina, em 1911, e a Escola de Engenharia, em 1912. Em Alfenas, são criadas as Faculdades de Farmácia, em 1914, e de Odontologia, em 1915, que darão origem à recém-criada Universidade Federal de Alfenas. Em 1913, foi criada, em Itajubá, a Escola de Engenharia, dando origem, posteriormente, à Universidade Federal de Itajubá. Em 1910, foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices, em Belo

⁷⁹Croce (2008, p. 180), através de consulta na Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, evidencia o aumento substancial de criação de novas escolas técnicas em todo o Estado de Minas Gerais, “que buscavam suprir a qualificação dos meios de serviços”.

⁸⁰Dados da UFJF – *História da Faculdade de Direito*, 1985.

Horizonte, que, em 1959, transforma-se na Escola Técnica de Minas Gerais e, em 1978, é alçada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, passando a oferecer também cursos superiores.

O avanço do ensino superior, em outros lugares de Minas Gerais, pode ser constatado pela criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em Viçosa, em 1922, núcleo principal da Universidade Federal de Viçosa, criada posteriormente. Em 1927, por iniciativa do governo do Estado, foi criada aquela que seria a segunda universidade do país, como já destacamos anteriormente, a Universidade de Minas Gerais. Parte do projeto político do presidente do Estado, Antonio Carlos de Andrada⁸¹, a UMG foi constituída pela junção das faculdades já existentes em Belo Horizonte (Faculdades de Medicina, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Direito), passando à Universidade Federal, na década de 1950.⁸²

Na fase que ficou conhecida como “Primeira República”, o aumento do número de escolas superiores é visível também em outros Estados, caracterizadas pela inexistência de uma vinculação direta com o Estado, as chamadas escolas superiores livres, fomentadas em decorrência das facilidades ocasionadas pelas reformas no ensino. Na avaliação de Cunha (1988, p. 147), esse

fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, tais como a necessidade de aumentar o suprimento de força de trabalho dotada de alta escolaridade, e, também, de determinações ideológicas, com a influência do positivismo.

Como demonstra Yazbeck (1999), em 1913 e 1914, as Escolas de Farmácia e Odontologia e as de Direito e Engenharia desvinculam-se, respectivamente, das instituições confessionais Granbery e Academia de Comércio. A partir daí, surgem as IES laicas. De acordo com a autora, nos seus primeiros anos de atividade, tais instituições investem para alcançar um mínimo de estabilidade institucional, cada qual tecendo uma trajetória singular:

A Escola de Farmácia e Odontologia e a de Engenharia de Juiz de Fora chegam a investir, durante os anos 20, na criação de outros cursos, os quais encerram suas atividades no decorrer dos anos 30 (Idem, ibidem, p. 61).

⁸¹Informações coletadas no trabalho de Fernando Correia Dias, que pesquisa sobre o projeto intelectual e política, na criação da UFMG. Também foram retiradas informações da pesquisa de Maria do Carmo Peixoto.

⁸²Dados conseguidos junto ao INEP (2006).

A modernização representada pela presença das IES também reverbera no ordenamento territorial urbano de Juiz de Fora. Por um conjunto de normas, entre as quais o Código de Posturas, definiu-se, na cidade, um desenho urbano diferente de ruas sinuosas e estreitas, comum às cidades de passado colonial brasileiro. Ao optar por um traçado reto e largo, observa-se a afirmação de um espaço racional, de fácil locomoção, integrado ao moldes do que se concebia como a modernidade urbana. Era imperativa a necessidade de ampla e irrestrita circulação nas ruas, com rapidez e racionalidade. A rua, acima de tudo, como via de circulação, necessitava de pavimentação, alargamentos, limpeza, eliminação dos elementos indesejáveis (cortiços, ambulantes, mendigos)⁸³, iluminação e transporte elétrico⁸⁴.

Esse estilo de conformação urbana, de transformação e intervenção no espaço brasileiro de acordo com o que acontecia na Europa, especial na Paris de Haussmann, traduz a atmosfera que envolvia o Brasil neste período: um desejo por europeização e modernização, um desejo por ser estrangeiro. A transformação do espaço era a forma mais rápida e viável naquele momento para alcançar esta condição. Nessa perspectiva, as ruas juizforanas seguiram esse padrão (BARROS, 2008, p. 92).

A modernidade traz consigo uma nova consciência sobre o tempo e o espaço, sobre o corpo e a natureza. Paula (2006) acrescenta que a modernidade é o terreno tanto do surgimento experimental sobre o tempo, que viu multiplicarem-se os instrumentos de medi-lo, quanto das diversas modalidades e experiências de “descoberta” e investigação do espaço⁸⁵. No Brasil, trata-se dos momentos de valorização dos saberes técnicos e da ascensão da engenharia, como atesta Abreu, (1996). Por conseguinte, temos a modernização de cidades como o Rio de Janeiro, com sua “Comissão de Melhoramentos”, que culminou com a remodelação da cidade, no início do século XX. Os efeitos das modernizações urbanas na capital da República repercutiram em outros lugares: Recife, São Paulo, Porto Alegre, a recém-

⁸³Sobre a política de controle social da pobreza nesse período ver o trabalho de Jefferson de Almeida Pinto (2008). O autor analisa o regime de posturas adotado no município de Juiz de Fora e sua vinculação com o sistema de policiamento da rotina do espaço público, como garantia da salubridade, o abastecimento, a vigilância das obras publicas e a iluminação da cidade.

⁸⁴BARROS(2008, p. 91).

⁸⁵PAULA (2006) assume em seu texto que “tanto a cidade quanto a universidade são frutos da modernidade. [...] que a cidade, em seu sentido básico e fundante, como espaço da liberdade, matriz essencial da universidade. Isto é, que a liberdade que a cidade reivindica, que a pluralidade cultural que a cidade permite, que são o compartilhamento e as múltiplas interações que a cidade possibilita, são os elementos da constituição da universidade como um dos instrumentos da construção da sociedade humana livre e solidária”.

criada Belo Horizonte e, por fim, Juiz de Fora, são exemplos de cidades que promoveram suas reformas.

Ilustração 11: Juiz de Fora: Avenida Barão do Rio Branco. Anos 1950.

Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966152

Atendendo à expansão da economia e colaborando para a divisão do trabalho, ocorre, no Sudeste brasileiro, a mencionada e expressiva mecanização do espaço, repercutindo no avanço da urbanização. Santos & Silveira (2001) destacam o papel das cidades como lugares que oferecem os meios para o consumo das famílias e administrações, assim como para o consumo intermediário das empresas. As cidades “funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno” (Idem, *ibidem*, p. 280). Entre os bens de consumo das famílias, como alertam os autores, estão serviços específicos, como educação, saúde, lazer, entre outros. Dessa forma, as cidades deveriam representar a vitrine da modernidade capitalista. De fato, o racionalismo impregnado nos discursos dos engenheiros comanda as principais alterações dos conteúdos, funções e formas dos lugares.

A partir da compreensão de que as cidades constituem um elo entre o global e o local, as modernizações territoriais em Juiz de Fora, inclusive a presença das IES, são significativas para entendermos as dinâmicas próprias do lugar. O

crescimento da indústria, em Juiz de Fora, é observado até a década de 1930, quando ocorre a crise mundial de superprodução. Barros (2008) destaca quatro fatores infraestruturais que se transformaram em fortes pontos de estrangulamento no desenvolvimento industrial da cidade: abastecimento de água, transportes, comunicação e energia elétrica.

Ilustração 12: Escola de Farmácia e Odontologia em Juiz de Fora

Fonte: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.asminasgerais.com.br>

É interessante observar que, embora esses fatores tenham possibilitado o desenvolvimento industrial da cidade, entre o último quartel do século XIX e o início do século XX, eles não conseguiram acompanhar o ritmo de desenvolvimento ocorrido em outras regiões, principalmente São Paulo, e mesmo em Minas. Isso foi responsável por Juiz de Fora ingressar num processo de verdadeira estagnação.

Constatamos, em Juiz de Fora, o que Santos & Silveira (2008) abordam como uma espécie de “geometria variável”, ao considerarem a maneira como diferentes aglomerações urbanas participam do jogo entre o local e o global. Quando do início de crescimento do cenário industrial do país, a cidade destaca-se nesse setor, considerando as dimensões do consumo local ou regional. No entanto, no momento em que o país mergulha na crise dos anos de 1930 e se vê envolto noutra articulação produtiva, com bases na indústria de substituição de importações, a cidade não alavanca setores produtivos capazes de modernizarem a base industrial local.

Ilustração 13: Escola de Engenharia de Juiz de Fora
Fonte: <http://www.juizdeforaonline.files.wordpress.com/2009/09/>

Giroletti (1987) aponta quatro razões fundamentais, entre as quais a desaceleração do crescimento econômico em Juiz de Fora, para as mudanças observadas, a partir da década de 1930: transferência de recursos para o Rio de Janeiro, devido principalmente ao fato de a capital federal centralizar a comercialização e a exportação do café; deslocamento do eixo econômico do Rio de Janeiro para São Paulo; reordenação interna da economia mineira (implantação de nova malha ferroviária e rodoviária no Estado que enfraquecia a situação de Juiz de Fora como entreposto comercial); transferência da capital de Minas, que sobrecarregou a Mata Mineira e seus municípios com forte contribuição fiscal; finalmente, interesse em viabilizar Belo Horizonte como polo econômico, atraindo a migração interna de capitais e recursos humanos para a capital. O autor também identifica os fatores endógenos que demonstram os limites da expansão capitalista industrial no município, já mencionados anteriormente.

No geral, as cidades médias, como Juiz de Fora, comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores. A transferência da capital do Estado para Belo Horizonte e as políticas de dinamização produtiva da nova capital colocam outras regiões de Minas em “compasso de espera”. Musse (2008) constata que a queda na representação política da cidade ocorre a partir dos anos de 1940. “Enquanto experimentou o surto industrial, Juiz de Fora possuiu também políticos fortes e

influência junto ao governo imperial quanto aos primeiros presidentes republicanos” (Idem, p. 112). No entanto, com as mudanças no território brasileiro e na política nacional, Juiz de Fora passa a viver um período de lentidão nas forças capazes de promover significativas mudanças na sua formação territorial. São as forças de uma “geometria variável” que, nesse período, privilegiam outros espaços, dinamizando suas relações.

A partir da segunda década do século XX, o ensino superior, em Juiz de Fora, é separado das instituições confessionais que lhe deram origem. Por variados motivos, entre os quais os de ordem econômica, como financiamento e manutenção das instituições, ou ainda pela existência de decretos federais⁸⁶ que proibiam a existência de faculdades e cursos de Direito em cidades com menos de 100 mil habitantes. Dessa forma, as instituições superiores foram fechadas para, em momento posterior, serem reabertas. De fato, no quadro organizado por Yazbeck (1999), observamos alguns períodos de encerramento das atividades para, num futuro próximo, as atividades institucionais serem retomadas.

O período entre as duas grandes guerras mundiais é marcado por significativas mudanças no cenário internacional, principalmente no que se refere aos aspectos da economia e das ideologias. Embora, até a década de 1930, o Brasil tenha passado por uma integração limitada, abarcando apenas uma parcela do território e do mercado, a partir desse momento, são configuradas novas condições políticas e organizacionais: se, de um lado, a industrialização passa a conhecer uma nova impulsão, vinda do poder público do Estado, forte e interventor, de outro, começa a permitir que o mercado interno ganhe um papel crescente na elaboração de uma nova lógica econômica e, por conseguinte, territorial para o país. Como já caracterizamos, nesse contexto, o meio em formação tem na mecanização da produção e do território a principal força transformadora da geografia do país.

Em Juiz de Fora, opondo-se ao cenário nacional, naquele momento, o setor industrial dá inequívocos sinais de esgotamento, demandando das elites locais um novo padrão de articulação com o Estado. Yazbeck (1999) argumenta que essa nova condição tem como resultado uma mudança no perfil socioeconômico da cidade: ela passa a abrigar, paulatinamente, um contingente cada vez mais numeroso de servidores públicos, civis e militares, favorecendo tanto uma

⁸⁶Como exemplo, o Decreto nº 11530 de 18/03/1915.

especialização no setor de serviços quanto uma mudança na tipologia industrial. A cidade volta a abrigar uma quantidade expressiva de pequenas unidades industriais, diferindo-se do comportamento de outros centros urbanos do mesmo porte.

É o momento de reabertura de IES fechadas, anteriormente, e do surgimento de novas faculdades. A reforma Francisco Campos, ao admitir a categoria do “instituto isolado” de ensino superior, contemplado no Estatuto das Universidades Brasileiras, cria um contexto legal favorável às faculdades de Juiz de Fora: as instituições privadas, únicas existentes até então, negociam diversas formas de apoio federal, abrindo novos canais de comunicação entre os intelectuais e o poder central. Yazbeck (1999, p. 79) acredita que

A partir desse período, até os anos 50, há uma significativa expansão do ensino superior na cidade. São retomados os projetos das Escolas de Direito e Medicina que, por razões diversas, haviam encerrado suas atividades, e tomadas iniciativas no sentido de se criar outras escolas.

A quase erradicação das atividades agrícolas cafeeiras e a sucessiva e evidente decadência do setor industrial de Juiz de Fora não impedem, todavia, o grande crescimento das atividades educacionais, entre as quais a educação superior. A partir da segunda metade do século XX, o setor terciário amplia sua participação na composição econômica local, garantindo à cidade a função tradicional de importante centro regional distribuidor de serviços. O funcionamento dos cursos superiores em Juiz de Fora foi possível pela subvenção do Estado que, naquele momento, iniciava um processo de federalização de instituições isoladas, criando as universidades federais.

Cunha (1989) atesta que, no período que se estende de 1955 a 1964, quando foi criada a Universidade Federal de Juiz de Fora, outras 20 Universidades foram criadas no país: 5 mantidas por instituições católicas e 15 universidades federais. Para este autor, o crescimento quantitativo das universidades é o resultado da política expansionista das primeiras décadas do século XX, possibilitando a criação de um significativo número de escolas isoladas, como as situadas em Juiz de Fora.

O terreno sendo preparado para a construção da UFJF

O início das obras de construção da UFJF

Ilustração 14: Terreno preparado para a construção da UFJF e início das obras

Fonte: [http:// www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966152](http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966152)

8.2 RAZÕES DO MUNDO: O ATUAL USO DO TERRITÓRIO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, EM JUIZ DE FORA

A partir da metade do século passado, engendra-se uma nova base econômica no Brasil, ultrapassando o nível regional para situar-se na escala nacional. Os efeitos da segunda Guerra Mundial evidenciam-se nos sistemas infraestruturais do território brasileiro quer seja na carência do sistema de transportes quer seja no planejamento nacional. Simultaneamente ao crescimento demográfico sustentado pelas médias e grandes cidades, incluindo as capitais de Estado,⁸⁷ emerge uma urbanização cada vez mais veloz: o Brasil-arquipélago cede lugar a um território mais fluido.

Dessa forma, estampa-se um Brasil que, aos poucos, vai sendo integrado pelos sistemas de transportes e comunicações, bem como pelas necessidades advindas da industrialização de grande porte e do capital multinacional. Vinculadas à criação de um mercado interno, desenvolvem-se importantes cidades no interior do território. Silveira (2005) enfatiza que essas dinâmicas decorrem do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida, da expansão do consumo e da demanda de serviços em número e frequência maiores que anteriormente.

⁸⁷Santos (2008, p. 30) argumenta que, a partir dos anos de 1940/50, é a lógica da industrialização que prevalece como motor propulsor do desenvolvimento do país. Esclarece o autor que o termo industrialização não pode ser tomado em seu sentido estrito, isto é, criação de atividades industriais nos lugares. Mais que isso, tanto inclui a formação de um mercado nacional quanto os esforços de equipamentos do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas. Isso impulsiona a vida das relações, das terceirizações, ativando o próprio processo de urbanização.

Somando-se ao rápido crescimento da demanda geral de educação no país, os efeitos da acelerada urbanização são acompanhados de acréscimos e variações no uso do território por instituições de ensino. Segundo dados do MEC/INEP, praticamente em todas as regiões, a matrícula no ensino fundamental mais que triplica, entre 1960 e 1980. O ensino médio, longe de atingir todos os lugares e as demandas da população, cresce cerca de sete vezes, ao longo dessas duas décadas. Com aumento de 3,6 vezes, o crescimento explosivo de matrículas em IES coroa o cenário educacional do país. Cursos e instituições, sobretudo privadas, passam a povoar as diversas regiões, embora, como já demonstramos, tenham marcado claramente a centralização naquilo que seria denominado, *a posteriori*, de “Região Concentrada”.

Dias (1989) menciona que, à revolução dos transportes ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, segue-se, nos anos de 1970, a revolução das telecomunicações, com as perspectivas abertas pela evolução técnico-científica e pela incorporação dos satélites brasileiros. Nesse período, as formas do pensar, do agir racional e das modernizações a qualquer preço ultrapassam o domínio da produção e impõem-se ao setor público, atingindo áreas até então não tocadas ou alcançadas apenas indiretamente: a manipulação da mídia, a profissionalização, as relações de trabalho, a organização e o conteúdo do ensino, em todas as suas etapas⁸⁸.

Com o crescimento da população urbana e com o aumento do número de cidades, verifica-se a urbanização da sociedade e, com ela, do território brasileiro. Aumenta o número de cidades locais com sua respectiva força, bem como o dos centros regionais, ao passo que as metrópoles regionais tendem a crescer relativamente mais que as próprias metrópoles da região Sudeste.⁸⁹ As cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias e um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial, agrícola e prestadora de serviços, a cada dia, mais intelectualizada.

O crescimento da população do município ilustra o processo de transformações territoriais em Juiz de Fora, nesse período. A tabela 11 agrupa dados demográficos desse período que denominamos técnico-científico-informacional.

⁸⁸SILVEIRA (2005).

⁸⁹SANTOS & SILVEIRA (2001).

Os dados apontam para um expressivo crescimento demográfico, decorrente de um conjunto de situações que impulsiona o incremento populacional no município. Entre as situações, destacamos a centralidade dos serviços educacionais, presentes na formação territorial de Juiz de Fora, desde o início do século XX, atraindo para a cidade contingentes populacionais em busca de formação superior. Em 57 anos, a população de Juiz de Fora mais que quadruplica, passando de 114.531 habitantes, em 1950, para 513.348 habitantes, em 2007, de acordo com a estimativa do IBGE.

Ano	População
1950	114.531
1960	169.440
1970	238.510
1980	307.525
1991	385.996
1996	424.479
2000	456.796
2007*	513.348

Tabela 11: Evolução do crescimento populacional de Juiz de Fora
 Fonte: IBGE. *Contagem e estimativa da população 2007.

Por representar a primeira instituição pública, em uma vasta região que envolve a Zona da Mata, o Sul de Minas, a Região dos Campos das Vertentes e parte do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, na década de 1960, representa um marco na atratividade demográfica por demanda educacional superior.

No âmbito econômico, o início do segundo quartel do século XX pode ser caracterizado por uma estagnação nas atividades produtivas, contribuindo para o fechamento de diversas empresas em Juiz de Fora. Esse fato, em parte, pode ser vinculado a uma relativa incapacidade da indústria local frente aos rápidos processos de modernizações, bem como à perda de competitividade para outros lugares onde as indústrias foram alocando-se, aproveitando as oportunidades das vantagens comparativas.

Ilustração 15: Campus da UFJF

Fonte: http://i271.photobucket.com/albums/jj127/fly_jf/ufjf-1.jpg

Porém, como resultado de políticas públicas atentas à estagnação econômica do município, no fim da década de 1960, na gestão de Itamar Franco, são implementados investimentos no setor infraestrutural da cidade, com o principal objetivo de fomentar as condições para um novo crescimento industrial. A partir de então, com a criação dos Distritos Industriais, aumenta a possibilidade de inserção numa política nacional de fomento à industrialização. Em Juiz de Fora, o ano de 1973 marca o momento de criação do Distrito Industrial, localizado em Benfica, situado às margens da BR 040, que liga a cidade ao Rio de Janeiro e à capital do Estado, Belo Horizonte.

Com as obras de infraestrutura em telecomunicações, em abastecimento de água e em transportes, no novo Distrito Industrial, e com a política estadual e local trabalhando em prol da atração de investimentos produtivos, entre os quais a indústria, dois grandes empreendimentos industriais instalaram-se no município: a Siderúrgica Mendes Júnior (Hoje do Grupo Arcelor Mittal) e a Companhia Paraibuna de Metais (atualmente Votorantim Metais)⁹⁰.

Em síntese, quando retomamos o processo de industrialização de Juiz de Fora, a partir da década de 1970, seguimos a organização dos diversos momentos em que Oliveira-Júnior (2004) identifica como corte histórico-econômico: o primeiro

⁹⁰Para este período ver: OLIVEIRA-JÚNIOR, L. B.; MATTOS, R. S. & BASTOS, S. Q. A. O esforço pela reindustrialização, nos anos 70 e 80: Siderúrgica Mendes Júnior e Companhia Paraibuna de Metais. In: *Juiz de Fora: História, Texto e imagem*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004. P. 77-88.

momento, com a industrialização, o desenvolvimento e a consolidação das primeiras unidades fabris, entre 1850 e 1930; o segundo momento, que se estende até os anos da segunda metade da década de 1940, com a desaceleração e o descompasso em relação aos demais lugares do território nacional; o terceiro momento, que perdura até a metade dos anos de 1950, caracterizado por uma lenta recuperação do setor, principalmente pelos pequenos investidores; um período de decadência industrial, até os anos de 1970; finalmente, a partir dessa década, quando um conjunto de estratégias locais e estaduais de recomposição da indústria culmina com a construção dos Distritos Industriais.

Essas transformações territoriais, em Juiz de Fora, resultam da natureza da formação socioespacial brasileira que, a partir dos anos de 1950, com a industrialização, tem como característica um aprofundamento significativo da divisão social e territorial do trabalho. A partir de então, a indústria, efetivamente, torna-se o centro dinâmico da produção de riqueza no país, enquanto o Estado, assumindo novo papel, passa a investir nos setores produtivos. A essas características das mudanças na representatividade do Estado frente aos apelos econômicos, agrega-se a imersão do Brasil na fase da história mundial cindida pela revolução da técnica, da ciência e da informação. Os novos signos desse momento que se inaugura no país e no conjunto dos seus lugares são expressos por uma intensa multinacionalização das empresas e das suas produções: empréstimos em larga escala, da nação ao empreendedor direto, sinalizam para a disseminação do crédito e do poder do dinheiro, incisivos no trato econômico da vida social; frenesi na circulação e acumulação do capital; incomensurável revolução da informação e do conhecimento, que ligam instantaneamente os lugares, graças aos avanços da informática.

Quanto à geografia dessa realidade, da qual os lugares do Brasil e do mundo vão, diferentemente, participando, Santos (2008, p. 118) esclarece que dois novos fenômenos constituem a sua base de explicação histórica: de um lado, o período que, no Brasil, tem início nos anos de 1960 e que marca a contemporaneidade, é caracterizado por uma verdadeira unicidade técnica, pelo fato de que, em todos os lugares, os conjuntos técnicos são praticamente os mesmos, apesar do diferente grau de complexidade; de outro lado, a fragmentação do processo produtivo geral, em escala internacional, realiza-se em função dessa mesma unicidade técnica.

A percepção desse momento, em que o conhecimento configura-se como um atributo do desenvolvimento dos lugares, e a paulatina transformação deste segmento em um “bem de consumo” favorecem a organização de novas IES, em Juiz de Fora. No final da década de 1960, autoriza-se o funcionamento da primeira Faculdade de Administração, em Juiz de Fora: com atividades educacionais que remontam o início do século, a Fundação Educacional Machado Sobrinho passa a atuar na área do ensino primário e, posteriormente, comercial. Em 1974, cria-se o curso de Ciências Contábeis, caracterizando a instituição por sua formação gerencial.

Diversas unidades integrantes da atual UFJF nasceram da iniciativa da Congregação do Verbo Divino ou foram mantidas por ela, através da Academia de Comércio, principalmente as faculdades de Economia, Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Farmácia e a Escola Politécnica. Em 1972, organizou-se o projeto de criação do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF), que teve, no mesmo ano, sua documentação aceita e aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

Com trajetória passando pela educação básica, com cursos que equivalem, atualmente, ao ensino fundamental e médio, o Instituto Vianna Junior também teve autorização para funcionamento de cursos superiores, na década de 1970. A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais passou a oferecer o curso de bacharel em Direito, única instituição privada nessa área, uma vez que as demais instituições particulares foram agrupadas na federalização e criação da UFJF.

Ilustração 16: Instituto Vianna Junior

Fonte: <http://static.panoramio.com/photos/original/18523650.jpg>

As pesquisas desenvolvidas por Rodrigues (2005) apontam para uma mudança na composição dos setores econômicos em Juiz de Fora, como demonstra o gráfico 2. De acordo com dados do IPEA, há uma oscilação na participação dos setores de atividades econômicas, com diminuição do setor secundário e crescimento do terciário. O setor primário no município de Juiz de Fora, no contexto analisado, aparece com índices ínfimos na composição econômica, cenário construído após a crise de 1929, quando a agricultura cafeeira sofreu duro golpe e foi praticamente erradicada da região.

Além das atividades industriais, o município passa a desenvolver, em crescente escala, atividades do setor terciário, determinantes para a cidade e região. Com a ampliação, em escala regional, da rede de estabelecimentos comerciais, de comércio varejista e de distribuição de bens e mercadorias, a cidade tem sua antiga e importante função fortalecida. Acrescentamos a essas características a oferta de educação superior, com a concentração de uma universidade federal e três faculdades privadas, oferecendo cursos de direito, administração de empresas, ciências contábeis e licenciaturas de pedagogia e psicologia⁹¹.

Gráfico 2: Distribuição do PIB em Juiz de Fora, 1970 – 2005.
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008).

Como defendemos, a seletividade no uso do território constitui uma das principais características do período técnico-científico-informacional. Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção, circulação, distribuição, consumo) pode, doravante, ser dissociada e autônoma, uma vez que os

⁹¹Dados coletados em pesquisa de campo, junto às instituições supracitadas.

sistemas técnicos conectam mais rapidamente os lugares, aumentam as necessidades de complementação das atividades, agora distribuídas no território. Para Santos (2008, p. 121),

Há uma produção de circuitos produtivos e fluxos, cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos.

Ao pesquisar a importância dos capitais fixos na formação territorial de Juiz de Fora, Menezes (2004) constata o caráter complementar das atividades econômicas desenvolvidas, a partir dos anos de 1970, no município. Na interpretação de Menezes, os investimentos produtivos significaram um importante marco para a economia da cidade: além de representarem a inserção do território municipal na economia regional do estado de Minas, passaram a complementar o setor metalúrgico da região de Belo Horizonte, integrando-se, pela primeira vez, à economia do Estado⁹².

Com relação à dinâmica demográfica do município, no período de 1970 a 1980, Machado (1997) afirma que a maior contribuição para o crescimento demográfico deve-se ao processo migratório definitivo de populações de municípios menores do sudeste de Minas e de municípios fluminenses que estão na hinterlândia de Juiz de Fora. Segundo o autor, entre 1970 e 1980, quase $\frac{3}{4}$ do incremento demográfico total do município ocorreram em função da migração definitiva, principalmente de mulheres providas de áreas urbanas. Esse fato pode ser explicado pela importância de Juiz de Fora como polo de atração regional, quer seja pelo setor terciário diversificado e bem desenvolvido (educação, comércio, prestação de serviços entre outros), quer seja pela oferta de emprego.

Machado (1997) também chama atenção para a população flutuante diária que, nesse período, já contribuía para o grande fluxo de pessoas, principalmente na área central da cidade, ora em busca do setor terciário, principalmente comércio e demandas educacionais e de saúde, ora no ir e vir diário ao trabalho.

⁹²A produção material de Juiz de Fora e Zona da Mata, historicamente, esteve vinculada às demandas externas e à metrópole do Rio de Janeiro. Somente a partir do período citado, observa-se uma interconexão mais intensa da economia local com outras áreas econômicas do Estado de Minas Gerais.

Em tempos de novos usos do território brasileiro, observa-se, em Juiz de Fora, a partir dos anos de 1980 e, principalmente, a partir da década de 1990, uma dinâmica que incorpora os discursos do planejamento urbano e regional como indutores do desenvolvimento do município. Menezes (2004) destaca que se realiza, no município, uma nova rodada de reestruturação e reincorporação do território nas regras e modos operacionais do modelo econômico em curso. Após os anos de 1990, com a abertura da economia, com a redemocratização do país e com a nova constituição alicerçada pelas novas tecnologias de mídia e informação, cidades e regiões transitam para novas inserções no sistema espacial brasileiro: “Lugares emergentes, *ranking* de cidades, qualidade de vida são temas midiáticos que logram apresentar novos lugares de investimentos para as mais diversas gamas de empresários e corporações econômicas” (Idem, *ibidem*, p. 8).

As transformações advindas da globalização e seus rebatimentos no território implicam, entre outros aspectos, a criação de novos sujeitos da economia, da política e da cultura. Relativas ao gerenciamento, à governabilidade e à correlação de forças políticas que atuam sobre o território, novas estratégias se interpoem diante da gestão territorial: alavancados e apoiados em modelos racionalistas de gestão do território e, na nossa análise, de orientação neoliberal, a administração pública e o empresariado local tentam atrair novos investimentos para a cidade e garantir a reprodução ampliada a partir, principalmente, da realização do empreendimento imobiliário, numa junção inédita e inovadora de investimento em infraestrutura logística e em novas tecnologias, formando um cardápio variado de tipos de equipamentos imobiliários.

Atualmente, um outro território urbano-regional articula-se sobre as áreas de expansão da cidade que seguem os principais eixos da malha viária urbana e rodoviária. Além das obras de duplicação do trecho da BR 040, que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, já concluídas, e das obras de duplicação da mesma, em andamento, no sentido de Belo Horizonte, vários empreendimentos industriais, prestadores de serviços, comerciais e do ramo imobiliário-residencial alocam-se tanto no eixo formado por esta rodovia quanto nos principais acessos da cidade à BR.

Diversas instâncias de poder e agentes articuladores são responsáveis por essas transformações: ao governo federal coube alocar recursos financeiros para a duplicação da rodovia BR 040, para a operacionalização técnica do Aeroporto da

Zona da Mata (construído nos municípios de Rio Novo e Goianá, distante 50 km de Juiz de Fora) e para a produção de conhecimento, ciência e tecnologia, através da UFJF (Menezes, 2004). Além disso, há investimentos na área de geração de energia, com a construção da primeira termoeletrica brasileira a funcionar com a queima do etanol. Cabem ao estado de Minas Gerais incentivos fiscais, além de investimentos diretos e, através de programas e políticas articuladas por agências estaduais de fomento e do BDMG, a condução do aproveitamento econômico e das potencialidades de articulação com a economia nacional e internacional.

Quanto à iniciativa privada, salientamos os empreendimentos que têm provocado impacto na cidade e na região de forma a movimentar investimentos que atendam ao mercado local, regional, nacional e internacional. Destacamos, no município, a presença de 13 IES pertencentes à iniciativa privada. Destas, 9 instituições foram instaladas após o ano 2000, consistindo, portanto, em um dos maiores empreendimentos em curso, no momento. Devem-se destacar outros segmentos empresariais cuja instalação está devidamente legitimada pela prefeitura que, pelo plano estratégico municipal, assume a competência não só de regular e normatizar a instalação dos novos equipamentos territoriais sobre o município, mas também de apoiar politicamente empreendimentos para a região. Por fim, os empreendimentos imobiliários beneficiados direta e indiretamente por todos os principais projetos de impacto territorial⁹³.

Outros são os empreendimentos que aliam tecnologia, logística e negócios imobiliários que estão, atualmente, em implantação sobre o nó rodoviário onde se localiza Juiz de Fora. A malha viária articula e insere o espaço urbano da cidade com os seguintes eixos rodoviários nacionais: BR 040 (ligação entre Rio, Belo Horizonte e Brasília); BR 267 (principal ligação entre o sul de Minas, São Paulo e a Zona da Mata oriental); enlaçamento com o eixo da BR 116 (principal ligação entre o sul e o nordeste do país); e a rodovia estadual MG 353 (em direção ao interior da Zona da Mata).

Esse contexto de transformações que vive Juiz de Fora (MG) está conectado com o que acontece tanto no nível do estado-nação quanto no nível global. O que existe como cotidiano em Juiz de Fora é parte de uma razão do mundo: “O lugar é

93 Segundo Menezes (2004), as obras de infraestrutura viária, *marketing* e inovação no mercado imobiliário, com o surgimento dos primeiros condomínios fechados, são algumas das características sobre a organização interna da cidade que marcaram os últimos vinte anos.

espaço de todo mundo, toda gente cabe lá [...]”. É importante destacar que a valorização dos lugares é particularmente relevante num conjunto marcado por alguns fatores assim caracterizados: fortes processos de desenraizamento das relações sociais; perda das referências culturais com o lugar; mescla entre os interesses privados e públicos; e mimetismo na ação administrativa, visível pelo comércio de modelos de gestão e planejamentos.

Não existe um espaço global, mas apenas, espaços da globalização. O mundo se dá sobretudo como norma, ensejando a espacialização, em diversos pontos, dos seus vetores técnicos, informacionais, econômicos, sociais, políticos e culturais. São ações ‘desterritorializadas’, no sentido de teleagidas, separando, geograficamente, a causa eficiente e o efeito final (SANTOS, 2002^a, p. 337).

Nesse cenário, o discurso do desenvolvimento, como processo de transformação social, assumiu caráter marginal, pontuado pela busca de soluções endógenas, no sentido mais restrito do termo, gerando ora a guerra fiscal entre estados e municípios, ora ações voluntaristas de caráter quase messiânico.

Atualmente, como se pode constatar na tabela 12, que retrata o quadro de matrículas no Ensino Superior, em Juiz de Fora, entre os anos de 2002 e 2008, o número de vagas nas IES vem crescendo substancialmente nos últimos anos. Do ano de 2002, contabilizando 19.852 vagas, para o ano de 2008, com 25.959 vagas nas IES, temos um crescimento de aproximadamente 30,7%. Trata-se de uma porcentagem expressiva, na medida em que, segundo dados do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior, o crescimento nacional apontado pelo Censo Educacional é de, aproximadamente, 15,7%.

Instituições	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CES	3.204	3.374	3.289	3.723	3.973	3.339	3.286
FACSUM	----	123	311	468	700	800	967
ESTACIO DE SÁ	187	1.173	2.046	2.209	3.076	3.150	3.239
MACHADO SOBRINHO	1.420	1.362	1.262	1.085	942	704	750
GRANBERY	418	891	1.218	1.482	1.739	1.959	2.079
SENAI TEC.	---	----	----	----	209	186	150
DOCTUM	---	----	123	482	298	300	207
VIANA JR	1.962	1.645	1.784	1.815	1.810	1.900	1.884
SUPREMA	---	----	229	550	703	983	1.093
UFJF	9.720	10.219	10.523	10.724	10.822	11.811	11.879
UNIPAC	2.204	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	nd	nd
UNIVERSO	---	2.059	n.d.	n.d.	n.d.	nd	nd
FJF	--	--	--	--	--	--	100
CARLOS CHAGAS	--	45	138	229	311	315	315
TOTAL	19.852	20.891	20.923	22.767	24.583	25.447	25.949

Tabela 12: Evolução do número de alunos matriculados em IES de Juiz de Fora, no período entre 2002 e 2008.

Fonte: Instituições citadas. Coordenadoria de Administração de Pessoal/UFJF.

Centro de Pesquisas Sociais/Anuário Estatístico de Juiz de Fora-2007.

O crescimento do número de matrículas, entre os anos de 2002 e 2008, está explicitado na tabela 13:

Ano	Total matriculado	Taxa de Crescimento (%)
2002	19.852	----
2003	20.891	5,25
2004	20.923	0,01
2005	22.767	8,8
2006	24.583	7,9
2007	25.447	3,5
2008	25.949	0,02

Tabela 13: número de matrículas entre 2002 e 2008.

Fonte: Coordenadoria de Administração de Pessoal/UFJF. Centro de Pesquisas Sociais/Anuário Estatístico de Juiz de Fora-2007. Pesquisa de Campo.

De acordo com os dados coletados, o crescimento das matrículas, no Ensino Superior de Juiz de Fora, vem mantendo-se num ritmo crescente, com exceção do ano de 2004, que apresentou quase estagnação. É importante destacar que duas grandes instituições universitárias (UNIPAC e UNIVERSO) não disponibilizaram os totais de matrículas no período apurado⁹⁴. Seguindo a lógica do mercado, o fenômeno do crescimento das matrículas está relacionado à maior oferta de cursos

⁹⁴ Os dados usados nas tabelas e análises foram retirados do Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Também foram feitas pesquisas de campo nas instituições analisadas, mas estas não disponibilizaram os totais de matrículas.

e ao consequente maior número de vagas nas instituições, principalmente as privadas. Deve-se observar, pela tabela 14, que há algumas variações no número de cursos nas instituições. Além disso, o crescimento da oferta de cursos gera maior oferta de vagas, ampliando, portanto, a população matriculada no ensino superior, no município.

Instituições	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CES	13	12	11	14	14	14	14
FACSUM	---	6	6	4	6	6	6
ESTACIO DE SÁ	5	8	13	13	13	10	14
MACHADO	2	2	2	2	2	7	11
GRANBERY	3	5	6	6	6	6	6
SENAI TEC.	---	---	---	---	1	1	1
DOCTUM	---	---	1	1	1	1	1
VIANA JR	2	2	2	6	6	6	6
SUPREMA	---	---	4	4	6	5	5
UFJF	30	29	29	29	29	32	32
UNIPAC	15	n.d.	n.d.	n.d.	12	14	14
UNIVERSO	---	19	20	21	21	21	12
FJF	---	---	---	---	---	3	4
CARLOS CHAGAS	---	1	1	1	1	1	1
TOTAL	70	83	94	100	105	127	127

Tabela 14: Evolução do número de cursos oferecidos por IES, 2002 – 2008.

Fonte: Coordenadoria de Administração de Pessoal/UFJF.

Centro de Pesquisas Sociais/Anuário Estatístico de Juiz de Fora-2007. Pesquisa de Campo.

Das IES presentes em Juiz de Fora, observamos que algumas delas restringiram-se à dimensão territorial local (Vianna Júnior, Machado Sobrinho, SUPREMA), enquanto outras espalharam-se pelo território nacional. A UNIPAC, a Doctum, o Instituto Carlos Chagas (vinculado ao conjunto de faculdades de Além Paraíba – MG) têm localização restrita no território mineiro.

Outras instituições espalharam-se pelo território brasileiro, caracterizando sua dimensão nacional: UFJF (Rede de Instituições Federais); Faculdade Estácio de Sá (vinculada ao Grupo Estácio – primeira instituição educacional a abrir seu capital em bolsa de valores); FJF e FACSUM (vinculadas ao grupo UNIP); Universo; Granbery (apesar da dimensão local da instituição, esta mantém vínculo com o conjunto de universidades e faculdades metodistas no Brasil); Faculdade de Tecnologia SENAI (vinculada ao sistema do Serviço Nacional da Indústria, que mantém outras IES, em outros lugares do território nacional); CES (Centro de Ensino Superior, entidade

confessional da ordem dos padres verbitas, com instituições no Brasil e no exterior, principalmente no continente asiático).

Além da redução do valor das mensalidades, facilitando, portanto, o acesso ao ensino superior, outro fator de destaque é o PROUNI (Programa Universidade para Todos), do Governo Federal, que disponibiliza vagas a alunos que estudaram em escolas públicas e de comprovada carência econômica, nas instituições privadas no país. Soma-se ainda o FIES (Financiamento Estudantil), outro programa do governo federal, que empresta recursos a estudantes que não se enquadram no regulamento do PROUNI.

Quando comparamos os dados numéricos relativos ao crescimento do ensino superior em Juiz de Fora (matrículas, cursos, números de instituições) aos de outros lugares do território brasileiro, constatamos certa “tensão” entre sua homogeneização e especialização. Santos & Silveira (2000) argumentam que duas tendências parecem, hoje, definir a geografia do ensino superior no Brasil: haveria um jogo dialético entre, de um lado, uma busca pela homogeneização de certos saberes e, de outro, uma busca pela especialização de outros saberes, de acordo com os lugares.

“Em consonância com as necessidades do período, o ensino se desenvolve e suas ofertas ajudam a configurar o território” (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 54). É, sobretudo, o avanço da homogeneização dos saberes que conduz à expansão de uma fronteira educacional. De fato, a relevância alcançada pela área das Ciências Gerenciais, incluindo Administração (comércio exterior, processos gerenciais, gestão comercial, gestão financeira, *marketing*, gestão de recursos humanos, qualidade e produtividade, logística), com a presença de 23 cursos, distribuídos em turnos diurnos e noturnos, concretiza-se essa homogeneização, em Juiz de Fora.

As áreas do Direito, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis somam outros 14 cursos nas instituições da cidade, evidenciando o papel da regulação e das finanças, no atual período. A ‘explosão’ dos cursos de Comunicação Social, Jornalismo, *Marketing*, Publicidade, Produção Audiovisual e Turismo (14 cursos) definem o papel da informação, da comunicação, da exposição de uma visão de mundo que tenta se impor atrelada aos novos usos e consumos no e do território.

As Engenharias, que indicam as especificidades da técnica, a busca de soluções para as dificuldades do cotidiano, as grandes infraestruturas e a ‘miniaturização’, apresentam um crescimento mais tímido nas instituições privadas e

mais vigoroso na Universidade Federal: 3 cursos nas instituições privadas e 6 cursos na UFJF.

As áreas de ciências médicas e saúde acompanham o ritmo do crescimento do número de cursos: trata-se da área de maior concentração, com 28 cursos (Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Educação Física).

Licenciatura e formação de professores também concentram significativo número de cursos, apesar de Pedagogia prevalecer sobre as licenciaturas específicas. Somam-se 8 cursos de Pedagogia e 14 de licenciatura (Geografia, História, Letras, Ciências Biológicas, Matemática, Física, Química, Educação Física), sendo que a maior concentração ocorre na Universidade Federal, enquanto, nas instituições privadas, a oferta é menor, de forma que, nos últimos três anos, houve expressivo esvaziamento das respectivas turmas.⁹⁵

A propagação do discurso metafórico de sustentabilidade ambiental, aliado ao modismo do momento, suscitou a criação de novos cursos na área: 4 na área de gestão ambiental e meio ambiente, em sua maioria na modalidade de tecnólogos⁹⁶.

Vale destacar que, apesar do passado agroexportador da Zona da Mata Mineira, onde Juiz de Fora se insere, não há cursos na área das ciências agrárias, havendo somente 1 de Medicina Veterinária, na UNIPAC, ratificando que, atualmente, o município tem nas atividades eminentemente urbanas a base da produção material. Devemos ressaltar ainda a proximidade da Universidade Federal de Viçosa, instituição reconhecida internacionalmente por suas atividades de pesquisa, ensino e extensão em ciências agrárias.

⁹⁵Conforme constatamos em pesquisa de campo, somente os cursos de Ciências Biológicas e Educação Física mantêm um número mais elevado de egressos nas instituições privadas pesquisadas. As demais licenciaturas passam por problemas em relação à abertura de turmas, uma vez que as instituições alegam que o total de alunos matriculados não cobre o custo de funcionamento dos cursos. Dessa forma, algumas instituições, apesar de apresentarem esses cursos nos seus quadros de vagas, não têm alunos matriculados.

⁹⁶Geralmente, os cursos Tecnólogos têm duração de 4 a 6 semestres.

Ilustração 17: Faculdade de Ciências da Saúde – SUPREMA
 Fonte: http://www.suprema.edu.br/imgs.site/afaculdade_01_g.jpg

Ilustração 18: Faculdade do Sudeste Mineiro
 Fonte: <http://www.unilist.com.br/facsum>

Ilustração 19: Faculdade Estácio de Sá
 Fonte: <http://www.artnet.com.br/~sinprojf/rp2.jpg>

Observamos que, paralelamente, segundo as urgências de especialização territorial, dão-se concentrações diferenciais de cursos. Nas observações de Santos & Silveira (2000) “são os lugares reclamando diferenças” ou, em outras palavras, o território utilizado localmente pela sociedade, impondo topologias educacionais diversas. Em Juiz de Fora, a instalação de uma unidade produtiva da Mercedes Benz influenciou a abertura de cursos na área da engenharia e automação mecânica: foram criados 3 cursos após a instalação dessa unidade empresarial. A cidade concentra uma expressiva indústria de confecções que atende a uma vasta região, de forma que, nos últimos anos, o curso de Design de Moda, em 4 Instituições, preenche uma antiga demanda local por profissionais do ramo.

Nesse sentido, como lugar da materialidade desse evento de crescimento do ensino superior, a cidade de Juiz de Fora passa por mudanças na sua formação territorial. Todo e qualquer acontecimento se dá num lugar, num espaço, e isso traz transformações que são verificadas no âmbito da análise dos fixos e fluxos do território (SANTOS, 2002).

Como exemplo dos fluxos, o fator de movimento e de circulação é um dado visível na análise das mudanças trazidas pela concentração do ensino superior, em Juiz de Fora. Por polarizar, de certa forma, a oferta de vagas nesse segmento de ensino, muitas cidades do seu entorno não conseguem atrair investimentos privados nesse setor. Dessa forma, cria-se uma intensa circulação territorial entre os municípios do entorno de Juiz de Fora, concretizando o movimento de ir e vir da população estudantil, diariamente, entre as cidades de origem e Juiz de Fora.

Isso ajuda a caracterizar um tipo de migração pendular, entre população de municípios vizinhos, como Três Rios, Santos Dumont, Lima Duarte, Bicas, Coronel Pacheco, entre outros, e o município de Juiz de Fora.

Dessa forma, em virtude da oferta de vagas no ensino superior, o espaço urbano de Juiz de Fora vem sofrendo transformações, em função de um novo movimento e de uma nova circulação extraurbana e intraurbana. Grande parte das IES estão concentradas próximas ao principal eixo de circulação da cidade: avenida Barão do Rio Branco. Somente 3 Instituições (UFJF, UNIPAC e SUPREMA) estão em áreas afastadas do centro da cidade, enquanto as demais perseguem as densidades dos fixos urbanos.

Ilustração 20: Região Central de Juiz de Fora

Fonte: <http://www.videosol.com.br/img/Destaque/jf.jpg>

Santos & Silveira (2001) identificam tanto os espaços de concentração de vagas no ensino superior quanto os espaços de pouca ou nenhuma oferta de vagas e denominam esse fenômeno como áreas de acumulação ou densidade de oferta e áreas de rarefação. Trata-se de uma realidade constatada que se verifica em toda a região sob a influência de Juiz de Fora.

Haveria, assim, uma dupla ação simultânea, reveladora da relação entre fenômeno educacional e fenômeno territorial. Dá-se, de um lado, a construção de topologias dos estabelecimentos de ensino sobre um dado espaço, enquanto, de outro, revela-se a força desse espaço na constituição de uma dada tipologia. O movimento entre a procura e a oferta do ensino depende dessa interação. Distinguiríamos, assim, áreas de rarefação e áreas de acumulação de ofertas de educação superior (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 57).

Devido às poucas vagas oferecidas em outras cidades da região, Juiz de Fora exerce, então, a polarização de serviços educacionais, gerando, consequentemente, outras realidades socioespaciais, como as migrações pendulares verificadas no processo de ir e vir dos estudantes, da região para a cidade de Juiz de Fora, como averiguou Teixeira (2009)

Esse fenômeno deve-se ao fato de ser um deslocamento diário, realizado por estudantes que partem de suas cidades de origem em busca da educação superior oferecida pelas faculdades e universidades de Juiz de Fora. Esse deslocamento, realizado por transporte público ou financiado pelos próprios estudantes, amplia a circulação pelo território e serve de objeto analítico das novas dinâmicas territoriais oriundas da concentração da oferta de vagas no ensino superior.

Em virtude da incorporação crescente de informação e inovações tecnológicas nas atividades emergentes, gerando fluxos e produção de fixos em cidades médias, como Juiz de Fora, a demanda por trabalho, criada principalmente no setor terciário, exige alta qualificação dos trabalhadores. Em oposição, as metrópoles continuam sendo o grande atrativo, em certa medida, da população de baixa renda, onde convivem os mais diversos tipos de capital. Essa realidade aumenta progressivamente a informalidade da economia, muito embora continue atraindo a riqueza e, por isso, concentrando as atividades de gestão do território.

Como defendemos anteriormente, a realização plena do imperativo territorial. Pelo fato de a educação superior ser, geograficamente, condicionada, como demonstramos, as características gerais do território refletem no modo como a educação é produzida. A vigente produção diferenciada e seletiva das IES tem vínculo com a maneira como participa do processo geral de uso do território⁹⁷. A localização das IES constitui, pois, uma questão geográfica, econômica e educacional.

⁹⁷ Santos & Silveira (2000) acreditam que a concentração geográfica da oferta da educação constitui um outro problema importante, porque está levando a um reforço das localizações mais vantajosas e a um abandono daquelas menos interessantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação de que vivemos num meio em que a técnica, a ciência e a informação perpassam as mais diversas esferas do cotidiano das pessoas, empresas, instituições e lugares, permitiu-nos refletir sobre a histórica e atual geografia das IES no Brasil. Num mundo que vive sobre as perversidades da globalização e da fragmentação, apesar de a implementação de IES, em território brasileiro, configurarem importantes e significativos processos de modernização, estes são incompletos e insistem na reprodução das desigualdades.

As complexas relações que se renovam entre o setor produtivo e a educação superior brasileira foram compreendidas em um contexto mais amplo, levando em consideração o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial e as demandas daí resultantes para esse nível educacional. Os últimos anos do século XX foram marcados pelas dinâmicas das modernizações em vários setores. Aliado ao poder do empresariado, o Estado, promove mudanças em todos os níveis de ensino no Brasil, principalmente no ensino superior, que responde prontamente aos interesses de formação rápida e funcional de mão-de-obra.

Em toda a bibliografia pesquisada, considerando a temática, há uma significativa quantidade de estudos que se lançam a investigar, entre outros aspectos, a estrutura, o funcionamento e a história do ensino superior no país. Como apresentamos, no âmbito da política de educação superior no país, existe um conjunto normativo extenso regulamentando a área. Pela perspectiva geográfica, como projeto social relevante ao desenvolvimento da nação, discutir sobre o ensino superior, ou sobre as IES, desprezando o território, pode conduzir ao agravamento dos processos de desigualdades socioespaciais.

Como demonstramos, a presença das IES, em território brasileiro, exhibe não somente aspectos de uma diversidade do uso do território, mas, indiscutivelmente, expõe as diferenças na seletividade pelos melhores lugares na alocação de verdadeiros empreendimentos empresariais. Não se trata apenas do diverso, mas do desigual.

Coisas e homens, cada um à sua maneira, valem atualmente, pelo lugar onde estão ou que ocupam no espaço. Enfim, nada se faz que não seja em função de um lugar. E é exatamente em virtude disso que os atores hegemônicos selecionam os lugares e deixam os outros espaços para os atores não-hegemônicos. De certa

forma, é a imposição do mercado no comando das técnicas e da ciência, percebidos e analisados a partir do uso do território. Os lugares selecionados vão dotando-se das variáveis que caracterizam a contemporaneidade, quais sejam a densidade técnica, a produção de conhecimento e o acesso à informação, e, por tais variáveis, conduzem os processos ao resto do território.

Envoltas na amplificada ação dos fluxos, as diferentes densidades em técnica, ciência e informação do território brasileiro exprimem processos fragmentadores que se traduzem nas desigualdades entre os lugares e, obviamente, entre os homens. Tais processos têm revelado que a política direciona-se, cada vez mais, aos interesses das empresas, transmutando o território num recurso para as perversidades, em detrimento da real dimensão da existência, qual seja aquela em que o território seja dado como abrigo de e para todos.

Com o consentimento e incentivo do governo brasileiro, o setor de educação superior transmuta-se em valiosa mercadoria. De direito do cidadão ao valor de troca, o caminho foi curto. Nos anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso e, atualmente, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, amplia-se a receita que impulsiona o setor: legalização das IES com fins lucrativos⁹⁸; flexibilização das normas para abertura de instituições; avaliação confusa e controversa da qualidade dos cursos oferecidos pelas instituições; implementação e incentivo de cursos de curta e curtíssima duração e a profusão dos cursos à distância, parcamente fiscalizados; ampliação de programas de financiamento estudantil e criação de vagas para estudantes, comprovadamente carentes, em IES particulares, muitas delas, mal avaliadas pelo MEC; diferenciação organizacional das instituições para melhor atender à demanda mercadológica e dos empresários da educação.

Os aspectos do neoliberalismo na educação brasileira vieram acompanhados do desmonte do ensino público superior e seu corolário: a deterioração das condições de ensino, pesquisa e extensão universitárias.

Os grupos empresariais que alastram suas unidades “produtivas” – as IES – pelo país afora estão longe de um projeto de nação educada, formada a partir de um consistente diálogo entre os saberes. Sua preocupação, em geral, não se

⁹⁸ Para Marilena Chauí, nas universidades e outras IES privadas, a busca pelo lucro acontece, como em qualquer empresa, pelos contratos de trabalho precários de docentes, alta rotatividade do quadro e predomínio de professores que recebem por hora-aula. Além disso, esclarece, os alunos-clientes são conquistados pelos cursos profissionalizantes de curta duração fornecidos como se fossem uma graduação verdadeira, sem preocupação com a formação, mas com o fornecimento do diploma.

fundamenta na oferta de um ensino superior de qualidade, formando cidadãos capazes de elaborar a sua leitura de mundo a partir dos lugares em que se encontram. Ou, ainda, não visam capacitar os indivíduos a enfrentar o mundo do trabalho com habilidades necessárias a vencer a competitividade dilacerante dos mercados. Pelo contrário, o critério de seletividade espacial embasa-se apenas na busca de frações específicas e pontuais do país, repetindo a antiga lógica excludente: o acesso a poucos e privilegiados brasileiros.

Comandando as lógicas de expansão desse segmento educacional, o ensino superior privado conduz a imposição de uma oferta de vagas com vistas a atender às demandas de um mercado territorialmente situado, de forma que o acesso a uma educação mais abrangente, menos parcelizada e pontual é comprometido. O território assume centralidade no processo, visto que ele se torna o centro das ações impostas pelos atores hegemônicos e pelo Estado.

Adaptando-se às exigências do mercado e sob a tutela do Estado, as IES promovem sucessivas alterações curriculares nos programas, nas atividades e na oferta de cursos, separando, cada vez mais, o ensino das atividades de pesquisa e extensão universitárias. Nesse confuso contexto, as IES brasileiras, em sua maioria privadas, realizam a produção e difusão comercial do saber: um conhecimento pensado como um valor de troca. A partir do momento em que o saber transformou-se numa força produtiva direta, as IES, ao aderirem ao movimento de uma “mundialização” unilateral, reproduzem as lógicas globais em detrimento das necessidades das pessoas, nos seus respectivos lugares.

É o imperativo de um meio universalizado pelas imposições produtivas de caráter externo, internacional, em contradição aos interesses e fins próprios da coletividade nacional, estes sim, minimizados por uma globalização perversa⁹⁹. Entendemos que, onde os bens sociais existem apenas na forma de mercadorias, há uma redução no número dos que, potencialmente, têm acesso aos mesmos, tornando-se ainda mais pobres por terem de pagar pelo que, democraticamente, o poder público teria que lhes oferecer.

Ocupando-nos das particularidades geográficas desse processo, concluímos que a concentração geográfica da oferta de vagas em IES, em pontos específicos do território brasileiro, pode conduzir a um reforço das localizações mais “vantajosas” e,

⁹⁹ (SANTOS, 1999). *A universidade: da internacionalização à universalidade*.

por conseguinte, a um esquecimento daquelas menos interessantes. E isso pode significar a ampliação das desigualdades regionais, tão claramente percebidas no Brasil. Analisadas por essa perspectiva, as localizações educacionais devem ser consideradas não só uma questão geográfica, mas também uma questão econômica e, por evidências, uma questão propriamente de formação humana e educacional.

Dessa forma, é impossível conceber uma cidadania plena e concreta que prescindia do componente territorial. A despeito da defesa da tese de que há uma necessidade de reconcentração das IES, defendida por alguns estudiosos da educação brasileira¹⁰⁰, advogamos exatamente o oposto, qual seja um verdadeiro “alargamento de contextos” no que se refere ao acesso e à presença de IES em território brasileiro. O distributivismo geográfico das IES públicas, aliado a programas de melhoria na qualidade da educação, em todos os níveis de ensino, pode servir de base à desejada justiça social.

Por mais que reconheçamos o poder das técnicas da informação, ao conduzir os processos de educação a distância, por exemplo, é imprescindível que um número cada vez maior de lugares sejam conectados às redes de IES, estendendo a um crescente número de brasileiros e brasileiras possibilidades concretas de formação superior, oxalá, de qualidade. Esse papel cabe, fundamentalmente, ao Estado, uma vez que a iniciativa privada anseia pela proliferação de cursos mais “vendáveis” e rentáveis, de fácil organização e gestão, mais sensíveis à moda e com garantia de retorno rápido. Isso não só restringe as ofertas já existentes senão ainda inviabiliza a demanda de outras possibilidades. A distribuição das IES, dos cursos ofertados, bem como a sua qualidade, podem surtir efeitos na forma como os conjuntos de lugares se desenvolverão. Enfim, pelo fato de a educação ser geograficamente condicionada, os usos do território refletem-se no modo como a educação é produzida.

Considerando a presença das IES no território brasileiro, a geografia que construímos evidencia a necessidade de novos fixos educacionais. Ao contrário, um número significativos de brasileiros, impossibilitados aos deslocamentos em direção aos lugares seletos, estarão, de certa maneira, condicionados a um afunilamento da

¹⁰⁰ Cunha (2004, p. 813) admite que “o paroquialismo precisa ser enfrentado com coragem, tanto no setor público quanto no privado. O ensino superior só pode ser desenvolvido com recursos caros e raros, que não existem em qualquer lugar. A reconcentração das IES, inclusive na dimensão geográfica, é condição necessária para a melhoria da qualidade do ensino superior. Sem ela, todas as demais medidas serão inócuas”.

quantidade e da qualidade de educação. A partir da análise do presente, procuramos vislumbrar, com um pouco de otimismo, outra perspectiva de futuro: a educação em geral e, em particular, a educação superior, encaradas não só como algo fundamental, mas também fomentador da participação plena por parte dos brasileiros da vida da nação.

A expansão da rede pública de ensino superior, com a criação recente de novas universidades federais e com a expansão numérica de novos campi universitários, além da criação, no final de 2008, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sinaliza para uma maior presença do Estado na oferta de vagas no ensino superior. Os IFET, por exemplo, resultam da junção de várias instituições de ensino técnico e tecnológico vinculadas à rede federal de ensino: escolas agrotécnicas, colégios técnicos universitários e centros federais de aprendizagem tecnológica.

Tais institutos passam a oferecer, além dos cursos técnicos e tecnológicos, cursos superiores em diversos lugares no território nacional. Longe de representar a solução para os imperativos territoriais de tal seletividade excludente, muitas vezes, tal expansão, feita ao tempero da política de interesses de grupos e lugares específicos, pode até reforçar as desigualdades¹⁰¹.

Essa realidade remete-nos a alguns dos pressupostos da geografia renovada que buscamos elaborar: o planejamento, como exercício da política, deve ter amplificada sua visão do território, hoje encarado como recurso para os interesses hegemônicos. Qualquer reflexão sobre a dinâmica da sociedade contemporânea, especialmente quando fundamenta processos de intervenção, como é o caso do planejamento, necessita de uma explicitação dos princípios de compreensão sobre o funcionamento do mundo do presente. Trata-se de uma implicação metodológica, na medida em que a construção de um “sempre mundo novo por fazer”, passa pela

¹⁰¹ Segundo dados do MEC, coletados em 16 de março de 2010, já foram criadas 13 novas universidades federais e 124 novos campi – destes, 105 já estão em funcionamento. Tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei que cria a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Caso seja aprovado, serão 14 novas universidades. Além disso, o plano de expansão das escolas federais de educação profissional prevê a criação de 214 novas unidades até o fim deste ano, totalizando 354 em todo o país. Das novas escolas, 115 já foram inauguradas.

consideração do território como abrigo de todos os homens e mulheres, como já afirmamos.

Por fim, as diferenças territoriais devem permear a proposição de projetos que vislumbrem a constituição de uma verdadeira e democrática nação. A considerar todas as possíveis características do mundo que se renova sempre, apressar o acesso à educação superior, através de uma requalificação dos lugares, torna-se uma importante pauta aos responsáveis pela elaboração das normas e execução das ações do planejamento.

Para que a geografia contribua para o conhecimento efetivo do mundo, essa compreensão é mais que urgente. Entendemos que, para continuarmos ensinando sobre o mundo, temos que refletir sobre essas e outras problemáticas. Trata-se de um contínuo exercício para que a geografia nova nunca envelheça, e mais, que ela seja sempre o texto competente do mundo.

REFERÊNCIAS¹⁰²

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do Passo. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al. (org.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. 4ª Ed. 2008.
- AJARA, César. Uma pauta para reflexão sobre o urbano e o regional no Brasil dos anos 90. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al. (org.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ALMICO, Rita C. S. **Fortunas em Movimento**: Um estudo sobre a Transformação de Riqueza Pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 2001.
- AMORIM, Cassiano Caon. **A organização de um Espaço Urbano**: Espera Feliz/MG. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Geociências. Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998.
- _____. **Leituras Geográficas da Zona da Mata Mineira**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Brasiliense: 1965.
- ANDRADE, Sonia M. B. V. **Classe Operária em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.
- ANTAS JÚNIOR, Ricardo M. **Território e Regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas, 2005.
- ANTONGIOVANNI, Lígia. Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro. In: SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ARBIX, Gabriel. Estratégias do desperdício. A Guerra fiscal e as incertezas do desenvolvimento. In: **Novos Estudos Cebrap**, nº 54, p. 55-71, 1999.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

¹⁰² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

ARROYO, María Mónica. Dinâmica Territorial, Circulação e Cidades Médias. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs.) **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 1ª Ed. Col. Geografia em Movimento, p. 71-85.

ARROYO, Miguel G. **Mestre, educador, trabalhador: organização do trabalho e profissionalização**. Belo Horizonte: UFMG, 1985.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações**. São Paulo: Edições Melhoramentos, (195_).

_____. **A educação na Encruzilhada: problemas e discussões**. 2ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

_____. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BAKHTIN, Michael. **Estética da criação verbal**. 4ª Ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Ignez C. **O Período Técnico-Científico e a Organização do Espaço**. Simpósio Teoria e Ensino de Geografia. Belo Horizonte, SESU-UFMG, 1983.

BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889-1915)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

BARROS, M. As ferrovias. In: **Geografia do Brasil: grande Região Leste**. Vol. V série A. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1965.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsgurb. São Paulo: Perspectiva, 1977.

BAUDRILLAR, Jean. **A sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – BDMG. **Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para seu desenvolvimento**. Belo Horizonte, 2000.

BECKER, Bertha K. & EGLER, Claudio A. G. **Brasil Uma potência Regional na Economia Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERNARDES, Julia Adão. Técnica, trabalho e espaço: incisivas mudanças em curso no processo produtivo. In: CASTRO, Iná Elias. Et al. (org.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BIDERMAN, Maria Tereza C. **Dicionário de Termos Financeiros e Bancários**. São Paulo: Disal Editora, 2006.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO. Lucília de Almeida Neves (org.). **Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERNARDES, Adriana. A Nova Divisão Territorial do Trabalho Brasileira e a Produção de Informações na cidade de São Paulo (empresas de consultoria). In: SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BLASENHEIM, Peter Loius. **Uma história regional**: a Zona da Mata Mineira (1870-1906). Belo Horizonte, UFMG/Centro de Estudos Mineiros, Anais V Seminário de Estudos Mineiros, a República Velha em Minas, 1982.

_____. **As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove**. Juiz de Fora: Lócus, revista de história. Vol. 2, n2, 1995.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade**. São Paulo. Cultrix, 1995.

BOUZAN, Ary. **Os bancos comerciais no Brasil**: uma análise do desenvolvimento recente (1965-1971). Federação Brasileira das Associações de Bancos. 1972.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4024**, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Lei 5540**, de 28 de novembro de 1968.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto nº 3860**, de 9 de julho de 2001.

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1962.

BURKE, Peter. **Uma História Social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O lugar: modernização e fragmentação. In: SANTOS, Milton. Et al. (Orgs.). **Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1998.

CARVALHO, Antonio de. **As Reformas pombalinas na instrução pública**. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Desenvolvimento e educação no interior do Brasil**: Goiás no Complexo Regional do Centro-Oeste. Goiânia: Oriente, 1974.

CASTANHO, Sérgio. **Educação e trabalho no Brasil Colônia**. Disponível em: http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigo-frames/artigo_099.html. Acessado em 12/06/2009.

CASTRO, Maraliz Gonçalves R. de. **Fase inicial da Academia de Comércio**. Juiz de Fora: Esdeva, 1974.

_____. **Europa dos Pobres. A belle-époque mineira**. Juiz de Fora: EdUffj, 1994.

CASTILHO, Ricardo. Unicidade Técnica Planetária. Informação e espaço geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A. Carlos (org.). **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Sistemas orbitais e o uso do Território**: Integração Eletrônica e conhecimento digital do Território Brasileiro. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

CATAIA, Marcio A. **Território Nacional e fronteiras internas**: a fragmentação do território brasileiro. Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. A alienação do território: o papel da Guerra Fiscal no Uso, Organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

CHARLES, Chistophe & VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo. Caderno Mais. p 3, 9 de maio de 1999.

_____. As Humanidades contra o humanismo. In: SANTOS, Gislene A. (org.) **Universidade Formação Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHOMSKY, N. **Os novos senhores do mundo**. Jornal Folha de São Paulo. Caderno 6. São Paulo: 25/04/1993.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. **La revolución contemporânea Del saber y La complejidade social**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CLÔH JÚNIOR, Carlos Eduardo. **A estrutura comercial de Juiz de Fora (1888-1930)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano.** Goiânia: EDUFG, 1996.

CONTEL, Fabio B. Os sistemas de movimento do território brasileiro. In: SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.

CORREA, Roberto Lobato. Metrôpoles, corporação e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al. (org.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Trajetórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CROCE, Marcus Antônio. **O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura 1888-1898.** Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: o Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **A Universidade Reformada.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **Desenvolvimento Desigual e Combinado no Ensino Superior: Estado e Mercado.** Campinas: Revista Educação e Sociedade. Vol. 25, nº 88, p 795-817, 2004.

_____. **O Ensino Superior e a Universidade no Brasil.** In: LOPES, Eliane Maria T. (Org.) 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas e Cidades para o Brasil-Colônia.** Brasília: Alva, 1997.

DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político.** Belo Horizonte: UFMG, 1997.

DIAS, Leila Christina. **Lês enjeux sócio-spatiaux Du développement dès réseaux de télécommunications au Brésil.** Document de Recherche Du Credal, nº 204, 1989, PP. 28-41.

_____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: MOREIRA, Ruy et alli (orgs.) **Brasil século XXI por uma nova regionalização?** Rio de Janeiro: Max Limonad. 2004.

_____. **Técnica, Território e poder na obra de Milton Santos.** In: BRANDÃO, Maria A. Milton Santos e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DOMINGUES, José Maurício. **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil.** In: Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 459 a 482.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2002.

FERRARA, L. D. O mapa da mina. Informação: espaço e lugar. In: SANTOS, M; SOUZA, M A de; SACARLATO, F C; ARROYO, M. (orgs.) **Fim de século e globalização:** São Paulo. 4 Ed. Hucitec-ampur, 2002 p161-172.

FIGHERA, Delfina Trinca. Estado e território: suas relações e a globalização. In: SANTOS, Milton et al. (org.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Mudança, tecnologia e território. In: SOUZA, Maria Adélia de. **Território Brasileiro usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003.

FONSECA, Fernando Teixeira da. O saber universitário e os universitários no ultramar. In: **História da Universidade em Portugal.** I Volume. Tomo II (1537-1771). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Clínica. In: **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 29ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 12 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo. (org.) **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURQUIM JUNIOR, Laércio. Normatização do território: a conexão com o mundo. In: CARLOS, Ana Fani A. Carlos (org.). **Ensaio de geografia contemporânea:** Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública. A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: GENTILI, Pablo (org). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

GEORGE, Pierre. **A ação do Homem.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, sd.

GERTEL, S. Globalização e meio técnico-científico: o nexo informacional. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. de; SACARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.) **Fim de século e globalização**: São Paulo. Hucitec-anpur, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reformas no mundo da educação Reformas no mundo. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & CARLOS, Ana Fani A. (orgs.) **Reformas no mundo da educação**. Parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto Nº 6.283**, de 25 de janeiro de 1934 do São Paulo. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34-sao-paulo-sp>. Acessado em 06/07/2009

GOTTMAN, Jean. **La politique des états et leur géographie**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDEGGER, Martin. **A época da idade do mundo**. In: Sendas Perdidas. Tradução José Rovira Armegnol. Buenos Aires: Losada, 1979.

HISSA, Cássio E. Viana. **Olhar Geográfico**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências/UFMG, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IBAÑEZ, Pablo, Agricultura de precisão: informatização agrícola e novos usos do território. In: SOUZA, Maria Adélia de Souza. **Território Brasileiro Usos e Abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Conselho Nacional de Geografia. **Geografia do Brasil: Grande Região Leste**. Vol. V. Série A.1965.

_____. **Contagem da população 2007 e estimativas da população 2007**.

Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/MG.pdf>. Acessado em 19/08/2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Educação Superior Brasileira 1991-2004**. Minas Gerais. Brasília, 2006.

ISNARD, Hildebert. **O espaço Geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

JANICAUD, D. Críticas filosóficas das tecnociências. In: SCHEPS, R.(org.) **O império das técnicas**. São Paulo: Papirus, 1996. p203-212

KAHIL, Samira. Uma filosofia do espaço do homem. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.) **Ensaio de Geografia Contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

KERR, Clark. **Os usos da Universidade**. Fortaleza: UFC, 1982.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LAIER, Elaine Aparecida. **Modernização e Higienismo**: Juiz de Fora. Programa de Pós Graduação em História. Departamento de História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

LEÃO, Carneiro. A técnica e o mundo no pensamento da Terra. In: Revista **Tempo Brasileiro**. Nº 94. Disponível em: <http://filoinfo.bemvindo.net/filosofia/modules/articles/article.php?id=35>. Acessado em 22/02/2009.

LEITE, Adriana F. **O Lugar**: Duas Acepções Geográficas. Anuário da UFRJ 1998/vol21. Disponível em [http:// www.igeo.ufrj.br/](http://www.igeo.ufrj.br/). Acessado em 12/08/2009.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Uma história de movimentos. In: SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

LELOUP, Yves. Aspectos da urbanização. In: CESAR, G. (org.) **Minas Gerais: Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1970.

LEVY, Pierre. A inteligência e seus novos instrumentos. In: SCHEPS, R. (Org.) **Império das técnicas**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Conexão Planetária**. São Paulo: Editora 34, 2002.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo. Xamã, 2007.

LUCKEZI, Cipriano, et al. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 1986.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Juiz de Fora**: polarização e movimentos migratórios. Revista GEOSUL. Florianópolis, Vol. 12, nº 23, p. 121/137, Janeiro/Junho, 1997.

MALNIC, Gerhard. O futuro da Universidade Pública. In.: STEINER, João E. & MALNIC, Gerhard. (orgs.) **Ensino Superior: Conceito e Dinâmica**. São Paulo: Edusp, 2006.

MARIANI, Riccardo. **A cidade moderna entre a história e a cultura**. São Paulo: Nobel, 1986.

MARQUIT, Erwin. Contradictions and Dialectics and Formal Logic. In: **Science and Society**, vol. 45, no. 3, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**, HUCITEC, 8ª Edição, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1974. Col. Os pensadores.

MELO, Hildete Pereira de. **Ferrovias e café**: Rio de Janeiro e Minas Gerais 1850/1910. In: Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. Anais do VII Seminário sobre a economia mineira. Vol. 1, 1995.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **Universidade e Formação de Professores**. Uma perspectiva integradora. A universidade de educação de Anísio Teixeira. Tese de doutorado, PUC-Rio, 1993.

_____. **A universidade no Brasil**. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação. n 14. Mai/jun/jul/ago. 2000.

MENEZES, Maria Lucia P. Aeroporto Regional e Business Park: Logística e Negócios na Geografia Urbano Regional de Juiz de Fora, Brasil. In: **VI Colóquio Internacional de Geocrítica**: el impacto social y espacial de las nuevas tecnologías de la Información y la comunicación. Barcelona, 2004.

MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, Capital e Poder**: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira. (Dissertação de Mestrado). Niterói, UFF, 1990.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. Vol.1. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Da Região à Rede e ao Lugar**: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. AGB: Ciência Geográfica. SD.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Sociedade-mundo ou Império-mundo?** Revista Política Externa. Vol. 11. Nº 1. Jun/Jul/Ago, 2002.

MORHY, Lauro. Brasil: Universidade e Educação Superior. In: MORHY, Lauro (org.) **Universidade no Mundo**: Universidade em questão. Brasília: Editora da UNB, 2004.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: Exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora.** São Paulo: Nankin; Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

NADAI, Elza. **Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo 1891-1934).** São Paulo: Loyola, 1987.

NAGLE, Jorge. **A educação na Primeira República.** In: FAUSTO, Boris. **Historia Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Republicano. 2 vol. Sociedade e Instituições (1889-1930) 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

NASCIMENTO JUNIOR, Francisco das Chagas. **O fenômeno de expansão das instituições de ensino superior e o território brasileiro.** Londrina: Geografia. v 15, nº 1. Jan/Jun. 2006.

NAVA, Pedro. **Baú de ossos: memórias.** 10ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial/Editora Giordano, 2002.

OLIVEIRA-JÚNIOR, L. B.; MATTOS, R. S. & BASTOS, S. Q. A. O esforço pela reindustrialização nos anos 70 e 80: Siderúrgica Mendes Júnior e Companhia Paraibuna de Metais. In: **Juiz de Fora: História, Texto e imagem.** Juiz de Fora: FUNALFA, 2004. P. 77-88.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A formação de Juiz de Fora e sua gradual transformação em principal centro urbano, comercial e manufatureiro do complexo cafeicultor da Zona da Mata Mineira.** 1850/1880. São Paulo: Museu Paulista/USP, 2006.

OLIVEIRA, Terezinha. **A Universidade Medieval: uma memória.** Disponível em: <http://revistamirabilia.com/num6/art5.html>. Acessado em 18/06/2009.

OLIVEN, Arabela Campos. **A paroquialização do Ensino Superior.** Petrópolis: Vozes, 1990.

ORTEGA Y GASSET, José. **O homem e a gente.** 2 Ed. Lial: Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Misión de La Universidade Y otros ensayos afines.** 3 Ed. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

_____. **? Que es conocimiento?** Madrid: Alianza Editorial, 1984.

_____. **Meditacion de la técnica y otros ensayos sobre ciência y filosofia.** Madrid: Alianza Editorial, 1999.

_____. **A rebelião das massas.** Disponível em <http://www.culturabrasil.pro.br/rebeliaodasmassas.htm> Acessado em 13/08/2009.

PAULA, João Antônio de. A cidade e a universidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.) **As cidades da cidade.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

PAULA, Maria Carlota de Souza. **As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970)**. Dissertação de Mestrado. DCP, UFMG, 1976.

PAULA, Maria de Fátima. **A modernização da Universidade e a transformação da inteligentzia universitária**. Florianópolis: Insular, 2002.

PAULA, Ricardo Zimbrão Afonso de. **Percalços da Industrialização: o caso de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Campinas: Unicamp, 2001.

PEDRO VICENTE, António. Política Exterior de D. João no Brasil. In: **Estudos Avançados**. 7(19), 1993. Acessado em 05/04/2009.

PEIXOTO, Maria do Carmo L. UFMG: projeto intelectual e político de universidade. In: MOROSINI, Marília (Org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

PERRIN, J. Por uma cultura técnica. In: SCHEPS, R. (org.) **O império das técnicas**. São Paulo: Papirus, 1996. p 103-110.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Controle social e pobreza (Juiz de Fora, 1876-1922)**. Juiz de Fora: Editar-Funalfa, 2008.

PIRES, Anderson. J. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

_____. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

POTSCH, Waldemiro. **O Brasil e suas riquezas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1956.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962. 7ª ed.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: Tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: UNESP, 1996.

QUIOSA, Paulo S. **Economia cafeeira e efeitos encadeadores: a expansão da malha viária na Zona da Mata (1856-1875)**. In: Anais ANPUH-MG, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Rio-Metrópole: A produção social da imagem urbana**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Sociologia. São Paulo: USP, 1988.

_____. **A natureza do poder: técnica e ação social**. Interface: Comunicação, Saúde, Educação. Rio de Janeiro, v.4. nº 7, p 13-24, 2000.

_____. Mutações na sociedade brasileira: seletividade em atualizações técnicas da cultura. In: SANTOS, Milton (Et al. Orgs.). **Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002. Col. O novo Mapa do Mundo.

_____. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, Maria A. (org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **Outros territórios, outros mapas**. OSAL. Observatório Social da América Latina (CLACSO). Buenos Aires. Ano VI, n. 16, p. 263-272. 2005.

_____. **Mediação e Mediadores**: A afirmação da metrópole corporativa. In: Caderno de Resumos. I Encontro Internacional da Extensão e da Pesquisa. A Metrópole e o Futuro. Dinâmicas do lugar e Metropolização. Campinas: PucCamp, 2006.

RODRIGUES, Antonio S. R. **Atuais dinâmicas socioespaciais**: a habitação em Juiz de Fora/MG. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. UFRJ, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior brasileiro**: 1808-1990. São Paulo: NUPES/USP, Documento de trabalho, n 12/98, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **Por uma Geografia Cidadã**: por uma epistemologia da existência. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia. Nº 21, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997. 4ª Ed.

_____. O chão contra o cifrão. **Folha de São Paulo**. Mais, 1994. Disponível em:< <http://www.nossacasa.net/dire/texto.asp?texto=68>>

_____. O dinheiro e o território. **Geographia**. Ano 1, n. 1. Niterói: UFF, 1999.

_____. **Por uma outra Globalização. Do Pensamento Único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2002a.

_____. **Testamento Intelectual**. São Paulo: Editora UNESP, 2002b.

_____. O tempo nas cidades. São Paulo. **Ciência & Cultura**. Vol. 54, nº 2. Out/Dez. 2002c.

_____. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp. 2003. 2ª Ed.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. Globalitarismo. In: LEITE, Maria Ângela F. Pereira (org.) **Encontros**: Milton Santos. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. O sonho obriga o homem a pensar. Entrevista. **Boletim**, UFMG. Disponível em: <http://e-educador.com/index.php/artigos-mainmenu-100/2662-miltonsantos>.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria L. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

_____. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO PAULO. **Decreto nº 6283 de 25 de janeiro de 1934**. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34-sao-paulo-sp>>

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**: LDB trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2006. 10 ed.

SAUER, Carl O. Land and life: A selection from the Writings of Carl Ortwin Saur. Berkeley: J.B. Leighly Edition, University of California Press, 1963. In: SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004. 5ed.

SEMESP – SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO PAULO. **Ensino Superior Particular**. Um vôo histórico. São Paulo, Segmento: 2004.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, Universidade e ideologia**. A política do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Um espaço para a ciência:** a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Catia Antonia da. Espaço, técnica e saber: labirintos da qualificação do trabalho. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al. (org.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Formados para o Mercado. Na massificação do ensino, o pior está ao alcance de todos. **Caros Amigos**, vol. 1, n. 26, p. 16-17, dez, 2005.

_____. **Universidade:** A idéia e a História. In: STEINER, João E. & MALNIC, Gerhard. (Orgs.) Ensino Superior. Conceito e Dinâmica. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. Martin Heidegger e a técnica. In: **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-74, 2007. Disponível em: http://www.scientiaestudia.org.br/revista/PDF/05_03_04.pdf. Acessado em 09/07/2009.

SILVA, Sidnei dos Santos & MEDEIROS, Dhiego Antonio de. Território Usado e expansão do ensino superior: uma leitura do Agreste Alagoano. In: **Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina.** Montevideo. 2009. Disponível em http://www.egal2009.easyplanners./area05/5616_Santos_Silva_Sidinei.doc Acessado em 18/08/2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O sujeito da educação.** Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVEIRA, Maria Laura. Totalidade e Fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton et al. (org.) **Fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Uma situação geográfica:** do método à metodologia. In: Revista Território, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999.

_____. Globalização, Trabalho e Cidades Médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 11-17, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (Org.) **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Globo, 2005.

SILVEIRA, V. (1926) Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. P. 1343. In: PIRES, Anderson J. **Café, Finanças e Bancos:** Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

SIQUEIRA, Ângela. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 26. Mai/Jun/jul/Ago, 2004.

SOBRAL, Adail. Ato, atividade e evento. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Maria Adelia A. de **Conexões Geográficas**: um ensaio metodológico. In: Boletim Paulista de Geografia, N 71, p.113-127, 1º semestre/ 1992.

_____. **Globalização e efeitos perversos**: relendo a Geografia da Fome. Campinas: Territorial, 1995.

_____. **O lugar de todo mundo**: a geografia da solidariedade. Salvador: Conferência. I Encontro Internacional da Bahia, 1997.

_____. Centros, redes, margens: perspectivas sobre a natureza do espaço. In: In.:CASTRO, Iná Elias, et al. (org.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

_____. **Geografia, Paisagens e a felicidade**. Campinas: Territorial, [199-]

_____. **Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável**: as metáforas do capitalismo. (*online*). Disponível em <<http://www.territorial.org.br>>. Acesso em: 28/10/2008.

_____. (Org.) **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

_____. Manifesto por uma geografia nova. In: BRANDÃO, Maria A. **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. A geografia da solidariedade. In: **GeoTextos**. Vol. 2 Nº 2, 2006.

SORRE, Maximilien. La notion de genre de vie e sa valeur actuelle. In: **Annales de Géographie**, 42/1948, p. 97-108 e 193-204.

STEENBERGHEN, F. **História da Filosofia**. Período Cristão. Libosa: Gradiva, 1980.

STEINEIR, João E. Diferenciação e classificação das Instituições de Ensino Superior no Brasil. In: STEINER, João E. & MALNIC, Gerhard. (Orgs.) **Ensino Superior**: conceito e dinâmica. São Paulo: Edusp, 2006.

STEPAN, Nancy. **Gênese e evolução da ciência no Brasil**. Rio de janeiro: Artenova, 1976.

STRAFORINI, Rafael. Estradas Reais no século XVII. In: **Revista Electrónica de Geografía y ciencias sociales**. Vol. X num. 218. Barcelona, 2006.

TAROCCO, Regina Barra. **Leitura e Leitores:** a magia das letras, imagens e vozes. Juiz de Fora: Feme, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. A industrialização brasileira: uma tentativa de reinterpretação. In: **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1985.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 2ª Ed.

TRINDADE, Hégio. Universidade em Perspectiva. Sociedade, Conhecimento e Poder. In: **Revista Brasileira de Educação**. nº 10. Jan/Mar/Abr. 1999.

VALE, Vanda Arantes. Juiz de Fora: Manchester Mineira. **III Encontro da associação de estudos Brazilianistas**. Cambridge- Inglaterra, 1996.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata. In: **Revista brasileira de Geografia**, nº 1, ano XX, Jan/Mar 1958.

VALLAUX, Camille. **El suelo y el Estado**. Madri: Daniel Jorro Editor, 1914.

VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.

WALKER, Richard. Two Sources of Uneven Development under Advancer Capitalism: Spatial Differentiation and Capital Mobility. **Review of radical Political Economics** 3, vol. 10, 1978, pp. 26-27.

WATKINS, Sérgio. In: SUZIGAN, W. **Indústria brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WEBER, Max. **Sobre a Universidade:** o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica. São Paulo: Cortez, 1989.

WHITEHEAD, Alfred North. **The concept of Nature**. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.

YAZBECK, Dalva Carolina de M. Lola. **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EdUfjf, 1999.

XAVIER, Marcos. São José do Rio Preto: A relação entre a cidade e a formação sócioespacial brasileira vista através dos circuitos espaciais da produção. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (org.) **Território Brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

_____. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária. In: SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Municípios	UF	População	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Regiões Metropolitanas
RIO BRANCO	AC	314.127	1	9	10	
MANAUS	AM	1.738.641	2	18	20	
PARINTINS	AM	107.250	1	0	1	
MACAPA	AP	366.484	1	11	12	
BELEM	PA	1.408.847	3	20	23	Belém
ANANINDEUA	PA	484.278	0	2	2	Belém
MARITUBA	PA	93.416	0	0	0	Belém
BENEVIDES	PA	43.272	0	0	0	Belém
SANTA BARBARA DO PARA	PA	13.730	0	0	0	Belém
SANTAREM	PA	275.571	0	3	3	
PORTO VELHO	RO	382.829	1	13	14	
JI-PARANA	RO	111.010	1	2	3	
BOA VISTA	RR	266.901	2	5	7	
PALMAS	TO	179.707	1	8	9	

Tabela 15: Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Norte).

Fonte: MEC/INEP/DEED

Autor: Cassiano Caon Amorim

APÊNDICE B

Municípios	UF	População	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Regiões Metropolitanas
MARECHAL DEODORO	AL	45.144	0	0	0	Maceió
PILAR	AL	31.627	0	0	0	Maceió
MESSIAS	AL	15.108	0	0	0	Maceió
SATUBA	AL	14.154	0	0	0	Maceió
BARRA DE SANTO ANTONIO	AL	13.864	0	0	0	Maceió
PARIPUEIRA	AL	9.726	0	0	0	Maceió
SANTA LUZIA DO NORTE	AL	7.248	0	0	0	Maceió
BARRA DE SAO MIGUEL	AL	7.247	0	0	0	Maceió
COQUEIRO SECO	AL	5.336	0	0	0	Maceió
RIO LARGO	AL	65.828	1	0	1	Maceió
MACEIO	AL	874.014	2	15	17	Maceió
ARAPIRACA	AL	202.147	1	4	5	
SALVADOR	BA	2.892.625	2	52	54	Salvador
CAMACARI	BA	220.495	0	1	1	Salvador
LAURO DE FREITAS	BA	142.307	0	10	10	Salvador
SIMOES FILHO	BA	110.340	0	0	0	Salvador
CANDEIAS	BA	78.655	0	1	1	Salvador
DIAS D'AVILA	BA	53.821	0	0	0	Salvador
VERA CRUZ	BA	35.060	0	0	0	Salvador
SAO FRANCISCO	BA	29.822	0	0	0	Salvador
DO CONDE						
ITAPARICA	BA	19.897	0	0	0	Salvador
MADRE DE DEUS	BA	15.432	0	0	0	Salvador
FEIRA DE SANTANA	BA	571.997	1	7	8	
VITORIA DA CONQUISTA	BA	308.204	1	3	4	
JUAZEIRO	BA	230.538	1	1	2	
ILHEUS	BA	220.144	1	2	3	
ITABUNA	BA	210.604	0	2	2	
JEQUIE	BA	145.897	0	4	4	
ALAGOINHAS	BA	132.540	0	3	3	
BARREIRAS	BA	129.449	0	3	3	
PORTO SEGURO	BA	114.344	0	1	1	
PAULO AFONSO	BA	101.757	0	1	1	

FORTALEZA	CE	2.431.415	2	32	34	Fortaleza
CAUCAIA	CE	316.906	0	1	1	Fortaleza
MARACANAU	CE	197.301	0	0	0	Fortaleza
AQUIRAZ	CE	67.264	0	0	0	Fortaleza
PACATUBA	CE	65.783	0	0	0	Fortaleza
PACAJUS	CE	54.824	0	0	0	Fortaleza
HORIZONTE	CE	49.067	0	0	0	Fortaleza
SAO GONCALO DO AMARANTE	CE	40.488	0	0	0	Fortaleza
EUSEBIO	CE	38.189	0	0	0	Fortaleza
ITAITINGA	CE	31.137	0	0	0	Fortaleza
GUAIUBA	CE	22.623	0	0	0	Fortaleza
CHOROZINHO	CE	18.337	0	0	0	Fortaleza
MARANGUAPE	CE	103.181	0	1	1	
SAO LUIS	MA	957.899	3	13	16	Grande São Luis
SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	129.745	0	1	1	Grande São Luis
PACO DO LUMIAR	MA	98.182	0	1	1	Grande São Luis
RAPOSA	MA	24.201	0	0	0	Grande São Luis
IMPERATRIZ	MA	229.629	1	4	5	
TIMON	MA	150.268	0	2	2	
CAXIAS	MA	143.311	0	3	3	
CODO	MA	110.549	1	0	1	
JOAO PESSOA	PB	674.947	1	21	22	
CAMPINA GRANDE	PB	371.060	2	6	8	
SANTA RITA	PB	122.450	0	1	1	
RECIFE	PE	1.533.580	3	33	36	Recife
JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	665.387	0	4	4	Recife
OLINDA	PE	391.433	0	9	9	Recife
PAULISTA	PE	307.284	0	2	2	Recife
CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	162.476	1	0	1	Recife
CAMARAGIBE	PE	133.456	0	0	0	Recife
SAO LOURENCO DA MATA	PE	95.239	0	1	1	Recife
IGARASSU	PE	93.584	0	2	2	Recife
ABREU E LIMA	PE	92.242	0	0	0	Recife
IPOJUCA	PE	69.781	0	1	1	Recife
MORENO	PE	52.780	0	0	0	Recife
ITAPISSUMA	PE	23.110	0	0	0	Recife
ITAMARACA	PE	17.573	0	0	0	Recife
ARACOIABA	PE	16.511	0	0	0	Recife

CARUARU	PE	289.086	0	6	6	
PETROLINA	PE	268.339	1	1	2	
GARANHUNS	PE	124.511	2	1	3	
VITORIA DE SANTO ANTAO	PE	121.557	0	2	2	
TRINDADE	PE	97.541	0	2	2	
TERESINA	PI	778.341	3	24	27	
VARZEA GRANDE	PI	230.466	0	3	3	
PARNAIBA	PI	140.737	1	2	3	
NATAL	RN	774.205	2	14	16	Natal
PARNAMIRIM	RN	172.723	0	1	1	Natal
SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	77.303	0	0	0	Natal
CEARA-MIRIM	RN	65.490	0	0	0	Natal
MACAIBA	RN	63.344	0	0	0	Natal
SAO JOSE DE MIPIBU	RN	36.868	0	0	0	Natal
NISIA FLORESTA	RN	22.919	0	0	0	Natal
EXTREMOZ	RN	21.821	0	0	0	Natal
SAO VICENTE	RN	323.599	0	2	2	
MOSSORO	RN	234.392	1	6	7	
ARACAJU	SE	520.207	0	11	11	

Tabela 16: Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Nordeste)

Fonte: MEC/INEP/DEED

Autor: Cassiano Caon Amorim

APÊNDICE C

Municípios	UF	População	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Regiões Metropolitanas
BRASILIA	DF	2.151.146	1	72	73	
GOIANIA	GO	1.244.645	2	24	26	Goiânia
APARECIDA DE GOIANIA	GO	475.303	4	0	4	Goiânia
TRINDADE	GO	97.541	0	0	0	Goiânia
SENADOR CANEDO	GO	70.820	0	0	0	Goiânia
GOIANIRA	GO	24.154	0	0	0	Goiânia
NEROPOLIS	GO	19.374	0	0	0	Goiânia
HIDROLANDIA	GO	14.015	0	0	0	Goiânia
GOIANAPOLIS	GO	11.048	0	0	0	Goiânia
ARAGOIANIA	GO	7.251	0	0	0	Goiânia
ABADIA DE GOIAS	GO	5.852	0	0	0	Goiânia
SANTO ANTONIO DE GOIAS	GO	3.889	0	0	0	Goiânia
ANAPOLIS	GO	325.544	1	6	7	
LUZIANIA	GO	196.046	0	1	1	
RIO VERDE	GO	149.113	1	3	4	
AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	132.203	0	1	1	
CAMPO GRANDE	MS	724.638	1	9	10	
DOURADOS	MS	182.747	2	3	5	
CUIABA	MT	527.113	1	13	14	
RIO BRANCO	MT	314.127	1	9	10	
RONDONOPOLIS	MT	172.471	1	5	6	
SINOP	MT	105.762	1	5	6	

Tabela 17: Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Centro-Oeste)

Fonte: MEC/INEP/DEED

Autor: Cassiano Caon Amorim

APÊNDICE D

Municípios	UF	População	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Regiões Metropolitanas
GUARAPARI	ES	97.977	0	8	8	Grande Vitória
VIANA	ES	57.539	0	1	1	Grande Vitória
FUNDAO	ES	15.228	0	0	0	Grande Vitória
VILA VELHA	ES	398.068	0	11	11	Grande Vitória
SERRA	ES	385.370	0	11	11	Grande Vitória
CARIACICA	ES	356.536	0	8	8	Grande Vitória
VITORIA	ES	314.042	26	1	27	Grande Vitória
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	195.288	0	5	5	
LINHARES	ES	124.581	0	1	1	
COLATINA	ES	106.677	0	2	2	
BELO HORIZONTE	MG	2.412.937	4	53	57	Belo Horizonte
CONTAGEM	MG	608.650	0	3	3	Belo Horizonte
BETIM	MG	415.098	0	1	1	Belo Horizonte
RIBEIRAO DAS NEVES	MG	329.112	0	0	0	Belo Horizonte
SANTA LUZIA	MG	222.507	0	1	1	Belo Horizonte
IBIRITE	MG	148.075	1	0	1	Belo Horizonte
SABARA	MG	120.738	0	1	1	Belo Horizonte
VESPASIANO	MG	91.491	0	2	2	Belo Horizonte
NOVA LIMA	MG	72.207	0	4	4	Belo Horizonte
PEDRO LEOPOLDO	MG	56.261	0	3	3	Belo Horizonte
ESMERALDAS	MG	55.426	0	0	0	Belo Horizonte
LAGOA SANTA	MG	44.932	0	0	0	Belo Horizonte
CAETE	MG	37.424	0	0	0	Belo Horizonte
MATOZINHOS	MG	33.569	0	0	0	Belo Horizonte
BRUMADINHO	MG	31.919	0	1	1	Belo Horizonte
IGARAPE	MG	31.135	0	0	0	Belo Horizonte
MATEUS LEME	MG	25.627	0	0	0	Belo Horizonte
SARZEDO	MG	23.256	0	0	0	Belo Horizonte
SAO JOAQUIM DE BICAS	MG	22.214	0	0	0	Belo Horizonte
JUATUBA	MG	19.958	0	0	0	Belo Horizonte
SAO JOSE DA LAPA	MG	17.867	0	0	0	Belo Horizonte
JABOTICATUBAS	MG	15.426	0	0	0	Belo Horizonte
RAPOSOS	MG	14.886	0	0	0	Belo Horizonte
ITAGUARA	MG	12.284	0	0	0	Belo Horizonte
MARIO CAMPOS	MG	11.421	0	0	0	Belo Horizonte
ITATIAIUCU	MG	8.936	0	0	0	Belo Horizonte
CAPIM BRANCO	MG	8.736	0	0	0	Belo Horizonte
BALDIM	MG	8.278	0	0	0	Belo Horizonte
RIO ACIMA	MG	8.267	0	0	0	Belo Horizonte
FLORESTAL	MG	5.944	0	0	0	Belo Horizonte
CONFINS	MG	5.680	0	0	0	Belo Horizonte
NOVA UNIAO	MG	5.495	0	0	0	Belo Horizonte
RIO MANZO	MG	5.002	0	0	0	Belo Horizonte
TAQUARACU DE MINAS	MG	3.762	0	0	0	Belo Horizonte

SETE LAGOAS	MG	217.506	1	5	6	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
ITAUNA	MG	81.878	0	1	1	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
PARA DE MINAS	MG	79.791	0	1	1	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
ITABIRITO	MG	41.523	0	3	3	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
BARAO DE COCAIS	MG	26.402	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
SANTA BARBARA	MG	26.180	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
PRUDENTE DE MORAIS	MG	8.878	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
BELO VALE	MG	7.262	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
BONFIM	MG	6.726	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
INHAUMA	MG	5.332	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
MOEDA	MG	4.506	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
SAO JOSE DA VARGINHA	MG	3.797	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
FUNILANDIA	MG	3.639	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
FORTUNA DE MINAS	MG	2.474	0	0	0	Colar Metropolitando da RM de Belo Horizonte
BELO ORIENTE	MG	21.369	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço

IPABA	MG	14.844	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
ACUCENA	MG	11.706	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
IAPU	MG	10.924	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
DIONISIO	MG	10.234	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
ANTONIO DIAS	MG	9.435	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
SAO JOAO DO ORIENTE	MG	7.965	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
PERIQUITO	MG	7.030	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
VARGEM ALEGRE	MG	6.575	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
MESQUITA	MG	6.493	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
SOBRALIA	MG	5.996	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
NAQUE	MG	5.885	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
BRAUNAS	MG	5.808	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
SAO JOSE DO GOIABAL	MG	5.649	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
JOANESIA	MG	5.628	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço
DOM CAVATI	MG	5.596	0	0	0	Colar Metropolitando da RM do Vale do Aço

						Colar
ENTRE FOLHAS	MG	4.965	0	0	0	Metropolitando da RM do Vale do Aço
						Colar
PINGO D'AGUA	MG	4.012	0	0	0	Metropolitando da RM do Vale do Aço
						Colar
BUGRE	MG	3.960	0	0	0	Metropolitando da RM do Vale do Aço
						Colar
MARLIERIA	MG	3.743	0	0	0	Metropolitando da RM do Vale do Aço
						Colar
CORREGO NOVO	MG	3.186	0	0	0	Metropolitando da RM do Vale do Aço
						Colar
JAGUARACU	MG	2.782	0	0	0	Metropolitando da RM do Vale do Aço
IPATINGA	MG	238.397	0	6	6	Vale do Aço
CORONEL FABRICIANO	MG	100.867	0	1	1	Vale do Aço
TIMOTEO	MG	76.122	0	0	0	Vale do Aço
SANTANA DO PARAISO	MG	22.807	0	0	0	Vale do Aço
GOVERNADOR VALADARES	MG	2.603.960	0	3	3	
UBERLANDIA	MG	608.369	1	7	8	
JUIZ DE FORA	MG	513.548	1	12	13	
MONTES CLAROS	MG	352.384	2	15	17	
UBERABA	MG	287.760	1	6	7	
DIVINOPOLIS	MG	209.921	1	7	8	
POCOS DE CALDAS	MG	144.420	1	2	3	
PATOS DE MINAS	MG	133.111	0	3	3	
TEOFILO OTONI	MG	127.247	2	3	5	
POUSO ALEGRE	MG	120.413	0	4	4	
BARBACENA	MG	118.720	0	3	3	
VARGINHA	MG	116.120	1	3	4	
TOLEDO	MG	109.857	1	1	2	
CONSELHEIRO LAFAIETE	MG	109.297	1	2	3	
ITABIRA	MG	105.199	1	6	7	
PASSOS	MG	102.775	0	12	12	
RIO DE JANEIRO	RJ	6.093.472	9	66	75	Rio de Janeiro
SAO GONCALO	RJ	960.631	0	4	4	Rio de Janeiro
DUQUE DE CAXIAS	RJ	842.686	1	4	5	Rio de Janeiro
NOVA IGUACU	RJ	830.672	1	3	4	Rio de Janeiro
NITEROI	RJ	474.002	1	7	8	Rio de Janeiro
SAO JOAO DE MERITI	RJ	464.282	0	0	0	Rio de Janeiro
MAGE	RJ	232.171	0	0	0	Rio de Janeiro
ITABORAI	RJ	215.792	1	2	3	Rio de Janeiro
NILOPOLIS	RJ	152.223	0	1	1	Rio de Janeiro

QUEIMADOS	RJ	130.275	0	0	0	Rio de Janeiro
MARICA	RJ	105.455	0	1	1	Rio de Janeiro
ITAGUAI	RJ	95.468	0	0	0	Rio de Janeiro
JAPERI	RJ	89.300	0	0	0	Rio de Janeiro
SEROPEDICA	RJ	70.969	0	1	1	Rio de Janeiro
PARACAMBI	RJ	42.696	1	0	1	Rio de Janeiro
GUAPIMIRIM	RJ	42.578	0	0	0	Rio de Janeiro
MANGARATIBA	RJ	29.255	0	0	0	Rio de Janeiro
TANGUA	RJ	28.325	0	0	0	Rio de Janeiro
BELFORD ROXO	RJ	480.555	0	2	2	
CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	426.154	2	7	9	
PETROPOLIS	RJ	306.645	1	4	5	
VOLTA REDONDA	RJ	255.653	1	3	4	
NOVA FRIBURGO	RJ	177.376	0	1	1	
BARRA MANSA	RJ	175.315	0	1	1	
MACAE	RJ	169.229	2	2	4	
CABO FRIO	RJ	162.191	0	2	2	
TERESOPOLIS	RJ	150.268	0	1	1	
ANGRA DOS REIS	RJ	149.395	1	1	2	
RESENDE	RJ	118.529	0	3	3	
SANTOS	SP	418.288	2	8	10	Baixada Santista
GUARUJA	SP	296.150	0	2	2	Baixada Santista
PRAIA GRANDE	SP	233.806	1	2	3	Baixada Santista
CUBATAO	SP	119.794	0	0	0	Baixada Santista
ITANHAEM	SP	80.787	0	1	1	Baixada Santista
PERUIBE	SP	54.457	0	1	1	Baixada Santista
MONGAGUA	SP	40.171	0	0	0	Baixada Santista
BERTIOGA	SP	39.091	0	1	1	Baixada Santista
SAO VICENTE	SP	323.599	0	0	0	Baixada Santista
CAMPINAS	SP	1.039.237	1	15	16	Campinas
SUMARE	SP	228.696	0	1	1	Campinas
AMERICANA	SP	199.094	1	3	4	Campinas
HORTOLANDIA	SP	190.781	0	3	3	Campinas
SANTA BARBARA D'OESTE	SP	184.318	0	2	2	Campinas
INDAIATUBA	SP	173.508	1	3	4	Campinas
VALINHOS	SP	99.040	0	1	1	Campinas
ITATIBA	SP	91.382	0	0	0	Campinas
PAULINIA	SP	73.118	1	1	2	Campinas
VINHEDO	SP	57.837	0	1	1	Campinas
COSMOPOLIS	SP	53.764	0	0	0	Campinas
NOVA ODESSA	SP	45.102	0	1	1	Campinas
MONTE MOR	SP	43.290	0	0	0	Campinas
ARTUR NOGUEIRA	SP	39.417	0	0	0	Campinas
PEDREIRA	SP	38.152	0	0	0	Campinas

JAGUARIUNA	SP	36.801	0	1	1	Campinas
SANTO ANTONIO DE POSSE	SP	19.824	0	0	0	Campinas
ENGENHEIRO COELHO	SP	12.729	0	0	0	Campinas
HOLAMBRA	SP	9.111	0	0	0	Campinas
SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	781.390	3	9	12	São Paulo
SAO PAULO	SP	10.886.518	6	159	165	São Paulo
EMBU	SP	2.373.180	0	1	1	São Paulo
GUARULHOS	SP	1.236.192	1	8	9	São Paulo
OSASCO	SP	701.012	1	5	6	São Paulo
SANTO ANDRE	SP	667.891	1	12	13	São Paulo
MAUA	SP	402.643	1	2	3	São Paulo
DIADEMA	SP	386.779	1	2	3	São Paulo
CARAPICUIBA	SP	379.566	0	2	2	São Paulo
MOJI DAS CRUZES	SP	362.991	0	4	4	São Paulo
ITAQUAQUECETUBA	SP	334.914	0	0	0	São Paulo
SUZANO	SP	268.777	0	1	1	São Paulo
BARUERI	SP	252.740	0	1	1	São Paulo
TABOAO DA SERRA	SP	219.200	0	1	1	São Paulo
ITAPEVI	SP	193.686	0	0	0	São Paulo
COTIA	SP	172.823	0	4	4	São Paulo
FERRAZ DE VASCONCELOS	SP	168.897	0	0	0	São Paulo
ITAPECERICA DA SERRA	SP	148.567	0	2	2	São Paulo
FRANCISCO MORATO	SP	147.522	0	0	0	São Paulo
SAO CAETANO DO SUL	SP	144.857	1	5	6	São Paulo
FRANCO DA ROCHA	SP	121.451	0	0	0	São Paulo
RIBEIRAO PIRES	SP	107.580	0	1	1	São Paulo
POA	SP	105.285	0	0	0	São Paulo
SANTANA DE PARNAIBA	SP	100.209	0	0	0	São Paulo
CAIEIRAS	SP	81.201	0	1	1	São Paulo
ARUJA	SP	73.091	0	1	1	São Paulo
MAIRIPORA	SP	71.868	0	2	2	São Paulo
EMBU-GUACU	SP	59.044	0	0	0	São Paulo
CAJAMAR	SP	58.615	0	1	1	São Paulo
SANTA ISABEL	SP	44.817	0	0	0	São Paulo
VARGEM GRANDE PAULISTA	SP	40.219	0	1	1	São Paulo
RIO GRANDE DA SERRA	SP	39.270	0	0	0	São Paulo
JUQUITIBA	SP	27.717	0	0	0	São Paulo
BIRITIBA-MIRIM	SP	27.474	0	0	0	São Paulo
GUARAREMA	SP	25.129	0	0	0	São Paulo
SAO LOURENCO DA SERRA	SP	16.112	0	0	0	São Paulo
SALESOPOLIS	SP	15.166	0	0	0	São Paulo
PIRAPORA DO BOM JESUS	SP	14.341	0	0	0	São Paulo

SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	594.948	3	8	11
SOROCABA	SP	559.157	1	10	11
RIBEIRAO PRETO	SP	547.417	1	9	10
SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	402.770	2	8	10
PIRACICABA	SP	358.108	2	6	8
BAURU	SP	347.601	1	8	9
JUNDIAI	SP	342.983	2	6	8
FRANCA	SP	319.094	2	2	4
LIMEIRA	SP	272.734	0	4	4
TAUBATE	SP	265.514	1	6	7
MARILIA	SP	218.113	1	4	5
JACAREI	SP	207.028	0	5	5
PRESIDENTE PRUDENTE	SP	202.789	1	3	4
ARARAQUARA	SP	195.815	0	3	3
RIO CLARO	SP	185.421	1	5	6
ARACATUBA	SP	178.839	0	6	6
ITU	SP	147.260	0	4	4
ITAPETININGA	SP	138.791	0	5	5
BRAGANCA PAULISTA	SP	136.264	1	2	3
PINDAMONHANGABA	SP	136.263	0	3	3
MOJI-GUACU	SP	131.879	1	2	3
JAU	SP	125.469	1	2	3
BOTUCATU	SP	121.255	1	2	3
ATIBAIA	SP	119.029	0	1	1
VALPARAISO	SP	115.023	0	4	4
CATANDUVA	SP	109.362	1	1	2
ARARAS	SP	108.683	0	2	2
BARRETOS	SP	107.988	0	4	4
GUARATINGUETA	SP	107.971	1	2	3
SERTAOZINHO	SP	103.655	0	2	2
JANDIRA	SP	103.546	0	1	1
BIRIGUI	SP	103.395	1	2	3
SALTO	SP	102.253	0	1	1
TATUI	SP	101.841	3	0	3
VARZEA PAULISTA	SP	100.416	0	1	1

Tabela 18: Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Sudeste)

Fonte: MEC/INEP/DEED

Autor: Cassiano Caon Amorim

APÊNDICE E

Municípios	UF	População	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Regiões Metropolitanas
CURITIBA	PR	1.797.408	3	53	56	Curitiba
SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	263.622	0	2	2	Curitiba
COLOMBO	PR	233.916	0	1	1	Curitiba
PINHAIS	PR	112.195	0	1	1	Curitiba
ARAUCARIA	PR	111.952	0	2	2	Curitiba
CAMPO LARGO	PR	97.824	0	1	1	Curitiba
ALMIRANTE TAMANDARE	PR	93.060	0	0	0	Curitiba
PIRAQUARA	PR	81.313	0	0	0	Curitiba
FAZENDA RIO GRANDE	PR	75.006	0	0	0	Curitiba
LAPA	PR	41.677	0	1	1	Curitiba
CAMPINA GRANDE DO SUL	PR	35.269	0	1	1	Curitiba
RIO BRANCO DO SUL	PR	31.465	0	0	0	Curitiba
CAMPO MAGRO	PR	22.443	0	0	0	Curitiba
ITAPERUCU	PR	22.021	0	0	0	Curitiba
MANDIRITUBA	PR	20.408	0	0	0	Curitiba
QUATRO BARRAS	PR	18.133	0	0	0	Curitiba
CERRO AZUL	PR	17.693	0	0	0	Curitiba
QUITANDINHA	PR	15.901	0	0	0	Curitiba
CONTENDA	PR	14.800	0	0	0	Curitiba
TIJUCAS DO SUL	PR	13.091	0	0	0	Curitiba
BALSA NOVA	PR	10.696	0	0	0	Curitiba
BOCAIUVA DO SUL	PR	9.533	0	0	0	Curitiba
AGUDOS DO SUL	PR	8.207	0	0	0	Curitiba
ADRIANOPOLIS	PR	6.709	0	0	0	Curitiba
DOUTOR ULYSSES	PR	6.010	0	0	0	Curitiba
TUNAS DO PARANA	PR	5.921	0	0	0	Curitiba
LONDRINA	PR	497.833	2	10	12	Londrina
CAMBE	PR	93.047	0	1	1	Londrina
ROLANDIA	PR	53.437	0	1	1	Londrina
IBIPORA	PR	45.162	0	1	1	Londrina
JATAIZINHO	PR	11.245	0	0	0	Londrina
TAMARANA	PR	10.887	0	0	0	Londrina
MARINGA	PR	325.968	1	7	8	Maringá
SARANDI	PR	79.747	0	2	2	Maringá
PAICANDU	PR	34.468	0	0	0	Maringá
MANDAGUARI	PR	31.900	1	0	1	Maringá

MARIALVA	PR	30.007	0	1	1	Maringá
MANDAGUACU	PR	18.226	0	0	0	Maringá
IGUARACU	PR	3.741	0	0	0	Maringá
ANGULO	PR	2.807	0	0	0	Maringá
FOZ DO IGUACU	PR	311.336	1	11	12	
PONTA GROSSA	PR	306.351	2	5	7	
GUARAPUAVA	PR	164.534	1	3	4	
PARANAGUA	PR	133.756	1	1	2	
APUCARANA	PR	115.323	2	3	5	
PORTO ALEGRE	RS	1.420.667	1	29	30	Porto Alegre
CANOAS	RS	326.458	0	3	3	Porto Alegre
GRAVATAI	RS	261.150	0	2	2	Porto Alegre
VIAMAO	RS	253.264	0	0	0	Porto Alegre
NOVO HAMBURGO	RS	253.067	0	3	3	Porto Alegre
SAO LEOPOLDO	RS	207.721	0	3	3	Porto Alegre
ALVORADA	RS	207.142	0	0	0	Porto Alegre
SAPUCAIA DO SUL	RS	122.099	0	2	2	Porto Alegre
CACHOEIRINHA	RS	112.603	0	1	1	Porto Alegre
GUAIBA	RS	93.217	0	0	0	Porto Alegre
ESTEIO	RS	78.451	0	0	0	Porto Alegre
SAPIRANGA	RS	73.893	0	0	0	Porto Alegre
MONTENEGRO	RS	56.790	0	1	1	Porto Alegre
CAMPO BOM	RS	56.585	0	0	0	Porto Alegre
TAQUARA	RS	53.441	0	1	1	Porto Alegre
PAROBE	RS	48.716	0	0	0	Porto Alegre
ESTANCIA VELHA	RS	40.740	0	0	0	Porto Alegre
SANTO ANTONIO DA PATRULHA	RS	37.893	0	0	0	Porto Alegre
CHARQUEADAS	RS	33.742	0	0	0	Porto Alegre
ELDORADO DO SUL	RS	31.322	0	0	0	Porto Alegre
PONTAO	RS	28.559	0	0	0	Porto Alegre
DOIS IRMAOS	RS	24.846	0	0	0	Porto Alegre
TRIUNFO	RS	24.016	0	0	0	Porto Alegre
SAO JERONIMO	RS	20.566	0	0	0	Porto Alegre
IVOTI	RS	18.549	0	0	0	Porto Alegre
NOVA HARTZ	RS	16.541	0	0	0	Porto Alegre
ARROIO DOS RATOS	RS	13.656	0	0	0	Porto Alegre
CAPELA DE SANTANA	RS	10.950	0	0	0	Porto Alegre
GLORINHA	RS	6.908	0	0	0	Porto Alegre
ARARICA	RS	4.781	0	0	0	Porto Alegre
CAXIAS DO SUL	RS	399.038	0	8	8	
PELOTAS	RS	339.934	1	3	4	
SANTA MARIA	RS	263.403	1	5	6	
RIO GRANDE	RS	194.351	1	1	2	

PASSO FUNDO	RS	183.300	0	8	8	
URUGUAIANA	RS	123.781	1	0	1	
SANTA CRUZ DO SUL	RS	115.930	0	2	2	
BAGE BENTO GONCALVES	RS	112.678	1	1	2	
ROLADOR	RS	100.643	0	2	2	
URUSSANGA	SC	2.795	0	0	0	Carbonífera
LAURO MULLER	SC	18.586	0	0	0	Carbonífera
TREVISÓ	SC	13.700	0	0	0	Carbonífera
TIJUCAS	SC	3.498	0	0	0	Florianópolis
SAO JOAO BATISTA	SC	27.944	0	0	0	Florianópolis
GAROPABA	SC	22.089	0	0	0	Florianópolis
NOVA TRENTO	SC	16.399	0	0	0	Florianópolis
ALFREDO WAGNER	SC	11.325	0	0	0	Florianópolis
CANELINHA	SC	9.752	0	0	0	Florianópolis
PAULO LOPES	SC	9.696	0	0	0	Florianópolis
ANGELINA	SC	6.830	0	0	0	Florianópolis
LEOBERTO LEAL	SC	5.322	0	0	0	Florianópolis
SAO BONIFACIO	SC	3.589	0	0	0	Florianópolis
ANITAPOLIS	SC	3.178	0	0	0	Florianópolis
MAJOR GERCINO RANCHO QUEIMADO	SC	3.175	0	0	0	Florianópolis
ITAPEMA	SC	2.842	0	0	0	Florianópolis
PICARRAS	SC	2.772	0	0	0	Foz do Rio Itajaí
PORTO BELO	SC	33.766	0	0	0	Foz do Rio Itajaí
BOMBINHAS	SC	14.490	0	0	0	Foz do Rio Itajaí
	SC	13.312	1	0	1	Foz do Rio Itajaí
	SC	12.451	0	0	0	Foz do Rio Itajaí
	SC	185.506	1	4	5	Núcleo Metropolitando da RM
CRICIUMA						Carbonífera
	SC	54.107	0	0	0	Núcleo Metropolitando da RM
ICARA						Carbonífera
	SC	20.719	0	0	0	Núcleo Metropolitando da RM
FORQUILHINHA						Carbonífera
	SC	15.426	0	0	0	Núcleo Metropolitando da RM
MORRO DA FUMACA						Carbonífera

COCAL DO SUL	SC	14.563	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM Carbonífera
NOVA VENEZA	SC	12.657	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM Carbonífera
SIDEROPOLIS	SC	12.470	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM Carbonífera
GASPAR	SC	52.437	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM Vale do Itajaí
POMERODE	SC	52.281	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM Vale do Itajaí
INDAIAL	SC	47.686	0	1	1	Núcleo Metropolitano da RM Vale do Itajaí
TIMBO	SC	33.360	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM Vale do Itajaí
SAO JOSE	SC	196.887	1	6	7	Núcleo Metropolitano da RM de Florianópolis
PALHOCA	SC	122.471	1	0	1	Núcleo Metropolitano da RM de Florianópolis
BIGUACU	SC	53.499	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM de Florianópolis
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	SC	17.602	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM de Florianópolis
GOVERNADOR CELSON RAMOS	SC	12.175	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM de Florianópolis
ANTONIO CARLOS	SC	7.087	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM de Florianópolis
SAO PEDRO DE ALCANTARA	SC	4.751	0	0	0	Núcleo Metropolitano da RM de

						Florianópolis
						Núcleo
AGUAS MORNAS	SC	4.410	0	0	0	Metropolitano da RM de Florianópolis
						Núcleo
ITAJAI	SC	163.298	0	3	3	Metropolitano da RM Foz do Rio Itajaí
						Núcleo
BALNEARIO CAMBORIU	SC	94.579	0	0	0	Metropolitano da RM Foz do Rio Itajaí
						Núcleo
CAMBORIU	SC	53.405	0	0	0	Metropolitano da RM Foz do Rio Itajaí
						Núcleo
NAVEGANTES	SC	52.739	0	1	1	Metropolitano da RM Foz do Rio Itajaí
						Núcleo
PENHA	SC	20.983	0	0	0	Metropolitano da RM Foz do Rio Itajaí
						Núcleo
ARAQUARI	SC	21.278	0	0	0	Metropolitano da RM N/NE Catarinense
						Núcleo
CAPIVARI DE BAIXO	SC	20.064	0	0	0	Metropolitano da RM N/NE Catarinense
						Núcleo
GRAVATAL	SC	10.510	0	0	0	Metropolitano da RM N/NE Catarinense
JARAGUA DO SUL	SC	130.060	0	6	6	Norte/Nordeste Catarinense
SAO BENTO DO SUL	SC	72.536	0	2	2	Norte/Nordeste Catarinense
MAFRA	SC	51.014	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
RIO NEGRINHO	SC	42.237	0	1	1	Norte/Nordeste Catarinense
GUARAMIRIM	SC	29.936	0	2	2	Norte/Nordeste Catarinense
ITAIOPOLIS	SC	19.748	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
BARRA VELHA	SC	18.575	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
PAPANDUVA	SC	17.056	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense

MASSARANDUBA	SC	13.798	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
GARUVA	SC	13.393	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
SCHROEDER	SC	12.776	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
CORUPA	SC	12.756	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
CAMPO ALEGRE	SC	11.391	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
ITAPOA	SC	10.719	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
MONTE CASTELO	SC	8.113	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
BALNEARIO BARRA DO SUL	SC	7.278	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
SAO JOAO DO ITAPERIU	SC	3.289	0	0	0	Norte/Nordeste Catarinense
	SC	292.972	1	7	8	Núcleo Metropolitano da RM Vale do Itajaí
BLUMENAU	SC	396.723	2	14	16	Núcleo Metropolitano da RM de Florianópolis
FLORIANOPOLIS	SC	487.003	1	9	10	Núcleo Metropolitano da RM N/NE Catarinense
JOINVILLE						
LAGUNA	SC	50.452	0	0	0	Tubarão
IMBITUBA	SC	36.169	0	0	0	Tubarão
BRACO DO NORTE	SC	27.730	0	0	0	Tubarão
ORLEANS	SC	20.859	0	1	1	Tubarão
JAGUARUNA	SC	15.668	0	0	0	Tubarão
SANGAO	SC	10.300	0	0	0	Tubarão
SAO LUDGERO	SC	10.246	0	0	0	Tubarão
ARMAZEM	SC	7.312	0	0	0	Tubarão
TREZE DE MAIO	SC	6.646	0	0	0	Tubarão
GRAO PARA	SC	6.051	0	0	0	Tubarão
PEDRAS GRANDES	SC	4.837	0	0	0	Tubarão
RIO FORTUNA	SC	4.468	0	0	0	Tubarão
SAO MARTINHO	SC	3.194	0	0	0	Tubarão
SANTA ROSA DE LIMA	SC	2.031	0	0	0	Tubarão
IMARUI	SC	11.675	0	0	0	Tubarão
BRUSQUE	SC	94.962	1	4	5	Vale do Itajaí
GUABIRUBA	SC	16.095	0	0	0	Vale do Itajaí
ILHOTA	SC	11.561	0	0	0	Vale do Itajaí
RODEIO	SC	10.773	0	0	0	Vale do Itajaí

APIUNA	SC	9.902	0	0	0	Vale do Itajaí
BENEDITO NOVO	SC	9.841	0	0	0	Vale do Itajaí
RIO DOS CEDROS	SC	9.685	0	0	0	Vale do Itajaí
LUIZ ALVES	SC	8.986	0	0	0	Vale do Itajaí
ASCURRA	SC	6.761	0	0	0	Vale do Itajaí
BOTUVERA	SC	4.127	0	0	0	Vale do Itajaí
DOUTOR PEDRINHO	SC	3.491	0	0	0	Vale do Itajaí
SAO CARLOS	SC	212.952	2	3	5	
CHAPECO	SC	164.992	1	3	4	
LAGES	SC	161.583	0	3	3	
TUBARAO	SC	92.569	0	2	2	

Tabela 19: Número de instituições de educação superior segundo categoria (pública e privada) por regiões metropolitanas e municípios acima de 100 mil habitantes (Região Sul)

Fonte: MEC/INEP/DEED

Autor: Cassiano Caon Amorim